



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

SIMONE VIEIRA DE MESQUITA

ENSINO MILITAR NAVAL:
ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ (1864-1889)

FORTALEZA

2016

SIMONE VIEIRA DE MESQUITA

ENSINO MILITAR NAVAL:
ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ (1864-1889)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação Brasileira. Área de concentração: Fundamentos da Educação.

Orientador: Professor Dr. Almir Leal de Oliveira

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M1e MESQUITA, Simone Vieira de Mesquita.
ENSINO MILITAR NAVAL: ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ (1864-1889)
: TESE DE DOUTORADO / Simone Vieira de Mesquita MESQUITA. – 2016.
300 f. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.

Orientação: Prof. Dr. ALMIR LEAL DE OLIVEIRA.

1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2. ENSINO MILITAR NAVAL. 3. ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ. I. Título.

CDD 370

SIMONE VIEIRA DE MESQUITA

ENSINO MILITAR NAVAL:
ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ (1864-1889)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação Brasileira. Área de concentração: Fundamentos da Educação.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Almir Leal de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profº. Drº Gisafran Nazareno Mota Jucá
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profª Drª Heulalia Charalo Rafante
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profº Drº Antônio de Pádua Carvalho Lopes
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Profª. Drª Fátima Maria Leitão
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Aos meus familiares,
especialmente ao meu
Esposo (Antônio Mesquita) e
filhos (Lígia e Joel),
que continuam me apoiando
incondicionalmente.

Aos meus irmãos,
e em *memória de*
Raimunda Mesquita de Souza,
minha mãe, exemplo de
força, coragem e determinação.

AGRADECIMENTOS

A Deus sempre;

Ao meu Orientador Professor Dr. Almir Leal de Oliveira;

Aos professores da banca pelas valiosas colaborações e sugestões;

Aos professores da Linha de Pesquisa de História da Educação Comparada, em especial, à Professora Dr^a Maria Juraci Maia Cavalcante;

Aos colegas da Linha de Pesquisa de História da Educação Comparada, que contribuíram com críticas e sugestões para as reflexões que enriqueceram este estudo;

À Marinha do Brasil e em especial à Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará que permitiram a pesquisa junto a seus acervos;

Às instituições, em especial, a Biblioteca, ao Arquivo e ao Museu da Marinha do Brasil, a Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, ao Arquivo Público do Estado do Ceará, ao Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, a Fundação da Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional;

À Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza e, especialmente, aos meus colegas de trabalho pelo apoio dado a mim durante essa caminhada.

Esperança

Lá bem no alto do décimo segundo andar do Ano
Vive uma louca chamada Esperança
E ela pensa que quando todas as sirenas
Todas as buzinas
Todos os reco-recos tocarem
Atira-se
E — ó delicioso voo!
Ela será encontrada miraculosamente incólume na calçada,
Outra vez criança...
E em torno dela indagará o povo:
— Como é teu nome, meninazinha de olhos verdes?
E ela lhes dirá
(É preciso dizer-lhes tudo de novo!)
Ela lhes dirá bem devagarinho, para que não esqueçam:
— O meu nome é ES-PE-RAN-ÇA...

(Mario Quintana)

RESUMO

Esta pesquisa visa conhecer a História do Ensino Militar Naval no Ceará, com ênfase na criação da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará, entre 1864 a 1889 e sua contribuição para a sociedade cearense. Nosso campo de análise a inseriu dentro do campo das Instituições Escolares, especificamente, a partir discussão da história do ensino militar, articulando-a com os campos da história da social, da infância, dos métodos de ensino, dentre outros. Para conduzir essa pesquisa, utilizamos como referencial bibliográfico autores como Fernando Azevedo, Plácido Aderaldo Castelo, Primitivo Moacyr, Prado Maia, dentre vários, para sedimentar as reflexões sobre esse tema. Como metodologia, utilizamos estudos documentais junto à própria Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará e diversas instituições como: Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Arquivo Público do Estado do Ceará, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, assim como, pesquisamos nos estabelecimentos navais como: Biblioteca, Arquivo e Museu da Marinha. Como procedimentos, fizemos o cruzamento das leis da educação brasileira, dos documentos institucionais, de revistas militares navais, assim como de reportagens junto aos jornais do período. De acordo com essa pesquisa descobrimos que as Companhias de Aprendizes Marinheiros surgiram no Brasil a partir de 1840 como projeto de formação profissional, tendo como público alvo menores, órfãos e desvalidos, sob a guarda das autoridades locais - Presidentes das Províncias, Juízes de Órfãos e Delegados de Polícia. Entre os anos de 1840 e 1885, foram instaladas companhias de aprendizes marinheiros em diversas províncias brasileiras. As companhias de aprendizes marinheiros, portanto, se constituíram em estabelecimentos profissional e educacional, um *quartel-escola*. Concluímos que a Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará, na medida em que foi se estruturando para formação profissional, moral e religiosa, e intelectual dos aprendizes, promoveu a formação para o trabalho atendo principalmente os anseios do Estado, da Instituição e da sociedade que buscavam a formação do novo homem-cidadão. De fato a pesquisa nos mostrou que a EAMCE atuou como instrumento do Estado no sentido de controle da camada popular, dando a essa ação cores próprias dentro de um processo de militarização que se efetivou durante o Segundo Reinado.

Palavras-Chave: História da Educação. Ensino Militar Naval. Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará.

ABSTRACT

This research aims to know the History of Military Naval Education at Ceará, with emphasis on the creation of the School for Sailors of Ceará, between the years of 1864-1889, and its contribution to Ceará's society. Our field of analysis was about School Institutions, specifically, about the discussion of the history of military education, linking it to the fields of social history, childhood, teaching methods, among others. To conduct this research and to pellet the reflections on this subject, we used as bibliographic references authors such as Fernando Azevedo, Plácido Aderaldo Castelo, Primitivo Moacyr Prado Maia among many others. The methodology used documentary studies by the very Apprentices Sailor School of Ceará and institutions such as Public Library Governor Menezes Pimentel, Ceará State Public Archives, National Library, National Archives, as well as researches at the naval establishments as their Library, file and the Marine Museum. As procedures, we made the crossing of the laws of Brazilian education, institutional documents, naval military magazines, as well as reports from the newspapers of the period. This research found that the Companies Apprentices Sailors appeared in Brazil in 1840 as a professional training project, with the smaller target audience, orphans and destituted, in the custody of local authorities - Presidents of the Provinces, Orphans of Judges and Police Officers. Between 1840 and 1885, sailors apprentices companies were installed in several Brazilian provinces. Companies sailors apprentices therefore constituted professional and educational establishments a school-barracks. We conclude that the Apprentices Marine Company of Ceará, in that it has been structured for professional, moral and religious, and intellectual apprentices, promoted the training for work mainly attend the state's wishes, the institution and the society that sought the formation of the new man-citizen. In fact research has shown that EAMCE served as state instrument to control the popular classes, giving this action own colors within a militarization process that was accomplished during the Second Empire.

Keywords: History of Education. Teaching Military Naval. School Learners Sailors of Ceará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Capa do livro Systema Britanico de Educação..... | 208 |
| Figura 2 - Livro Histórias de Simão de Nantua, 1867, p. s/n..... | 215 |
| Figura 3 - Capa do livro do Método Castilho..... | 221 |
| Figura 4 - Desenho e historinha da vogal maiúscula e minúscula do Método Castilho..... | 224 |
| Figura 5 - Capa do Livro do Método Hudson..... | 226 |
| Foto 1 - Prédio da Escola em 1886..... | 287 |
| Foto 2 - Predio principal – fachada da Escola em 1917..... | 287 |
| Foto 3 - Escola em 1917 – Vista Panorâmica..... | 288 |
| Foto 4 - Arte do Marinheiro..... | 289 |
| Foto 5 - Sala Maestro Francisco Braga – Banda de Música..... | 290 |
| Foto 6 - BANDA MARCIAL – Pífano e Tambor..... | 290 |
| Foto 7 - Esgrima..... | 291 |
| Foto 8 - Esgrima de Bayonetas..... | 291 |
| Foto 9 - Educação Phisica – Exercícios Diversos..... | 292 |
| Foto 10 - Ginástica Sueca..... | 292 |
| Foto 11 - Salão Riachuelo..... | 293 |
| Foto 12 - Salão TUYUTY..... | 293 |
| Foto 13 - Enfermaria Pereira Guimarães (farmácia – consultório)..... | 294 |
| Foto 14 - Enfermaria Pereira Guimarães (leitos)..... | 294 |
| Foto 15 - Dormitório dos Menores – armação das macas..... | 295 |
| Foto 16 - REFEITÓRIO – Salão Alte. Baptista das Neves..... | 296 |
| Foto 17 - Momento de descontração: coisa de jovens (grifo nosso)..... | 296 |
| Foto 18 - Sala Alexandrino de Alencar..... | 297 |
| Foto 19 - Oficialidade da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará..... | 297 |
| Foto 20 - Automóvel na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará..... | 298 |
| Foto 21 - Aula de Signaes na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará..... | 298 |
| Foto 22 - A Horta da Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado Ceará..... | 299 |
| Foto 23 - Licenciados no Bonde da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará..... | 299 |
| Foto 24 - O FOOT-BALL na Escola de Aprendizes Marinehrios do Ceará..... | 300 |
| Foto 25 - Recebimento da Bandeira na Escola..... | 300 |
| Foto 26 - O Içar da Bandeira na Escola..... | 301 |
| Foto 27 - O Catavento da Escola..... | 301 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------|---|-----|
| Tabela 1 - | Arsenais e Estaleiros no Período Colonial | 39 |
| Tabela 2 - | Navios Portugueses confiscados pelo regime de presas pelo governo e anexadas a Armada Brasileira | 56 |
| Tabela 3 - | Navios da Armada Portuguesa em atividade no Brasil entre 1822-1835..... | 56 |
| Tabela 4 - | Distribuição do número de praças voluntárias, que, segundo o Decreto desta data, deve apresentar para o serviço da Armada cada uma das Capitanias dos Portos do Império | 97 |
| Tabela 5 - | Instituições Navais de Ensino Superior em Portugal | 118 |
| Tabela 6 - | Quadro de Pessoal da Companhia de Aprendizes menores do Arsenal de Marinha da Côrte | 133 |
| Tabela 7 - | Companhia de Aprendizes <i>menores</i> Artífices do Arsenal de Marinha | 134 |
| Tabela 8 - | Grade Curricular das Escolas de Marinhagem..... | 139 |
| Tabela 9 - | Corpo Administrativo da Escola de Aprendizes Marinheiro da Côrte..... | 143 |
| Tabela 10 - | Companhias de Aprendizes Marinheiros no Brasil no século XIX..... | 144 |
| Tabela 11 - | Grade curricular das Companhias de Aprendizes Marinheiros – 1855..... | 145 |
| Tabela 12 - | Quantitativo de alunos nas escolas públicas e privadas de Fortaleza para o ano de 1865..... | 169 |
| Tabela 13 - | Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará: Alistamento de Menores Relativo ao ano de 1865 | 174 |
| Tabela 14 - | Relação entre os responsáveis pela indicação dos menores na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará..... | 176 |
| Tabela 15 - | Mappa de estado das Companhias de Aprendizes Marinheiros – 10 de Outubro de 1884 | 193 |
| Tabela 16 - | Proposta de redução para 8 Companhias de Aprendizes Marinheiros –..... | 201 |
| Tabela 17 - | Proposta de redução para 12 Companhias de Aprendizes Marinheiros – 14 de Fevereiro de 1885 | 201 |
| Tabela 18 - | Aprendizado para ler e escrever no Método Lancaster | 208 |
| Tabela 19 - | Sequência das 13 Lições do Método Hudson..... | 227 |
| Tabela 20 - | Comandantes da EAMCE | 251 |
| Tabela 21 - | Capitão do Porto no Ceará..... | 251 |
| Tabela 22 - | Presidente da Provincia do Ceará..... | 252 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|--|
| EAMCE | Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará |
| CAMCE | Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará |
| NHIME | Núcleo de História e Memória da Educação |
| CMF | Colégio Militar de Fortaleza |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |
| LHEC | Linha da História da Educação Comparada |
| EAMPE | Escola de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco |
| EAMSC | Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina |
| EAMES | Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo |
| RMB | Revista Marítima Brasileira |

LISTA DE SÍMBOLOS

| | |
|--|----------------------------------|
| Illm ^o | Ilustríssimo |
| Exm ^o | Excelentíssimo |
| S ^{nr} | Senhor |
| Sñr | Senhor |
| V. Ex ^a | Vossa Excelência |
| V S ^a | Vossa Senhoria |
| APEC | Arquivo Público Estado do Ceará |
| Sr. | Senhor |
| S M | Sua Majestade |
| EUA | Estados Unidos da América |
| Co. Ltd | Companhia Limitada |
| habs. | habitantes |
| Cel | Coronel |
| N. | Número |
| Vm ou Vm ^{ce} | Vossa mercê |
| Ten ^e . Comm ^{te} | Tenente Comandante |
| Cap. | Capitão |
| Cap ^m | Capitão |
| Assign. | Assinatura |
| G ^o | Governo |
| Mar ^{os} | Marinheiros |
| Comp ^a | Companhia |
| P ^a | para |
| ssup ^e | suplicante |
| 1 ^{as} | primeiras |
| corr ^{te} | corrente |
| Ten ^{te} | Tenente |
| Com ^{te} | Comandante |
| Dr. | Doutor |
| J. C. Mor ^a Com ^{te} | José da Cunha Moreira Comandante |
| Att. | Atenciosamente |

| | |
|-------------------|-------------|
| Fev ^o | Fevereiro |
| Mes ^{mo} | mesmo |
| an ^o | ano |
| S. | São - Santo |
| \$ | Dolar |
| § | Parágrafo |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 | BREVE RELATO DOS PRIMÓRDIOS DA MARINHA NO BRASIL | 36 |
| 2.1 | Armada Portuguesa: Período Colonial (1530 a 1808) | 36 |
| 2.2 | Nascimento de uma nobreza e de uma heráldica em terras brasileiras - Período Joanino (1808-1822) | 43 |
| 2.4 | Marinha no Brasil: criação da força naval ainda não tão brasileira | 50 |
| 2.5 | Em busca de Patriotas: à procura de brasileiros | 52 |
| 2.6 | Presas de Guerra: reconstruindo o arsenal marítimo da armada brasileira | 55 |
| 2.7 | Construção da oficialidade naval brasileira | 57 |
| 3 | GENTE POR PACIFICAR E MOLDAR! | 62 |
| 3.1 | A Menoridade: a espera do Imperador Menino | 62 |
| 3.2 | Movimentos de contestação: revoluções por todos os cantos do Brasil | 65 |
| 3.3 | Primórdios do processo de modernização durante o Segundo Reinado | 69 |
| 3.4 | O Brasil na “era das guerras” - Guerra do Paraguai (1864 - 1870) | 73 |
| 4 | “ANTES DE TUDO, UM FORTE”: do sertão ao mar! | 81 |
| 4.1 | O Ceará nos conflitos civis, no processo de modernização e durante a Guerra Paraguai | 81 |
| 4.2 | Ceará: antes de tudo um forte também em suas posições políticas | 84 |
| 4.3 | O Ceará e os primórdios da modernização no Segundo Reinado | 87 |
| 4.4 | O soldado cearense: menores aprendizes e a Guerra do Paraguai | 95 |
| 5 | EDUCAÇÃO E OS PRIMORDIOS DO SISTEMA DE ENSINO MILITAR NAVAL | 104 |
| 5.1 | Educação vista como ponto de unidade do país: “Uma ilha de letrados num mar de analfabetos” | 104 |
| 5.2 | Educação vista como coisa pública, dever e obrigação do Estado | 107 |
| 5.3 | Primórdios do Sistema de Ensino Militar Naval no Brasil | 117 |
| 5.4 | Escolas Preparatórias: abrindo os mares para nível secundário | 122 |
| 5.5 | Escolas de Marinhagem: um misto de formação profissional, educação religiosa e moral, instrução primária e científica | 124 |
| 5.6 | Companhias de Aprendizes Artífices de Portugal e Companhias de Aprendizes <i>menores</i> Artífices do Arsenal de Marinha no Brasil: um misto de quartel-fábrica | 129 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 5.7 | Companhias de Aprendizes Marinheiros: <i>iniciativa pioneira no Brasil</i> | 136 |
| 6 | COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ (1864 - 1889) | 154 |
| 6.1 | Implantação e consolidação da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará | 154 |
| 6.2 | Ideia de profissionalização, formação moral e intelectual e as escolas de primeiras letras na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará..... | 181 |
| 6.3 | Método Lancaster, Método Castilho e Método Hudson e as Companhias de Aprendizes Marinheiros | 203 |
| 6.3.1 | Método Lancaster | 208 |
| 6.3.2 | Método Castilho | 220 |
| 6.3.3 | Método Hudson | 225 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES GERAIS | 231 |
| | REFERÊNCIAS | 240 |
| | APÊNDICES A – ALISTAMENTO DE MENORES RELATIVO AO ANO DE 1865 NA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ, COMANDANTES DA EAMCE, CAPITÃO DO PORTO DA PROVÍNCIA DO CEARÁ E PRESIDENTE DA PROVINCIA DO CEARÁ ENTRE 1864 E 1889..... | 251 |
| | ANEXOS A - 1865 – LIVROS COPIADORES DE OFFÍCIO DA MARINHA - ORGANIZAÇÃO DA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ (INÍCIO AS ATIVIDADES EM 4 DE ABRIL DE 1865, NA CIDADE DA FORTALEZA – PROVÍNCIA DO CEARÁ) | 253 |
| | ANEXO B – MAPA DA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ – 1865..... | 258 |
| | ANEXO C - 1865 – LIVRO COPIADORES DE OFFÍCIO DA MARINHA - ALISTAMENTO DE MENORES PARA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ..... | 259 |
| | ANEXO D - DECRETOS DE CRIAÇÃO DAS COMPANHIAS DE APRENDIZES MARINHEIROS NO BRASIL | 270 |
| | ANEXO E - JORNAL CEARENSE E JORNAL O SOL – 1865: EMBATE DO ALISTAMENTO MILITAR DO APRENDIZ DE MARINHEIRO ANTONIO FRANCISCO DE PAULA | 280 |

| | |
|---|------------|
| ANEXO F - FOTOS DA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ ENTRE 1886 e 1917 | 287 |
| ANEXO G - FOTOS ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ A PARTIR DE 1917 | 289 |
| ANEXO H - FOTOS DA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ A PARTIR DE 1917 | 297 |

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga as relações do Ensino Militar promovido pela Marinha Brasileira e a Educação Brasileira, a partir da análise da criação da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará – EAMCE, inserida no contexto histórico-educacional cearense do Segundo Reinado (1864-1889).

O Regime Militar (Ditadura Militar) deflagrado em 1964 deixou profundas marcas no imaginário brasileiro principalmente no que concerne ao preconceito acadêmico, velado na ausência de comentários sobre o assunto. Essa inanição intelectual pode ser culpada por não haver material para pesquisa suficiente, o que frustrou minhas primeiras investidas. Não está em mim, porém, desanimar e, mesmo sem pertencer a um grupo específico de pesquisa, continuei procurando autonomamente.

Foi então que, em 2005, cursando o terceiro semestre de Pedagogia, durante o IV Encontro Cearense de Historiadores da Educação, conheci o Núcleo de História e Memória da Educação – NHIME, que, através de sua idealizadora e doravante coordenadora, professora Dr^a. Maria Juraci Maia Cavalcante, tomei conhecimento sobre o livro de Fernando de Azevedo que versa sobre o assunto em caráter nacional e o livro de Plácido Aderaldo Castelo, que o faz em caráter local.

Devido a dificuldades de ordem pessoal, não pude participar dos Encontros de 2006 e 2007, realizados em Guaramiranga e em Aracati, respectivamente, o que não impediu que eu continuasse o estudo das fontes apresentadas e a pesquisa autônoma. Por conta do contato com a referida linha de pesquisa, em 2008, no VII Encontro Cearense de Historiadores da Educação – Vitrais da Memória: lugares, imagens e práticas culturais, pude apresentar o artigo intitulado Ensino Militar no Ceará: Colégio Militar de Fortaleza, consolidação do ensino centenário, apresentado na modalidade Pôster, em Barbalha.

Na ocasião, fui incentivada pelos organizadores do Encontro a buscar novas leituras que me levassem a conhecer a História do Ensino Militar em Fortaleza. O Colégio Militar de Fortaleza (CMF), por sua idade e imponência, era um convite tentador demais para ser ignorado dentro do tema, principalmente por ser uma referência na educação em nossa cidade.

Haja vista a reclusão e a discrição com que as instituições militares resguardam seus registros de atividades, lancei-me ao desafio de desenvolver um projeto de mestrado sobre o ensino militar do Ceará, com ênfase no ensino secundário oferecido pelo Colégio Militar de Fortaleza, e, mesmo sem muita certeza sobre a anuência da instituição, bati às

portas do CMF a fim de conhecer e estudar sua trajetória histórica e educacional em Fortaleza.

O primeiro obstáculo com que me deparei apareceu antes de chegar à instituição: o meio acadêmico, por conta, como já mencionado, do período entre 1964 e 1985, vê com desconfiança a tentativa de estudar os militares por receio preconceituoso de exaltar daquilo que eles consideram reprovável. Lembro-me nitidamente de um dos avaliadores da banca de seleção para o mestrado ter-me perguntado como eu iria abrir essa caixa preta. O estigma da repressão e da violência fez um laqueio em volta do tema, de forma que respondi inocentemente: “- Batendo na porta, indo até eles.” Assim o fiz.

Chegando à instituição, no entanto, o obstáculo mostrou-se não tão contumaz. Apesar da resistência em permitir que uma civil (filha e irmã de policiais militares, mas, ainda assim uma civil) remexesse em seus arquivos, o comandante do colégio autorizou minha entrada e disponibilizou seus documentos - BI - os Boletins Internos, e o acervo da biblioteca que continha os exemplares de algumas revistas de edição do próprio colégio e dos alunos que se mostraram serem fontes repletas de práticas escolares cotidianas da instituição. Além disso, fui posta em contato com ex-alunos que forneceram depoimentos, acesso as suas reuniões e jornais de sua autoria, que enriqueceram inexoravelmente minha pesquisa.

Apesar das dificuldades, concluí minha dissertação de mestrado intitulada História do Ensino Militar no Ceará: entre documentos, revistas, jornais e memórias do Colégio Militar de Fortaleza (1962-1968), sobre a orientação da Professora Doutora Maria Juraci Maia Cavalcante, defendida em 2011, no Eixo de Instituições Escolares, da Linha de Pesquisa História da Educação Comparada – LHEC, da Universidade Federal do Ceará - UFC.

Por meio da pesquisa para o desenvolvimento de minha dissertação, deparei-me com fontes que mostram que a sociedade brasileira tem sido, desde o período colonial, educada basicamente pela Igreja ou pelos Militares; sempre focados na formação da elite (tanto civil como militar). Ambos os ensinamentos permanecem trancados em seus seminários, quartéis ou academias.

O ensino desenvolvido pela Igreja e suas diversas ordens, mais particularmente aquele ministrado pela ordem Jesuítica, é amplamente discutido e difundido na maioria dos livros de História da Educação no Brasil, no entanto, embora remontem à mesma origem cronológica e, tenham, portanto, uma grande contribuição histórica, o ensino militar não recebeu tal mérito, sedimentado em minhas dúvidas o questionamento sobre o porquê dessa lacuna histórica. O ensino militar é um dos alicerces da formação da sociedade brasileira assim com o ensino religioso e, no entanto, quase não há discussão acadêmica sobre seus

métodos de ensino. A pesquisa do mestrado, então, abriu a porta para o questionamento inquietante sobre a latência do ensino militar no Brasil.

Haja vista a gama de modalidades e subdivisões das instituições militares, para esta tese de doutorado, privilégio o ensino militar naval, especificamente aquele dedicado à formação dos menores de idade (jovens entre 9 a 17 anos) oriundos das camadas populares. É interessante salientar que o ensino militar naval é, em sua origem, elitista, e foi o precursor do ensino superior no Brasil. De onde surgiu, então, a atitude de aceitar a educar a camada popular? Qual a contribuição real das Escolas de Aprendizes Marinheiros para a formação da juventude cearense, durante o Segundo Reinado?

O recorte temporal escolhido para este estudo (entre 1864 a 1889) é o período de criação, em Fortaleza, da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará - CAMCE, marcado que foi pela mudança do regime político (acessão e decadência da Monarquia e, a instauração da República), pelo conflito bélico de proporções continentais (Guerra do Paraguai ocorrida em 1864-1870), e o processo de expansão da educação por todos os recantos do Brasil. Foi necessário, no entanto, por conta das informações nas fontes estudadas, retroceder um pouco no tempo até o ano de 1833 (ainda durante a Regência) quando encontramos em documentos oficiais, os primeiros registros de alistamento de menores para os navios de Guerra da Marinha e a educação estava sendo pensada como uma coisa pública, pelos então dirigentes da Nação.

A educação é uma construção social que deve ser analisada sempre dentro de bem marcado contexto social, político e econômico, por tanto quaisquer fontes consultadas sobre educação devem conter principalmente elementos de sua história. Assim, a fonte bibliográfica base desta análise é ainda o livro¹ *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*, de Fernando de Azevedo e o livro² *História do Ceará: História do Ensino do Ceará* de Plácido Aderaldo Castelo. Ambos os autores refazem a trajetória do ensino militar no Brasil e no Ceará, desde o período colonial.

A instrução pública no Brasil é discutida à exaustão na obra de Primitivo Moacyr³. Tomei-o também como referencial bibliográfico pelo amplo panorama educacional brasileiro que é desenhado por ele desde o período colonial, mas o que me chamou a atenção

¹Ver Fernando Azevedo. *A Cultura Brasileira: Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 3º edição. Edições Melhoramento. São Paulo. 1958.

²Ver Plácido Aderaldo Castelo. *História do Ceará: História do Ensino no Ceará*. (Monografia N. 22). Coleção Instituto do Ceará. Departamento de Imprensa Oficial. 1970.

³Ver Primitivo Moacyr. *A instrução e o Império* - 1º vol. *A instrução e o Império* - 2º vol. *A instrução e o Império* - 3º vol. *A instrução e as províncias* vol. I. *A instrução e as províncias* - Vol. II. *A instrução e as províncias* - Vol. III. Consultado em 2014, disponível no site:

<<<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>>>

foi o enfoque regional pontual sobre a educação em cada província (donde pudemos descobrir mais sobre o ensino militar na Província do Ceará). Liberato Barroso⁴ também está no nosso rol bibliográfico por sua contribuição, enquanto Conselheiro do Império, abordou a temática do ensino militar e da instrução pública brasileira. Prado Maia⁵, por sua vez, discorre sobre a trajetória da instituição naval no Brasil, sendo relevante para a pesquisa, uma vez que ele foi aprendiz de marinheiro.

Tomei também como fonte a literatura desenvolvida pelos militares, como revistas editadas pela própria Marinha e pela própria Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Revistas essas que mostram sua trajetória e suas práticas escolares, além de apresentar sua história por datas comemorativas. Essas publicações serviram, principalmente, para construção de uma cronologia básica, não tendo sido recomendável usar mais da teoria pela alta carga de imparcialidade na descrição dos feitos e das conquistas, não sendo esse meu objetivo.

Consultamos, também, relatórios e ofícios, escritos pelo Ministério da Secretaria dos Negócios da Marinha entre 1864 e 1889, coletados, transcritos e organizados a partir do acervo do Arquivo Público do Ceará, do acervo do Arquivo da Marinha e do acervo do Arquivo Nacional, que serviram para verificação da sistemática dos serviços da Marinha e dos alistamentos constantes de menores para a instituição, assim como serviram para identificar seu espaço físico em Fortaleza, as práticas da organização da escola para com o ensino profissional e de primeiras letras (o mestre-escola responsável por ministrar as práticas profissionais, o professor de primeiras letras responsável por ministrar o ensino primário e a doutrina cristã, assim como o currículo escolhido, e os métodos de ensino utilizados como Método Lancaster, Método Castilho e Método Hudson).

As diretrizes, normas e regulamento militares vigentes à época foram verificados nos documentos das Leis do Império do Brasil⁶. É válido ressaltar que no Império foi um período histórico em que não existia uma proposta definida para a educação pública, principalmente ao que concerne a instrução de primeiras letras. Nesse período, as Forças Armadas, Exército e Marinha, já desenvolviam independentemente suas diretrizes, normas e regulamentos específicos para a educação e a instrução militar, embora voltada para formação dos oficiais superiores, em suas Academias. A partir de 1840, verificamos que a Marinha

⁴Ver José Liberato Barroso. A Instrução Pública no Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Garnier. 1867.

⁵Ver Prado Maia. A Marinha de Guerra no Brasil na Colônia e no Império (tentativa de reconstituição histórica). Livraria José Olympio Editora. . Rio de Janeiro. 1965.

⁶Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>> Acesso em 2012 a 2015.

passou a sistematizar e estruturar o ensino para os oficiais inferiores e sua classe subalterna, oriundas em sua maioria da camada popular.

Cavalcante (2015, p. 2-3) nos adverte que

O jornal condensa relatos sobre acontecimentos os mais variados que se referem, de modo especial, a um ordenamento material e simbólico daquela cidade em que é inscrito. Além disso, ele não se limita a registrar os acontecimentos locais, pois tende a trazer para os leitores daquela cidade notícias de outras localidades, contendo uma noção de espacialidade, que traduzida em linguagem político-administrativa, típica do processo de edificação republicano como o nosso, cresce da esfera municipal à estadual, chegando a abarcar a nação e o plano internacional, sem descuidar de unidades menores como bairros, distritos, becos e lugares mais ermos.

Dessa perspectiva, *Cearense*, *O Sol*, e *A Constituição*, periódicos⁷ cearenses editados durante os períodos entre 1864 a 1871, serviram como retrato do cotidiano urbano, na medida em que apresentaram a postura das famílias em busca de educação para seus filhos e revelaram a atitude das autoridades quando solicitadas a demonstrarem seu patriotismo e promoverem a instrução pública, considerada no momento uma coisa pública e também ganhando espaço como uma questão social.

Esse tipo de fonte é importante para minha construção acadêmica uma vez que me facilitou relacionar os ambientes local (Fortaleza), nacional (Rio de Janeiro) e internacional (Portugal) nesse período, além de retratar as reformas do ensino público brasileiro que tendiam para os modelos europeus. Toda troca de informação, na época, era veiculada pelos jornais, a população ansiava pelo pacote com as últimas notícias da Corte. Embora a grande maioria da população fosse analfabeta, essas notícias transitavam por todos os espaços sociais, desde gabinetes, confraria, praças, pátios das Igrejas, até mercearias e bares. Ressalto principalmente o jornal *Cearense*, de 1864 e 1865, por enfatizar as reformas na educação baseadas nas experiências de países ditos civilizados.

Durante este doutorado, fui instigada a escrever artigos⁸ sobre a pesquisa em andamento apresentados nos Congressos da Linha da História da Educação Comparada –

⁷Ver CEARENSE, Periódicos consultados na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Hemeroteca. Setor de Periódicos MICROFILMADOS. Em sua maioria, encontram-se com as seguintes observações – DANIFICADOS ou MULTILADOS, dificultando identificar com precisão as referências exigidas pelas normas acadêmicas. Porém apresentam muito dos textos na íntegra. Consultados entre os anos de 2012 a 2015.

⁸Em 2012, apresentei o artigo intitulado *Ensino Militar Naval: entre pontes e barcos*, que partiu de uma pesquisa exploratória para definir uma cronologia sobre o tema. Em 2013, apresentei o artigo *o Ensino Militar e a contribuição da educação moral em Durkheim: uma perspectiva comparada*, com objetivo de analisar a relação entre princípios de formação moral na sociologia de Durkheim e regras morais presentes no ensino militar, e o artigo *Marinha entre Portugal e Brasil para compreender a criação da marinha brasileira*. Em 2014, apresentei o artigo *Os Menores e as Escolas de Aprendizes Marinheiros, e A Terceira Via: educação e a marinha brasileira*, que ajudou a refletir sobre os agentes e o público alvo do ensino militar naval. Em 2015, apresentei os seguintes artigos: *Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará* e *a Guerra do Paraguai (1864-1871)*, que ajudou a compreender a função da escola, e o artigo *Uma apreciação histórica da política de instrução pública para a*

LHEC (2012 a 2016), sob a intenção de promover debates, questionamentos e reflexões sobre a pesquisa. Todos esses artigos, pequenos recortes da tese, permitiram definir melhor o objetivo da pesquisa, e a construção da narrativa, uma vez que o tema transita por diversos campos, dentre eles história da infância, história da educação, sendo nosso foco prioritariamente, a história do ensino militar, especificamente, nesse estudo do ensino militar naval.

É importante salientar que, entre o Período Colonial e Primeiro Reinado, os jovens da elite tinham apenas duas opções de educação: ingressarem nas escolas militares ou nos colégios e seminários administrados pela Igreja, mesmo que não ambicionassem nem uma carreira, nem outra. Azevedo (1958, p.238) ressaltou sobre isso que,

Durante mais de um século, desde que se fundou o Império, essas duas carreiras militares e as profissões liberais eram as únicas que estavam ao alcance dos brasileiros, mediante educação superior: as atividades técnicas, rotineiras ou ainda incipientes, nem exigiam preparação especial nem exerciam sobre a mocidade a menor atração.

Castro (1972, p.43) acrescenta que,

Entre as populações do interior do país, em que o acesso ao bacharelado era proibitivo antes da criação dos Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda, o ingresso no clero era um meio de que normalmente lançavam mão as famílias dominantes das pequenas localidades para assegurar sua supremacia social e política.

Enfatizamos que no período colonial até a chegada de D. João VI ao Brasil era proibido o ensino superior. O ensino proposto pela Igreja, considerado como oficial, uma vez que o Estado delegou essa função a ela, tinha em conjunto com o ensino militar, a formação da elite brasileira. Temos aqui um triângulo na educação brasileira – Igreja, Militares e elite brasileira (muitos oriundos da nobreza falida da Europa, de burgueses portugueses fugidos dos conflitos europeus, e grandes latifundiários na Colônia) - todos em busca de uma formação que os mantivesse dentro da máquina administrativa do Estado.

formação de professores no Ceará sob o Segundo Império, que nos ajudou a perceber e a compreender a dificuldade de professores na escola de aprendizes. Em 2016, apresentamos os seguintes artigos: Situação de fragilidade e de risco para os menores aprendizes da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará, XI COLUBHE na Universidade do Porto. Assim como, apresentamos no XV Congresso de História da Educação do Ceará, os seguintes trabalhos: Método Lancaster, Método Castilho e Método Hudson: métodos de ensino e as Companhias de Aprendizes Marinheiros durante o Segundo Reinado (1864-1876) e Collegio de Educandos Artífices: ensino público profissionalizante para menores órfãos e desvalidos em Fortaleza (1856-1867). Todos eles vieram a ajudar a definir melhor nosso objetivo de pesquisa e alguns se constituíram em tópicos dessa narrativa.

Para a sociedade da época, o objetivo de qualquer plano de carreira para a elite local era a formação acadêmica em universidades européias. Os brasileiros⁹ ambicionavam as Universidades de Coimbra e de Lisboa. De seu lado, os cidadãos consideravam que estudar, em instituições como militares e as religiosas, era o meio de acesso certo a essa formação superior, enquanto que as instituições viam, na educação, a capacitação de seus líderes.

Mas e quanto à formação da camada popular? Essa pergunta foi à motivação para investigar, conhecer e compreender a contribuição do ensino militar como via de formação e educação no Segundo Reinado; foi à motivação para desvendar no campo da educação pouco discutido e parte renegado ao ostracismo.

A pesquisa mostrou que dentro das Forças Armadas na época, o Exército, a partir de 1822, foi convocado para atuar nessa modalidade de ensino, conciliando interesses próprios e do Estado, na medida em que atuou junto à camada popular, classificada por Lobo dentro da população marginalizada do processo econômico, político e social do país e constituída por uma massa crescente e inquieta de “despossuídos, desclassificados e marginalizados”. (LOBO, 2008, p.325-332).

Nessa época, pensar a educação estava intrinsecamente ligado aos aspectos econômico, político e social do Estado, fazendo da instrução pública uma questão de ordem da esfera pública, o caminho para a construção do país. Na questão econômica, o capitalismo e o liberalismo exigiam que o Estado minimizasse gastos, especialmente com o assistencialismo, (para com orfanatos, asilos de mendicidade, que captavam e formavam mão de obra capacitada para trabalhar no processo de modernização que começava a espalhar também pelo Brasil).

Na questão social, de acordo com Elias (1994), cada sociedade estabeleceu uma forma de regulamentação social e controle do indivíduo, nesse caso específico, o controle da camada popular, adequando-o a um padrão de modelação e civilidade, como cita: “Na verdade, é cultivada desde a tenra idade no indivíduo, como autocontrole habitual, pela estrutura da vida social, pela pressão das instituições em geral, e por certos órgãos executivos

⁹Ver Memórias Póstumas de Brás Cubas. Machado de Assis. Tipografia Nacional. 1881. Disponível em :<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000167.pdf>> Acesso 15 jul. 2015. No Capítulo 20 – Bacharel-me – p. 21, 1881, Machado de Assis faz alusão a essa formação de forma crítica e inteligente: “*Um grande futuro! [...] E foi assim que desembarquei em Lisboa e segui para Coimbra. A universidade esperava-me com as suas matérias árduas; estudei-as muito mediocrementemente, e nem por isso perdi o grau de bacharel; deram-me com a solenidade do estilo, após os anos da lei; uma bela festa que me encheu de orgulho e de saudades, — principalmente de saudades. Tinha eu conquistado em Coimbra uma grande nomeada de folião; era um acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo prático e liberalismo teórico, vivendo na pura fé dos olhos pretos e das constituições escritas. No dia em que a universidade me atestou, em pergaminho, uma ciência que eu estava longe de trazer arraigada no cérebro, confesso que me achei de algum modo logrado, ainda que orgulhoso.*”

da sociedade (acima de tudo, a família).” (ELIAS, 1994, p.179). É nesse contexto, que o Estado vai captar crianças, na mais terna idade, para participarem proativamente da vida econômica e social no Brasil, moldada pela via da educação.

A chegada da Corte Portuguesa significou a propagação do processo de civilidade¹⁰, imprimindo no indivíduo o controle de suas emoções, tornando-o polido, educado, isto é, moldando seu comportamento através do acesso à formação moral e cristã, ministrada nas academias, colégios e, principalmente, para a camada popular nas escolas de primeiras letras. Na verdade, não havia interesse do governo investir em educação, mas houve algum investimento, mesmo que precário, no sentido de formar a elite.

Assim, em 1808, houve a criação da Academia Militar de Marinha e, em 1810, da Academia Militar do Exército, ambas palco da formação intelectual da elite, que paulatinamente tiveram acesso às academias de Medicina, Direito, Belas Artes, dentre outras. O ingresso na Academia Militar da Marinha se dava pela indicação de autoridades junto ao governo, que, após a análise pelo Ministério e Secretaria dos Negócios da Marinha, emitia um parecer para o imperador que autorizava ou não a indicação.

Com a volta de D. João VI para Portugal, o Império, sob o comando por D. Pedro I, precisou traçar diretrizes para a educação. De acordo com Azevedo, a proposta para a educação precisava corresponder às necessidades do novo cenário brasileiro que iniciava uma “transição do patriarcalismo agrário para um tipo de vida urbana e mais industrial”. (AZEVEDO, 1958, p.66)

O novo imperador, então, começou o tímido desenvolvimento do ensino para camada popular, tendo como aliados os militares, que foram solicitados a atuar junto à população, ao serem convocados a partir de 1822, para difundir o método do ensino mútuo por todas as províncias, onde existissem seus estabelecimentos militares, tornando-se o embrião das Escolas Regimentais do Exército, como enfatizou Vianna (1897) e Almeida (1989). Até então não encontramos registros de escolas militares para o povo.

Fortemente influenciada pelos princípios da formação portuguesa, a educação brasileira, delineada pela Lei das Cortes Constituintes de Portugal, de 28 de junho de 1821, e promulgada no Brasil pela Assembléia Constituinte de 20 de outubro de 1823, enfatizou, como citou Almeida, o direito de que “todo cidadão poderia abrir uma escola elementar, sem obrigações de exame, nem licença ou autorização.” (ALMEIDA, 1989, p.57).

¹⁰Ver O processo civilizador: uma história de costumes de Norbet de Elias, 1994, p. 108-119.

Educar passou a ser, então, uma iniciativa do governo partilhada com suas instituições público-estatais, em particular as instituições militares. A responsabilidade partiria do interesse específico dessas instituições e da disposição para assumir o desenvolvimento da educação.

A instrução pública primária, de acordo com Almeida (1989), não estava organizada ou sistematizada em um órgão específico para essa função, mas sustentava-se sobre as ações de quaisquer ministérios que quisessem atuar na área. Essa indefinição foi à oportunidade para o Exército e Armada iniciarem e desenvolverem um sistema de ensino específico, com estrutura e normas próprias, afinal eles estavam presentes em todas as províncias na época.

Nesse contexto, Almeida (1989) acrescenta que o Ministério da Guerra, em 1825, convocou o exército e difundiu, em seus quartéis, as aulas de primeiras letras, doutrina cristã e moral para a sua classe subalterna, como citado anteriormente. E, de acordo com as Leis do Império do Brasil¹¹, o Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha inauguraram suas ações na instrução nesse nível de ensino, em 1833, com as aulas de primeiras letras nos navios de guerra, lançando, por sua vez, as bases para as escolas de marinhagem, difundindo a educação nas mais remotas localidades, uma vez que os próprios navios se constituíram em navios-escolas.

A instituição naval, especificamente para as Escolas de Aprendizes Marinheiros, admite não ter registros sistematizados sobre a formação oferecida no Ceará quando da sua implantação. Daí ter-me empenhado nesta pesquisa sobre a Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará (EAMCE) – denominada, inicialmente, de Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará (CAMCE), entre 1864 e 1884, tendo a partir de 1885 sido (re)nomeada de Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará - para compreender a participação do ensino militar naval e sua contribuição para a sociedade cearense, já que, o Ceará, a época, não possuía marinha mercante, não possuía um arsenal de marinha, não era área de trânsitos de navios de guerra, e não passava de um “grande areal” como definiu Raimundo Girão (GIRÃO, 1983, p.12).

O artigo Centenário da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará¹², publicado em 1964, mencionou essa deficiência de informação: “Até 1931, seu funcionamento foi quase obscuro e pouco conhecido pelo público”. Essa revista foi redigida para comemoração do

¹¹Ver Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>> Acesso em: 03 Jan. 2012.

¹²Revista do Instituto do Ceará, 1964, p. 338-340, “*Centenário da Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará: esforço histórico*”, e a Revista Marítima Brasileira RMB - nº 10 - 14, no período de outubro, novembro e dezembro de 1964. Nesses artigos não constam o nome dos autores.

centenário da Escola, e, apesar de não ter definido o autor do artigo, ela mostra datas importantes para o resgate da história do estabelecimento.

É meu intuito investigar, descobrir e apresentar a participação do ensino militar naval na educação cearense durante o segundo reinado, pontuando:

- a) Quando foi seu início no Brasil e no Ceará?
- b) Como se deu sua trajetória histórica entre 1864 a 1889?
- c) Qual o objetivo da instituição em promover esse ensino?
- d) Quem buscou esse ensino?
- e) Que ideias pedagógicas eram seguidas?

Assim, buscamos investigar as ações do governo imperial que foi paulatinamente delineando a participação dos militares na educação. Durante as décadas de 1830 a 1840, quando o Brasil passou por inúmeros conflitos (as chamadas Revoltas Nativistas), que eclodiram pontualmente por todo o país, num processo posteriormente reconhecido como formador da identidade do Estado-Nação, a educação foi posta como uma questão social. Nesse período, encontramos indícios do ensino militar naval junto à camada popular.

Com o Golpe da Maioridade, em 1840, encerrou-se, ou, melhor dizendo, minimizou-se, as disputas no âmbito político, ao coroar D. Pedro II como Imperador, (re)centralizando o poder, em busca de ordenar, unir e pacificar o país. A educação, então, passou a representar a possibilidade de transformação e começou a ser discutida também como uma coisa pública, como citado no livro organizado por Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr, nos vários capítulos, onde diversos autores ressaltaram a educação como necessária para consolidar as mudanças pelas quais o país precisava passar, sendo nesse momento promovida a parceria entre o governo e suas instituições militares, vindo a se efetivar na Corte o ensino militar naval para a camada popular.

Todavia, foi durante as décadas de 1850 e 1860, de acordo com Primitivo Moacyr (1936), representada pelo início realmente expressivo do rompante educacional, através das reformas e debates sobre a instrução pública, para construir uma nova nação, na busca de transformar súditos em cidadãos, sob o controle direto do Estado, que se consolidou o ensino militar naval para a camada popular no Ceará.

A imprensa da época, mesmo focada na Guerra do Paraguai, não pode se abster de dar notoriedade à reforma educacional em seus jornais e pasquins. As publicações cearenses solicitavam voluntários para a guerra, mas também abriam amplas discussões sobre a reforma do ensino público, principalmente, no que diz respeito à obrigatoriedade do ensino.

Comentava-se, também, sobre a proposta de difusão do ensino primário e de expansão do ensino secundário. Havia diversos discursos por parte do Estado, nesse sentido, em busca de atender as exigências que as reviravoltas econômicas, políticas e sociais, da época impunham. Assim, sob a perspectiva de desenvolvimento e progresso, o Estado questionava investir na massa inquieta e turbulenta, isto é, na camada popular, a fim de despertá-la para o trabalho, para o convívio social mais civilizado, como ocorrera na Europa, e assim foi feito em parceria com as instituições militares.

Os militares tomaram a vanguarda nesse processo e investiram nesse público para além dos objetivos do governo, uma vez que a camada popular constituía o corpo da tropa, sendo a educação o meio para consolidar a própria instituição. O que antes era tomado à força – recrutamento forçado - foi repensado, do ponto de vista educacional, para seduzir a camada popular, através de garantias e vantagens, envolvendo-os com a filosofia militar (honra e glória) e moldando-os a essa filosofia de forma que esse grupo internalizasse irreversivelmente os dogmas da instituição.

Em 1864, o jornal Cearense, anunciava a importância da instrução pública para o desenvolvimento do país:

[...] os povos civilizados para resolver os grandes problemas do século – o império da razão e a conquista do espaço – os espíritos pensadores percebemos que faltava às nações o que unicamente há de resolver as grandes questões do futuro da humanidade – a **instrução pública** completa; - nós a mais illetrados d'entre ellas não devemos preocupar menos d'este *pabulum spiriti*, base de todo o progresso moral e político. A instrução primária, sem a qual não pode haver liberdade no systema de governar, princípios religiosos fixos, e moralidade bastante de um povo qualquer, deve chamar o concurso de todas as intelligencias, de todos os homens humanitários e de todos os corações brasileiros. (grifo nosso) (CEARENSE, 20 de Novembro de 1864, p.2)

O sistema governamental visava promover a formação profissional, moral, religiosa e intelectual da população marginalizada, como nos reportou Saviani¹³, de tudo isso por conta do processo econômico promulgado pelo capitalismo. Era preciso investir na instrução pública. O interesse era convencer a população de sua participação no processo econômico, embutindo-lhes as ideias de trabalho, de nacionalidade, de patriotismo, de civilidade, de coletivo e de sociedade. A educação surgia como uma questão social, mas não havia o interesse em divulgar e socializar o conhecimento intelectual das gerações passadas, esse conhecimento era privilégio da formação da elite.

O objetivo do Estado estava muito bem traçado, o que fez com que o processo educacional de impressão da ordem, das regras de moralidade e de civilidade e principalmente

¹³Ver Dermeval Saviani em História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

de mão de obra tenha sido levado a cabo de forma forçada e até violenta, através de multas para as famílias que não inscrevessem suas crianças na escola, como dispões o regulamento de 1855, divulgado amplamente nos jornais, dentre eles o Cearense que diz: “[...] aos pais, tutores, curadores ou protectores que tiverem em sua companhia meninos maiores de 7 annos a botarem-nos em qualquer escola pública ou particular sob a pena de uma multa de 1\$000 a 5\$000 semestralmente.” (CEARENSE, 16 de Dezembro de 1865, p.1) Começa a ficar claro que o Estado precisava desenvolver também uma estratégia para convencer a sociedade a acreditar no projeto para educação e aderir por vontade própria a ele.

Os militares, nesse contexto, compreendiam uma sociedade regulada por prestígios e privilégios, sendo essa uma das estratégias proposta pela educação para alcançar a simpatia da camada popular. Carvalho (1998) dá destaque a esses prestígios ao discorrer sobre a vida de André Rebouças e a importância que a educação ganhava no cenário nacional na década de 1860:

[...] os jovens Rebouças se empenharam em cumprir, fielmente, a trajetória que àquele tempo, parecia comum a jovens remediados com um certo talento para as ciências, que aspiravam poder galgar, **pela educação**, uma posição relativamente estável em um mundo de incertezas, regulado pelo prestígio e pelos privilégios. (CARVALHO, 1998, p. 82) (grifo nosso)

A parte da população que não pertencia à nobreza, ao clero, e ainda a classe média, e classe militar, perceberam, também na educação, a oportunidade para alcançar nova posição nessa sociedade elitista do período. Era dada a ela uma esperança.

Braudel (2002, p. 61- 68) nos adverte que a reconstrução ou o resgate de um *locus* histórico deve começar pela compreensão dos fatos que o constituem, buscando compreender sua época, sua realidade e seu momento social, porque transpor um objeto histórico requer muito mais que simplesmente descrever um fato. Nesse sentido, passei a refletir sobre as políticas educacionais praticadas no Ceará durante a década de 1860, focada nas estratégias utilizadas para difundir educação para a camada popular, como a implantação de métodos de ensino como citavam os jornais locais.

Braudel (2002) afirma, ainda, que para compreender o objeto histórico é necessário perceber seus aspectos mais singulares e sua contribuição para a construção da realidade de que fez parte. Na busca de investigar as relações entre Instituição Militar Naval e educação, estou tentando reconstruir a criação da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará (1864), analisando sua contribuição para a formação de menores, considerados que eram, na época, como desclassificados, despossuídos, marginalizados e, até mesmo, delinquentes.

Fontana (1998) corroborou nessa reflexão sobre a construção do objeto histórico quando ressaltou que,

Todos os historiadores constroem o passado como um objeto e sua construção é mediatizada por demandas ideológicas e se oferece na forma de uma narração, marcada ela mesma por suas regras. Isto não significa negar realidade ao passado, mas reconhecer “que há **diversas realidades** a imaginar ou que posso construir como existentes no passado. A história não é nem ficcional nem factual, é imaginativa e interpretativa.” (grifo nosso) (FONTANA, 1998, p. 30)

Essas diversas realidades devem ser interpretadas e compreendidas dentro da complexidade em que os fatos analisados aconteceram, entendendo que esses fatos não são isolados e que, portanto, devem ser considerados a partir das relações que se estabelecem entre elas. Por isso, busquei conhecer como era estruturada a sociedade cearense no período em questão e como (se é que aconteceu) a instituição militar naval contribuir para a qualificação da camada popular no Ceará. Paulatinamente, a educação se consolidava como uma alternativa de ascensão social, um exemplo a ser seguido, sendo divulgado, disseminado e implantado, também, entre esse grupo.

Muito embora como já mencionado, a metodologia para esse tipo de público priorizasse o objetivo do governo (ou da instituição) à revelia dos sonhos e desejos dos indivíduos, a Marinha, através da formação profissional e das aulas de primeiras letras (embrião das escolas de marinhagem)¹⁴ apoiada pelas autoridades locais (Presidente de Província, Juízes Municipais de Órfãos, Delegados de Policias, Párcos, dentre outros) apresentou a educação para a camada popular como oportunidade de melhorar de vida, de fazer parte da sociedade, passando a ter uma nova identidade. A esperança fora lançada.

Vale ressaltar que, nesse período, a jovem ordem capitalista, em franco crescimento, considerava apenas aqueles capacitados para trabalhar e o governo precisava qualificar mão de obra através da formação da camada popular. O liberalismo promulgava menos participação do Estado em políticas assistencialistas, especialmente em investimentos em asilos e orfanatos. O Estado se ajustando a essa lógica, percebeu na Instituição Militar (órgãos públicos) uma forma de diminuir custos com a coisa pública, partilhando com os estabelecimentos militares a responsabilidade com a formação profissional e intelectual do povo.

¹⁴Ver Leis do Império do Brasil. Embrião das Escolas de Marinhagem a bordo dos navios de guerra, para ensinar as primeiras letras, e toda a obra de marinha. Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>> Acesso em: 14 Abr. 2014.

Sob a perspectiva de Braudel (2002) e de Gilberto Freyre (1959), precisamos compreender que os menores dessa época não eram percebidos como crianças, eram adultos em miniatura. Como enfatizou Caldeira (1995, p.61), “[...] os meninos de sete anos eram classificados como “rapazes” nos censos, nove anos era geralmente considerada uma boa idade para começar no trabalho [...]”. Não existia conceito bem definido de infância na época, como ressaltou ainda Caldeira sobre o encaminhamento de menores para o trabalho: “[...] mas então ninguém considerava a infância algo separado da idade adulta. O normal era que os meninos comessem cedo, e assumissem as mesmas responsabilidades dos mais velhos no desempenho de suas tarefas, [...]” (CALDEIRA, 1995, p.61)

A lógica citada por Caldeira (1995) era levá-los a aprender algo que os tornasse úteis ao sistema, pois

Na filosofia da época, dinheiro era coisa para depois, o que importava era a oportunidade de aprender. Muitas vezes os empregados só passavam a receber salário depois de completado um longo período de treinamento, que podia se estender por um ano. Até lá, **casa, comida e aprendizado eram considerados remuneração mais que suficiente pelo esforço da formação.** (grifo nosso) (CALDEIRA, 1995, p.61)

Mesmo estando à escravidão em processo de declínio, dinheiro e trabalho ainda não estavam completamente interligados pela produção, então a lógica trabalhista ainda pendia para a importância da casa, da comida, e do aprendizado para o trabalho, enquanto que não existia diferença entre crianças e adultos e a educação era difundida para formar a força de trabalho, civilizando-os e mantendo-os dóceis. É nesse contexto que as Companhias de Aprendizes Marinheiros vão se firmar, especialmente quando do controle e militarização da camada pobre livre que circulava nas ruas e praças de Fortaleza.

Assim, nosso objetivo é investigar, a partir do campo das instituições escolares, a criação da Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará dentro do contexto educacional cearense do Segundo Reinado entre 1864 a 1889, buscando compreender sua participação na educação e na formação da sociedade cearense. Isto é, a pesquisa busca investigar a história da EAMCE para conhecer e identificar os pressupostos teórico-conceituais e educacionais utilizados pela escola e sua contribuição na formação da juventude na sociedade cearense.

De acordo com Mitter (2012, p. 115-130), compreender que os “modelos e padrões” educacionais tão diversos uns dos outros, podendo ajudar a refletir sobre os inúmeros questionamentos que constroem no caso a ideia de educação. No que concerne a Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará, falo sobre a experiência que envolve a educação militar naval, a capacitação profissional, a instrução moral e instrução primária

concomitantes no espaço e tempo apesar de haver separação bem definida entre as intenções dessas modalidades de ensino, como ocorreu em Portugal, com a escola de aprendizes artífices.

Muito embora cada sociedade busque atender suas próprias necessidades, a educação transpõe espaços e fronteiras, é um processo que não se limita aos muros de uma instituição. Ela trabalha com fatores complexos focados num único objetivo: a formação do indivíduo. Essa formação é promovida dentro de um sistema que envolve questões econômicas, políticas e sociais, e é influenciada pelo contexto temporal e pelos valores da instituição designada, seja ela civil ou militar. O desafio inerente dessa formação é estabelecer e difundir valores que conquistem o público alvo, imprimindo a intenção de melhorar de vida e manter essa condição, minimizando seus aspectos negativos de conformação, subserviência e intimidação.

Assim, a partir do conhecimento da instalação da Marinha Portuguesa em terras brasileiras e lançado mão do campo das Instituições Escolares, construí minhas observações sobre a Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará a partir do cruzamento de dados colhidos a respeito da experiência nacional sobre as Companhias de Aprendizes Marinheiros, bem como das Companhias de Aprendizes *menores* Artífices, e, do Colégio de Educandos do Ceará.

A proposta do campo das instituições escolares em Nosella e Buffa (2009) nos levou a perceber que nesse estudo as instituições escolares militares precisam ser exploradas no que se refere à proposta de educação dentro da complexidade que envolve o contexto histórico, as circunstâncias de sua criação e instalação, bem como de seu processo evolutivo, dentre as diversas categorias de análise que os autores sugerem.

Na pesquisa junto à biblioteca da Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará – EAMCE, identifiquei na revista O Aprendiz – Turma Bravo 2009, um breve histórico sobre a escola:

Entre tantas realizações, foi no ano de 1808, que D. João criou no Brasil, a Real Academia dos Guardas-Marinhas. Entretanto a Marinha Brasileira só surgiu após a Independência do país em 1822, enfrentando vários tipos de dificuldades. Afinal, havia falta absoluta de pessoal, pois um alvará de 1775 proibia os brasileiros de exercerem a função de marinheiros, pois a vida do mar limitava-se apenas aos pescadores. Devido à carência enorme de pessoal, em 1836, foi criado o Corpo de Imperiais Marinheiros que, a princípio, recrutava apenas garotos abandonados e desvalidos. Até 1875, foram criadas, no Brasil dezessete Companhias de Aprendizes Marinheiros. Atualmente quatro Escolas de Aprendizes-marinheiros estão em funcionamento: a de Pernambuco (EAMPE), Santa Catarina (EAMSC), Espírito Santo (EAMES) e Ceará (EAMCE). A Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará atual Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará (EAMCE), foi criada em

novembro de 1864, através de um decreto imperial, porém somente três meses depois iniciou suas atividades. Tudo começou em pleno clima de tensão da Guerra do Paraguai. Inicialmente, a Escola instalou-se em uma casa alugada, de propriedade do Barão de Ibiapaba. O imóvel ficava na Rua da Praia, hoje conhecida como Rua Baturité, no centro de Fortaleza. Naquela época, a Companhia contava apenas com um professor e um mestre-escola. Fortaleza vivia em meio a remodelação sócio-urbana, iniciada a partir de 1860 e inserida no contexto da “Belle Époque”, fase relativa aos primeiros anos do século XX, considerados como de uma vida agradável e fácil. Em 1885, as Companhias passaram a denominar-se Escolas de Aprendizes Marinheiros [...] ¹⁵

Nesse breve histórico, o professor da EAMCE mencionou a existência de um “professor e de um mestre-escola” específicos em suas atribuições para atender, em média, 100 menores. O artigo mencionou ainda o contexto de que Ponte ¹⁶ trata em Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860-1930), no caso, o ordenamento dos espaços públicos e o processo higienista e de disciplinamento da camada popular. Todas as capitais das Províncias do Brasil Imperial estavam sendo submetidas a uma tentativa de ajuste aos padrões da Corte, ajuste esse que envolvia segregações das classes econômica e social, restringindo o povo a periferia urbana, o mais longe possível dos olhos da elite, mas não do alcance de suas mãos.

Rodolpho Teófilo ¹⁷ relatou que, na capital cearense, a população de baixa renda foi afastada para os subúrbios: aglomerados de casebres, cercados pelo areal, sem nenhuma estrutura básica. Do ponto de vista dos moradores, no entanto, o afastamento espacial significava distância segura do processo de higienização, da obrigatoriedade da educação institucionalizada, do processo de escolarização forçada e do alistamento compulsório dos meninos para as Companhias de Aprendizes Marinheiros.

Nesse ínterim, em 1878, Fortaleza passou por uma grave seca e por um surto de varíola, que matou milhares. Pretendendo erradicar a moléstia, Rodolpho Teófilo (1997) transpôs os limites do urbano e adentrou ao subúrbio, no qual ele se deparou com o descaso governamental e a condição de acumamento que dominava a população, como vemos abaixo:

Quando saquei do bolso a caderneta e o lápis e perguntei a mulher o nome, idade, filiação e naturalidade dos filhos, ella ficou mais aterrada do que quando lhe falei da vaccina. Perguntou-me para que queria saber daquillo; si não era para **botar os meninos na marinha** e as meninas serem tiradas por orphãs? (TEOPHILO, 1997, p.112) (grifo nosso)

¹⁵Revista O Aprendiz – Turma Bravo 2009, 2009, p.9-10. Artigo de autoria do Professor de História da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará – EAMCE – Antônio Francisco Guerra Pereira - para a revista de conclusão de curso dos alunos da EAMCE, turma de 2009. Consultada em 2012 na EAMCE.

¹⁶Ver Sebastião Rogério Ponte. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930). – 3º Ed. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

¹⁷Ver Rodolpho Teophilo. Varíola e vacinação no Ceará: Primeiro milheiro. Ed.fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

Pode-se assumir pelo escrito, que as crianças eram cobiçadas pelo Estado e que eram apropriadas por ele através de quaisquer meios. Inferimos do exposto por Rodolpho Teófilo, que de seu lado e de maneira própria, a população percebeu nesse limite espacial, uma forma de se proteger contra a lei que os obrigava a exercer seus deveres para com o processo civilizatório e de educação do governo, e aliou a isso uma forma de corrigir e limitar os próprios filhos, impondo obediência para que a mão do Estado não os alcançasse.

Minha pesquisa é um recorte da primeira fase da escola, que como citei foi estabelecido entre 1864 a 1889, uma vez que a 1ª fase da escola se efetivou entre 1864 a 1931 quando do seu fechamento no Ceará. Como a primeira fase se apresenta dentro de dois momentos políticos, no caso, Monarquia e Primeira República. Optamos na Monarquia pelo Segundo Reinado por ser o momento de criação e consolidação das companhias de aprendizes marinheiros por quase todas as províncias no Brasil, como consta nos documentos consultados. É válido marcar que houve uma segunda fase para a então Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará¹⁸, cuja reabertura se deu em 1941 durante a 2ª Guerra Mundial, que pode servir de mote para pesquisas posteriores.

Assim, defini como hipótese que sustenta e motiva minha tese que existia ensino militar naval em conjunto ao ensino oficial do Estado para formar tanto a elite militar quanto a civil. Houve, no entanto, a necessidade de aceitar a formar também a camada popular. Daí, a tese de que as Escolas de Aprendizes Marinheiros foram criadas com fim específico de formar a camada popular, mantendo-o sobre controle, bem como os direcionando para o processo de aformozamento e civilidade pelo qual passavam as províncias, assim como para o processo de militarização que se dava nesse período, atendendo diretamente os objetivos do Estado.

O projeto de pesquisa foi construído a partir de um estudo documental e bibliográfico sobre a Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará, localizada na cidade de Fortaleza. A fim de conhecer a historiografia da instituição e identificar sua trajetória em nossa cidade, cruzei dados colhidos em pesquisa bibliográfica sobre leis, documentos, livros e jornais, obras literárias, da Biblioteca da Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará, da Biblioteca de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará,

¹⁸Ver livro de Dolores Aquino (2000), *Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará: Resgate Histórico*, que trata da reabertura da escola a partir de 1940. Segundo Aquino: “Na Reabertura da Escola, 1940, o efetivo constava de 04 professores civis, 01 médico, 01 dentista (Dr. Paulo de Mello Machado e Dr. Paulo do Amaral Pamplona, respectivamente), 02 Suboficiais, 03 Primeiros-Sargentos; 04 Segundos-sargentos; 03 Terceiros-Sargentos; 05 cabos; 04 Fuzileiros Navais e 07 Taifeiros. A Primeira turma de Aprendizes, alistada em 15 de Fevereiro de 1940, era composta por 101 alunos.”

do Arquivo Público do Estado do Ceará, da Biblioteca da Marinha e do Arquivo da Marinha no Rio de Janeiro e, do Arquivo Nacional. Como forma de registro desses dados, dispus de fotos, xérox e transcrições dos documentos disponíveis, catalogados em diário de campo. O resultado da pesquisa é apresentado em cinco capítulos, em que as principais ideias foram organizadas na seguinte forma.

No Capítulo 2, BREVE RELATO DOS PRIMÓRDIOS DA MARINHA NO BRASIL, fazemos um apanhado histórico da origem da Marinha Brasileira, desde o Período Colonial, quando somente existia a Armada Portuguesa, através da Regência, quando os líderes eram eminentemente estrangeiros; os subordinados, analfabetos e indisciplinados, e os recursos, defasados, até a consolidação do serviço militar nacional com a Guerra do Paraguai e sua demanda por contingente e patriotismo, quando surge a ideia de formar a classe subalterna oriunda da camada popular.

No Capítulo 3, GENTE PARA PACIFICAR E MOLDAR, discorremos sobre política, educação e sociedade do Brasil durante o período crítico de construção da identidade nacional que foi o século XIX. Recuperamos os conflitos e revoluções populares durante a Regência até a posse do Imperador Menino, enquanto apresentamos fatos sobre a transição da economia agrária para a industrialização fabril manufatureira e o contexto de desenlace e as consequências do maior conflito bélico da história nacional: a Guerra do Paraguai, sendo necessário pensar uma forma de organização a sociedade como um todo. Nesse momento, a educação entra em cena nos discursos políticos como uma questão pública e social.

No Capítulo 4 - “ANTES DE TUDO, UM FORTE”: DO SERTÃO PARA O MAR, aumentamos a precisão do enfoque histórico, diminuindo a área de estudo: analisamos as implicações da evolução nacional especificamente dentro do Estado do Ceará. Como a modernização e a beligerância moldaram o cidadão cearense e estimularam o interesse pela profissionalização e a alfabetização da camada popular, tendo os militares como um dos grupos propulsores desse processo.

No Capítulo 5 – EDUCAÇÃO E OS PRIMÓRDIOS DO SISTEMA DE ENSINO MILITAR NAVAL, dissertamos especificamente sobre a construção e a consolidação do Sistema de Ensino Militar Naval, na medida em que apresentamos os níveis de aprendizado delimitados e a evolução do público alvo de cada nível. Discursamos sobre a necessidade de instrução e moralização da camada popular e a participação dos militares em busca de efetivar a Educação através do ensino primário para esse grupo.

No Capítulo 6 - A COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ (1864 – 1889), foi dedicado à descrição da História da Companhia de Aprendizes

Marinheiros do Ceará desde as circunstâncias que envolveram sua criação até sua consolidação como estabelecimento de ensino e como oportunidade de carreira e profissionalização para a juventude cearense. Assim como, a apresentação dos Métodos de Ensino identificados na escola, onde ressaltamos os Métodos Lancaster, Castilho e Hudson, sendo os dois primeiros responsáveis pela definição dos critérios de organização e logística dos estabelecimentos de ensino enquanto o último estabeleceu os parâmetros pedagógicos da alfabetização.

2 BREVE RELATO DOS PRIMÓRDIOS DA MARINHA NO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo fazer um breve apanhado histórico sobre a origem da Marinha Brasileira, desde o Período Colônial, quando somente existia a Armada Portuguesa; através da Regência, quando os líderes eram eminentemente estrangeiros; os subordinados, analfabetos e indisciplinados, e os recursos, defasados ou obsoletos; até a consolidação do serviço militar nacional, com a Guerra do Paraguai e sua demanda por contingente e patriotismo. A partir dos tópicos propostos, buscamos compreender a proposta da marinha para investir em um público específico que pudesse fazer parte do quadro permanente do Corpo de Imperiais Marinheiros, demonstramos que foram exigindo da instituição investimentos na formação de seus subalternos, o que demandou mudanças de postura e de conceitos para desenvolver a profissão de marinheiro. Ponderamos que a intenção de formação de um país que pudesse ser chamado de Estado-Nação não comportava a ideia do recrutamento forçado. Intencionamos mostrar que, aliada a essa intenção, a vinda da Corte Portuguesa para solo colonial representou a necessidade de investimento na formação, primeiramente, da elite militar naval na mesma medida em que acelerou a evolução do sistema até a Independência, de modo que foi necessário também repensar a formação para a classe subalterna. Descrevemos como ambas essas formações receberam algumas iniciativas durante o Período Regencial, mas como elas somente tomaram corpo e forma durante o Segundo Reinado.

2.1 Armada Portuguesa: Período Colonial (1530 a 1808)

Entre 1530 e 1822, o solo brasileiro era território português, portanto é possível afirmar que tudo o que é brasileiro hoje é de origem influenciada eminentemente por Portugal, inclusive instituições como a Armada.

A “descoberta” do Brasil e sua paulatina colonização deveram-se a bem desenvolvida Armada Portuguesa, pioneira na exploração do Atlântico, que contava à época, segundo o Capitão-de-Fragata Paulo Lafayette Pinto (1980), com

[...] mais de 400 navios de mar alto e mais de 1500 caravelas e caravelões. [...] notáveis navegadores e profundo conhecedores das técnicas de construção naval, puderam desenvolver suas forças navais sem interferência ou dependência de outras nações. [...] Assim é que “seis da esquadra de Tomé de Souza, que chegara à Bahia em 29 de março de 1549, permaneceram no Brasil e foram desde logo empregados no policiamento e vigilância do litoral, a fim de protegê-los contra as incursões de piratas estrangeiros”. [...] A constância de piratas e aventureiros no litoral brasileiro

especialmente em busca do pau-brasil, fez com que os portugueses desde logo se preocupassem em manter meios navais adequados **à vigilância e à defesa da Colônia**. Ademais, era necessário possuir embarcações para manter o intercâmbio e o comércio entre as capitanias fundadas. (grifo nosso) (PINTO - RMB-05, 1980, p.77)

Era uma poderosa frota naval cujo objetivo era vigiar e defender os novos territórios, garantindo a fluência do comércio com a Metrópole.

De acordo com o vice-almirante João Carlos Caminha (1980), o sexto rei de Portugal, D. Diniz, que reinou de 1279 a 1325, fundou a Armada Portuguesa, em 1312, ao nomear, um estrangeiro, o 1º Almirante de Portugal, o comerciante genovês Manuel Pessanha. Em 1380, o nono rei de Portugal, D. Fernando, que reinou de 1367 a 1383, deu o próximo passo na consolidação da investida marinha portuguesa com a criação da Companhia das Naus. O conhecimento adquirido durante o século seguinte a D. Fernando permitiu que 1º Duque de Viseu (1394 a 1460), o infante D. Henrique, quinto filho do rei D. João I, formalizasse o aprendizado desse conhecimento de modo a mantê-lo atualizado e transmitível, com a Escola de Sagres.

O Vice-Almirante João Carlos Caminha (1980) afirmou que a expansão foi alavancada com a fundação da

[...] Escola de Navegação e o Observatório, em Sagres, o infante D. Henrique não só proporcionou aos marinheiros portugueses elementos para mais arrojadas investidas contra o oceano, como também sistematizou as expedições marítimas que passaram a ser organizadas em obediência a diretrizes seguras. (CAMINHA, 1980, p. 57)

A sistematização de diretrizes e protocolos sobre as expedições permitiu que os portugueses incrementassem sua marinha de guerra, que passou a contar com peças de artilharia. Os melhoramentos permitiram que a frota de D. Henrique chegasse ao que hoje é Serra Leoa, na costa da africana.

Os navios eram conduzidos por oficiais e um contingente de marinheiros, para logística do navio, como disse Prado Maia (1965, p.4) “homens livres afeitos ao mar”, assim como de uma tropa específica, no caso, marinheiros-soldados, instruídos no manuseio das armas, com objetivo de agirem durante as ações bélicas. O que estava em jogo à época, era o domínio das rotas comerciais. Passados alguns séculos, a marinha de guerra portuguesa precisou redimensionar seus objetivos. No século XVIII, exigia um poder militar ofensivo e defensivo para proteger o país.

Rômulo de Carvalho (2001, p. 515 - 520) afirmou que durante o reinado D. Maria I, a partir de 1770, houve diversos investimentos na marinha de guerra portuguesa. O Ministro Martinho de Melo e Castro procurou através da educação desenvolver uma marinha mais

eficiente com poder ofensivo e defensivo. Passou então a criar escolas preparatórias militares para formar a oficialidade. O foco passou a ser a educação superior desses oficiais.

Foram criados diversos estabelecimentos de ensino navais como a Academia Real de Marinha, em Lisboa (Lisboa, 1779), a Academia dos Guardas-Marinhas (Lisboa, 1782) - (transladada para o Brasil e denominada de Academia Real de Marinha.), a Escola de Engenheiros Construtores Navais (Lisboa, 1796), Academia Real de Fortificações e Desenhos (Lisboa, 1790), Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto (Porto, 1803).

Cada academia tinha um objetivo específico. No caso, a Academia de Guardas-Marinha o objetivo específico era desenvolver a função militar e naval, que seria, de acordo com Rômulo de Carvalho (2001, p. 517), promover o conhecimento da “teoria e a prática do material de bordo e o desenho orientado para a construção de barcos e para o trabalho das cartas marítimas.” Essa proposta de formação, assim como de defesa do território chegou à colônia.

No Brasil, durante o Governo Geral de Tomé de Souza (1549-1553), houve investimento do governo português para a construção de estações de marinha, portos, arsenais navais e mesmo estaleiros, a fim de proteger o Pacto Colonial, dando início à implantação da Armada portuguesa na colônia.

Povoamentos, aldeias, vilas à medida que se desenvolviam econômica e politicamente, foram adquirindo *status* de províncias passando a receber representantes do poderio naval português, espalhados por toda a costa colonial. Nas fozes de grandes rios, as províncias como Amazonas e Mato Grosso, receberam também representantes da armada, como citou Prado Maia:

Assim, ao lado das povoações que fundavam, os colonizadores iam também levantando, nos pontos mais adequados, a trincheira ou fortalezas defensivas. Por isso, em toda a extensão do nosso litoral, como ao longo de alguns rios navegáveis tais o Amazonas e o Paraguai encontram-se (...) cuidado na **defesa da nossa terra**. (grifo nosso) (PRADO MAIA, 1965, p.27)

As novas províncias foram receptáculos de projetos de civilização, urbanização e educação, que foram levados a cabo de acordo com os níveis sociais da época. Algumas delas, por diversos motivos (principalmente de localização e financeiro), tornaram-se sede dos poderes político e econômico. Como tal, o investimento destinado a elas eram mais vultuosos, para garantir a logística de um arsenal e da indústria naval.

Na Bahia e no Rio de Janeiro foram instalados os arsenais principais, enquanto que em Pernambuco e Pará foram instalados arsenais secundários. Nas demais províncias foram instaladas as estações de marinha. Não havia uma sede administrativa propriamente

dita, fixada num prédio em alguma dessas províncias. O comando e as ordens eram transmitidos dos próprios navios, administração permitida fora do território português.

Na colônia brasileira, a armada portuguesa se envolveu em diversos conflitos bélicos, desde as Guerras Guaraníticas (1753-1756), Caiena (1809), Cisplatina (1816), dentre outras. Essas batalhas mostraram ao governo português a necessidade de uma política de investimento militar no sentido de suprir arsenais, estações de marinha e estaleiros para manter a armada ativa.

O Contra-Almirante Amando Amorim Ferreira Vidigal (1980) apontou as províncias que primeiro receberam os arsenais navais e estaleiros, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 1 - Arsenais e Estaleiros no Período Colonial

| Arsenais | Estaleiros |
|----------------|----------------|
| Bahia | Porto Alegre |
| Rio de Janeiro | Santa Catarina |
| Pará - Belém | Alagoas |
| Pernambuco | |
| Mato Grosso | |
| Santos | |
| Paranaguá | |

Fonte: VIDIGAL - RMB - n° 06, 1980, p. 19 – 56.

Essas províncias se tornaram portas de entrada para as notícias da Metrópole e do mundo; como tal, influenciavam social e culturalmente a sociedade, enquanto eram os referenciais político e econômico da colônia. A armada portuguesa, então, recebeu a responsabilidade de garantir o fluxo da comunicação entre as províncias, a fim de manter a unidade da colônia e seu desenvolvimento econômico. Por conta dessas investidas, até localidades de difícil acesso, como o Mato Grosso (somente alcançável pela Região do Prata), ganharam visibilidade nacional (principalmente durante a Guerra do Paraguai).

Os investimentos financeiros na armada precisaram ser repensados, porque os ideais liberais da Revolução Francesa e principalmente da Revolução Industrial inundaram as florescentes províncias com anseio abolicionistas, republicanos e federalistas, que serão foco de diversos conflitos civis durante os períodos da Regência e Segundo Reinado. As novidades técnicas e científicas significaram, para a marinha e para a construção naval, a evolução no campo dos transportes e dos materiais bélicos.

O progresso tecnológico levantou diversas propostas de formação para o trabalho, de educação e de formação do homem-cidadão. Essas propostas invadiram as instituições públicas, dentre elas a Armada.

Era de grande importância que a Armada Portuguesa, em terras coloniais brasileiras, fosse vista e reconhecida internacionalmente, tanto por nações amigas quanto potencialmente inimigas, como uma força capaz e preparada, cuidando da defesa dos domínios portugueses, cobiçados e disputados desde o Tratado de Tordesilhas. Pontualmente, na América, o que estava em jogo era soberania portuguesa sobre os outros colonizadores.

A parte o poderio defensivo inerente, algumas províncias se destacaram, em particular, como “ponto de construção e manutenção navais”, como destacou Prado Maia (1965, p. 27 – 28). Na Bahia, por exemplo, foi criada a Ribeira das Naus; no Rio de Janeiro (na Ilha das Cobras) foi fundado o arsenal que, depois, se tornou no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, desbancando o arsenal da Bahia. Pernambuco e Pará também receberam seus arsenais. O Pará foi excepcionalmente participativo da construção naval pela abundância de matéria prima: a madeira nobre retirada da floresta amazônica foi inclusive mandada para Portugal, para a construção naval deles.

O Contra-Almirante Amando Amorim Ferreira Vidigal (1980, RMB – nº 06, p. 19 – 56) construiu uma relação entre algumas províncias e as fontes de matéria-prima da construção naval desde o início da colonização: a Bahia usava a piaçaba para confecção de cabos e cordame; no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro produzia-se o cânhamo, para confecção de tecido e corda; no Paraná, o pinheiro era utilizado para fabricação do breu; o Pará e o Maranhão eram os principais produtores de algodão utilizado na fabricação de tecidos para confecção de velas, lona e pano de breu. A colônia, portanto, era investimento certo para a construção de navios, em arsenais de marinha e estaleiros locais, que assegurariam a existência e continuidade do poderio naval português.

Prado Maia (1936)¹⁹ afirmou que o início da força naval portuguesa no Brasil foi feito pela esquadra de Tomé de Souza, da qual constavam três naus (embarcação a vela, de alto bordo, com três mastros e numerosas bocas de fogo), duas caravelas (também chamado de caravelões com dimensões entre 50 a 180 toneladas, sendo o de 50 toneladas mais usado no Brasil) e um bergatim (navio de guerra de dois a três mastros), todas embarcações, de imediato, aplicadas no reconhecimento, na vigilância e na defesa da costa, como citou o

¹⁹Ver João do PRADO MAIA. *Através da História Naval Brasileira*. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1936. Série 5ª – Brasileira – Vol. 69. Bibliotheca Pedagogica Brasileira – BPB. Disponível em: <www.brasiliana.com.br/obras/atras-da-historia-naval-brasileira/pagina/22/texto> Acesso em: 29 maio 2015.

Capitão Pinto. O pastoreio do novo território implicou ademais na fundação e fabricação dos arsenais e estaleiros mencionados.

Prado Maia (1965, p.29) acrescenta ainda que os “arsenais de marinha ou armazéns navais” deviam, a princípio, recolherem ferramentas e outros materiais navais, e que esses armazéns poderiam construir navios e barcos com deslocamento superior a 130 toneladas necessárias ao transporte de mercadorias entre as províncias e para metrópole.

Mas, não era tão simples ou fácil construir navios no Brasil. Os interessados precisariam da permissão do Governador Geral, ou dos Provedores das Capitanias, como ressaltou Moura (1974, p.41) sobre a autorização para construção de navios pelo rei de Portugal em 17 de dezembro de 1548, na Colônia:

“Hey por bem que d’aqui em diante pessoa alguma não faça nas ditas terras do Brazil navio nem caravellão algum sem licença, a qual vos lhe dareis no logar onde fordes presente conforme o regimento dos provedores das ditas terras e capitánias porque lhe mando que deem a dita licença onde não estivedes”. (MOURA, 1974, p. 41, Apud Coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, o. c., p.270.)

O Contra-Almirante Vidigal (1980), no entanto, reafirmou a dificuldade para o setor de construção naval. Existiam diversos problemas relacionados á extração, ao transporte e ao armazenamento da matéria-prima, à mão de obra adequada para a construção, mas principalmente havia muitas complicações no que diz respeito ao *staff* especializado para tripular as embarcações. Segundo Moura, por exemplo, em apenas uma caravela (também denominada de caravelão), com capacidade de aproximadamente 50 toneladas, seriam necessários um contingente de mais ou menos 25 homens, no caso, “capitão, mestre, piloto, oito marinheiros, seis grumetes, dois bombardeiros e seis soldados.” (MOURA, 1974, p.34). A funcionalidade do navio exigia uma complexidade próxima à organização de uma pequena fábrica. De fato, o navio era uma pequena empresa a navegar, cujo produto oferecido destacava-se pela objetividade das ações investidas no comércio e pela subjetividade de proporcionar a segurança do Estado.

O Contra-Almirante Vidigal (1980) acrescentou também que o principal destino para a madeira extraída das florestas e para mão de obra disponível (principalmente ainda a indígena) era a iniciativa da indústria de exportação (pau-brasil) ou canavieira. Como citado, os provedores das capitanias poderiam ou não conceder licença para construção de navios. Qualquer especialista que houvesse na colônia era destinado para o interesse produtivos da época: o escambo e a cana; o que significa que a construção naval era algo minorizada, fato muito observável na contratação da marinhagem que serviam no transito da costa brasileira:

prioritariamente estrangeiros (ingleses, franceses, belgas, holandeses, italianos). É o que se pode apreciar em Dumas nas memórias de José Garibaldi, contratado como corsário da coroa portuguesa para servir no Rio Grande do Sul: “[...] dei á galeota o nome de Farroupilha, derivada de Farrapos, (...) Durante todo o tempo que fui corsário dei ordens á **minha gente** (...)” (DUMAS, 1907, p.48) (grifo nosso). Minha gente, referindo-se a seus próprios irmãos de nacionalidade e correligionários, uma vez que havia a dificuldade de outros grupos (no caso, recrutados a força ou mesmo de outra nacionalidade) aceitarem as ordens por ele estabelecidas.

As limitações a que Contra-Almirante Vidigal (1980) se referiu dizem respeito justamente à implantação da monocultura canavieira na colônia. O sucesso da colonização das terras brasileiras foi devido principalmente a essa atividade. Então, não é de espantar que seus investidores e desenvolvedores tenham ditado as regras relativas à matéria prima disponível e seu destino. Era deles o controle econômico e, conseqüentemente, político, daí a negligência com a construção naval local que desviaria o foco dos engenhos. A madeira era necessária para a construção e reparo de moendas, andaimes, caixas, carros de boi e edifícios, como casa-grande e as senzalas, enquanto que desviar os trabalhadores (escravos ou indígenas) de suas funções significava queda da produção e prejuízo (o que era inadmissível). Por sua vez, também havia uma parcela de exploração das florestas destinadas à exportação de madeira para Metrópole (principalmente para a construção e reparo de caravelas como citado), o que diminuía ainda mais o interesse pelo negócio em solo colonial.

No que concerne, a mão de obra especializada para a construção naval, apesar de Tomé de Souza ter trazido um grupo de artífices da construção naval (mestres de construção, carpinteiros civil e de ribeira, calafates, ferreiros, dentre outros), posteriormente inseridos no quadro técnico da Ribeira das Naus de Salvador, primeiro arsenal de marinha, e esse grupo ter sido destinado especificamente para a construção e os reparos de embarcações de grande porte, ainda assim não havia pessoal suficiente para desenvolver essas atividades.

Apesar de todas essas restrições, era importante investir na construção de embarcações: a vastidão da costa brasileira tornava muito vulnerável as invasões, as riquezas açucareiras que floresciam assustadoramente no fértil solo brasileiro atraíam, cada vez mais, olhos cobiçosos de outras nações ignoradas pelos tratados papais, como França e Holanda, e a própria comunicação e o transporte intracolônia, entre capitânias, era muito mais bem efetivada através da vasta malha hidroviária dos rios nativos. Assim, o comércio precisou do transporte da marinha mercante que recebia o apoio da marinha de guerra, ambas

necessitavam de uma frota respeitável. A construção naval, então, significou a consolidação das conquistas portuguesas, como consta no relato do Contra-Almirante Vidigal,

[...] a razão mais forte de se desenvolver na Colônia a construção de navios de guerra foi a possibilitar a constituição de forças navais capazes de **proteger o tráfego marítimo**, sempre ameaçado por piratas, corsários e mesmo navios de guerra estrangeiros. (grifo nosso) (VIDIGAL - RMB - n°07, 1981, p.78)

O que estava em jogo era a soberania econômica atrelada ao império territorial. A fim de mantê-los a ambos, era primordial investir em navios capazes de proteger o tráfego marítimo, especialmente no que se refere à guarda do comércio com a Metrópole.

Com o passar do tempo, no entanto, os homens afeitos ao mar e à colônia brasileira foram estabilizando. O arrefecimento da empolgação com o novo território foi inevitável. A estabilização dos negócios, o assentamento de residências e acordos políticos-econômicos internacionais significaram, para Portugal e para o Brasil, paz e tranquilidade marítimas. Progressivamente a necessidade de armamento e proteção, assim como a contratação de corsários, foi diminuindo, sendo sustentado somente um tímido contingente básico que não precisava de grandes investimentos ou construções até o ponto em que, cerca de duzentos anos depois, a marinha de guerra portuguesa encontrou-se defasada. Os oficiais navais estabelecidos na colônia brasileira passaram a fazer parte da elite política e muitos receberam títulos de nobreza durante a vinda da corte portuguesa em 1808.

2.2 Nascimento de uma nobreza e de uma heráldica em terras brasileiras - Período Joanino (1808-1822)

A paz foi quebrada. A armada portuguesa, ao envolver-se com as Guerras Napoleônicas (1803-1815), significou para Portugal, naquele momento, emergente, depender da esquadra inglesa para a guarda de sua marinha.

A chegada da Corte Portuguesa reacendeu a marinha no Brasil. Até a Independência, o governo português investia majoritariamente em estrangeiros para o desempenho de funções navais, como ocorreu em Portugal desde os primórdios na organização de sua marinha, quando no século XVIII, contratou o Marechal-General Conde de Lippe para reformar suas armadas, como cita Rômulo Carvalho:

Com Lippe vieram muitos oficiais de várias patentes e, após eles, pelos anos seguintes, outros se lhe foram sucedendo, de diferentes nacionalidades, tanto para o exército como para a marinha de guerra. Eram esses militares estrangeiros quem ocupavam os lugares de chefia das nossas praças defensivas e os comandos das tropas [...]. (RÔMULO CARVALHO, 2001, p. 515-516)

O comando das tropas estava nas mãos de estrangeiros. Eram dificuldades e limitações que tolheram as ações da marinha de guerra em Portugal e o mesmo aconteceria na colônia brasileira.

No Brasil, iniciou-se para a armada portuguesa uma nova fase com a vinda da Corte. Afinal, chegava ao novo mundo uma monarquia europeia, com toda sua máquina administrativa, que nas palavras de Schwarcz e Starling: “Não eram indivíduos isolados que fugiam às pressas, e sim a sede do Estado português que mudava de endereço, com seu aparelho administrativo e burocrático, seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, arquivos e funcionários.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 163). Era necessário reestruturar a Colônia aos padrões da Metrópole.

O Rio de Janeiro tornou-se sede da monarquia portuguesa, uma cidade que para os padrões europeus, nas palavras de Schwarcz e Starling não passava de uma

[...] cidade bisonha (ver imagem 43), estando seu núcleo principal limitado por quatro morros: do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. O ponto central ficava nas proximidades do morro do Castelo, que servia de praça de defesa durante a formação da cidade, e fora a partir de lá que o núcleo urbano inicial se espalhou lentamente pelas quatro freguesias: Sé, Candelária, São José e Santa Rita. O Rio tinha não mais que 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos. As ruas eram de terra batida, desniveladas, esburacadas, cheias de poças, detritos, brejos e mangues, uma vez que boa parte do movimento de expansão dera no sentido de domar as águas que insistiam em invadir o espaço urbano. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 176)

Foi necessário implantar e promover diversas reformas para acomodar e instalar a monarquia representada por seu soberano, sua corte, exigindo também uma representatividade em seus espaços, pois a monarquia se caracterizava também por seus palácios e monumentos. É nesse contexto, que a marinha foi instalada no Mosteiro de São Bento.

Instalar mais de 15 mil pessoas, que foram transladadas com a Corte portuguesa, acomodando-as dentro da máquina administrativa do novo império do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, gerou econômica, política e socialmente muita insatisfação entre os portugueses que viviam no Brasil.

Schwarcz e Starling ressaltaram ainda que essa insatisfação provocou, entre esses portugueses, perdas de poder hierárquico, de poder financeiro, de propriedades, inclusive das próprias residências. Perdas que, segundo a autora, foram minimizadas, com a criação de uma nova nobreza, recompensadas com

[...] título de nobreza ou outra distinção. Desse modo, sem perda de tempo, foi criado o Registro Geral das Mercês, em 1810, a Nobre Corporação dos Reis de Armas – para bem organizar o nascimento de uma nobreza e de uma heráldica em

terras brasileiras. D. João concedeu, até seu retorno, em 1821, nada menos que 235 títulos: onze duques, 38 marqueses, 64 condes, 91 viscondes e 31 barões¹⁹. Isso sem contar a instauração da Ordem da Espada e dos títulos de grã-cruz, comendadores e cavaleiros. Nesse quesito, o príncipe fez 2630 cavaleiros, comendadores e grã-cruzes da Ordem de Cristo; 1422 da Ordem de São Bento de Avis e 590 da de Santiago. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.181)

Nobreza que estaria a serviço do Estado e faria parte da máquina e da rotina burocrática, uma vez que a ideia, para a autora apenas uma reprodução da estrutura administrativa da corte de Portugal na colônia, uma vez que todas as ordens reais partiriam dela para os demais domínios portugueses.

O Rio de Janeiro abriu-se ao circuito dos grandes empreendimentos econômicos e políticos da Europa, África, Ásia e América. De cidade bisonha, torna-se, aos olhos europeus, nas palavras de Lopez e Mota, em uma cidade exótica e pitoresca, em que os novos

[...] interesses ligaram-se aos movimentos das principais bolsas dos países centrais e a portos internacionais como Liverpool, Havre, Nova York, Bordeaux, Baltimore, Bilbao, Barcelona e inúmeros outros. O porto do Rio reforçou sua posição nas rotas para o cabo Horn e o oceano pacífico, e para a Cidade do Cabo, a Ásia e a Austrália. (LOPEZ; MOTA, 2008, p.305)

Estes movimentos não ficaram apenas na questão econômica, mas se difundiram no âmbito político, pelos efeitos da Revolução Americana, da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, das Revoluções de descolonização na América, que adentraram ao Brasil, como citado. Como também, no âmbito artístico e cultural, devido à grande quantidade de pintores, artistas, escritores, jornalistas, que acompanharam a Corte portuguesa, modificando hábitos e costumes, que seriam copiados pelas demais províncias, provocando uma onda de aformoseamento, higienização e controle social pelas capitais, que se intensificaram na década de 1860. O Rio de Janeiro tornou-se o padrão político, social, cultural e educacional.

No âmbito educacional, o governo permitiu o ensino superior até então proibido na colônia. Na educação, Schwarcz e Starling (2015, p.175.) ressaltaram que “De oficial, até então, só aulas de artilharia e arquitetura militar; algumas “aulas régias²⁰” avulsas, com curso de filosofia, latim, retórica e matemática. Afora isso, o ensino era administrado pelas ordens religiosas, em conventos e seminários.” , acessível apenas à elite. Dentro das reformas estruturais, foram criados três ministérios, o da Guerra, o da Marinha e o da Fazenda e Interior.

²⁰Ver Fernando de Azevedo, A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil, 1958, p. 49. As aulas régias foram impostas como reforma na educação proposta pelo Marquês de Pombal quando a educação passou as mãos do Estado a partir de 1759 permanecendo aproximadamente até o reinado de D. Pedro I.

Já foi mencionado que a Armada Portuguesa não instalou sede física em solo colonial (a administração da frota e de sua logística era emanada dos comandantes em seus respectivos navios). A transferência da Corte portuguesa significou a montagem da máquina administrativa governamental em solo brasileiro, através de suas repartições administrativas, porém não sedes, pelo menos a curto e médio prazo. Dentre essas repartições, o Ministério da Secretaria dos Negócios de Marinha instalou seus departamentos no Mosteiro de São Bento, como citado, o que garantia a existência da instituição sem o compromisso de firmá-la (ou fortalece-la) na colônia.

Apesar da resistência colonizadora em aceitar fixar administração em solo colonial, o governo precisou reorganizar a Armada Portuguesa no Brasil. O Capitão de Fragata Paulo Lafayette Pinto (1980) fala sobre a educação promovida pela Academia Real de Marinha, (no caso a Academia dos Guardas-Marinhas, criada em Lisboa, em 1782 e trasladada com a Corte), e a instalação da Secretaria de Estado, tutora da Marinha de Guerra Portuguesa.

Essa educação inaugurou, a partir de 1808, com foco na formação superior dos oficiais militares navais no Brasil, mais um incentivo para formação da marinha brasileira, nas palavras de Lafayette Pinto: “Inicialmente, com a construção dos arsenais de marinha e de estaleiros ao longo do litoral, mais tarde, através da instalação da Academia Real de Marinha, foram proporcionados os meios indispensáveis para a formação da Marinha.” (PINTO, 1980, RMB nº 5, p.82)

Havia, então, no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, uma administração para a Armada, seus arsenais foram reavivados e melhorados, enquanto oficiais superiores estavam sendo capacitados para comandar; restava somente uma ressalva para o sucesso da marinha de guerra: mão de obra para tripular e promover a logística dos navios. A esse pessoal, entedemos como remadores escravos do Estado, proposto por Prado Maia (1965) ao se referir aos trabalhadores que eram forçados a trabalhar nos navios, posteriormente, igualados ao pessoal recrutado a força.

2.3 Homens Afeitos ao Mar versus Remadores Escravos do Estado

As grandes navegações abriram a perspectiva de emprego e aventura para homens livres de todas as camadas sociais. Era a oportunidade de buscar riqueza e de viver longe dos conflitos e doenças do Velho Mundo. Prado Maia (1965, p.5) comenta ainda que “A marinhagem era constituída pela gente do mar arrolada nos distritos marítimos, contratadas

por viagem redonda, e pelo engajamento de voluntários.” Já Boris Fausto, ao discorrer sobre os primórdios das grandes navegações, acrescenta que o espírito destemérito acompanhava esses homens além dos interesses comerciais, quando ressalta que

[...] podemos perceber que os impulsos para aventura marítima não eram apenas comerciais. [...] Havia continentes mal ou inteiramente desconhecidos, oceanos inteiros ainda não atravessados. As chamadas regiões ignotas concentravam a imaginação dos povos europeus, que aí vislumbravam, conforme o caso, reinos fantásticos, habitantes monstruosos, a sede do paraíso terrestre. (BORIS FAUSTO, 1995, p. 23.)

Com o passar do tempo, no entanto, a precariedade das embarcações, o tempo excessivamente longo das viagens, a crescente exigência do mercado econômico, a parca prospecção dos lucros e riquezas, sonhadas e prometidas, diminuíram consideravelmente o espírito aventureiro e o interesse popular pela navegação. Mas, a porta de comércio já havia sido irremediavelmente aberta. De início, os interesses do Estado e dos cidadãos convergiam para criar um novo e próspero negócio. No entanto, a prosperidade só pôde ser apreciada de um lado: o oficial. Quando os trabalhadores começaram a se evadir, a Corôa precisou de novas medidas para garantir a continuidade de seu comércio. Foi assim que (re)começou a utilização de condenados do Estado: homens que, por quaisquer motivos arbitrariados, eram jogados nos navios para tripulá-los, como ressaltou Prado Maia (1965).

No Brasil, pelo início do século XIX, alguns poucos homens livres se juntaram a uma massa de condenados da justiça e a escravos (negros e índios) para serem os remadores escravos do Estado. É válido apontar que os escravos (alforriados) eram usados mais para a logística dos navios: calafetagem, carpintaria e serralheria.

Institui-se então o estereótipo de condenados para o marinheiro. Os condenados (por vadiagem, alcoolismo, por exemplo) eram devedores do Estado, muitos levados em cárceres aos navios prisões, no caso, as persigangas, e de lá para os arsenais de guerra. Havia também os recrutados a força (especialmente durante conflitos) para suprir trabalhadores nos navios guerra. E o Estado, assim, conseguia retirar, do convívio social, homens de atitudes reprováveis, enquanto supria as necessidades da instituição. Não havia uma proposta de formação profissional para a função de marinheiro.

Existiam, também, os homens livres afeitos aos trabalhos marítimos que, misturados aos estigmatizados do Estado, deveriam atender à prospecção marítima. Prado Maia comenta, ainda, sobre a transição de mão de obra, quando aqueles que tinham afinidade foram substituídos por

[...] presos, condenados pela justiça. Nesses tempos, em Portugal como nos outros países europeus, o menor delito era aproveitado para aumentar o número de remadores do Estado, além disso já acrescido de prisioneiros de guerra e dos escravos, também acorrentados nos bancos das galés. (PRADO MAIA, 1965, p.4.)

A política de marinha dos barcos das galés instituiu os remadores escravos do Estado, colhidos, como mencionados, dentre os devedores da justiça. Necessário, principalmente, nos períodos de guerra, não havia idade ou estado civil que comprometesse o recrutamento desses indivíduos. Valia quem quer que estivesse disponível: menino, jovem, velho, solteiro, casado, sem qualquer preparo militar, além de corsários e marinheiros estrangeiros que respaldassem a autoridade do Estado.

Como afirmaram Prado Maia (1965) e Capitão Pinto (1980), a corte portuguesa chegou, ao Brasil, escoltada por navios que aportaram na Bahia, outros na Paraíba e Pernambuco e no Rio de Janeiro. Era uma frota respeitável, nas palavras Schwarcz e Starling, com oito naus, cinco fragatas, quatro brigues, duas escunas e uma charrua, além das embarcações particulares que os acompanhavam e as embarcações inglesas, ao citar:

[...] uma respeitável unidade de combate: os oito navios de guerra eram equipados com baterias de canhões que variavam entre 64 e 84, a maioria com calibre 74. As fragatas armadas, cada uma, com 32 ou 44 canhões, os brigues tinha 22, e a charrua, que transportava mantimentos 26. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.168)

Na verdade, era uma unidade de combate pronta para manter a centralização do poder monárquico na colônia e a qual precisaria de pessoal para mantê-la funcionando. E nelas seriam pensadas as escolas para controlar a marinhagem.

D. João promoveu mais uma fase para a Marinha Portuguesa na Colônia ao criar em 17 de março de 1808, o Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. O Visconde de Anadia²¹ - João Rodrigues Sá e Menezes - foi nomeado ministro, e determinou a implantação dos órgãos subordinados ao seu ministério, como Quartel General da Marinha, a Intendência e Contadoria, o Conselho Supremo Militar, o Hospital da Marinha e da Brigada Real de Marinha, a Academia Real da Guarda Marinha, o Arquivo Militar, a Fábrica de Pólvora. Essa organização institucional definiu uma nova estruturação nos arsenais navais, classificando-os em primários e secundários e as estações de marinha.

²¹Revista Marítima relata a nomeação do Ministro da Marinha: “*Tendo consideração às qualidades, merecimento e serviços que concorrem na pessoa do Visconde de Anadia: hei por bem nomeá-lo ministro e secretario de estado dos negócios da marinha e domínios ultramarinos. O Concelho ultramarino o tenha entendido. Palácio de Queluz, em 6 de janeiro de 1801.*” Com rubrica do príncipe nosso senhor”. Disponível em: <http://marinhadeguerraportuguesa.blogspot.com.br/2013_06_01_archive.html> Acesso em: 23 jun. 2014.

Prado Maia (1965) afirmou que a Marinha Portuguesa era um ramo regular do serviço público, com todas as obrigações e os regulamentos implícitos. Ele ainda descreve a graduação do corpo superior, do Guarda Marinha, no caso, oficiais superiores, e do corpo inferior, iniciando com Oficiais-Marinheiros,

[...] almirante-general, vice-almirante, chefe-de esquadra, chefe-de-divisão, capitão-de-mar-e-guerra, capitão-de-fragata, capitão-tenente, tenente-de-mar, e segundo-tenente. Guarda Marinha era o posto inicial.

Oficiais-marinheiros (inferiores) – distribuídos nas graduações de mestre, contra-mestre, guardião, sargento-de-mar-e-guerra (depois extinto) e a marinhagem, propriamente dita, em: cabo-marinheiro, marinheiro de 1ª classe, marinheiro de 2ª classe, grumete e pajem (mais tarde *boy* de cabo) (PRADO MAIA, 1965, p.35)

Nessa graduação, o posto de pajem, posteriormente, será extinto e o de grumete será uma das etapas de formação do marinheiro, conhecido na linguagem militar como recruta.

Theotonio Meireles da Silva (1881) aponta que toda a estrutura da Armada na Colônia estava pautada na autoridade e na hierarquia da marinha portuguesa, sediada que permaneceu, como já mencionado, em Lisboa. Assim,

[...] Estabelecimentos, Repartições, Leis, Regulamentos e Ordens, que hoje vigoram na Repartição da Marinha; tudo veio da autoridade portuguesa, e só depois que se modificaram ou reformaram taes Estabelecimentos, Leis e Regulamentos, é que appareceu a *Repartição da Marinha Brazileim*, propriamente dita. (SILVA, 1881, vol. 1, p.10 – 11)

Embora pareça contraditório, pois desde o início, vir para colônia brasileira era apenas uma forma que Portugal encontrou para se resguardar das investidas napoleônicas, mesmo recebendo o nome de Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, na verdade, era apenas uma repartição da marinha portuguesa na colônia.

Em meio ao fervor dessa nova estruturação, em 1808, a implantação de um estabelecimento em particular nos chamou mais a atenção por sua finalidade: a Academia Real de Marinha (no Brasil - Academia de Guardas Marinha Portuguesa) foi aberta com propósito pioneiro de prover o ensino superior militar na colônia. Como já mencionado, era muito utilizada a liderança estrangeira em embarcações portuguesas por falta de capacitação dentre o *staff* local disponível. A Academia, então, inaugurou o processo de nacionalização do comando da marinha na colônia, onde brasileiros dificilmente eram aceitos na instituição.

A partir de 1808, dentro do arsenal do Rio de Janeiro, então, foram criadas oficinas de ferraria, de cordoaria e de carpinteiros de machado e calafetes com propósito de

sanar a necessidade e suprir a manutenção e os reparos dos navios. Uma verdadeira indústria naval.

Foi necessário também preparar com acuidade específica um determinado seguimento da tripulação, os trabalhadores manuais. Não era somente o caso de tomar, por exemplo, um serralheiro civil e jogá-lo numa oficina de construção naval e esperar que ele desempenhasse um trabalho de qualidade. Esperava-se deles dedicação a um ofício e a internalização dos princípios e da profissão também militar, uma vez que eles poderiam ser requisitados em períodos de guerra.

Na época, o mundo fervilhava com as novidades da Revolução Industrial e do Sistema Econômico Liberalismo-Capitalista. Essas novidades incluíam o sistema de produção fabril que estipulava horários e funções com a precisão das máquinas que surgiam. Era exigido do trabalhador, muita mais que só dedicação, era exigido eficiência e agilidade. Os prazos encurtavam enquanto a produção aumentava.

De acordo com Prado Maia (1965), as atividades dentro do armazém da marinha não escaparam de assumir esse caráter de fábrica e, por ocasião de sua instalação, o arsenal do Rio de Janeiro, em 1808, contou com 100 marinheiros distribuídos entre as atividades logísticas da base (permanecia a necessidade de guarda e patrulha da costa, função eminentemente militar, bem como dos serviços de construção e manutenção). Porém, o novo contexto político, com a volta de D. João VI para Portugal, levou a um novo redimensionamento da marinha.

2.4 Marinha no Brasil: criação da força naval ainda não tão brasileira

O retorno de D. João VI à Europa, em 1822, exigiu da armada portuguesa uma tomada de posicionamento frente ao rearranjo político. A independência foi um momento de grande turbulência em todo o país, como aponta Schwarcz e Starling,

A adesão ao movimento ocorrido no Rio de Janeiro não foi imediata. Minas Gerais e as províncias do Sul logo se declararam favoráveis à consulta sobre a declaração de d. Pedro. Pernambuco em dezembro de 1822, jurou adesão, embora tenha tido o cuidado de já em setembro eleger seus próprios deputados. Com o território era grande, e a comunicação difícil, Goiás e Mato Grosso acabaram se pronunciando favoravelmente só em janeiro de 1823. Depois veio o apoio do Rio Grande do Norte, de Sergipe e Alagoas. No entanto, as quatro províncias do Norte – Pará, Maranhão, Piauí, e Ceará - junto com Cisplatina e, como vimos, a Bahia, mantiveram-se fiéis às Cortes de Lisboa. (Schwarcz; Starling, 2015, p. 229)

A turbulência do processo de Independência mostrou a necessidade de verificar a soberania brasileira dentro do poderio naval. Muitos dos oficiais de alto escalão, próximo ao

rei, acompanharam-no de volta a Portugal, por isso, em 1822, José Bonifácio tomou medidas para a criação da Marinha Brasileira, como mencionou Sodré,

A retirada da corte bragantina provocara o deslocamento da maior parte dos navios e das forças navais. Foi José Bonifácio, realmente, quem lançou as bases da Marinha, tomando as primeiras medidas destinadas à criação de uma força naval capaz de atender às múltiplas necessidades que se apresentava, de caráter imperioso e urgente. (SODRÉ, 2010, p. 118)

É claro que, até a concretização da Independência, não se podia falar em outra nacionalidade para a Marinha: o território era português, então sua marinha também. É compreensível, portanto, afirmar que a marinha brasileira não surgiu, da noite para o dia, como algo realmente nacional. Da mesma forma que a nacionalidade precisou ser desenvolvida, suas instituições, também, como afirmou Hobsbawm (1990)²² ao ressaltar que o conceito de nação e nacionalidade passam por uma construção social. Daí, os primeiros anos seguiram ainda nos moldes portugueses, lançando mão de lideranças com origens estrangeiras (portuguesas, inglesas, estadunidenses, chilenas, etc.).

Os conflitos armados pela emancipação colocaram os experientes oficiais lusos contra os poucos oficiais brasileiros, causando grandes dificuldades. A desvantagem brasileira era palpável, o que fez com que o governo de D. Pedro, ao fim do último combate no Chile²³, efetivasse a contratação de homens dentre eles o comandante inglês Cochrane para compor o corpo da iniciante marinha brasileira. É válido lembrar que, apesar do grande número de marinheiros estrangeiros contratados durante os conflitos, foram, largamente, utilizados, também, o recrutamento forçado, ou, melhor dizendo os remadores escravos do Estado. No Brasil, após a Guerra do Paraguai, a partir de 1871, a Princesa Isabel sancinou uma lei que aboliu o recrutamento forçado.

Durante esse período de transição política, a marinha passou pelo processo de transição de nacionalidade, na medida em que buscou atender as suas próprias necessidades, ainda presa ao molde que a gerara. Após o pagamento da multa e o reconhecimento português da Independência brasileira, abriu-se o caminho para que a instituição naval pudesse se

²²Ver Eric J. HOBBSAWM. Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

²³O Chile travou a luta de independência com a Espanha entre 1810 a 1818, tendo sua liberdade efetivada em 12 de fevereiro de 1818 quando se proclama formalmente sua Independência.. A partir de 1819 passou a apoiar a independência das demais colônias. Ver o site oficial da marinha do Chile que relata os conflitos entre 1819 a 1826 no pacífico em que Chile, Peru e Bolívia entram em guerra contra a Espanha, como vemos no seguinte episódio: “*Consolidado el gobierno después de la batalla de Maipú el 5 de Abril de 1818 y de la victoria de su Escuadra en Talcahuano, se contrató a Lord Thomas Alexander Cochrane para que iniciara la ofensiva contra la flota española del Pacífico, que permitiera enviar la Expedición Libertadora del Perú, organizada por Chile y financiada por todos los chilenos.*” Disponível em: <<http://www.armada.cl/armada/tradicion-e-historia/archivos-historicos/el-mar-en-la-historia-de-chile/2014-05-23/124127.html>> Acesso em: 12 jun. 2016.

dedicar a si mesma. Deixa de existir a armada portuguesa e nasce a proposta da armada brasileira.

O Estado brasileiro, nesse momento, estava preocupado em apaziguar as províncias e manter a unidade nacional (havia perigo real de fragmentação do gigantesco território brasileiro, como ocorreu com a América espanhola, além do que, nem todos os portugueses concordavam com a perda da colônia e existia a possibilidade de uma tentativa de (re)colonização, sendo portanto necessário reestruturar e reorganizar as instituições militares.

É possível apreciar, então, que a Marinha Brasileira foi montada para suprir as necessidades metropolitanas, desde os locais em que foram instalados seus prédios, até a designação das lideranças necessárias. Os assentamentos foram promovidos a províncias, justamente, por possuírem influência militar, o que, ciclicamente, atraiu mais atenção e precisava de mais desenvolvimento e, assim por diante, até surgirem grandes cidades, como Salvador, Belém, Rio de Janeiro, Olinda e Recife.

2.5 Em busca de Patriotas: à procura de brasileiros

Clama-se por patriotas. Termo que foi adotado a partir das ideias republicanas, cunhado na revolução francesa, utilizado pelo governo, como citou Lopez e Mota (2008, p. 326), “Foram dotados novos tratamentos e novos costumes deveriam ser implantados. Foram adotados os termos “patriota” [...]”, um termo construindo socialmente que, pela força e urgência do momento, transformaria servos em cidadãos.

Uma construção do Estado, o patriotismo relaciona-se com a ideia de cidadão, que tem direitos, mas também deveres com a pátria. Uma construção ideológica, baseada na capacidade do Estado-Nação e de todos os seus símbolos de promover o sentido de pertencimento e co-responsabilidade pelo território e de estimular, no indivíduo, o desejo de se sentir parte dele.

A Independência significou a necessidade de patriotismo pelo Brasil. O Estado começou a procurar o vínculo entre a pessoa e a terra, tanto nos que moravam aqui, quanto nos eventuais errantes que se identificassem com a causa brasileira a ponto de se disporem a defendê-la. Era necessário, se não encontrá-los, construir o brasileiro, formar o cidadão brasileiro, alguém que tivesse, no Brasil, sua terra preferida acima de qualquer outra, onde estava sua família, seu lar, seu trabalho e pelo que seria capaz de lutar, matar ou morrer.

Bertaud (2013, p.195) comenta que “A virilidade do civil é dom da vida, a do militar é a busca de morte. O soldado exerce seu corpo e modela seu espírito em preparação

para a mais abominável das violências[...]”, logo estar disposto a lutar, matar e morrer se preciso for. Para bem empregar essa virilidade, a educação foi manipulada para estimular a honra e o brio dos militares (recrutados, alistados, engajados, voluntários) e assim defenderem a pátria. Mesmo forçados a participar de um conflito, cujas causas e implicações eram quase ignoradas, a desonra da corvadia ou deserção eram inconcebíveis. Mesmo expostos a essa violência, a instrução e o aprendizado que receberam em sua formação profissional (no caso, militar) os impedia de desistir de lutar pela pátria.

Bertaud (2013) ainda afirma que a virilidade do militar transcende a violência, na medida em que, condicionada pela educação e moralidade recebidas, reflete-se no amor à pátria: patriotismo²⁴ que o caracteriza como soldado-cidadão. A honra militar espelhava-se naquela dos cavaleiros medievais, que prezavam por sua reputação, mantinham a palavra dada, protegiam os indefesos, as viúvas e os orfãos e, acima de tudo, viviam para a Pátria.

D. Pedro, em 1 de agosto de 1823, urgiu os filhos do Brasil em sua defesa: o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha recebeu, do Imperador, a tarefa de visitar a Companhia de Guardas-Marinha e a Academia Real de Marinha a fim de transmitir aos oficiais navais comandantes o Ato de Proclamação²⁵.

Nessa proclamação, D. Pedro enfatizou o patriotismo ao dever que se tem pela família, onde todos estão ligados por fortes laços de afetividade e fraternidade. No caso do patriotismo, esses laços serviriam também para regeneração política do país. Afetividade,

²⁴BERTAUD, 2013, p.200. “*Nascido cidadão, o amor da pátria, Com o sangue circula em seu coração; Mas quando se propõe a ser seu defensor É um duplo laço que o prende; Seus talentos, suas virtudes, sua glória, seus prazeres Ele deve sacrificar, mesmo em sua velhice A esse belo título que recorda sempre Até o momento de seus últimos suspiros*” (Apud - ARMAND - Le Moyen d’être heureux (O modelo de ser feliz). op. cit., p.62.)

²⁵Ver SILVA, 1881, vol 1, p. 28-30. Proclamação: «Brazileiros! Apenas resouo por todo este grandioso Imperio o brado de Independência Brazilica, e apenas os puros votos, e amor geral dos briosos Brazileiros Me Collocaram no Throno Constitucional da America Austral, veio a ser um dever sagrado para todos os filhos da Patria, espalhados pelo Mundo, abandonarem o território dos nossos inimigos, unirem-se a seus Irmãos do Brazil e tomarem parte em suas fadigas, e na gloria, que lhes resultará de generalisarem e cimentarem a Independência Americana. «O Vosso Imperador, Vosso Perpetuo Defensor, e Vosso Amigo, não deve duvidar um só momento de vossa honra, e patriotismo, Está certo que vireis sem perda de tempo rodear o seu Throno Constitucional, que é o garante da perpetuidade de Vossa Independência. Espera ver-vos chegar á porfia de empregardes vosso patriotismo, talentos e virtudes no serviço do Império, e bem da nossa Chara Pátria. Todavia não desconheço que alguns motivos ponderosos, e difficuldades suscitadas acintemente por nossos implacáveis inimigos, poderão obstar vossos desejos, e retardar vossa chegada. «Não vos assustem quaesquer sacrificios, e incommodos; pois a Pátria e a Glória vos merecem tudo. Eu vos as igno por tanto o prazo de seis mezes para regressardes aos vossos Lares. Vinde trabalhar com vossos Concidadãos na grande Obra de Nossa Regeneração Política, O Brazil assim o exige, e o Vosso Imperador vol-o manda. «Se todavia, no fim do prescripto prazo, houver algum Brazileiro, tão degenerado, ou illudido (o que Deus não permitta) que expontaneamente se deixe ficar entre os nossos injustos inimigos, deverá então ser reputado por indigno de fazer parte da grande Familia Brazileira, será immediatamente considerado, como subdito do Governo Portuguez; perdera para sempre os fóros de Cidadão do Império, e suas propriedades ficarão sujeitas á pena cominada no Meu Imperial Decreto de Onze de Dezembro próximo passado. «Brazileiros! Estou certo, porém, que a vossa resolução será o que dicta a Honra, e Brio Nacional. Eu em vós confio. «Palácio do Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1823, Segundo da Independência e do Império.- Imperador. »

amor, honra pela glória da pátria seriam demonstrados no serviço ao Império com talento, virtude e um poquinho de poder econômico, mas não tão pouquinho assim.

D. Pedro buscou incentivar seus compatriotas a investir na causa da pátria: o patriotismo se materializa em valores doados por ele e a imperatriz, como cita Prado Maia:

O patriotismo dos brasileiros não se fez esperar. O próprio Imperador deu o exemplo comprando a David Jewet, por vinte e dois contos de réis, um brigue mercante, que ofereceu ao Estado. Esse foi o brigue Cabloco, mais coberto de louros na Cisplatina. Além disso, tomou para si 250 ações do Plano, enquanto a Imperatriz se reservava 100 delas, pagando ambos, adiantadamente, a quantia correspondente aos três anos. (PRADO MAIA, 1965, p.57)

O patriotismo, então, implicava sacrifício, também financeiros, diferenciados entre as camadas sociais vigentes na época. No início do século XIX, a sociedade era muito bem dividida em somente duas camadas: os ricos, que continha as elites política e econômica (no caso do Brasil: nobres portugueses, classe média – os comerciantes, grandes latifundiários, clérigos e militares); e os pobres. Desnecessário apontar que o sacrifício exigido pelo Patriotismo de cada classe foi bastante diferenciado. Da elite, livre para se estabelecer em qualquer lugar, deveria reconhecer o Brasil como lar (não apenas como um local de negócios). O povo, por amor à pátria só podeira empenhar a própria vida e a dos seus (não havia excessões velhos, crianças, todos deveriam demonstrar o sentimento pelo chão que os alimentava).

Dentro da Marinha, os oficiais foram separados de imediato: aqueles que assumiram a brasilidade ficaram com seus comandos, em defesa da causa brasileira; os outros foram reenviados, com suas famílias, à sua terra de origem. Não havia meio termo quanto ao posicionamento do sentimento patriótico. Da mesma forma, os oficiais brasileiros erradicados, fora do Brasil, foram convocados a retornarem ao solo nacional com urgência.

Abaixo, temos o relato do oficial português Joaquim Raymundo de Moraes de Lamare (futuro Ministro da Marinha) que aderiu à causa brasílica:

DO CAPITÃO DE MAR E GUERRA
JOAQUIM RAYMUNDO DE MORAES DE LAMARE.

« Accuso a recepção do officio que me dirigio o Ajudante de Ordens de V. Ex. em data de 20 do corrente, em consequência da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha da mesma data. «Respondendo como me cumpre, ao seu conteúdo, tenho a dizer: Que tendo-se-me proporcionado occasião de regressar a Portugal, como de próximo aconteceu em a Náo *Rainha*, o tenho deixado de fazer por tencionar persistir no Brazil onde sirvo ha 15 annos; e agora com mais gosto que nunca depois que Sua Magestade fez aos habitantes deste hemispherio a graça de se declarar seu Defensor Perpetuo, fazendo com isto a felicidade deste vasto e riquíssimo continente e de todos os seus habitantes, a cujo numero tenho a honra de pertencer, e de que não desejo ser de modo algum privado, juntamente com minha mulher e meus filhos, que sendo todos indígenas deste Paiz não anhelamos outra

Pátria mais que o Brazil. « O que communico a V. Ex. para que o leve ao conhecimento de Sua Magestade Imperial ou de quem pertencer. « Praia Grande, 28 de Dezembro de 1822. >> (SILVA, 1881, vol. 1, p.50)

Como mencionado, patriotismo²⁶ é uma construção social, como construção não implica realmente uma origem, mas uma escolha, daí acontecer o reconhecimento do sentimento de nacionalidade pelos laços com a família e a terra a que ela pertence. Aconteceu, com frequência, de oficiais estrangeiros defederem a causa da Independência, por suas famílias eminentemente brasileiras.

À parte os esforços físicos e o risco de morte, patriotismo também foi cobrado (como no Ato de Proclamação do Imperador) em espécie: houve ações de quantias significativas em todas as províncias. Esse dinheiro foi empregado na compra de equipamentos bélicos para as forças armadas, assim como na contratação de oficiais estrangeiros.

Na marinha, houve o investimento em compra de novos navios e manutenção dos antigos, deixando-os prontos para batalha. Foi necessário também construir navios de carga, que transportassem o material de reparo dos navios de guerra, reavivando a construção naval. Foram feitos negócios com a Inglaterra, Estados Unidos e até mesmo com Portugal, retoma-se a construção naval brasileira. Houve, também, a reestruturação dos arsenais da Bahia, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Paranaguá, Porto Alegre, etc. Os navios da armada portuguesa foram mantidos no Brasil durante a Independência, retidos como presas de guerra, porém, muitos se encontravam sem condições de combate (quase inúteis para navegar). Na verdade, os melhores acompanharam D. João VI a Portugal.

2.6 Presas de Guerra: reconstruindo o arsenal marítimo da armada brasileira

Dentre os navios portugueses aportados no Rio de Janeiro, segundo Prado Maia (1965), como vemos na tabela abaixo, somente a Nau Martim de Freitas encontrava-se em boas condições, as outras embarcações não puderam ser utilizadas nos conflitos.

²⁶Ver Eric J. Hosbsbawm. Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 63 - 99. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/era_capital.pdf> Acesso em: 11 Nov. 2015.

Tabela 2 - Navios Portugueses confiscados pelo regime de presas pelo governo e anexadas a Armada Brasileira

| | |
|----------|-----------------------|
| Naus | Matim de Freitas |
| | Príncipe Real |
| | Medusa |
| | D. João de Castro |
| | Afonso de albuquerque |
| | Vasco da Gama |
| | Martim de Freitas |
| Fragatas | União |
| | Real Carolina |
| | Sucesso |
| Corvetas | Maria da Glória |
| | Gaivota |
| Brigues | Reino Unido |
| | Real Pedro |
| | Leopoldina |

Fonte: Prado Maia (1965, p.54)

O Capitão-de-Fragata Paulo Lafayette Pinto (1980) informou que os navios da Marinha Imperial Portuguesa eram classificados de acordo com sua capacidade de tiro. Nesses navios acima de 20 bocas, onde o contingente de pessoal era significativo, foram instaladas, posteriormente, as aulas de primeiras letras para os marinheiros, embrião das escolas de marinhagem. Na tabela abaixo, apresentamos a capacidade dos navios de guerra que existiam no Brasil à época da Independência. As escolas de marinhagem foram de grande importância para manter a ordem e o andamento das atividades dentro dos navios de guerra, verdadeiras fábricas flutuantes.

Tabela 3 - Navios da Armada Portuguesa em atividade no Brasil entre 1822-1835

| | | |
|---------------|-----------------------|---------------------------|
| Naus | Príncipe Real | 84 canhões |
| | Martim de Freitas | 64 canhões |
| | Afonso de Albuquerque | Persiganga (navio prisão) |
| | Vasco da Gama | 64 canhões |
| | D. Pedro I | 74 canhões |
| | Capitânia | - |
| Fragata | União | 40 canhões |
| | Real Carolina | 40 canhões |
| | Sucesso | 44 canhões |
| | Ipiranga | 52 canhões |
| Corveta | Maria da Glória | 32 canhões |
| | Liberal | 20 canhões |
| | Gaivota | 38 canhões |
| Brigue | Guarani | 16 canhões |
| | Reino Unido | 22 canhões |
| | Real Pedro | 14 canhões |
| Brigue-Escuna | Leopoldina | 10 canhões |

Fonte: Capitão-de-Fragata Paulo Lafayette PINTO, RMB – n° 6 - 1980 – p.87.

A Nau Príncipe Real serviu também como persiganga²⁷. De fato, a Príncipe Real foi registrada pela portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, de 31 de Maio de 1824, por aprisionar o Capitão-Tenente da Armada Nacional João Pascoe Greenfell, por faltas e excessos, ou um ou outro, cometidos no Pará, durante o conflito pela consolidação da Independência, como citou Silva,

[...] «Manda o Mesmo Augusto Senhor que o mencionado 1º Almirante o faça recolher preso a bordo da Náo *Príncipe Real*, que serve de Persiganga, afim de responder em Conselho de Guerra pelas acusações que contra elle subiram á Imperial Presença. « Palácio do Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1824. - *Francisco Villela Barboza.* » (SILVA, 1882, vol. 2, p. 172-178)

O processo contra o oficial inglês, Capitão-Tenente Greenfell, contestado por seus compatriotas, tripulantes da Náu de Guerra Inglesa, que se encontravam aportados no Rio de Janeiro, foi revisto pela Armada Nacional, detentora do réu, e, em 19 de abril de 1826, o Conselho Supremo Militar absolveu-o por falta de provas. Militares estrangeiros que não lutavam pela causa brasileira, dentre muitos que foram contratados pelo governo, e que visavam apenas à questão econômica. Como ressaltou Silva (1882), os interesses particulares de oficiais estrangeiros vinham acima dos interesses do país ao qual eles serviam.

De acordo com Fonseca (2004, p.139-157), as persigangas recebiam desde escravos enviados para correção por seus donos, até homens recrutados à força, passando por condenados da justiça e por prisioneiros de guerra (como no caso do oficial inglês citado), que, no período da mudança de regime, tiveram a permuta de suas penas para serem empregados nos navios de guerra da marinha. Nelas, os remadores escravos do Estado eram enviados à Corte e, de lá, aos estabelecimentos navais para receberem instrução militar naval ou militar do exército.

Os esforços empreendidos pelo governo para compor a frota naval brasileira foram grandes, mas insuficientes. Foi necessário recorrer à Inglaterra, não apenas para adquirir embarcações, mas também para conseguir pessoal que comandasse e cuidasse da logística dessas embarcações. Iniciava-se a armada nacional.

2.7 Construção da oficialidade naval brasileira

²⁷ Ver Nova História Militar Brasileira. Organizadores Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Capítulo 5 – A persiganga e as punições da Marinha (1808-31) (p.139-157) de Paloma Siqueira Fonseca. “O termo é uma corruptela do inglês *press-gang*, destacamento naval comandado por um oficial e encarregado de recrutar à força homens para servir na Marinha de Guerra inglesa.”

Segundo Prado Maia (1936, p.33), permaneceram no Brasil “[...] quatro almirantes, seis capitães de mar e guerra, 21 capitães de fragata, 18 capitães-tenentes, 15 primeiros-tenentes, 18 guardas-marinhas, vários cirurgiões. Além desses, 19 aspirantes, [...]”. porém não eram suficientes para as dimensões do Brasil.

A adaptação política e a transição financeira para captarem oficiais para a marinha brasileira foram intermediadas, na Inglaterra, pelo Marechal Caldeira Brant, como citado por Silva,

[...] o Encarregado de Negócios, em Londres, o Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, de, por si, contractar alguns outros, e por isso foram admittidos ao serviço da Armada Nacional e Imperial os seguintes Officiaes: João Taylor, Lord Cochrane, Thomaz Sackville Crosbie, João Pascoe Greenfell, Jaime Sheperd, Estevão Carlos Cleuley, James Norton, Samuel Gillet, Jorge Clarence, João Rogers Gledon, Carlos Watson, Guilherme James Inglis, Duncan Macrieght, Ambrosio Challes, Jorge Cowan, Raphael Wright, Carlos Mosselen, Jolié Litscostan e Carlos Jell. (SILVA, 1881, vol. 1, p.63),

Dentre as contratações acima, uma, em particular, é digna de nota, no caso, a contratação do Lord Cochrane,

DECRETO

« Sendo bem notario o valor, intelligencia, actividade e mais partes que concorrem no Almirante Lord Cochrane, que tanto se tem distinguido nos differentes serviços de que tem sido encarregado, dando provas da maior bravura e intrepidez; e Attendendo quanto será vantajoso para este Imperio aproveitar o reconhecido préstimo de um Official tão benemérito: « Hei por bem conferir-lhe a patente de Primeiro Almirante da Armada Nacional e Imperial, vencendo de soldo annualmente onze contos quinhentos e vinte mil réis, tanto em terra como no mar, e mais de comedorias, estando embarcado, cinco contos setecentos e sessenta mil réis, que são os mesmos vencimentos que tinha no Chile; não devendo, porém, considerar-se Almirante algum da Armada com direito a ter acesso a este Posto, de Primeiro Almirante, que Sou Servido Crear unicamente nesta occasião pelos expendidos motivos, e particular consideração que merece o mencionado Almirante Lord Cochrane. « O Conselho Supremo Militar assim o tenha entendido e o faça executar com os despachos necessarios. « Palacio do Rio de Janeiro, em 21 de Março de 1823. « Com a rubrica de Sua Magestade Imperial. - Luiz da Cunha Moreira.>>²⁸ (SILVA, 1881, vol. 1, p. 66-67)

O Lord Cochrane foi nomeado primeiro Almirante da Armada Nacional e Imperial com a finalidade de estruturar a Marinha Brasileira. Para tanto, ele solicitou ao imperador a contratação de oficiais navais, no que foi atendido apenas com uma ressalva, que esses oficiais fossem recrutados, inclusive aqueles que se voluntariassem, dentre os que tivessem cursado ou estivessem cursando a Academia de Marinha. A ressalva visava a garantir o *status* dos oficiais diretamente relacionado à fidalguia, como entendia Rômulo de Carvalho (2001).

²⁸Ver DECRETO de 21 de Março de 1823. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>> Acesso em: 18 mai. 2015.

Silva afirmou que o almirante considerou a medida como um obstáculo, enfatizando, inclusive, que ele próprio não atendia a esse critério,

« Fui honrado do Officio de V. Ex. participando-me a vontade de Sua Magestade Imperial que não se admitta pessoa alguma como voluntario na Armada Imperial, que não tenha os estudos da Academia, e que Guardas-Marinha não tendo os estudos não podem promover á graduação de Officiaes, cuja orden hei de obedecer, como é do meu dever; porem eja-me permittido propôr á consideração de V. Ex. como Ministro da Marinha, para que como Conselheiro de Sua Magestade Imperial suggira á consideração Imperial a impossibilidade de achar Officiaes Inferiores assim qualificados, tanto **como a dificuldade de se formarem marinheiros. << De veras, e não houvessem Officiaes senão os que já estudaram em qualquer Academia, eu tambem ficaria excluido,** e não creio que haja um só Official inglez ao serviço de Sua Magestade Imperial que fosse assim educado. <<Permitta em dar a minha opinião, que a melhor Academia da Marinha é um Navio de Guerra, um respeitável e habil Lente, aonde se combina a theoria com a pratica que ahi e devem explicar.- *Cochrane Maranhão.*>> (grifo nosso) (SILVA, 1881, vol. 1, p. 89-90)

O almirante apontava, então, a dificuldade circunstancial de sua necessidade e inaugurava a perspectiva também de formação dos oficiais inferiores e dos marinheiros. No Brasil, era a retomada da formação com abordagem pela combinação entre teoria e prática, para os oficiais navais, a ser promovida nos navios de guerra, como ocorrera anteriormente quando a academia e as repartições de marinha foram instaladas nos próprios navios durante o período colonial.

Em tempos de guerra, então, a formação teórica dada aos oficiais, promovida em tempos de paz, era aliada à prática, mas não havia pessoal suficiente ou suficientemente capacitado. A urgência do momento os fazia oficiais na prática. É possível observar, daí, que a construção do ensino naval visou à formação da instituição em si. Era importante definir padrões e critérios que guiassem a inclusão e a formação de oficiais nesse setor.

Rômulo de Carvalho (2001, p.443-444) comentou que era necessário para adentrar nas academias navais portuguesas “inteligência, boa conduta, prática e aptidão, coragem e zelo para o serviço”, bem como “fidalgia para os oficiais superiores”²⁹, o que foi seguindo para oficialidade brasileira.

Urgentemente, assim, os comandantes, que não tinham formação, mas que desejavam continuar a servir o país, candidatavam-se a uma vaga na Academia Nacional e Imperial das Guardas-Marinhas ou Academia Real de Marinha, através de uma licença do comando militar para conquistarem patentes oficiais, o que lhes incluía no seletivo quadro do oficialato naval e lhes possibilitava outras perspectivas, como servidores públicos, de se dedicarem, por exemplo, ao comércio externo ou às embaixadas estrangeiras. Nesse período, a Marinha já era vista como uma unidade do serviço público.

²⁹Ver também RÔMULO DE CARVALHO, 2001, p.p.484-558.

É preciso ressaltar, finalmente, que as contratações de oficiais para lutar pela unidade nacional nos diversos conflitos pela Independência foi efetuada dentre estrangeiros, uma vez que a maioria do pessoal disponível em solo brasileiro era eminentemente composto por portugueses, que se recusaram a pegar em armas contra seus compatriotas, como cita o Almirante-de-Esquadra Mário Jorge da Fonseca Hermes,

[...] com a urgência que se impunha, expulsar os portugueses de suas bases na Bahia, Recife, São Luís, Belém e Montevidéu, o que colocaria em risco a unidade do Império. Optou, então, pela contratação dos serviços de oficiais, predominantemente ingleses, e também de praças estrangeiros [...] (HERMES - RMB-40, 1990, p. 55)

Era a oportunidade que alguns oficiais estrangeiros, com curso acadêmico naval em andamento, precisavam para concluir seus estudos. A formação exigia prática e o ingresso para o quadro de oficiais brasileiros vinha a contribuir nessa perspectiva. Com a permissão do imperador, alguns desses oficiais estrangeiros adentraram na marinha no Brasil, como citou Silva,

O Encarregado de Negocios do Brazil, em Londres, alltorisado pelo Governo Imperial a contractar os serviços de alguns Officiaes e marinagem, entendeu que devia contractar com tres distinctos moços Francezes a sua vinda para o Brazil, afiançando-lhes o posto de Guardas-Marinha, logo que terminassem os estudos que lhes faltavam para poderem seguir a carreira da Marinha. Com effeito foram contractados Reol Antonio Mongenot, Junius Villeneuve e João Baptista Bailly, adiantando ou abonando-lhes o dito Encarregado de Negocios uma insignificante quantia para poderem subsistir enquanto se apromptava a conducção que os devia trazer ao Rio de Janeiro. (SILVA, 1881, vol. 1, p. 94)

A guerra constituía-se em momento de aprendizado para a oficialidade. O governo brasileiro financiava, assim, os estudos práticos dos concludentes enquanto começava a cogitar a formação da classe subalterna para os trabalhos a bordo, como cita o Capitão de Fragata Paulo Lafayette de Pinto,

[...] carecia a marinha **de pessoal para guarnecer os navios**. Estava deficiente quanto a oficiais experientes e capacitados para o comando e quanto ao **pessoal subalterno**. Em relação a esse último, era inconveniente manter os portugueses em maioria a bordo, pois já havia ocorrido comprovada indisciplina em alguns navios em ações contra os lusitanos, durante a expedição de De Lamare à Bahia. Por essa razão, vieram da Inglaterra 437 marujos, [...]. Concomitantemente, recorreu-se ao voluntariado indígena e até mesmo escravos foram aceitos como **marinheiros e grumetes**. (grifo nosso) (PINTO, 1980, RMB nº06, p. 86)

De fato, o momento exigia a atenção do governo imperial para a pacificação e unificação do império, bem como a centralização do poder e assim foi feito, uma vez que era urgente combater os diversos conflitos que eclodiram pelo Brasil. Nesses conflitos, a marinha vai amadurecer a ideia para formação de sua classe subalterna e o governo imperial vai tomar conhecimento de seu território e de sua gente. Gente que irá ser requisitada, à revelia, para o

corpo da armada, captada dentre os vários remadores do estado, cujo delito nesse período era lutar por liberdade, nos diversos conflitos que se instalaram pelo Brasil contra o novo governo.

Este capítulo nos permitiu compreender um pouco da organização da marinha no Brasil na tentativa de percebermos que não havia uma instituição formada em nosso país. Composta por oficiais, em sua maioria estrangeiros, no Primeiro Reinado e no Período Regencial, a principal forma de manter a Armada em funcionamento se dava pelo recrutamento forçado, até mesmo por não haver uma política de formação desses recrutas. Percebemos também que não havia ainda a própria ideia de marinha como instituição, a denominação se reportava até 1822, em armada, significando a totalidade dos navios pertencentes ao Estado incorporados a marinha portuguesa. A própria instituição, marinha brasileira, iniciava sua formação, e, portanto, precisaria de um contingente formado para atendê-la. De todos os cantos do Brasil, crianças, jovens e velhos tornam-se passíveis de serem recrutados, e, no caso, o Ceará entraria com sua parcela de contingente, necessários à implantação e à consolidação da marinha brasileira.

Nesse momento, finalmente, a ideia de escolarização foi pensada dentro dos próprios navios de guerra, unindo teoria e prática, inicialmente para os oficiais superiores e posteriormente para os oficiais inferiores ponto a partir do qual se vislumbrou a ideia de formação do marinheiro. Nesse sentido, o próximo capítulo vem nos tornar íntimos dessa formação, na medida em que desnudaremos como a educação foi concebida como uma coisa pública e uma questão social para coibir e controlar a camada popular agitada que estava pelos diversos conflitos que eclodiam pelo país de fins do século XIX. Será dessa camada popular a origem do contingente que servirá nas escolas de marinagem, o embrião das escolas de aprendizes marinheiros.

3 GENTE POR PACIFICAR E MOLDAR!

Este capítulo discorre sobre política, educação e sociedade do Brasil durante o período crítico de construção da identidade nacional que foi o século XIX. Recuperamos os conflitos e revoluções populares durante a Regência até a posse do “Imperador Menino”, enquanto apresentamos fatos sobre a transição da economia agrária para a economia urbana, através do lento processo de modernização via industrialização manufatureira fabril da mão de obra livre, bem como apresentamos o contexto de desenlace e as consequências do maior conflito bélico da história nacional: a Guerra do Paraguai (1864-1870). Ideias de proletariado, do trabalho assalariado, misturavam-se como o trabalho escravo das grandes monoculturas. Analogamente, ideias de direitos libertários e anti-escravistas se misturavam á ideias sedimentadas de posse e de reificação dos seres humanos. Identificamos que foi nesse contexto de transição de pensamento e paradigmas, que a Guerra do Paraguai reeditou o recrutamento forçado para adequá-los à necessidade de construir e formar contingente humano que pudesse caracterizar as forças armadas da época. Percebemos que essa reedição precisou incluir lições de patriotismo e de cidadania. Descobrimos que aqueles tomados para servir deviam ser homens livres que tivessem noção das obrigações e da rotina do trabalho, porque as instituições militares eram vistas como espaço de serviço público. O sincretismo de ideias abolicionistas e escravocratas caracterizou o trabalho militar livre como características irresistíveis do trabalho escravo, de tal forma que o reinado de D. Pedro II precisou tomar medidas para apaziguar os ânimos nacionais e buscar em cada província, o apoio das autoridades locais, para promover as mudanças para consolidar o país como nação. Identificamos que é dentro desses cenários nacional, regional e local que as Companhias de Aprendizes Marinheiros foram criadas.

3.1 A Menoridade: a espera do Imperador Menino

Diferente do que povoa o imaginário popular, a Independência brasileira não foi um acontecimento pacífico. Houve conflitos armados contra a emancipação em quase todas as províncias, afinal, havia muitos portugueses erradicados, que perderiam dinheiro com o fim do Pacto Colonial. Apesar disso, os interesses em comum a favor existiam em maior quantidade, como, por exemplo, o *status* de ser uma monarquia de padrões europeus, com imperador, palácios e galas, e até as nobres intrigas dessa vida palaciana. Havia também os desejos pelas novidades da Revolução Francesa e da Independência Estadunidense:

propagava-se a participação política popular (mesmo que não fosse completa, como no voto censitário) e também a autonomia das províncias em relação ao governo central (mesmo que fossem apenas na questão econômica, a exemplo do Liberalismo).

Entre 1530 e 1808, a elite brasileira³⁰ estabeleceu seus próprios padrões de poder e autonomia: concomitantes aos questionamentos constantes contra a autoridade local imposta pelo governo central, contra os altos impostos cobrados e contra a limitada participação política controlada por essa autoridade, interesses econômicos e sociais da burguesia em ascensão na colônia era, via de regra, respeitados pelos interesses metropolitanos. De maneira geral, à parte o pagamento dos impostos, os produtores, senhores de terra e comerciantes decidiam o destino de seus investimentos sem muita fiscalização. A sociedade também tinha padrões muito específicos da brasilidade, quase à parte da influência europeia. Havia, é claro, o desejo de ser como os europeus, mas, na prática, os costumes locais iam se firmando, principalmente, ao que concerne o poder dos grandes proprietários de terra.

A instalação da Corte em solo colonial, onde o soberano tinha sua residência, trouxe algumas mudanças para esses padrões. D. João VI e D. Pedro I representaram centralização de poder e absolutismo, que duraram enquanto eles governavam. As limitações e os tolhimentos dos governos de ambos os monarcas foram questionados ao extremo pela elite quando eles se foram: desejava-se o retorno da influência política e a restauração da autonomia econômica de suas províncias, que dispunham antes de 1808. Havia urgência em reestabelecer esses padrões porque o Imperador Menino poderia assumir a qualquer momento, retomar e retornar a centralização do poder, quebrando a descentralização, em nome do sistema Liberal e Capitalista que se instalava no país em busca de se consolidar como Estado-Nação.

Hobsbawm apontou que a instalação do sistema Liberal-Capitalista estava, afinal, ligada à própria formação do Estado-Nação, que deveria atender aos seguintes critérios,

[...] ser um Estado territorial mais ou menos homogêneo, internacionalmente soberano, com extensão suficiente para proporcionar a base de um desenvolvimento econômico nacional; deveria dispor de um corpo único de instituições políticas e jurídicas de tipo amplamente liberal e representativo (isto é, deveria contar com uma constituição única e ser um Estado de direita), mas também, a nível mais baixo, garantir autonomia e iniciativa locais. Deveria ser composto de “cidadãos”, isto é, da totalidade dos habitantes individuais de seu território que desfrutavam de certos direitos jurídicos e políticos básicos, antes que, digamos, de associações ou outros tipos de grupos e comunidades. As relações dos cidadãos com o governo nacional seriam diretas e não mediadas por tais grupos. (HOBSBAWM, n/d, p.9)

³⁰Ver História Geral da Civilização Brasileira - Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr. São Paulo. 1972.

Um modelo de estado-nação liberal-constitucional difundido na América Latina com base no modelo federalista americano e no político francês engatinhava pelo recém criado Império Brasileiro. As condições reais de formação desse modelo de Estado-Nação, no Brasil, se dará a partir da década de 1840. Até lá, havia o receio real, por parte dos vizinhos latinos, contra o sistema monárquico que permanecia no Brasil, e, em solo brasileiro, havia o receio ainda mais palpável com relação à Revolta de São Domingos no Haiti³¹. D. Pedro I personificou a união de todos os desejos de manutenção da unidade territorial, mas também representou a continuação de um ponto de discórdia nacional, ao calar-se diante da escravidão.

Assim, pode-se observar que o novo império era uma contradição desde seu nascimento: suas intenções estavam na contemporaneidade do liberalismo econômico e no sistema político francês, mas suas bases eram eminentemente coloniais. Como disse Schwarcz e Starling (2015, p.232),

Não se tocava na escravidão, na monocultura ou na grande propriedade. Restavam também intocáveis as diferenças políticas internas e a questão fundamental da distribuição do poder entre a autoridade nacional, localizada no Rio de Janeiro, e os demais governos provinciais.

O quadro nacional e as perspectivas sociais não mudaram com a emancipação. Partidos foram formados (conservadores para defender a monarquia, liberais moderados para tentar restringir o poder do imperador e liberais exaltados para defender a república, o federalismo e o laicismo), mas a autoridade imperial impunha a centralização política e acirrava os conflitos internos (Poder Moderador da Constituição de 1824 foi o ícone da contradição que nossa Independência representava: enquanto se instaurava os três poderes e permitia-se a formação partidária e a participação popular, o imperador matinha em suas mãos a capacidade de limitar tudo isso à sua vontade). Com isso, a crise interna crescia junto com os anseios pelo fim da escravidão e ameaçava dividir o império.

Apesar do descontentamento com a centralização, a falta de uma figura central também não era muito interessante. Foi o que se percebeu quando D. Pedro I voltou a Portugal, deixando um herdeiro que não podia assumir o trono. Entre 1831 e 1840, o Brasil foi assolado por conflitos populares contrários à intervenção do governo regencial na política

³¹Ver SCHWARCZ e STARLING, capítulo 9. HABEMUS INDEPENDÊNCIA: instabilidade combina com primeiro reinado, p.p. 223- 242. O Haiti era considerado a Pérola das Antilhas para os franceses, entre 1754 a 1804, passou por diversas revoltas escravas. A Revolta de São Domingos (1791-1804) liderada por Jean-Jacques Dessalines levou à libertação dos escravos em 01 de janeiro de 1804. Essa revolução causou pânico nos países escravistas. Todos temiam uma revolta, neles incluímos o Brasil, que também possuía um grande contingente de escravos.

local. A Regência governou de forma contraditória e autoritária. A população se indispunha contra a desorganização governista e começou a ansiar por um Imperador Brasileiro, como cita Schwarcz e Starling (2015, p.244): “É certo que quase nenhuma dessas vozes se opunha exatamente à monarquia. A ideia geral parecia ser esperar por d. Pedro II.”

Caio Prado Júnior (1987, p.9) aponta que a “A Menoridade é a fase de ebulição, em que as diferentes classes e grupos sociais se disputam a direção do novo estado nacional brasileiro.” Uma classe e grupos sociais a serviço do imperador. Foi mantido o caráter centralizador de poder sem que houvesse consenso sobre a figura que poderia se investir desse poder, tendo-se vários regentes sem autonomia concreta e de direito.

Apesar disso, a Regência foi um período de efervescência política em que muitas mudanças foram efetivadas, como citam Schwarcz e Starling (2015, p.247): “Começaram com medidas mais brandas, reformando as Escolas de Medicina e Cirurgia do Rio e de Salvador, convertendo-as em faculdades e conferindo-lhes mais autonomia.”, atendendo assim, no campo educacional e social, os anseios da classe média por formação e um lugar no quadro do Estado. José Murilo de Carvalho (2008)³² afirmou que justamente a unidade pela educação permitiu a unidade territorial. As mudanças políticas envolveram os três poderes e suspenderam o Poder Moderador. Foi criada a Guarda Nacional, cujos membros eram escolhidos dentre membros da elite, para garantir a ordem, assim como *status* social dos que já estavam no poder, e no caso reprimir e controlar manifestações populares contrárias ao novo regime. As manifestações populares eclodiram por toda a recém nação brasileira.

3.2 Movimentos de contestação: revoluções por todos os cantos do Brasil

Diversas rebeliões civis foram registradas, insatisfeitas com a política regencial da época, dentre elas tivemos Cabanada, Balaiada, Sabinada e Guerra dos Farrapos. Houveram outros, mas esses se destacam pela duração, pela violência da repressão e pela forma de mobilização dos revoltosos. Em seus lugares de origem seria necessário controlar, principalmente, a massa da população e o momento imprimiu a força e a repressão, levando à morte milhares. O momento posterior se dará pela coerção através do processo de escolarização, mas antes vamos traçar um breve panorama desses conflitos situando seus lugares no contexto nacional.

³²Ver José Murilo de CARVALHO. A Construção da Ordem: a elite imperial e Teatro de Sombras: a política imperial. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2008.

Assim, a Cabanagem foi uma revolução política e social que envolveu as províncias do Norte, inicialmente no Grão-Pará entre 1835 e 1840. Foi uma revolta de caráter eminentemente popular contra a centralização da Regência. Pará e Maranhão tinham ligação direta com a Metrópole, essa proximidade garantia considerável independência do governo central no Rio de Janeiro. A economia das drogas do sertão (algodão, cacau, arroz, gengibre, madeira, café, couros, cravos, canela, salsaparrilha, anil, copaíba, urucum, castanha e ouros) e o cultivo da cana eram tratados direto com Portugal, isso colocava a província no campo das exportações com grande expressividade econômica, o que não garantia, no entanto, o mesmo nível de participação política. A elite produtora e comerciante uniu-se à população ribeirinha de cabanos, aos índios, negros e mestiços em revoltas contra os líderes locais que apoiavam o novo regime. Para Schwarcz e Starling (2015, p.252), a camada popular, no caso, os cabanos “[...] lutavam contra o que diziam ser a falta de religião dos usurpadores portugueses de Belém, os quais, segundo eles, seguiam apenas as ordens da corte carioca. Também criticavam o presidente de província, considerado estrangeiro e maçom.”

Cada grupo envolvido tinha um propósito: negros e mestiços queriam o fim da escravidão, a elite queria manter seus negócios, de todos os lados o governo precisou estudar acordos. Acordos que nem sempre eram respeitados por aqueles que estavam no poder e que, normalmente, tinham seus interesses garantidos. Lopez e Mota (2008, p.439) mostram que a camada popular foi traída ao depor as armas, sendo “caçados como animais, supliciados de modo bárbaro.” Reprimida violentamente, a Cabanagem apresentou seguintes números, conforme Schwarcz e Starling (2015, p.253), “O saldo no número de mortes é dos mais cruéis: estima-se que de 30% a 40% de uma população de 100 mil habitantes. Milhares também foram os prisioneiros, mantidos nas corvetas imperiais – em especial a Defensora -, transformada em navios-prisões.”, calculava-se em média 2.326 mortos. Somente em 1836, a província foi pacificada.

Quanto à Sabinada, revolta que aconteceu na Bahia entre 1837 e 1838, diferenciava-se da Cabanagem somente por ter mais duas categorias com reivindicações além daquelas da revolta nortista: os militares envolvidos reclamavam contra os atrasos em seus pagamentos, assim como estavam insatisfeitos com o recrutamento militar obrigatório para serviço no Rio Grande do Sul; e os funcionários públicos achavam-se insatisfeitos com suas condições de trabalho. Havia um sentimento contra os portugueses, além da própria crise econômica que envolvia a todos. O nome da revolta foi uma referência a Francisco Sabino que, juntamente com alguns oficiais do exército, ocuparam militarmente as redondezas de Salvador e declararam emancipação em relação ao Rio de Janeiro, nomeando como presidente

da província Inocência da Rocha Galvão, que não pode assumir, ficando no cargo Fernando Sabino. Com o apoio dos grandes proprietários rurais, o governo regencial mobilizou a Guarda Nacional e repreendeu violentamente o movimento, que contabilizou “Segundo dados oficiais, morreram em combate 1.258 rebeldes e 594 soldados. Prenderam-se 2.989 rebeldes, sendo muitos aprisionados em navios. Foram deportados 1.520 homens para o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul [...]” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.259), o que se caracterizava uma forma de controle político e social.

Balaiada aconteceu no Maranhão entre 1833-1841 e deve seu nome à alcunha de seu líder, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, fabricante de balaios. Aos “Balaios” uniram-se José Egito e Raimundo Gomes e instalaram o governo provisório. As reivindicações eram as mesmas dos levantes já comentados: muitos tributos, e, pouca representação junto ao governo central, como afirmou Caio Prado Júnior (1987, p.79),

Na origem deste levante, vamos encontrar as mesmas causas que indicamos para as demais insurreições da época: a luta das classes médias, especialmente urbanas, contra a política aristocrática e oligárquica das classes abastadas grandes proprietários rurais, senhores de engenho e fazendeiros, que se implantaram no país.

A movimentação da massa sertaneja em bandos armados pelas grandes propriedades caracterizou, na concepção de Schwarcz e Starling (2015, p.264), o movimento popular, uma vez que “Os grupos que mais sofriam com tal situação eram os trabalhadores livres, camponeses, vaqueiros e escravos – e foram esses grupos que se mobilizaram desde o início contra as injustiças que grassavam na região [...]”. Profissionais liberais urbanos também se manifestaram por mudanças nas regras das eleições, defendendo princípios republicanos e federativos. E os escravos tiveram sua participação através do levante do quilombo de Cosme Bento independente dos balaios, mas ainda assim expressivo.

A falta dessa união é citada por Caio Prado Júnior (1987, p.80): “Por outro lado, não souberam os balaios ligar seu movimento ao dos escravos, que aproveitando a agitação reinante tinham-se levantando em vários pontos da província.” Mais uma vez o conflito foi violentamente repreendido, como dispõe Schwarcz e Starling (2015, p. 265), “A insurreição foi contida em 1841, deixando um saldo de 12 mil sertanejos e escravos mortos nos combates. Os revoltosos presos foram anistiados por d. Pedro II [...]”

A Guerra dos Farrapos ou Farroupilha, acontecida na província do Rio Grande do Sul entre 1835 e 1849. Ao contrário das outras, esta tinha um caráter eminentemente elitista e, ao contrário do senso comum, não havia caráter separatista no movimento. Fernando Henrique Cardoso (1972, p. 473-505) afirma que o desejo dos revoltosos era antes de

retomada das relações com o poder central e com a regência do que criar um governo próprio. Schwarcz e Starling endossam a opinião de Cardoso quando afirma que “[...] o movimento era de livre defesa contra as liberdades ameaçadas, mas reafirmava a lealdade á ordem monárquica “sustentando o trono do nosso Jovem Monarca e a integridade do Império”.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.262). Fernando Henrique Cardoso afirma também que o caráter era o de Federação, na busca de autonomia, onde

[...] o equilíbrio difícil entre autonomia local e política nacional de favorecimento da expansão dos mercados consumidores do charque na ideia de Federação o arquétipo que parecia conciliar a contradição entre um desejo de autonomia política e uma dependência econômica indisfarçável. (CARDOSO, 1972, p.503)

A província encontrava-se fragilizada pelas guerras na Região do Prata e havia uma grande concorrência pelo comércio do charque com Argentina e Uruguai. Os produtores esperavam medidas econômicas protecionistas e autonomia política. Insatisfeitos com a desordem administrativa da Regência, que depunha e nomeava presidentes da província e outros funcionários públicos, de acordo com o interesse dos novos gabinetes, a elite local constituída, em sua maioria, de grandes fazendeiros, depôs o presidente, se organizou em campanhas armadas – guerrilhas – e tomou o controle da região, nomeando presidente da província Bento Gonçalves.

Apesar da expressiva liderança elitista, a participação popular se fazia presente, e peões, agregados e despossuídos vestidos em farrapos eram numerosos, levando ao governo central de forma crítica denominar o movimento de Guerra dos Farrapos, uma alusão a que se referiu o italiano Guiseppe Garibaldi, contratado como corsário no Rio Grande do Sul, ao dar a seu navio o nome *Farroupilha*, e relacionar o nome “[...] derivada de Farrapos, nome que no império do Brasil do Sul, assim como Felipe II chamava mendigos de terra ou de mar aos revoltosos dos Paizes Baixos.” (DUMAS, 1907, p.48).

Segundo Schwarcz & Starling (2015, p.261),

Entre os farrapos havia, pois, muitos segmentos irmanados: estancieiros, estancieiros militares, abolicionistas, e até escravos que se aproximaram do grupo em busca de liberdade. De início, nem todos eram republicanos e federalistas; foi só a marcha dos acontecimentos que unificou perspectivas, a princípio distintas.

Finalmente, em 1845, os revoltosos conseguiram conquistas, como o pagamento da dívida do conflito pelo Império, os oficiais do exército farroupilha foram incorporados ao exército imperial, os escravos que participaram do conflito receberiam sua liberdade, os prisioneiros de guerra seriam anistiados, as garantias e a segurança individual e de propriedade seriam respeitadas, e os revoltosos teriam o direito de escolher o presidente da

província. Dez anos de guerra e 47.829 mortos. Concomitante a esses acontecimentos, a revolução industrial adentrava ao país timidamente dentro de um processo de modernização por todas as províncias.

3.3 Primórdios do processo de modernização durante o Segundo Reinado

O fim do século XVIII foi marcado, no ocidente, pela quebra do paradigma absolutista. A Independência Americana, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789, inauguraram os ideais liberais e a perspectiva republicana e federalista. Economicamente, o mundo vivia a efervescência da 1ª Revolução Industrial e a quebra do paradigma manufatureiro. A máquina a vapor e as ferramentas de ferro e aço inauguraram a produção em larga escala e criaram uma nova classe social: o proletariado (a classe popular assalariada). Entrava-se no desenvolvimento não só econômico, mas também científico: entrava-se na idade das luzes ou Iluminismo, mas isso no velho mundo.

A colonização impedia o Brasil de participar dessas mudanças; a Independência e a formação do Império, tardiamente, no entanto, abriam portas para o progresso, e a consolidação da política de modernização, durante o Segundo Reinado, possibilitando a apropriação desse progresso. Mas, somente a partir de 1840, pode-se falar na perspectiva de desenvolvimento do processo de modernização no Brasil.

Durante o Primeiro Reinado e o Período Regencial, a preocupação do governo era manter a unidade nacional a fim de constituir um império íntegro, uma nação, um Estado-Nação. Para Hobsbawm, Nação, Estado-Nação e Nacionalidade seriam uma construção social, que envolve mudanças de paradigmas, criadas para atender ao novo modelo imposto pelo novo sistema econômico e político. Hobsbawm afirma, ainda, que,

Na era da construção de nações, acreditava-se que isso implicava a transformação desejada, lógica e necessária de “nações” em estado-nações soberanos, com um território coerente, definido pela área ocupada pelos membros da nação, que por sua vez era definida por sua história, cultura comum, composição étnica e, com crescente importância, a *língua* [...] (HOBSBAWM, n.d, p. 97 – 112)

O processo na construção de nação envolvia uma complexidade de fatores (história, cultura, etnia, valores, costumes, língua), que exigia uma nova estruturação por parte dos governantes, principalmente, para formação do súdito em cidadão, do trabalho escravo em trabalho assalariado. Essa construção de nação e mudanças de paradigmas se daria pela formação da elite brasileira moldada nos bancos da universidade de Coimbra, como propôs Murilo de Carvalho.

O Brasil do Segundo Reinado transitava entre a herança colonial da economia agrária e as expectativas do processo de modernização das atividades fabris manufatureiras e da urbanização do capitalismo liberal, enquanto as potências europeias encontravam-se na 2ª fase da Revolução Industrial, diversificando negócios: estradas de ferro nos transportes, telégrafo na comunicação, navios a vapor na construção naval, indústrias de fertilizantes na agricultura, dentre outros.

Hobsbawm enfatizou que para montar a estrutura fabril, os donos dos meios de produção recorreram ao modelo de gerenciamento militar e burocrático, hierárquico, disciplinado, rígido com regras de segurança, muito populares entre os primeiros executivos ingleses,

As companhias de estradas de ferro, com suas pirâmides de trabalhadores uniformizados e disciplinados, possuindo segurança de trabalho, promoção por antiguidade e até mesmo pensões, são exemplo extremo. O apelo exercido pelos títulos militares, que ocorria livremente entre os primeiros executivos ingleses de estradas de ferro e os executivos dos grandes portos, não era apenas devido ao orgulho em relação à hierarquias de soldados e oficiais (como era o caso dos alemães), mas à **habilidade da iniciativa privada em determinar uma forma específica de gerência para os grandes negócios**. (HOBBSAWM, n.d, p. 224-225) (grifo nosso)

Gerenciar grandes negócios, conduzir milhares para o trabalho coletivo, para um só fim, o mercado produtivo promovido pelo sistema liberal capitalista apoiava-se no disciplinamento militar, especialmente para conduzir e introduzir a camada popular nesse processo.

Prado Maia Júnior (1987, p.93) enfatizou que o processo de modernização brasileira foi mais expressiva entre as décadas de 1850 e 1870. O novo sistema tinha exigências próprias, como a urbanização e a formação de centros comerciais, implementação do transporte, administração pública de serviços e construção de pólos indústrias (no caso do Brasil, pólos manufatureiros). Mas para que isso se efetivasse, o Brasil precisava combater, de acordo com Hobsbawm (n/d, p. 193), três tipos de empreendimento “a plantação escrava, o estado servil, e a economia camponesa tradicional não-capitalista.” Escravidão não combinava com liberalismo econômico; os trabalhadores deveriam poder negociar seu trabalho por um salário que lhes permitisse sobreviver minimamente (comer, vestir-se, morar, não mais que isso), o que não era fácil em um país eminentemente escravista.

Buscando adentrar à era industrial, dentro do processo de modernização, em 1854, foi inaugurada a primeira estrada de ferro brasileira entre o Porto Mauá e Fragozo. Em 1858, foi a vez da Estrada de Ferro D. Pedro II. O telégrafo foi inaugurado em 1857. Os avanços na comunicação e no transporte modernizavam o país. A economia cafeeira, de acordo com

Lopez e Mota (2008, p. 484-490), foi a principal responsável por essa modernização, pela necessidade de escoamento da produção. No Norte, o que fundamentou o processo de modernização na indústria manufatureira foi o ciclo da borracha. No Nordeste, o cacau, a cana, o algodão também tiveram suas parcelas nesse processo. Era um paradoxo: o processo de modernização na indústria manufatureira era devida às necessidades agrárias; enquanto o capitalismo necessitava de proletários; as monoculturas latifundiárias precisavam de escravos. A conciliação de interesses era sustentada e interligava as duas realidades: providenciar transporte e comunicação adequadas entre campo e cidade, assim como entre países industrializados e países que deveriam permanecer genuinamente agrário, os celeiros do mundo.

No Brasil, a construção civil e a construção de ferrovias foram os ícones do processo de modernização, tendo a década de 1860, a fase de desenvolvimento em que aparecem as grandes tecelagens, e, depois em 1880, quando se consolidou o sistema de mão de obra livre assalariada, principalmente, imigrante. Nesse processo, há ainda alusões, de acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 336), ao uso da mão de obra de crianças “nas fábricas a partir de cinco anos de idade, sendo que menores chegavam a constituir metade do número total de operários empregados.”

Corroborando com Schwarcz e Starling, Moura (2015, p.265) acrescenta que “Em 1890, [...] os menores representavam aproximadamente um quarto da mão de obra empregada nesse setor na capital.” Prática que há muito se dava no Brasil, e que se intensificou com o processo de modernização, afinal o conceito de infância, ainda não era conhecido nas terras brasileiras.

Os primórdios do processo de modernização brasileiro foi também conhecido como Era Mauá, por causa daquele que foi o primeiro grande industrial genuinamente brasileiro, Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, que iniciou no trabalho ainda menino, como cita Alberto de Farias (1933, p. 64-65),

Sabe-se que aos nove anos deixara, órfão de pai, a casa materna, nos confins do Brasil, em Arroio Grande, a alguns quilômetros do Uruguai, uma pequena propriedade rústica onde nascera em 28 de dezembro de 1813 e onde não lhe fora possível aprender as primeiras letras. Pouco tempo depois, mal tinha completado 11 [anos], já o encontramos atrás do balcão de uma casa de comércio da Capital do Império, das sete da manhã às dez da noite, à hora em que o sino da igreja mandava fechar as portas da loja e dormir, sobre o balcão ou no desvão da água-furtada, o tempo absolutamente indispensável para que o corpo pudesse resistir à fadiga do dia seguinte.

Não havia critérios para menores realizarem um trabalho na época. O próprio barão começou aos 11 anos de idade, imprimindo a ideia de que, pelo trabalho, o indivíduo

alcançaria o sucesso. Mauá chegou a ser dono de 17 empresas em 6 países e acumulou capital equivalente a quase o dobro da receita anual do Brasil, como frisou Caldeira (1995, p.252),

[...] Irineu aparece comandando empresas com um capital total de 15 750 contos de réis (10 mil contos do Banco do Brasil: 1,25 mil contos da Ponta da Areia; 1,2 mil, da Companhia de Iluminação a Gás. 1,3 mil, da Estação de Ferro de Petrópolis; e 2 mil, da Navegação do Amazonas).

O barão investiu em todas as frentes importantes para o progresso nacional. Caldeira afirmou ainda que, em um ano, o barão fundou quatro das cinco empresas existentes no Brasil e era dono da sexta o Estaleiro de Niterói. A ideia de crianças trabalhando à época era aceito como uma prática normal, e, será nessa perspectiva que o Estado brasileiro vai direcioná-las para suas instituições públicas militares.

Trens, lampiões, vapores, tecidos, gêneros alimentícios e outros, circulavam pela Côrte dando ar de civilização e progresso. Dentro do processo de modernização, inicia-se a política de valorização do trabalho livre, através do pagamento de salários, sendo o barão, como enfatizou Caldeira (1995, p.256), um de seus maiores incentivadores, uma vez que ele acreditava ser “[...] um ótimo gasto investir em salários mais altos, para ter melhor pessoal disponível a seu lado.” Era uma adaptação da visão do capitalismo inglês e do sistema liberal se integrando ao sistema econômico no Brasil, mas que não alcançou a camada popular estigmatizada pela escravidão.

Hobsbawm (n/d, p. 195) afirmou que “A abolição da servidão iria portanto ser uma pré-condição necessário para a mobilidade de trabalho livre.” E o Brasil caminhava a passos lentos para abolir a escravidão. Estava em jogo, não apenas a questões econômicas, mas também a estabilidade política e social do país. Por haver uma variedade de etnias transitando pelo país, dentre eles negros e imigrantes, o país precisava de tempo para imprimir-lhes uma nacionalidade. O Ceará, nesse contexto, caminhava para o desenvolvimento do trabalho livre, com expressiva disponibilidade de mão de obra livre.

Como mencionado, Hobsbawm afirmou que nacionalidade é uma construção social, e sem nacionalidade não se pode falar de progresso da nação. O Segundo Reinado representou a concretização dessa construção social. Apesar da multiplicidade de gêneros e etnias, o Brasil conseguiu criar brasileiros (principalmente durante a Guerra do Paraguai) com história, identidade cultural, língua padrão e identificação com a pátria, mas, principalmente, pela unidade ideológica e política da elite moldada nos banco da academia de Coimbra como enfatizou Murilo de Carvalho.

Essa criação e posterior difusão de nacionalidade foi forjada, também, pela ideia de educação propagada pelo Liberalismo através da educação de massa (particularmente com a universalização do ensino primário direcionada para atingir a camada popular que se concretizará no Brasil no século XX). Hobsbawm afirmou que era uma forma de controle social, e o Brasil segregou a camada popular (analfabetos, tidos como ignorantes e perigosos) da elite, através do processo de escolarização cujo objetivo principal era, “impor os valores da sociedade (moral, patriotismo) a seus alunos.” (HOBSBAWM, n/d, p.110).

Era necessário separar e definir os espaços de cada grupo social, em que se deveria dar a camada popular apenas o mínimo para obedecer as regras sociais vigentes de sua época. Analfabetismo era inadmissível a um país civilizado, mas a padronização da mão de obra era mais importante para o progresso de uma nação capitalista.

Na educação, a massificação, especialmente do ensino primário, aumentou a demanda por escolas e professores, assim como obrigou o poder público a se responsabilizar por ela, fazendo com que o progresso não se fizesse somente no campo industrial, como enfatizava os jornais locais sobre a reforma na educação. Apesar das reformas, o Brasil não assistiu à profundas mudanças no campo educacional, mas a semente fora planta.

Contudo, em meio a todas essas mudanças – pacificação das províncias, consolidação do projeto de nação, novas diretrizes no processo econômico com vias para o processo de modernização, difusão da educação e o processo de escolarização – sofreu rupturas. A Guerra do Paraguai vem frear todo esse processo, ao mesmo tempo em que fará parte dele. Momento em que será forjado o brasileiro.

3.4 O Brasil na “era das guerras” - Guerra do Paraguay (1864 - 1870)

A América estava em guerra. Estados Unidos em guerra civil; Brasil em guerra com Uruguai, e posteriormente com Paraguai; o Chile com a Espanha, e também com a Bolívia, um período que Hobsbawm denominou de “A era das guerras”. Diante dos conflitos, na América Latina, o Brasil buscou manter neutralidade, como consta no ofício³³ abaixo,

Palácio do Governo de Pernambuco em 30 de Novembro de 1865.
 Illm^o Sñr. O Governo Imperial desejando manter absoluta neutralidade na luta que infelizmente se agita entre a Hespanha e o Chile, recommenda terminantemente que

³³Livros do Commandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros ao Inspector. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha: Referencia: B1 – XIM43. Inspector do Arsenal João Lustosa da Cunha Parnaguá.

se não consinta que os portos do Império sejam preparados e armados corsários com bandeira d'aquellas Repúblicas; neste sentido, pois cumpre que V. S^a tome as medidas que estiverem a seu alcance, a fim de que seja religiosamente observada nos portos e costas desta Província a **posição de neutro** que cabe ao Brasil. Deos Guarde á V.S^a J. L. [da Cunha] Paranaguá. – Sñr Inspector de Arsenal de Marinha. (grifo nosso)

O Brasil tinha seus próprios problemas. Em conflito com Uruguai, se envolveu agora com o Paraguai. A guerra se instalou. A falta de pessoal, especialmente por não existir uma força militar regular para atuar nas frentes de batalhas, se constituiu em um grande problema. Como de costume, o Império recorreu ao recrutamento forçado, causando grande indignação na população, que foi obrigada, mais uma vez, a servir ao Estado.

O governo imperial convocou as autoridades para exercerem seu patriotismo e enviarem para o *front* o maior número de indivíduos (brasileiros) possíveis. De imediato, o Ministro da Secretaria dos Negócios da Marinha enviou a todas as províncias um comunicado solicitando que as autoridades locais se empenhassem ao máximo. Chegou, então, às mãos do Presidente da Província do Ceará, o seguinte comunicado³⁴:

21 de Dezembro de 1864

Illm^o e Exm^o S^{nr}. Em vista das circunstâncias melindrosas, em que se acha o paiz, sendo necessário que todos os brasileiros concorram para a sustentação dos brios e dignidade nacionaes, compromettidos na **guerra com a República do Uruguay e Paraguay**, tenho de recommendar muito especialmente a V Ex^a que mande proceder com a maior actividade ao recrutamento e alistamento de voluntários, donde V Ex^a as mais tecnicamente, embora a respeito, e neste sentido espera o Governo Imperial nossa prova de zêlo e patriotismo de V Ex^a. Deos Guarde a V. Ex^a Francisco Xavier Pinto de Lima. (grifo nosso)

Nesse comunicado, está explícito que o Brasil se encontrava em conflito com o Uruguai e entrava agora em conflito com o Paraguai, aumentando a tensão em todo o país. Os dois conflitos tomaram rumos bastante diferentes, mas apresentavam um ponto comum, a necessidade de pessoal para defenderem a pátria.

A Guerra do Paraguai estabeleceu-se na perspectiva de promover a livre navegação e comércio na Região do Prata, o que nos parece ser um questão mal resolvida desde o período das Guerras Guaraníticas³⁵, que ocorreram entre 1750 e 1761, na busca da soberania entre as Américas espanholas e portuguesas envolvendo índios guaranis, portugueses, espanhóis e as missões jesuíticas, e da Guerra da Cisplatina entre 1824 a 1830, pelo soberania brasileira na região, que tomou uma nova roupagem em 1864, retomando os interesse de livre navegação e comércio entre os países - Paraguai, Argentina, Uruguai e

³⁴Livro do Ministério dos Negócios da Marinha, Livro 97. Anos 1864 -1867, Referência 728, Arquivo Publico Estado do Ceará – APEC.

³⁵Ver Tau GOLIN. A guerra guaranítica: como o exército de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul. 3 Ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

Brasil – fomentada pela Inglaterra, que buscou ampliar e consolidar sua hegemonia na América do Sul.

A Inglaterra, nesse contexto, buscava dominar economicamente a região e alimentou o conflito, fornecendo, além de manufatura, material bélico e navios, tornando-se, na verdade, a única vencedora nesse embate. Alguns historiadores cogitam o papel da Inglaterra nesse episódio, porém sua indústria naval e bélica abastecia os dois lados, como podemos perceber pelo ofício³⁶ abaixo,

1º Secção – Reservado.

Palácio do Governo de Pernambuco, 2 de Janeiro de 1865. Illmo. Señor. Informando o Governo Imperial de se estarem **construindo nos portos da Inglaterra, por conta da Republica do Paraguay, navios encouraçados, que acusem seguir com bandeira a Tripulação inglesa**, recomendamos em Aviso Reservado da Repartição da Marinha de 24 de Dezembro próximo findo, que a Presidência, por todos os meios a seo alcance, **procure impedir a sahida de qualquer desses navios, que por ventura aporte á esta província**, negando-lhes combustível e [aprovisionamento] que lhe forem necessários para a continuação de sua viagem. O que communico a V. S^a para dar as providências que estiverem a seo alcance, e forem necessárias para o fiel cumprimento do disposto no citado aviso. Deos Guarde á V. S^a. Anselmo Francisco Peretti. Sr. Inspector do Arsenal de Marinha. (grifo nosso)

Usando da estratégia de navegar sob o símbolo da bandeira inglesa, os negócios não seriam barrados. Nesse episódio, não se teria amigos ou inimigos, apenas negócios a serem efetivados. Segundo Hobsbawm (1979, p.96) “A Guerra do Paraguai pode ser vista como parte da integração da bacia do rio da Prata na economia mundial da Inglaterra.”

Segundo Prado Maia (1965), o conflito contra o Uruguai tomou forma, quando, alguns brasileiros, grande e pequenos proprietários de terra, que se estabeleceram no Uruguai, sofreram agressões devido a contendas entre os partidos políticos de situação e oposição do governo uruguaio, como também por questões de apropriação de terras. Na busca de resolver os problemas, eles recorreram ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Visconde do Rio Branco, para que interviesse junto ao governo brasileiro sobre os diversos assassinatos de brasileiros, que estavam ocorrendo na região.

Poré, somente em 1864, o Conselheiro José Antônio Saraiva e o Almirante Barão de Tamandaré foram ter com o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Juan José Herrera, para negociar sobre essas agressões, porém, não obtiveram bons resultados. Nesse ínterim, o vapor uruguaio Vila del Salto atacou a canhoeira brasileira Araguaia, iniciando o conflito bélico entre os dois países.

³⁶Livros do Commandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros ao Inspector. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha: Referencia: B1 – XIM43.

De imediato, o Brasil retirou seus cônsules rompendo relações com Uruguai. Nesse momento, o Presidente da República do Paraguai, Marechal Francisco Solano López, viu a oportunidade de expandir seu território e tentou mediar o conflito. Embora, o Brasil fosse o único país com quem o Paraguai mantivesse um relacionamento diplomático nos governos da família López, ele não aceitou a proposta.

Com a mudança de governo no Uruguai, o novo presidente, D. Tomás Vilalba, assinou um acordo de paz com o governo brasileiro, em 20 de fevereiro de 1865, colocando fim ao conflito entre eles, o que permitiu ao Brasil se concentrar no novo conflito que se estabelecia na região.

O conflito com o Paraguai vinha se delineando desde 12 de novembro de 1864, quando Paraguai aprisionou o paquete brasileiro Marquês de Olinda e o anexou a sua frota, e, em seguida, invadiu a Província do Mato Grosso. Nesse contexto, Argentina e Brasil, embora tivessem divergências territoriais, mantiveram um relacionamento diplomático, que os levou a se aliarem contra um inimigo comum, que ameaçava a soberania de seus territórios.

De acordo com Prado Maia (1965), ao libertar o Paraguai do domínio espanhol, em 1817, José Gaspar Rodrigues de Francia tratou de implantar fábricas que pudessem produzir e substituir os produtos manufaturados que vinham de países europeus, dentre eles a Inglaterra, e organizou o comércio sobre uma forte política protecionista. Sua economia se baseava principalmente na agricultura e na indústria artesanal.

Com essa política protecionista, ele conseguiu erradicar o analfabetismo no país e produzir manufaturas que poderiam ser comercializadas além de suas fronteiras, mas, ao se tornar um produtor, trouxe para si o descontentamento da poderosa Inglaterra, que fomentou a discórdia entre os países vizinhos, como estratégia para permanecer com a hegemonia econômica e política na região.

Ao tentar abrir o país para comércio exterior, o Paraguai sofreu bloqueio econômico, inicialmente, da Argentina, que o deixou encurralado em suas fronteiras. Com a conciliação entre Uruguai e Brasil, as alternativas de comercializar com exterior via Região do Prata tornou-se inviável. Não tendo ou não vendo outra saída senão partir para o combate, o governo do Marechal Solano López partiu para ação.

Brasil e Argentina tiveram seus territórios invadidos pelo Paraguai, respectivamente, a Província do Mato Grosso e a cidade de Corrientes, e o Uruguai ficou sobre constante ameaça. Essas ações levaram esses países a se unirem e formarem a Tríplice Aliança. Segundo Prado Maia (1965), o tratado da Tríplice Aliança ocorreu em Buenos Aires, em 1º de Maio de 1865.

Nesse tratado, as forças terrestres seriam comandadas respectivamente por seus chefes, onde a operação estivesse ocorrendo, respeitando a soberania de cada país, ficando a cargo dos Generais Osório (Brasil), Mitre (Argentina) e Flôres (Uruguai). Já a força naval ficaria a cargo da marinha brasileira sob o comando do Vice-Almirante Visconde de Tamandaré, desponta nesse cenário, a marinha genuinamente brasileira.

O conflito se estabeleceu em três frentes de batalha, como cita Mota e Lopez (2008, p.515), “[...] no Mato Grosso, na mesopotâmia argentina, e no Rio Grande do Sul.”. O combate se concentrou nas vias fluviais, desenvolvendo-se na Região do Rio da Prata, pelos rios Paraná e Paraguai. Todos pensavam que um conflito de tamanha magnitude, envolvendo diretamente e indiretamente cinco países, iria terminar rapidamente, foi um engano.

Durante o conflito, D. Pedro II, em 1865, juntamente Conde d’Eu e o Duque Saxe, partiram em comitiva para o sul do país e participaram de uma conferência junto aos chefes militares no acampamento Uruguaina, bem como viajaram pelo sul do país a bordo do Taquari. A visita do chefe de governo no *front* era uma estratégia política e militar para motivar os soldados no conflito.

Mas, o problema, que se fazia latente, era falta de pessoal apto para participar desse embate, uma vez que, no Brasil, o contingente de marinheiros era pequeno e o conflito se estabeleceu, em sua maioria, em vias fluviais. Prado Maia afirmou que todas as esperanças de sucesso nesse conflito, estavam nas mãos da marinha brasileira. Nesse contexto, as Companhias de Aprendizes Marinheiros, estabelecimentos de formação de menores, se envolveram direta e ativamente no conflito.

Para o Governo, o caminho mais curto para resolver o problema continuava sendo o recrutamento forçado, levando a camada popular a cada vez mais ojerizar a farda, isto é , o serviço militar. Esse recrutamento, apesar de ser forçado, pagava prêmios em dinheiro, numa tentativa de levar os cidadãos a cumprirem seus deveres com a pátria, minimizando a violência dessa ação. De acordo com o Ministério da Secretaria dos Negócios da Marinha, esses prêmios variavam entre cem mil réis e duzentos mil réis, quantia significativa diante de uma sociedade sem perspectiva de trabalho, conforme vemos no ofício³⁷ abaixo,

30 de Maio de 1865

Illm^o e Ex^a S^{nr}. Convido promover com a maior actividade e urgência o alistamento de praças para a guarnição dos navios de guerra, mande V Ex^a proceder aos meios legaes e convenientes para consecução de tal fim, fazendo pagar os respectivos prêmios na rasão seguinte:

³⁷Livros do Ministério dos Negócios da Marinha, Livro 97, Referência 728, Anos de 1865-1871, Arquivo Publico Estado do Ceará – APEC.

1ª Aos marinheiros, que se contractarem por um anno, cem mil e aos que o fiserem por dous, duzentos mil reis, aos grumetes, no primeiro caso, trinta mil reis e no segundo, sessenta mil reis. 2ª Aos indivíduos, que se apresentarem voluntariamente, além do premio que lhes competir, o promettido aos engajadores, entregue na occasião. [...] E o Governo Imperial, certo de que V Exª considera nos devidos termos as circunstancias criticas, em que se acha empenhada a honra nacional, espera n'este importante serviço novas provas de seu reconhecido zelo e patriotismo.

Contudo, poucos se alistavam. Assim, o governo, mais uma, vez convocou as autoridades para provarem seu patriotismo. Fato que os colocava diante da população local como “vassallos” atendendo as ordens dos “senhores feudais”, que requisitavam o direito sobre a vida de seus “servos”. Momento utilizado por muitas dessas autoridades para se livrarem de seus inimigos políticos.

Alguns cidadãos tentaram burlar o recrutamento, fugindo com o prêmio e desertando. Para minimizar esse contratempo, as autoridades criaram como estratégia a efetivação do pagamento desses prêmios apenas na Côrte, como cita o ofício³⁸ abaixo:

05 de Dezembro de 1865

Tendo se dado casos de desertarem, quando em viagem para a Côrte, indivíduos engajados nas províncias, defraudando, assim a nação na importância dos prêmios de engajamento recebido, cumprindo abviar-se a reproducção de tal abuso fique V. Exª na intelligencia de que d'ora em diante o pagamento dos citados prêmios terá lugar n'esta Corte segundo a nota, que acompanha praça. Nesse sentido expeça V Exª as ordens, que forem necessárias. Deos Guarde v. Exª Francisco de Paula da Silveira Lobo.

Mesmo diante dos prêmios em dinheiro, criados para conquistar adeptos à causa da nação, o número de indivíduos não atendia as necessidades imediatas, uma vez que além das fugas, no próprio teatro de guerra, vidas já vinham sendo ceifadas, assim como muitos precisavam ser afastados por ferimentos, por moléstia e mesmo pela não adaptação ao clima.

No calor da guerra, o valor dos prêmios para os marinheiros nacionais foi elevado de duzentos mil réis para quatrocentos mil réis, os dos grumetes de sessenta mil réis para cento e cinqüenta mil réis. O governo recorreu também à contratação de marinheiros e grumetes estrangeiros, como ocorreu durante o processo de independência, e como herança na política de recrutamento de Portugal, como citou Rômulo de Carvalho.

Todos os esforços foram pensados e tentados, mas não atendiam as necessidades impostas e outras vias foram (re)pensadas, como engajamento de ex-praças, aumento do alistamento de voluntariado, que iriam se juntar aos Voluntários da Pátria.

Um novo caminho surgiu no horizonte. Havia um grupo de jovens sendo preparados, pela via da educação, para se tornarem marinheiros e fazerem parte do Corpo de

³⁸Livros do Ministério dos Negócios da Marinha, Livro 97, referência 728, Anos de 1865-1871, Arquivo Publico Estado do Ceará - APEC.

Imperiais Marinheiros, menores aprendizes, pensados em tempo de paz e que nesse momento estavam sendo solicitadas.

A Guerra do Paraguai, fomentada entre países vizinhos - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai - que em medidas diferentes buscavam se consolidar como países autônomos e soberanos, tinham em comum, contendas no que diz respeito às suas fronteiras. Arrastada durante seis anos, a guerra levou à destruição do Paraguai, que teve seu país devastado, sua população dizimada e sua autonomia e soberania nacional esfaceladas perante os países da América do Sul e Europa.

Um momento histórico que parece ter sido esquecido, uma vez que traz suas mazelas e parcela de culpa, não apenas pela morte de um país, mas também pela morte de crianças, brasileiros, como Benedito Joaquim Alcântara, Francisco A. de Paula Alves, Isidoro Moreira Alves, Raimundo José laves, com idades entre 10 e 12 anos, dentre as diversas localidades do país, sobre as quais a maioria prefere não falar ou lembrar, mas que constam na pasta da Guerra do Paraguai³⁹ e vemos acrescida com crianças cearenses, de acordo com o relatório do Ministério da Secretaria dos Negócios da Marinha de 1867.

A ideia de educação e escolarização proposta pelas autoridades veio, então, contribuir para o tímido desenvolvimento do processo de modernização pelo qual o Brasil buscava implantar para se constituir como Estado-Nação, mas principalmente para, segundo Murilo de Carvalho, promover a unidade territorial e nacional.

A ideia de Pátria era tema e lema central das escolas militares. Nesse sentido, entendemos que a militarização foi processualmente apropriada pelas escolas-quartéis juntamente com a necessidade de controle da camada popular, consolidando-se numa política de Estado, à qual as instituições militares, no caso, as Companhias de Aprendizes Marinheiros, aderiram incondicionalmente, e que foi irreparavelmente institucionalizada pelas circunstâncias que envolveram a Guerra do Paraguai.

Seguindo essa linha de pensamento, no próximo capítulo, veremos como o Ceará participou efetivamente dessa política militarista (e, portanto, patriota, mas castradora) de Estado uma vez que atuou de forma ativa em alguns dos principais conflitos emancipacionistas que culminaram por fundamentar a consolidação do Brasil como estado independente e soberano.

O Ceará, além disso, foi visionário ao investir na ideia do trabalho livre assalariado e introduzir o processo de modernização e, por consequência, o processo de

³⁹Relatório consultado no Arquivo Nacional pasta sobre a Guerra do Paraguai - Referência: gaveta 1.

escolarização e de aformozamento de sua capital, nos moldes do que ocorria nas demais capitais.

4 “ANTES DE TUDO, UM FORTE”: do sertão ao mar!

Neste capítulo, aumentamos a precisão do enfoque histórico, diminuindo a área de estudo. Analisamos as implicações da evolução nacional, especificamente dentro do Estado do Ceará; verificando como a modernização e a beligerância moldaram o cidadão cearense e estimularam o interesse pela educação e a profissionalização da camada popular. Conhecemos, que, à época, poucos acreditavam que uma terra tão inóspita pudesse se destacar no cenário nacional ou acrescentar peso relevante na guerra. Seca, fome e doenças acirravam as dificuldades da falta de trabalho. A economia mudava, mas não na velocidade que pudesse absorver a enorme quantidade de mão de obra em potencial, e o processo de modernização caminhava a passos lentos sob forte carga escravocrata, mas necessitada de profissionais. Mostramos, então, como a mão de obra livre do Ceará foi aproveitada nas mais diversas frentes de serviço e como o serviço militar e o processo de militarização foi visto, pelo povo, também como oportunidade de profissionalização.

4.1 O Ceará nos conflitos civis, no processo de modernização e durante a Guerra

Paraguai

Euclides da Cunha, em *Os Sertões*⁴⁰, apresentou o nordeste como lugar inóspito e flagelado pelas inúmeras secas, onde poucos acreditavam em seu desenvolvimento, e no próprio homem, *o sertanejo*, que para ele “[...] é, antes de tudo, um forte.”, muito embora complementemente “[...] é o homem permanentemente fatigado.” (CUNHA, 1901, p.447-48) Poucos compreendiam a rudeza do clima do semi-árido.

No Ceará, o clima no litoral e nas serras apresentam temperaturas amenas, com média anual entre 26° a 30°. No sertão, a média varia entre 30° a 37° nos períodos secos. Contudo, é durante o fenômeno da seca, que podemos entender a citação de Euclides da Cunha. Nesse período, as chuvas são escassas, os rios secam, as árvores perdem suas folhas, a terra resseca, o mato quebra debaixo dos solados dos pés, e com elas, a esperança desse *forte*. Um triste espetáculo de desolação, que atinge não somente ao homem do sertão, mas a todos, em todos os lugares, seja campo ou cidade.

⁴⁰Ver Euclides da Cunha. *Os Sertões*. MINISTÉRIO DA CULTURA - Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro, 1901, vol. 1. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>> Acesso em 12 Dez. 2015.

Euclides da Cunha (1901, p.15) cita também as grandes secas que acometeram a região nordeste em “meados do século XIX (1808-1809, 1824-1825, 1835-1837, 1844-1845, 1877-1879)”. A seca de 1877-1879, que atingiu o Ceará, teve um papel importante no processo de desenvolvimento industrial e no aformoseamento da capital, momento em que as autoridades irão fazer obras públicas, imprimindo a ideia de trabalho honesto, de salário em vez de esmolas, assim como o controle da camada popular em crescimento desordenado na capital.

A economia do Ceará, desde a colonização, baseava-se na pecuária, com a criação de gado vacum e cavalariço, além das criações de rebanho caprinos e ovelhuns. A agricultura, inicialmente, se pautava na agricultura de subsistência, com a mandioca e a farinha produzida dela, se estendendo posteriormente para a cultura da cana, do café, especialmente nas áreas serranas, e, durante a década de 1860, com a cultura do algodão, momento em que muitas mudanças ocorreram, sobretudo, na estrutura física e social da capital.

De acordo com Araripe (2002), o Ceará esteve subordinado à Bahia (1587), ao Maranhão (1624 a 1655), a Pernambuco (1655-1766) e a Paraíba (1711). De Pernambuco, separou-se pela Carta Régia, de 17 de Janeiro em 1799, tendo como primeira capital a Vila de Aquiraz, posteriormente a Vila de Fortaleza.

O nome da capital cearense, Fortaleza, como cita Koster (1942, p.165), vem da

[...] fortaleza, de onde esta Vila recebe a denominação, fica sobre uma colina de areia, próxima às moradas, e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar, e uma paliçada, enterrada no solo, para o lado da Vila. Contém quatro peças de canhão, de vários calibres, apontadas para muitas direções. Notei que a peça de maior força estava voltada para a Vila. A que estava montada para o mar não tinha calibre suficiente para atingir um navio no ancoradouro comum. O armazém da pólvora está noutro ponto da colina e é visto do porto. [...]

Pelo exposto, Fortaleza não inspirava muita tranquilidade, embora tivesse a seus pés um forte, ou seria justamente por ter um forte? Araripe (2002) acrescentou que ela teve, inicialmente, a função de área militar, utilizada inicialmente como presídio militar. Sua economia estava baseada, principalmente, no comércio e suas perspectivas de desenvolvimento eram poucas.

Em sua viagem pelo Nordeste, na década de 1820, Koster não via para Fortaleza perspectivas de desenvolvimento. Em suas palavras, Fortaleza foi

[...] edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas (...) as casas têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamento (...) os moradores devem ser uns 1200 (...) não é muito para compreender-se a razão da preferência dada a este local. Não há rio nem cais e as praias são más e de acesso

difícil (...) e a falta de um porto, as terríveis secas, afastam algumas ousadas esperanças no desenvolvimento de sua prosperidade. (KOSTER, 1942, p.164)

Sua incredulidade estaria pautada no fenômeno da seca, que sempre castigou a região, e na falta de um porto por onde escoasse a produção. Corroborando com Koster, Araripe também apresentou a incredulidade no desenvolvimento econômico da capital cearense, pontuando também a necessidade de um porto para viabilizar as trocas comerciais, conforme vemos abaixo:

O pouco adiantamento que teve a Fortaleza e a falta de porto cômodo para abrigo dos navios excitavam, por vezes, a idéia, de remoção da capital para a então vila do Aracati, cujo porto se oferecia mais oportuno; todavia o bom senso e critério dos governadores-gerais de Pernambuco jamais anuíram à proposta neste sentido feita por alguns ouvidores. (ARARIPE, 2002, p.103)

Tanto Koster, como Araripe, apresentam, como empecilhos para o desenvolvimento da capital, a não existência ou precariedade do porto. Koster afirmava ainda desde o início do século XIX, entre 1809 a 1820, que

O porto é exposto e mau. [...] A cadeia de recifes segue paralelamente à praia, por um quarto de milha, tendo duas aberturas, uma acima e outra abaixo da Vila. As embarcações menores podem vir ancorar entre elas e a praia, mas um navio maior deve ficar ao norte ou ao sul da Vila, numa dessas duas aberturas, acima ou abaixo delas. A abertura do norte é preferível. Um navio vindo do norte se deve dirigir à Ponta de Mucuripe, uma légua ao sul da Vila e onde há um pequeno forte, e, isto feito, poderá ir diretamente ao ancoradouro. Quando aparece um navio, o Forte da Vila arvora uma bandeira branca num mastro muito alto. Ao norte da Vila, entre o recife e a costa, há um rochedo chamado Pedra da Velha, que é visto, mesmo do mar alto, pela rebentação das vagas sobre ele. Deixando o porto, o navio pode passar entre o rochedo e a costa, evitando os baixios que estão a cem jardas, ao norte, e ainda passará entre essa rocha e os recifes. (KOSTER, 1942, p. 165-166)

Pelo exposto, as condições litorâneas não se faziam favoráveis ao tráfego de navios na capital cearense. Passados os anos, durante a década de 1860, de acordo com Brasil (1997, p. 37- 41), o Ceará contava com 15 portos, poucos estruturados, dificultando ainda o escoamento da produção. Fortaleza, nesse período, tinha três desses portos. O porto Ceará ou Barra (no rio Ceará), o porto Fortaleza (no rio Cocó) e o porto Mucuripe (na enseada da praia).

Segundo Brasil (1997), o porto Mucuripe tinha um farol, apresentava profundidade que permitia que os navios ancorassem a uma distância segura da praia, era protegido pelos recifes. Entretanto, caso o condutor do navio não conhecesse os caminhos a navegar poderia causar sérios acidentes. As ondas próximas à praia, por serem muito fortes, com marés muito altas, causavam dificuldades nos embarques e desembarques de pessoas e

carga, como descreveu Koster ao presenciar um desembarque durante sua visita a Fortaleza, na década de 1820,

Um navio estava descarregando durante minha estada. A carga consistia principalmente em pequenos sacos de farinha de mandioca. A canoa se aproximava o mais possível de terra, sem encalhar, e os sacos eram transportados na cabeça dos carregadores. Deviam pô-los no solo passando através das vagas, e quando uma delas os alcançava, molhava completamente. (KOSTER, 1942, p.p. 165-166)

O acesso dos navios à cidade era feito mediante pequenas embarcações, no caso de Fortaleza, as jangadas, que exigiam muita habilidade, especialmente, dos pescadores, muitas vezes contratados para essa travessia, uma vez que tinham grande destreza com esse tipo de embarcação. Essa dificuldade e o apoio dos jangadeiros foram enfatizados durante as aulas práticas da Companhia de Aprendizes Marinheiros no Ceará, na década de 1864.

4.2 Ceará: antes de tudo um forte também em suas posições políticas

O Ceará, nos movimentos políticos, durante processo de Independência (1822), na Confederação do Equador (1824), junto com as demais províncias da região do Norte (Nordeste), participou ativamente, levando seus compatriotas a gravarem seus nomes na história.

Durante o processo de Independência, todas as províncias brasileiras passaram por um processo de pacificação, e, no Ceará, não foi diferente. Silva⁴¹ afirmou, que durante esse processo, aportou no litoral cearense o representante do Imperador, o Almirante Cochrane, que, do navio, encaminhou as ordens imperiais. O Chefe da Divisão Naval David Jewett, em 18 de outubro de 1824, apresentou a carta com os termos de obediência e fidelidade para com o imperador e o novo regime junto aos representantes na província cearense.

Na referida carta – Proclamação - o Imperador afirmava que somente sobre sua proteção seus súditos teriam proteção e segurança para desenvolverem suas atividades. Em suas palavras ele declara: “achareis protegidas vossas pessoa, e propriedades por justa e sabias Leis, e que gozarei de todas as felicidades nascentes de uma Liberdade racional, e Independência verdadeira. Ceará, no Palácio do Governo, em 27 de Outubro de 1824. - Cochrane e Maranhão.” (SILVA, 1882, vol. 2, p. 355-356)

⁴¹Ver Theotônio Meireles da Silva. Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira. Rio de Janeiro – Typographia Peserverança. 1882. Biblioteca do Senado. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227380>> Acesso em: 01 jun.2015.

Fato que não foi aceito por todos os cearenses, especialmente na pessoa de Tristão Gonçalves de Alencar e Araripe, que liderava uma rebelião, em Aracati, contra o novo governo e foi caçado como inimigo deste, tendo sua cabeça colocada a prêmio, conforme citou Silva (1882, vol. 2, p. 368) abaixo:

«Em Nome, e por Parte de Sua Magestade Imperial, offereço o premio de 10 mil Cruzados, pago no Palácio do Governo do Ceará, sem deducção, áquelle que no mesmo Palácio entregar o referido Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, afim de responder á Justiça pelos seus crimes; e além disso concedo-lhes todo o dinheiro ou caixa militar que se ache no poder do referido Araripe. « **Borda da Não Pedro I**, surta em frente do Ceará, 1º de Novembro de 1824. - *Cochrane e Maranhão*. (grifo nosso)

Percebemos aqui, o que havíamos citado anteriormente, os navios se constituíam em base administrativa, se constituindo de fato, na mão flutuante do Estado, navegando por entre as províncias. Algumas cidades no sul do Ceará, como Icó e Crato, aderiram à rebelião, porém foram sediadas pelas forças militares. Ainda, de acordo com Silva, o Almirante Cochrane, ancorado em águas cearenses, recebeu o seguinte comunicado:

[...] 1º de Novembro, escrevia o Major João Nepomuceno Quixabeira a seguinte PARTE OFFICIAL. « Participo a V. S. que no dia de hontem foi morto o Tyrano Tristão Gonçalves ás mãos da valerosa Tropa de Cavallaria de meu Regimento no Sitio de Santa Rosa, morreu o Ajudante o Cabra Roberto, e um soldado da minha Tropa, não morreu pessoa alguma nem das do Capitão Amorim, e todos os mais Companheiros do tal Tristão foram presos. « Deus Guarde a V. S. « Quartel da Villa de S. Bernardo, 1º de Novembro de 1824, pelas 6 horas da tarde. *João Nepomuceno Quixabeira*. - Ilmo. Sr. Sargento Mór Commandante, Luiz Rodrigues Chaves.>> (SILVA, 1882, vol. 2, p.368-369)

Com a morte de Tristão Gonçalves e a prisão de José Pereira Filgueiras, o Ceará depôs as armas e entregou-se ao regime monárquico, como enfatizou Silva (1882), ao relatar o comunicado entre o Presidente da Província do Ceará, em 27 de Novembro de 1824 e o Ministro da Marinha,

«Ilm. e Exm. Sr. - Neste momento acabo de receber a satisfatoria noticia, de que no dia 8 do corrente o Capitão-Mór José Pereira Filgueiras, que se achava acantonado na Villa do Crato (única, que faltava reconhecer, e obedecer a Sua Magestade Imperial e Constitucional, como consta do meu officio de 24 deste mez) se entregou depondo a armas nas mãos pelo Capitão Reinaldo de Araujo Bezerra, sujeitando-se ao mesmo tempo ás Disposições Augustas do Mesmo Imperial Senhor, a Cuja Presença digne-se V. Ex. levar o exposto. « Deus Guarde a V. Ex. « Palácio do Governo do Ceará, 27 de Novembro de 1824; 3º da Independência e do Império.- Ilmo. e Exm. Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocio da Marinha.-- José *Felix de Azevedo e Sá*, Presidente Interino da Província. (SILVA, 1882, vol. 2, p. 381)

Pacificado pela força, uma vez que era necessário domar o espírito rebelde dos cearenses, teve mais uma vez seus filhos mortos ou presos por defenderem os ideais

republicanos e federalistas, que não foram esquecidos após os conflitos de 1824. Muitos desses revoltosos presos foram enviados a Côrte, presos nos navios prisão (persigangas) ou enviados para outras províncias.

Esse legado ecoou na Regência. O Ceará passou a participar de novos conflitos políticos, agora, a luta centrou-se no embate em prol do reinado de D. Pedro I. Na região do Cariri, especificamente as cidades de Crato, Icó e Jardim sofreram com as disputas entre conservadores e liberais. Aragão (1994)⁴² afirmou que, no início, o governo, na capital cearense, pensava ser apenas rixas pessoais, mas logo a capital percebeu que a índole rebelde aflorava. Inicia-se a disputa comandada por Pinto Madeira. O então presidente da província José Mariano de Albuquerque Cavalcante (1831-1832) deslocou-se para o Crato, onde entrou em confronto com os revoltosos. Controlada a rebelião, enviou para Maranhão os prisioneiros Joaquim Pinto Madeira e Antônio Manuel de Sousa. Pensava-se que tudo estaria resolvido.

No governo de José Martiniano Pereira de Alencar (1834-1836), o Ceará promoveu o campo para desenvolvimento econômico e social. Durante seu governo, ele buscou combater o que ele chamou de “calamidade social” devido aos crimes de pistolagem. Em discurso no Senado, ele enfatizou que “Havia assassinos muitos conhecidos, prepotentes e séquitos cujos nomes faziam aterrar tudo, vítimas eram imoladas até dentro das prisões.” (ARAGÃO, 1994, p.30). Embora não tenha tido êxito, ele conseguiu levar o problema para ser discutido pela área da segurança pública.

Na administração pública, gozou da autonomia concedida às províncias pelo Império por meio do Ato Adicional de 1834; criou órgãos para apoiá-lo como Secretaria de Governo, Secretaria de Polícia, com seus agentes de polícia oficialmente reconhecidos pelo governo imperial, a Secretaria da Repartição da Fazenda, o Banco Provincial do Ceará, e, na agricultura criou a Companhia de Trabalhadores para ajudar o homem do campo; nas obras públicas, investiu no saneamento básico e levantou a educação como uma coisa pública, uma questão social, os progressos foram poucos, mas a semente fora lançada.

Diante da instabilidade política, novos governos e poucos progressos. Durante a revolta dos balaios, no Maranhão, o Ceará foi convocado pelo então presidente interino do Maranhão durante o conflito, Luís Alves de Lima e Silva, para lutar contra os rebeldes. O presidente da província cearense, Sousa Martins, em seu discurso diante das poucas ou desencontradas notícias que chegavam à capital, sabendo que os balaios estavam acampados no Piauí e na região da Ibiapaba, em Viçosa, tentou transparecer à população que o Ceará

⁴²Ver Raimundo Batista Aragão. História do Ceará: período 1831-1889. Volume III. 2ª Edição. Fortaleza. 1994. Instituto Histórico do Ceará.

também corria perigo, proferiu assim o seguinte discurso, conforme ressaltou Aragão (1994, p. 64-65):

[...] Cearenses! Quando o seio da Pátria está prestes a ser manchado por plantas inimigas, todo cidadão é soldado. Corações patrióticos, sem estremecer, não escutam os brados sacrossantos da Pátria em perigo! Esqueçamos as divergências políticas; um só pensamento nos una, um só sentimento domine os nossos corações; a Pátria está em perigo; corram todos à salvação da Pátria! Às armas cidadãos! Às armas! Viva S. M. o Imperador D. Pedro II! Viva a Constituição Política da Monarquia! Viva os Legalistas Cearenses! Palácio do Governo do Ceará, em 17 de abril de 1840 – Francisco de Sousa Martins Presidente.

Mesmo diante desse apelo, os cearenses não aderiram à convocação, pois se solidarizaram com os revoltosos.

Durante esses conflitos, o governo acrescia seu quadro reserva de remadores escravos do Estado, no qual o delito, nesse contexto, era lutar por liberdade. Os conflitos diminuem com a chegada do reinado de D. Pedro II e o Ceará voltou-se para o processo de modernização que transitava pelo país. Era preciso investir na formação da camada popular.

Dentre os diversos conflitos: 1822, no processo de Independência; 1824, na Confederação do Equador; 1836-1840, nas rebeliões Cabanagem e Sabinada, e, entre 1864 a 1870, na Guerra do Paraguai; enfretando fome, peste e sua companheira fiel, a seca, o cearense demonstrava sua força, resistência e coragem diante das mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais e posicionava para enfrentá-las.

Na Assembléia Legislativa no Ceará, entre 1850 e 1860, cita os jornais locais, os discursos sobre a educação foram calorosos, mas não passaram de palavras soltas ao vento, principalmente, por se perceber que as medidas voltadas para a formação da camada popular não tinham interesse real de formar o cidadão, mas apenas de controlá-los e adestrá-los.

4.3 O Ceará e os primórdios da modernização no Segundo Reinado

No Ceará, a década de 1860 promoveu diversas mudanças, dentre elas, a política de incentivo ao trabalho e ao salário. Os ideais do liberalismo e do capitalismo se consolidavam. Em 1864, o Ceará contava com 29 municípios. Tinha como comarcas Fortaleza, Maranguape, Aquiraz, Cascavel, Baturité e Imperatriz.

Fortaleza, uma cidade pouco habitada, apresentava pouco desenvolvimento em relação às demais províncias, o progresso caminhava a passos lentos. De quatro ruas, como citou Koster, agora eram oito, como descreve Brasil,

[...] edificada em uma planície arenosa, quase á borda do mar; tem **oito extensas ruas** mui direitas, espaçosas e calçadas. Conta 960 casas de tijolos alinhadas, e entre estas oitentas uns oitenta sobrados; e fora do alinhamento para cima 7:200 casas cobertas de palha; tem 8 praças, sendo notáveis três que estão plantadas d'árvores, existindo nellas cacimbas publicas. Os edifícios mais notáveis são: o palácio do Governo, o hospital da Misericórdia, os quartéis militares de 1.^a linha e polícia, a **casa dos educandos artifices**, a cadeia, o paço da municipalidade, a cathedral, as duas thesourarias, a alfândega, o armazem da pólvora, o cemitério &. Seu porto, formado por um arrecife, e que vae areiando consideravelmente, tem uma ponte ou trapiche de desembarque, e na ponta do Mucuripe um pharol de luz fixa. (grifo nosso) (BRASIL, 1997, p. 22-23)

Passados quarenta anos, a cidade apresentava agora edifícios, casas, ruas ganharam forma e beleza. Ponte (2001) denominou esse período, em que houve desenvolvimento econômico e social, com o aformoseamento através do remodelamento de espaços na capital e do processo de higienização social, de Belle Époque⁴³. Ele ressaltou que as reformas partiram tanto do setor público, como privado, cujo objetivo comum, entre eles era civilizar a capital e a população, através da difusão de novos hábitos, da reordenação dos espaços, assim como desenvolver, na camada popular, o interesse pelo trabalho.

A economia algodoeira trouxe novas perspectivas para o desenvolvimento da capital. O próprio clima favoreceu o desenvolvimento econômico, uma vez que as chuvas foram regulares entre os anos de 1845 e 1877, favorecendo a cultura do algodão, que passou a ser parte integrante da paisagem sertaneja como ressalta Neves,

O algodão – uma planta xerófila que se adapta muito bem ao clima do semi-árido – somente veio a fazer parte efetiva da produção sertaneja em meados do século. As primeiras tentativas de plantações algodoeiras datam do final do século XVIII, mas é no século seguinte – especialmente durante a Guerra de Secessão nos EUA (1861-1865) – que **o algodão passou a fazer parte integrante e permanente da paisagem sertaneja**. (grifo nosso) (NEVES, 2007, p.77)

Considerado o ouro branco, o algodão vai gerar o capital necessário para promover as reformas. Assim, nas décadas entre 1860 e 1870, o Ceará adquiriu uma nova estruturação física, social e econômica financiada pela cultura do algodão que ganhou força e mercado devido à Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1865), reorganizando seus espaços na capital, conforme enfatizou Cordeiro,

[...] centro urbano, que compreendia a cidade propriamente dita, situava-se entre o mar e as vizinhanças da atual avenida Duque de Caxias, entre a depressão do Pajeú e as proximidades da atual praça José de Alencar. De acordo com a correspondência do barão Homem de Melo a Paulino Nogueira, até 1865 não havia uma única rua ligando ao Centro o então bairro do Outeiro, hoje Aldeota, embora habitasse ali um bom número de pessoas; a ligação se fazia através de atalhos e veredas. (CORDEIRO, 2007, p.137)

⁴³Ver Sebastião Rogério Ponte. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3 ed.. – Fortaleza: Edições Dem[ocrito Rocha, 2001.

Fortaleza, uma cidade pequena e atrasada, que nas palavras de Raimundo Girão (1997, p.25), se mostrava um lugar desolador e sem perspectivas: [...] “um areial movendo-se à mercê da ventania, a mudar constantemente de nível nas zonas descobertas, salvo os da depressão do solo.”, como afirmará Koster e Araripe, foi se transformando em uma cidade mais dinâmica, que

Aos poucos, recebe os integrativos de uma infraestrutura mais adequada, capazes de emparelhá-la às capitais mais adiantadas do País. Vêm os calçamentos, a iluminação pública a gás carbônico, o serviço de abastecimento d’água, o transporte coletivo, o telégrafo, o telefone, a via-férrea ligando-a ao sertão, trazendo passageiros e cargas, o que engorda o seu comercio, já bem favorecido com o melhor movimento das exportações marítimas, com os navios a vapor, nela tocando regularmente. Primeiro, os das companhias Maranhenses, e, depois, os da Boot Steam Co. Ltd e da Red Cross Line of mail Steamers, estas duas últimas fazendo o intercambio com as praças da Europa. Relata o Senador Pompeu, em seu *Ensaio Estatístico* de 1863, que são oito extensas ruas, muito direitas, espaçosas e calçadas, e 960 são as casas de tijolos alinhadas, entre elas estão uns 80 sobrados, dando morada a uma população de 16.000 habs. Esta, no recenseamento de 1872, subirá para 21.372, ocupando 4.380 casas térreas, afora 1.178 casebres. (GIRÃO,1997, p.27)

Chegava o progresso, com seus calçamentos, iluminação pública, abastecimento de água, telégrafo, via férrea, a edificação do cemitério São João Batista, assim como o plano urbanístico de Adolfo Herbster. Contra todas as previsões, a cidade ganhava ares de civilização.

A iluminação a gás, que substituía a de azeite de peixe, iniciou em 22 de agosto de 1859, com o gás carbônico, instalada nas principais ruas da cidade, sendo substituído, em 1864, pelo gás hidrogênio carbonato e, em 17 de setembro de 1867 é inaugurada a iluminação pública⁴⁴ pelos combustores, sendo apreciada por todos. Menezes ressalta que

Fortaleza, iluminada daquele jeito, parecia aos seus habitantes presa de um incêndio, até então, jamais visto. Toda gente ficou deslumbrada! E, no comentário da rua, os mais letrados achavam que aquilo era um enorme surto de progresso para a nossa capital, que marcha, a passos largos, na retaguarda das grandes cidades do País e, quiçá, do mundo [...]. (MENEZES, 2000, p.91)

Foram iniciados, em 1870, os trâmites para construção da via férrea de Baturité. O Ceará foi buscar na Inglaterra a tecnologia para a construção da ferrovia como cita o artigo do jornal A Constituição,

Todas as observações se referem até o anno de 1850, e sómente com relação ao systema seguido na Inglaterra. Posto que tenha augmentado muito o trafico de caminhos de ferro, e muitos melhoramentos se tenha também conseguido, todavia com applicação ao nosso caso nesta província as observações do Sr. Stephenson e

⁴⁴Ver João Brigido. Ceará (Homens e Fatos). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

outros vêm mais a propósito.⁴⁵ (A CONSTITUIÇÃO, 19 de Abril de 1870, p. 1-2)

O artigo apresentava as vantagens que a via férrea trouxe à economia inglesa e que o mesmo seria de igual mote para o Ceará. Dentre essas vantagens, citou o crescente número de passageiros que passaram a utilizar a via férrea, ressaltou a agilidade dos correios no envio e entrega das correspondências e mercadorias através da ferrovia. Ganhar tempo também seria outra das vantagens apresentada ainda no artigo, como vemos baixo,

Com relação ao tempo economizado elle (Sr. Stephenson) faz a seguinte curiosa estatística. Em cada viagem a razão de 12 milhas de extensão se poupa uma hora para 11 milhões de passageiros por anno, o que é equivalente á 38,000 annos, constando 8 horas de serviço por dia; e se pagando a cada homem 3 sh, por dia pelo seu trabalho, o tempo economizado pôde ser avaliado e, 1b.st. 2,000,000 por anno. (A CONSTITUIÇÃO, 19 de Abril de 1870, p. 1-2)

Nesse controle e ganho do tempo, estaria envolto, também, as necessidades do mundo do trabalho, que começava a ter uma nova roupagem, vindo a repercutir na educação com a proposta de horário para as atividades escolares. As vantagens apresentadas no artigo enfatizam também o número de pessoas empregadas diariamente “Havia 90,000 pessoas empregadas directamente , e 40,000 indirectamente nos caminhos de ferro, e assim 130,000 homens, com suas famílias [...]”(A CONSTITUIÇÃO, 19 de Abril de 1870, p. 1-2), o que era de interesse do governo cearense e se mostrou eficiente durante os anos de 1877 a 1879, quando da grande seca.

As vantagens, citadas ainda pelo jornal, adentravam também no desenvolvimento da indústria manufatureira, quando diz que os caminhos de ferro

[...] tendem a equilibrar os valores dos terrenos em todo o paiz, trazendo mais perto dos pontos de consumo as fontes de abastecimento; elles tem dado extraordinário estímulo a indústria fabril; e trazendo mais intimamente unidas todas as partes do paiz; a comunicação por vias-ferreas tem assim concentrado a energia do povo, e materialmente augmentado sua riqueza, seus gosos e suas relações sociaes. (A CONSTITUIÇÃO, 19 de Abril de 1870, p. 1-2)

A Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité, contratada em 1870, iniciou suas atividades. O primeiro apitar de trem, enfatizado por Menezes (2000, p. 56-59), seria um dos maiores acontecimentos, em 3 de agosto de 1873, levando 8.000 fortalezenses a

⁴⁵Jornal A CONSTITUIÇÃO – 19 de Abril de 1870 – anno VIII – n.81. p. 1-2. Jornal A Constituição. Pagina 1-Communicados: Caminho de ferro no Ceará: cita a extensão das estradas de ferro com aproximadamente 8,054 millhas que seria mais ou menos o bastante para dar uma volta no globo, assim como apresentava 5000 locomotivas, e 150,000 carruagens e carros para cargas,(...) o orçamento uma vez que existia uma diferença no orçamento inicial e final da construção das ferrovias, trazendo o exemplo da ferrovia em Liverpool á Manchester (inicial de 1b.st. 300,000 e no final ficou em 1b.st. 800,000) e a de Londres à Birmingham (inicial 1b.st. 2,500,000 e no final gastaram 1b.st. 5,600,000). Consultado na Biblioteca Governador Menezes Pimentel, setor de micro filmes – hemeroteca.

assistirem ao evento. A locomotiva Fortaleza saindo da estação Central de Fortaleza foi até a estação de Arroches.

As oportunidades de trabalho vinham com o desenvolvimento e com o progresso, a construção e ampliação das estradas de ferro, construção das linhas telegráficas, melhoramento nos portos, arborização da cidade, construção de praças e bulevares, construção ou reformas de escolas, prisões, cemitérios, igrejas e quartéis, construção do paiol da pólvora, a limpeza de praças e ruas, etc. Novas frentes de trabalhos surgiam paralela ao trabalho escravo. Era de grande importância preparar a camada popular para esse momento. Como enfatizou Hobsbawm (1979), a mobilidade de trabalho livre era primordial para o desenvolvimento econômico e no processo de modernização no qual o país transitava e, o Ceará, tinha mão de obra disponível. Embora, a guerra e a seca abrissem um parêntese nesse processo de desenvolvimento, a camada popular precisava ser moldada para ser inserida nesse processo de modernização.

O governo adotou diversas medidas para promover as mudanças, dentre elas a política higienista, que tomou para si o direito de intervir e interferir na vida das pessoas, definido seus lugares sociais. Durante o período da seca, o Estado passou a decidir diretamente sobre a vida daqueles tomados por flagelados que percorriam a capital, assim como, dos desclassificados, despossuídos, incluindo menores de idade, crianças órfãs e desvalidas, como inferimos em Candido (2005) sobre a construção da ferrovia de Baturité. Havia uma grande preocupação, sobretudo, com a moral, numa tentativa de combater a mendicância, a vadiagem, a prostituição, que, na época, vinha ganhando novos direcionamentos, especialmente, com a política de formação para o homem-cidadão.

A proposta de modernização perpassava pela ideia de formação para o trabalho e a sociedade à época, especialmente no Ceará durante os períodos de dificuldades como a guerra, a seca, as moléstias endossavam o slogan “Trabalho e não esmola”, como propagava o jornal Cearense, em 1877, que buscava para fugir da ideia de assistencialismo.

Ainda de acordo com a reportagem desse jornal, na Europa, mais especificamente,

“Na Inglaterra, o systema de debellar a mizeria por meio de socorros directos, em vez de produzir bons resultados, tem sido, na opinião dos melhores pensadores nacionaes, como o faz sentir Herbert Spencer em sua recente obra – Social Science – um grande incentivo ao desenvolvimento deste cancro que corroe a sociedade ingleza.” (CEARENSE, 7 de Junho de 1877, p.1.)

Antes de tudo, era necessário desenvolver na camada popular, a prática para o trabalho, uma vez que caridade e esmola poderiam levá-las ao hábito da ociosidade, assim

como ao roubo, à vadiagem. Hábitos, ou, melhor dizendo, maus hábitos, que poderiam subverter a moral social. Era preciso difundir a ideia do ganho pelo trabalho honesto e decente, assim como difundir a ideia de salário, dentro da proposta da economia liberal e capitalista, que vinha ganhando espaço e se consolidando, e, nessa perspectiva, a marinha apresentava um caminho para esse grupo, com as escolas de marinhagem.

Segundo Neves, durante a seca de 1877, chegaram à Fortaleza um número expressivo de retirantes, que se constituíam em mão de obra livre,

[...] em estado crítico de saúde, debilitados pela caminhada e pela desnutrição, demandando dos poderes públicos, pela primeira vez, uma atuação organizada e efetiva para que o caos não se estabeleça definitivamente. [...] A chegada diária dos retirantes impressionava pelo número, pela miséria e pelo deplorável estado de saúde. (NEVES, 2007, p.82)

Era preciso organizar essa multidão que adentrava à capital. Uma das ações do governo foi alocar esses retirantes em obras públicas, como ocorreu na ampliação da estrada de ferro de Baturité, o que levou as autoridades cearenses a justificarem o uso desses flagelados em obras públicas, como citou o jornal Cearense “Neste caso o trabalho será um meio e o melhoramento da província o fim dos socorros prestados pelo governo e particulares.” (CEARENSE, 10 de Junho de 1877, p.1) Era importante desenvolver e promover a ideia para o trabalho.

Porém, Cândido (2005, p.21) afirma que o governo, durante a seca de 1877-1879, tinha como objetivo principal afastar da capital os retirantes que chegavam à cidade, como citou: “afastar de Fortaleza uma grande parcela dos flagelados.” Era preciso conter, também, junto a esse público, riscos de conflitos civis e conter a proliferação de diversas doenças, como varíola, cólera, etc.

Cândido (2005) nos apresenta, ainda, que a ampliação da estrada de ferro de Baturité cooperou com o desenvolvimento industrial, possibilitando o transporte e a venda de produtos entre as cidades, promoveu a ideia do trabalho assalariado, onde, pelo trabalho, a camada popular poderia evitar ações malélicas à sociedade, bem como se afastando do ócio e da mendicância.

Cândido (2005, p.44) acrescenta que as ações para controlar os retirantes tiveram início com “[...] a construção do novo paiol da pólvora a oeste da cidade, empregado na sua primeira fase entre oitenta e cem retirantes. Também na estrada de Soure (atual município de Caucaia) [...]” O trabalho seria uma maneira de estabelecer a ordem social.

A todo momento, os jornais, Cearense, apresentavam que,

Um governo providente aproveitaria esses braços desocupados para serviços ou obras de utilidade pública, **mediante certo salário** que garantir-se aos esfomeados a subsistência própria e da família, em vez de obrigá-los a receber esmola aviltante, que muita vez o degrada a seus próprios olhos. (grifo nosso) (CEARENSE, 10 de Junho de 1877, p.1)

Tentava-se com isso promover a ideia de trabalho livre assalariado, quando se ressaltava, ainda, na reportagem, que “De efeito, o trabalho é o mais nobre dom que se pode oferecer a um povo, em quanto que a esmola é o mais pernicioso presente que se lhe possa fazer.” (CEARENSE, 10 de Junho de 1877, p.1)

A disponibilidade de trabalhadores livres precisava ser direcionada. Economicamente, eles eram, ao mesmo tempo, produtores e consumidores no sistema liberal capitalista. Entretanto, trabalho não era algo fácil de conseguir. A crítica feita em 1856, no jornal A Pátria, através da poesia, ainda cabia em 1877 e 1878, como vemos abaixo:

[...] Porque choras meus filhinhos?
Que dor cruel os consome?
Ai! que me falta o trabalho
Para matar-lhes a fome!

Chores, filhos, de novo!
É esta a sorte do povo!

Meu braço é forte e robusto,
Meu coração altaneiro,
Quero empregar-me, e não posso,
Porque nasci brasileiro.

Chores, filhos, de novo!
É esta a sorte do povo! [...]
(PÁTRIA, 8 de Maio de 1856, p. 2)

Trabalhar sim, já ficar nas mãos do Estado não era o desejo da camada popular. Diante dessa condução e controle, a camada popular buscava uma forma de escapar das mãos do Estado, afastando-se das áreas urbanizadas. Rodolpho Teóphilo (1997, p. 52) citou “Esta infeliz gente arrojou-se nos subúrbios da cidade [...]” e lá foram viver. Subúrbios como definiu Rodolpho Teóphilo (1997, p.65) era uma “[...] area sub-urbana, conhecida como o nome de areias, por não serem calçadas as ruas [...]”, onde os retirantes faziam suas casas ou, melhor dizendo, suas choupanas, que vemos, ainda nas palavras de Teóphilo (1997, p.108), em

[...] um pequeno quadrado tendo uns três metros em cada face. As paredes eram feitas de alguns ramos seccos dando entrada franca ao sol, a chuva, ao avento e aos olhares dos transeuntes. O teto não resguardava melhor o único compartimento de que se compunha aquella espelunca.

Espelunca que comportava famílias inteiras, como enfatizou Rodolpho Teóphilo (1997, p.109),

Ao lado della cinco creanças, de oito annos abaixo, todas nuas e encardidas de sujo (...). O ar que se respirava ali, embora renovado a cada instante, tinha um fartum especial, lembrando uma mistura de sebo, suor de negro e sarro de cachimbo. Pelas pequenas rêdes armadas umas quase sobre as outras podia se avaliar a porcaria do casebre. O sujo destas typoias era tal que era impossível saber a côr primitiva do panno.

São estas crianças, ainda, nas palavras de Teóphilo – nuas, piolhentas, sem educação e muitas viciadas na mendicância - que o Estado vai se arvorar do direito de interferir e intervir em suas vidas. Apesar da miséria da maioria desses indivíduos ou mesmo sobre eles, o desenvolvimento e o progresso não cederiam espaço. A escola surgirá com palco para encenar essa ideia.

Como propos Comenius, desde o século XVII, ressaltado nas palavras de Gasparin (1994, p.125), a escola se assemelharia à proposta de organização do trabalho, ao enfatizar que,

[...] cada escola, a exemplo da organização do trabalho manufatureiro, terá períodos fixos a começar e terminar as aulas, havendo entre esses dois extremos, tanto no que se refere ao ano escolar quanto no que tange às atividades de um dia, períodos intermediários nos quais se distribuirão o tempo e as tarefas do princípio ao fim.

A escola, na educação de massa, passou a ser regulada, então, pela repartição do tempo em meses, dias e horas, sendo destinado ao ensino para atender ao sistema liberal-capitalista e ao novo processo de modernização, assim como, uma forma de controle da camada popular, como enfatizou Ariès, sendo efetivado no Brasil, também, pela escolha do método de ensino, no caso, pelo método de ensino mútuo. O processo de modernização não tinha mais volta, e nesse contexto, as crianças seriam preparadas, nas escolas, para atuarem diretamente nesse processo.

Passado o período crítico, a cidade se recompõe e retoma o processo de modernização. Assim, em 1878, foi instalado o serviço de telégrafo entre Aracati e Fortaleza, vindo abreviar o tempo e o espaço, estreitando a relação entre as pessoas e promovendo maior desenvolvimento no comércio.

Em 1880, surgem os primeiros bondes puxados a burros. De acordo com Menezes (2000, p.60),

A empresa de propriedade do saudoso cearense Cel. Tomé A. de Mota, era conhecida pela denominação de Companhia Ferro Carril do Ceará. Constava de 25 bondes. Cada bonde podia conduzir 25 passageiros, distribuídos em cinco bancos. Pequeninos, modestos, dirigidos por um boleeiro, quase sempre enfiando num

fraque, os primitivos bondes semelhavam, no formato, uma caixa de fósforos, tendo umas cortinas que escorriam balaútres abaixo, em proteção ao calor do sol e bátegas da chuva.

Eram puxados por dois burros, trafegavam das 6 da manhã até as 9 da noite, tendo como ponto de partida a Praça do Ferreira para todas as linhas. Menezes (2000, p.61), enfatizou que os burros tinham uma “psicologia própria”, como cita:

Na rua da Praia, hoje Avenida Alberto Nepomuceno, além dos dois burros, um terceiro, chamado o “sóta”, ajudava a subir a ladeira existente, a partir da esquina do então edifício da **Escola de Aprendizes Marinheiros**, hoje Secretaria da Fazenda, até em frente a Igreja da Sé. Pois bem, o “sóta”, abrigado na sombra de uma mongubeira, aguardava os companheiros, a que se juntava, espontaneamente, regressando da Catedral, sozinho. Findas as quatro viagens da pragmática, não havia força humana que o fizesse continuar no seu trabalho. Havia de ser rendido e, custasse o que custasse, recolhia-se, também, sozinho, à estação, cruzando, no caminho, com o companheiro, que o ia substituir... [...] (grifo nosso)

À parte a sátira dos cearenses, os bondes interligavam a cidade e instituições ao mundo trabalho. Eles definiam regras e o ritmo do trabalho, para desenvolvimento da produção, atendendo ao capitalismo, com seus horários, assiduidade, pontualidade. Era necessário organizar os espaços, formar os trabalhadores.

Na época, o capitalismo e o liberalismo econômico propagavam a ideia que o trabalho poderia ser um instrumento de prosperidade e ordem social, sua condução no cotidiano mostrava-se perverso, uma forma de controle econômico e social sobre os indivíduos.

De acordo com Saviani (2007, p.43), podemos dizer que “a principal estratégia utilizada para a organização do trabalho, tendo em vista de atrair os “trabalhadores”, foi agir sobre as crianças. [...] e, por meio deles, agir também sobre seus pais [...]”, como propôs os jesuítas durante o processo de colonização, imprimindo nos pais o dever para com a responsabilidade de prover e educar seus filhos, mas também, imprimindo nas crianças a própria ideia de trabalho. É nesse sentido que todas as ações das escolas de aprendizes marinheiros e as escolas de aprendizes *menores* artífices dos arsenais da marinha foram desenvolvidas. Era necessário envolver, nesse processo, as crianças e, nesse sentido, a Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará promoveu além da formação militar, aulas de condução de bondes para os menores aprendizes (ver anexos).

4.4 O soldado cearense: menores aprendizes e a Guerra do Paraguai

No Ceará, área militar, com seus quartéis militares e policiais, entre 1864-1865, começaram a armar seu contingente. Brasil (1997, p.727), no artigo intitulado “Que força

podia a província armar?”, apresentou a quantidade de homens que o Ceará poderia armar, tendo como referencial o sistema instituídos na Inglaterra e na França:

QUE FORÇA PODIA A PROVÍNCIA ARMAR? – Segundo os economistas, diz Balbi no seu *Ensaio Estatístico de Portugal*, nem um estado pôde armar e manter, sem arruinar-se, uma força que exceda a 1% da totalidade de sua população. A Inglaterra, porém, mandou por acto do parlamento de 1822 que o exército de linha não excedesse de 1 por 180 habitantes, e a França no mesmo tempo reduziu o seu exercito de 1 por 142 indivíduos.

Pela regra dos economistas o Ceará podia armar..... 5,000

Pelo systema de Inglaterra..... 2,700

Pelo systema de França..... 3,524

No artigo da população (*Parte Segunda*) já se viu que em caso de necessidade podia na província levantar-se uma leva em massa de mais de cem mil homens de 15 a 60 annos, capazes de pegar em armas.

A preocupação era legítima. Os rumores do conflito bélico entre Brasil e Paraguai, chegaram à capital cearense. As forças militares de terra se organizavam e seguiam uma hierarquia quanto à prioridade de serem armadas. Inicialmente, se armaria as praças do Forte de Nossa Senhora da Assunção, depois a Guarda Nacional e, por fim, a Polícia. Araripe (2002), corroborando com Brasil (1997), acrescentou que, no Ceará, a Marinha contava com a seguinte disposição:

O regimento das Marinhas do Ceará e Jaguaribe formou três batalhões de caçadores, um na Fortaleza com nº 72, outro em Cascavel com nº 73, e outro no Aracati com nº 74: o regimento das Marinhas do Acaraú e Camocim formou outros três batalhões de caçadores, um em Granja com nº 75, quarto em Sobral com o nº 76, e outro na Imperatriz com o nº 77; o regimento dos Pardos do Icó formou ali um batalhão com nº 78. (ARARIPE, 2002. p.117)

A Guerra do Paraguai colocava o Ceará em um novo contexto de conflitos. Os jornais noticiavam a guerra. Em abril de 1865, deu-se o início ao envio de cearenses para o *front*. O Ceará, de imediato, se prontificou em defender a honra da pátria, fato noticiado pelos os jornais, enfatizando a bravura do caboclo, que de pronto saiu em busca de proteger seu país, sendo de fato o que as autoridades queriam embutir na camada popular, como vemos no artigo do jornal Cearense⁴⁶,

COMMUNICADO: O soldado cearense.

[...]Depois de tantos annos de paz, ouviu o rufar longiquo, o troar roquenho da artelheria: elle dormia e acordou como sempre, aguerrido e terrível. A pátria está agredida é preciso correr em seu auxilio. Foi couza de dias: legiões de voluntários apresentaram-se em campo, desputando a gloria de chegar á tempo de mostrar o seu valor. E lá marchou o soldado cearense á caminho do Paraguay. [...] Fortaleza, 27 de julho de 1865. (CEARENSE, 27 de julho de 1865, p.4)

⁴⁶Jornal CEARENSE, 1865, p.4, consultado na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, na seção de microfilmes e também disponível na Biblioteca Nacional no setor de microfilmes. Esses microfilmes trazem algumas observações como “multilados”, pois alguns não possuem todos as páginas do jornal, mesmo assim nos apresenta as notícias referentes à década de 1865 no Ceará.

No calor da guerra, foi se forjando o brasileiro. Clamou-se em toda a nação pelo espírito patriótico, sentimento construído e alimentado para atender a necessidade imposta pelo momento. Sentimento que irá invadir a mente de algumas crianças, adultos e velhos.

Os prêmios, em dinheiro, criados para conquistar adeptos à causa da nação, não encantavam a todos, poucos se alistavam voluntariamente, e a demanda por soldados crescia, como vemos no ofício⁴⁷ a seguir,

30 de Maio de 1865

Illm^o Ex^a Snr. [...] Sabe V Ex^a as circunstancias críticas, em que se acha o paiz e tendo-se feito varias encommendas de navios e já se havendo comparado alguns, cresce todos os dias a necessidade de reforçar-se a marinhagem, além da consideração valiosa, que se não deve perder de vista e é que muita parte da existência tem de ser afastada do serviço, quer por morte ou ferimento recebidos em combate, quer por moléstias produzidos pela mudança de clima.[...]

Foi necessário definir, então, o número de voluntários⁴⁸ para cada província, o que o governo central fez a partir de 1866. Abaixo transcrevemos a tabela indicando o número de praças para cada província, para compreendermos a dimensão da obrigatoriedade e não de voluntariado que se exigia dos cidadãos na época.

Tabela 4 - Distribuição do número de praças voluntárias, que, segundo o Decreto desta data, deve apresentar para o serviço da Armada cada uma das Capitanias dos Portos do Império

| | | |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------|
| Amazonas | Cem | 100 |
| Pará | Cem | 100 |
| Maranhão | Oitenta | 80 |
| Piauí | Sessenta | 60 |
| Ceará | Noventa | 90 |
| Rio Grande do Norte | Cincoenta | 50 |
| Parahyba | Sessenta | 60 |
| Pernambuco | Cento e Cincoenta | 150 |
| Alagoas | Oitenta | 80 |
| Sergipe | Oitenta | 80 |
| Bahia | Cento e Cincoenta | 150 |
| Espírito Santo | Sessenta | 60 |
| Município Neutro - Rio de Janeiro | Trezentos e Cincoenta | 350 |
| São Paulo | Setenta | 70 |
| Paraná | Sessenta | 60 |
| Santa Catarina | Sessenta | 60 |
| Rio Grande do Sul | Cem | 100 |
| | Total | 1.600 |

Palácio do Rio de Janeiro em 29 de Setembro de 1866. - *Afonso Celso de Assis Figueiredo*.

Rio de Janeiro. Typographia Nacional 1866.

Fonte: Arquivo da Marinha – Ilha das Cobras – Rio de Janeiro

⁴⁷Livro do Ministério dos Negócios da Marinha, livro 97 (1865-1867), referência 728, Arquivo Publico Estado do Ceará – APEC.

⁴⁸Leis do Império do Brasil – DECRETO Nº 3.708 – DE 29 DE SETEMBRO DE 1866. “Chama ao serviço da marinha de guerra 1.600 dos indivíduos empregados na vida do mar, e matriculados nas Capitanias dos Portos, em virtude do art. 64, do Regulamento e Decreto n.º 447 de 19 de Maio de 1846.” Ano de 1866 — Consultado em 23 Mar. 2016. Também acessível nos Arquivos da Marinha.

Pensava-se que a guerra duraria pouco tempo, o que não aconteceu, e mesmo com a definição desse contingente de voluntários, não se atendeu às necessidades impostas pela urgência do conflito.

O Presidente da Província do Ceará foi convocado a exercer seu patriotismo e dever para com o Estado, enviado praças para a Corte, como temos no ofício⁴⁹ abaixo,

04 de Julho de 1866.

Illmo. Exmo. Sñr. Continuando a necessidade de tripolar navios que tem de seguir para o theatro da guerra, e bem assim de preencherem-se as guarnições dos que já se achão lá, cumpre que V. S^a dê as mais [pertinentes] ordens para activar-se o recrutamento, sendo remetido immediatamente para esta Corte as praças, que se forem apurando. O Governo Imperial confia que V. Ex^a desenvolverá n'esta occasião os seus reconhecidos zelo pelo serviço público. Deos Guarde a V. Ex^a. [*assinatura do ministro da marinha*] (*grifo nosso*)

Na urgência, o Estado irá recorrer para além do Corpo de Imperiais Marinheiros, assim como para além do recrutamento forçado, voluntariado ou dos engajamentos, ele irá adentrar as suas instituições de ensino, nas diversas províncias, no caso, as Companhias de Aprendizes Marinheiros, recrutando menores, tamanho era o desespero diante do conflito que se prolongava. E assim foi feito. Aos menores aprendizes seria dada a honra de retribuírem à pátria a oportunidade por receberem educação, comida e abrigo. Assim acreditavam as autoridades na época.

Um conflito bélico, em que todos pensavam que não duraria muito, sendo possível encher-se de honra e glória, não ocorreu como esperado, como discorreu Machado de Assis em sua obra *Iaía Garcia*, “A guerra, sobretudo depois do desastre de Curupaiti, prometia durar muito; não havia desânimo, e o governo era auxiliado eficazmente pela população.” (MACHADO DE ASSIS, 1978. p.195)

Para a classe elitista, o voluntariado tinha um ar de nobreza, como enfatizou ainda Machado de Assis:

Ele via já naquilo uma aventura romanesca e misteriosa; sentia-se uma ressurreição de cavaleiro medievo, saindo a combater por amor de sua dama, castelã opulenta e formosa que o esperaria na varanda gótica, com alma nos olhos e os olhos na ponte levadiça. A ideia da morte ou da mutilação não o vinha agitar-lhe ao rosto suas asas pálidas e sangrentas. (MACHADO DE ASSIS, 1978, p. 196)

A ideia de cavaleiro medievo, de honra, glória, patriotismo, do herói nacional pairava no ambiente, mas a realidade se mostraria bem diferente, como podemos perceber quando Machado de Assis acrescenta,

⁴⁹Livro do Ministério dos Negócios da Marinha - Arquivo Público do Estado do Ceará - Referência 97 – ano 1865-1867 – O Ministro da Marinha, nesse período, era Francisco de Paula da Silveira Lobo, e o Presidente da Província do Ceará era Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo.

Poucos poderiam supor, nos fins de 1866, que a campanha se protrairia ainda cerca de quatro anos. O cálculo do General Mitre, (*) reativo aos três meses de Buenos Aires a Assunção, tinha já caído, é certo, no abismo das ilusões históricas. Proclamações são loterias; a fortuna as faz sublimes ou vãs. A do general argentino, que era já uma afirmação errada, exprimiu contudo, no seu tempo, a convicção dos três povos. Do primeiro embate com o inimigo, viu-se que a campanha seria rija e longa; a ilusão desfez-se; ficou a realidade, que nem por isso encaramos com rosto aflito. Não obstante, era difícil resumir, em outubro de 1866, que a guerra chegasse até março de 1870. Supunha-se que um esforço ingente bastaria a reparar Curupaiti, a derrubar Humaitá, a vencer o ditador, não nos três meses do General Mitre, mas em muitos menos tempo do que viria a ser a realidade. (MACHADO DE ASSIS, 1978, p. 219)

Esse prolongamento não esperado por parte das autoridades, retratado na literatura, os levou a adentrar em suas instituições educacionais de formação e aprendizagem, convocando menores com pouca idade e nenhuma experiência para participarem efetivamente de um conflito dessas proporções.

A relação do conflito com a classe elitista perpassava pela apresentação do patriotismo, bem como pela busca de glória e honra para enaltecer a família e a si mesmo, como cita ainda Machado de Assis,

Jorge está formado, disse ela, mas não tem queda para a profissão de advogado nem para a de juiz. Goza por enquanto a vida; mas os dias passam, e a ociosidade faz-se natureza com o tempo. Eu quisera dar-lhe um nome ilustre. Se for para a guerra, poderá voltar coronel, tomar gosto às armas, segui-las e honrar assim o nome de seu pai. (MACHADO DE ASSIS, 1978, p. 188)

Ser herói, defender a honra nacional, envolvia o espírito e ações que seriam apreciadas pela sociedade e se tornaria modelo para a camada popular.

A vida militar para o oficialato era distinta dos demais, se destacava até mesmo no cenário de guerra, como ressaltou Machado de Assis: “[...]jovem, bonito, abastado, que não ia ao **teatro nem aos saraus do acampamento**, que ria poucas vezes e mal, que só falava da guerra, quando falava de alguma coisa.” (MACHADO DE ASSIS, 1978, p. 214). Porém, o mesmo não seria para a classe subalterna, e, pela educação militar, o oficialato se tornaria um exemplo a ser almejado.

Os fatos históricos permeiam a obra literária de Machado de Assis, nela o autor mostrou como os acontecimentos chegavam a todos e em todos os lugares:

Na repartição soube da chegada de tristes notícias do Paraguai. Os aliados tinham atacado Curupaiti (*) e recuado com grandes perdas: o inimigo parecia mais forte do que nunca. Supunha-se até que a propostas de paz não tinham sido mais do que um engodo para fortalecer a defesa. (MACHADO DE ASSIS, 1978, p. 190)

No trabalho, nas ruas, nas praças, nas livrarias, nos jornais, nos restaurantes, nos bares não se comentavam outra coisa. A literatura traz em si a subjetividade da trama que

colocava os valores simbólicos da época em evidencia, como cita Sandra Jatahy Pesavento ao dizer que “Sem dúvida, o valor da literatura não está em conferir os dados do real com o texto de ficção e assim atestar a sua verdade. Sua estratégia é falar daquele real pela via do simbólico e, desta forma, a escolha e a indicação de datas não se dá por acaso.” (PESAVENTO, 2000, p.45). São nesses valores de honra, glória, defesa nacional, que a Companhia de Aprendizes Marinheiros no Ceará irá despertar nos menores o desejo de participar desse conflito.

A guerra se fez presente entre os cearenses. A Capitania do Porto do Ceará através do jornal Cearense conclamou a sociedade a participar do corpo da Armada Imperial, como vemos na reportagem abaixo,

Em virtude d’ordem superior esta repartição convida os matriculados e mais cidadãos, que quizerem servir voluntariamente ou engajados no corpo d’armada imperial, a se apresentarem na mesma, quanto antes, á fim de terem o conveniente destino, na certeza de que o governo imperial tomará muito em consideração a todos os voluntários, que se apresentarem nas circunstâncias actuaes. Capitania do Porto do Ceará, 10 de Janeiro de 1865, Capitão de fragata, capitão do porto; João Baptista d’Oliveira Guimarães. (CEARENSE, 10 de Janeiro de 1865, p.4)

O clamor por patriotas ecoava em todos os lugares. As ordens imperiais, como estratégia, indicavam aumentar os prêmios na tentativa de persuadir e conquistar adeptos.

A Constituição, jornal local, anunciava:

GOVERNO CENTRAL

Circular – 1ª secção – Ministério dos Negócios da Marinha – Rio de Janeiro, 30 de maio de 1865. Illm. e Exm. Sr. – Convido promover com maior atividade e urgencia o alistamento de praças para a guarnição dos navios de guerra, mande V. Exc. Proceder os meios legaes e convenientes para a consecução de tal fim, fazendo pagar os respectivos prêmios na razão seguinte:

1º Aos marinheiros que se contratarem por anno, cem mil réis, e os que o fizerem por dous, duzentos mil réis; aos grumetes, no primeiro caso, trinta mil réis, e no segundo, sessenta mil réis.

2º Aos indivíduos que se apresentarem voluntariamente, além do premio que lhes competir, o prometido aos engajados, entregue na ocasião. Os prêmios serão pagos, aos contractados pelo maior prazo, metade na ocasião do assentamento de praça e metade no fim do primeiro anno, e aos outros entregar-se-ha a importância total ao alistarem-se. Os engajamentos terão de gratificação vinte mil réis por cada marinheiro e dez mil por cada grumete, recebendo taes quantias quando se verificar, que os individuos apresentados estão inteiramente livres e desembaraçados. E o Governo Imperial, certo de que V. Exc. Considera nos diversos termos as circunstancias criticas, em que se ache empenhada a honra nacional, espera neste importante serviço novas provas de seu reconhecido zelo e patriotismo. – Deos guarde a V. Exc. – José Antonio Saraiva – Sr. Presidente da Província do Ceará. Cumpre-se. Palácio do Governo do Ceará, 1º de julho de 1865. - Homem de Mello. (A CONSTITUIÇÃO, 1º de Julho de 1865, p. 3)

Engajados, alistados, recrutados, todos seriam bem vindos à causa da pátria. Muitos deles, em particular, os engajados, serão os próprios incentivadores e propulsores da

ideia de induzir seus próximos ao serviço militar, afinal, eles também recebiam um prêmio extra sobre cada assentamento efetuado.

Inicialmente, a convocação, para os menores, a partir de 1866, era apenas para os que desejassem serem empregados nos navios de guerra, tendo apenas que atenderem aos critérios propostos no regulamento. Dentre eles, ter idade legal, no caso, entre 16 ou 17 anos, e ter, no mínimo, três anos na companhia, assim como apresentar robustez e desenvolvimento físico que os permitissem servir nos navios da Armada, como cita o ofício⁵⁰ abaixo:

16 de Agosto de 1866

Em solução ao officio de V Ex^a dirigio a este ministério sob nº 18, com data de 25 do mez próximo pretérito, acerca dos aprendizes marinheiros, que desejão vir para aqui afim de serem empregados nos navios da armada, declaro a V. Ex^a. Que pode mandal-os quanto antes, visto ter de proceder á apuração dos que por seo desenvolvimento physico estejam nas condições de passar para as Companhias do Corpo, ficando os outros [...] aprendizes desta Corte onde poderão promptamente adquirir a necessária instrucção [...]

Mas, o prolongamento do conflito exigiu mais desse novo grupo de patriotas, não seria mais necessário desejar, eles agora seriam enviados de qualquer maneira. Assim, as Companhias de Aprendizes Marinheiros, nos quatros cantos do Brasil foram convocadas a enviarem o maior número possível de aprendizes, como vemos no ofício⁵¹,

18 de Agosto de 1866

Nesta data foi o Chefe da Divisão [Rafael] Mendes de Moraes [ilegível] incumbido de inspeccionar as Companhias de Aprendizes Marinheiros, escolhendo os menores que possão prestar serviço nos vasos de Guerra e informando sobre quanto respeita essa instituição. [Pelas] instrucções expedidas e que serão presentes a V. Ex^a foi igualmente o mesmo Chefe de Divisão incumbido de tratar da requisição de marinhagem. Em tão importante serviço V. Ex^a presta-lhes ha todo auxilio, de que necessitar, e mandará abonar-lhe e a seo Secretario as passagens precisas para seguirem na commissão. Deos Guarde a V. Ex^a. [assinatura do ministro da marinha]

Os presidentes das províncias deveriam, portanto, arcar com os custos das passagens para enviar os aprendizes marinheiros à Côrte. Após dois longos anos de batalha, aprendizes marinheiros do Ceará foram enviados ao *front*, como cita o ofício⁵² abaixo:

25 de Janeiro de 1867

[...] Relação dos aprendizes marinheiros que tendo seguindo para esta Corte, deixarão na Thesouraria de Fazenda da **Província do Ceará**, a quantia de cinquenta mil reis cada um, metade do prêmio que receberão seos paes ao assentar para a saber: Raymundo Manoel Vicente, Francisco Pereira Lima, Candido Pereira,

⁵⁰Livro do Ministério dos Negócios da Marinha, livro 97 (1865-1867) - ref. 728, Arquivo Publico Estado do Ceará – APEC.

⁵¹Livro do Ministério dos Negócios da Marinha, livro 97 (1865-1867) - ref. 728, Arquivo Publico Estado do Ceará – APEC.

⁵²Livro do Ministério dos Negócios da Marinha, livro 97 (1865-1867) - ref. 728, Arquivo Publico Estado do Ceará – APEC.

Raymundo José das Neves, Manoel Pereira da Silva. Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha em 25 de Janeiro de 1867. (grifo nosso)

Na justificativa do Ministro dos Negócios da Marinha – Affonso Celso de Assis Figueiredo – Visconde de Ouro Preto para o Presidente da Província do Ceará – João de Sousa Melo Alvim, em 1867, sobre o alistamento dos menores, deixou claro que as autoridades viam, nas companhias, a esperança não apenas na guerra, mas para própria instituição, como consta no ofício⁵³ abaixo:

26 de Janeiro de 1867

A Instituição das Companhias de Aprendizes Marinheiros tem justificado plenamente as esperanças depositadas na sua criação, e pode-se dizer que a ellas ligam-se estritamente o futuro da marinha de guerra. O corpo de Imperiais Marinheiros que compõe a melhor parte das guarnições dos vasos de nossa armada encontra em taes companhias o principal elemento da sua praça, e que, além de outras vantagens traz a de atenuar os rigores do recrutamento, medida sem dúvida violenta e de que é sempre com repugnância que se serve o governo mas que se torna indispensável quando urge que preenchão as vagas abertas nas tripolações dos navios.

Com o avanço do conflito, os alistamentos ou assentamentos, como denominados para os menores, foram se arrefecendo e as autoridades - Presidentes das Províncias, Juizes de Órfãos, Delegados – foram convocados a cumprirem seu dever patriótico enviando o máximo de aprendizes para Côrte, com vemos no ofício⁵⁴ a seguir:

26 de Janeiro de 1867

Assim espera o Governo Imperial [...] mais especialmente se dirigirá V. Ex^a aos juizes municipais, ordenando-lhes que remeterão para a capital os orphãos desvalidos, [...] E não somente a essas autoridades, como as de policia, e ás capitancias dos portos para V Ex^a conhecer as vistas do Governo Imperial que considerará relevantes os serviços prestados em tal sentido. A tarefa, que, ao encara-se parece difficil, não o será de certo, si V Ex^a a tomar sob seus intelligentes cuidados, e nella continuar a provar o seu patriotismo[...]

O critério não exigia mais idade mínima. Assim, no ano de 1867, o envio de menores se tornou mais presente e o Ministério e Secretaria dos Negócios da Marinha clamou às autoridades cearenses, especialmente a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará, que enviasse os menores mesmo sem terem atingido os critérios que estavam no

⁵³Livro do Ministério dos Negócios da Marinha, livro 97 (1865 – 1867), ref. 728 - Arquivo Publico Estado do Ceará – APEC.

⁵⁴Livro do Ministério dos Negócios da Marinha, livro 97 (1865 – 1867), ref. 728 - Arquivo Publico Estado do Ceará – APEC.

regulamento. O importante era que todos cumprissem seu dever para com a pátria, como cita o ofício⁵⁵,

23 de Setembro de 1867

Ilm^o Ex^{mo} S^{nr}. Cumpre que V Ex^a faça, quanto antes seguir para esta Côrte, afim de se reunirem ao Corpo Central, as praças da companhia de aprendizes marinheiros dessa província que tenham attingido a idade legal, ou que, por sua robustez e desenvolvimento phisico possam já prestar serviço activo a bordo dos navios da Armada. Deos Guarde a V Ex^a. Affonso Celso de Assis Figueiredo.

Findada a guerra, não existiam vencedores, apenas feridas a serem saradas. O foco da Coroa, em tempos de paz, retomou o investimento na educação e preparar a massa de despossuídos para prosseguir no processo de modernização, numa tentativa de se aproximar dos países civilizados, tendo como apoio as forças armadas.

A onda de civilidade pelo qual o Ceará passou depois da década de 1860 a partir da economia algodoeira promoveu o desenvolvimento urbano e a cidade tomou ares de modernidade. Nesse sentido, a marinha consolidou suas ações, de formação militar, de formação para o trabalho, de profissionalização do marinheiro, tendo como público alvo menores pertencentes à camada popular. É o que veremos no próximo capítulo com a implantação de um sistema de ensino militar naval e a instalação, em Fortaleza, da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará.

⁵⁵Livro do Ministério da Secretaria dos Negócios da Marinha, livro 97 (1865 – 1867), ref 728 - Arquivo Público Estado do Ceará – APEC.

5 EDUCAÇÃO E OS PRIMÓDIOS DO SISTEMA DE ENSINO MILITAR NAVAL

Neste capítulo, dissertamos especificamente sobre a construção e a consolidação do Sistema de Ensino Militar Naval, na medida em que apresentamos os níveis de aprendizado delimitados e a evolução do público alvo de cada nível. Discursamos sobre a necessidade de instrução e moralização da camada popular e mostramos como os militares efetivaram a educação através do ensino primário para esse grupo. Analisamos as implicações sociais de a educação ter sido tomada, gradualmente, como responsabilidade pública, pela necessidade de moldar e adestrar a camada popular, porque as reformas políticas, econômicas e sociais exigiram uma reconstrução da concepção de formação do povo. Inferimos que o processo de educação de massa foi utilizado como estrutura de coerção, que incentivava a submissão ao Estado: o objetivo era controlar a grande massa de despossuídos, partindo da mais tenra idade, coibindo desejos e vícios. Descobrimos que o projeto, de investimentos limitados, previra médios e longos prazos e visava envolver todos os níveis de organismos públicos. Aqui sedimentamos como o Estado fez do exército e da marinha aliados que aceitaram a empreitada principalmente por objetivos próprios.

5.1 Educação vista como ponto de unidade do país: *“Uma ilha de letrados num mar de analfabetos”*

José Murilo de Carvalho (2008, p. 65), em “A Construção da Ordem”, apresentou a diversidade e a complexidade da construção da unidade nacional durante o processo de independência. Ele argumentou que a manutenção da unidade do novo império, dominado por uma “supremacia do governo civil”, foi baseada na formação que os líderes receberam nos bancos da Universidade de Coimbra.

Murilo de Carvalho (2008, p.14) ressaltou que, durante a colonização, Portugal permitiu, estrategicamente, conflitos entre o poder do governo colonial e o governo geral, instalado na colônia: “os capitães-gerais eram nomeados diretamente pela Coroa e a ela respondiam. Parecia ser tática explícita do governo colonial permitir conflitos de autoridades e poder entre vice-reis e capitães-generais como mecanismo de controle.” A ideia era dividir as partes para controlar o todo, e o resultado foi que existiam extraoficialmente dois Brasis à época da Independência: “Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará.”. Esse fato foi notável durante o processo de consolidação da independência no Primeiro Reinado,

principalmente, nas províncias envolvendo o Maranhão e o Grão-Pará, que não obedeciam às ordens vindas do Rio de Janeiro, como citado no tópico sobre a Cabanagem. O desafio foi conciliar o que tinha sido alimentado para se manter em conflito.

Murilo de Carvalho (2008, p.65) afirmou ainda que a unidade geográfica da ex-colônia manteve-se por existir, entre os líderes políticos, o mesmo ideário ensinado via educação, especificamente, nos bancos das Academias em Coimbra, ao frizar que: “Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior.” Para Murilo de Carvalho, havia um grupo homogêneo de conhecimento e habilidades, cuja formação superior, centrada na área jurídica, fora ministrada, em sua maioria, em Portugal, que decidia, estruturava e organizava leis, normas e diretrizes para o Brasil enquanto Estado Nação. Esse grupo, na concepção de Murilo de Carvalho, encontrou, na formação superior metropolitana, o elo para manter a unidade territorial do novo país, para promover o processo de desenvolvimento econômico e para descobrir consenso na área política.

Para desenvolver a economia, os políticos incentivaram estudos nas áreas das ciências naturais, com o objetivo de explorar os recursos naturais e financiar o progresso baseado nas pré-determinações dos juristas; Murilo de Carvalho (2008, p.68) evidencia, então, a unidade de intenção entre juristas e cientistas “[...] o objetivo era promover o progresso científico e técnico, em termos políticos o comportamento desses cientistas não se distanciava muito do dos juristas.”. Muitos dentro do grupo governante eram cientistas e técnicos a serviço do governo; alguns deles, os membros da elite nascida brasileira, receberam sua formação na Real Academia de Marinha ou no Colégio dos Nobres⁵⁶, cujas diretrizes foram adaptadas aos novos interesses governamentais de desenvolvimento das ciências exatas e naturais. A unidade nacional se estruturava, então, em cima da formação superior da elite governante.

Essa educação imprimiu uma formação que homogenizou a adequação. nas ações desse grupo, para a construção do Brasil como Estado Nação, que trazia o ideário português, extremamente conservador, que ambicionava a manutenção e a centralização do poder. Murilo de Carvalho (2008) compreende que a formação desse grupo estava em consonância com o pensamento do governo quando citou que

Foi política sistemática do governo português nunca permitir a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas colônias. Quando em 1768 a capitania de Minas Gerais pediu permissão para criar por conta própria uma escola de medicina, o Conselho Ultramarino respondeu que a questão era política, que a decisão

⁵⁶Ver RÔMULO DE CARVALHO. História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3ª edição – Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa – 2001.

favorável poderia enfraquecer a dependência da colônia e que “um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das colônias era a necessidade de vir estudar a Portugal”. (MURILO DE CARVALHO, 2008, p. 69)

Murilo de Carvalho enfatizou ainda que a educação promovia uma formação comum, não somente sobre ações políticas ou econômicas, mas também sobre laços de amizades, construídos no período acadêmico. Esses laços de amizades favoreciam o trânsito do ideário conservador, que circulava entre os amigos de Coimbra⁵⁷, fortalecendo a unidade do poder central. A vinda da Corte e a abertura da Academia Real de Marinha (Real Academia dos Guardas Marinha) e a Academia Real Militar, no Brasil, só consolidou as ações desse grupo via educação.

Com a abertura da academia de direito, a elite continuou recebendo uma formação homogênea, para atender ao Estado, como ressaltou Murilo de Carvalho (2008, p.76) “A idéia dos legisladores brasileiros era a de formar não apenas juristas, mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e os mais altos empregados do Estado [...]”, enfatizando a homogeneidade gerada em nível educacional.

A geração que adentrou as academias, a partir de 1808, se destacou principalmente no Segundo Reinado, por volta das décadas de 1840 e 1850. Assim como em Coimbra, esses acadêmicos associavam-se também por contatos e amizades forjadas durante sua formação, prevalecendo a homogeneidade de pensamento, que continuavam para atender ao Estado como ressaltou Murilo de Carvalho (2008, p.84) ao enfatizar que

O ponto importante a guardar de toda a análise é que a síndrome educação superior/educação jurídica/educação em Coimbra deu à elite política da primeira metade do século aquela homogeneidade ideológica e de treinamento que apontamos como necessárias para as tarefas de construção do poder nas circunstâncias em que o Brasil se encontrava.

A homogeneização da elite via educação que era voltada para atender ao Estado, ganhou um viés para a camada popular, que passaria por um processo de homogeneização, também pela via da educação, onde seria treinada para atender, principalmente, ao Estado, tendo ele que se responsabilizar por essa educação, tomando-a como uma coisa pública e uma questão social, com foco no controle desse grupo.

⁵⁷Ver Memórias Póstumas de Brás Cubas. Machado de Assis. Tipografia Nacional. 1881. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000167.pdf>> Como vemos no capítulo 59, p. 45, 1881, Uma referência que a personagem enfatiza as amizades nos tempos de colégio: “[...] Não pensei mais na tristeza de Lobo Neves; senti a atração do abismo. Recordei aquele **companheiro de colégio**, as correrias nos morros, as alegrias e travessuras, e comparei o menino com o homem, e perguntei a mim mesmo por que não seria eu como ele. Entrava então no Passeio Público, e tudo me parecia dizer a mesma coisa. [...]”. Amizade essa que transita entre as escolhas no campo profissional. Acesso em: 02 maio 2016.

5.2 Educação vista como coisa pública, dever e obrigação do Estado

Diante de tantas etnias e de diversas culturas transitando pelo Brasil, o Estado precisava manter o controle e a ferramenta mais prática à disposição para tanto foi a educação. Castro (1972, p.40) afirma que Antonio Diogo Feijó, enquanto foi Ministro da Justiça, na Regência Trina, aventou a ideia da educação das massas para promover o trabalho livre e combater a escravidão. Ele defendeu

[...] ideias de combate como, por exemplo, quando afirma que se deveria revogar a lei da abolição do tráfico e que, para acabar com a escravidão, a medida indicada seria a **fundação de escolas** normais de agricultura e a contratação de colonos: uma política que teria certamente a plena aprovação de traficantes e escravocratas. (grifo nosso)

A proposta de mudanças se daria via escolarização. Era necessário promover a educação da camada popular, contudo, a ideia ficou apenas no discurso.

Reis (1972) discutiu sobre a situação social de algumas províncias do Norte e do Centro-Oeste e afirmou que, no Pará, após a Cabanagem, foi necessário restaurar a ordem pública, de forma que as autoridades locais tiveram que reforçar a atenção e o investimento nos assuntos estritamente de ordem pública, como a educação, porque a proposta educacional⁵⁸ vigente era precária e apenas um grupo específico da sociedade dispunha de algo definido, no caso, de ensino superior, que não atendia propriamente as diretrizes do ensino universitário.

O desenvolvimento material da Província, em consequência, não ocorreu na extensão desejada. Como o progresso espiritual, representado no desenvolvimento do ensino. O método lancasteriano, em vigor, constitui a maior experiência pedagógica com sucesso de muito pouco relevo. A rede escolar não cresceu. De maior importância foi um curso prático de Cirurgia criado na Presidência de Araújo Roso, lecionado pelos médicos oficiais, mais um ensino visando a preparar pessoal

⁵⁸A partir de Primitivo Moacyr, inferimos que iniciava-se no Brasil durante o Segundo Reinado a ideia de sistema de ensino. Esse sistema de ensino na época era dividido em séries de ensino, os chamados Ensino Menor e Ensino Maior, sob responsabilidade da iniciativa particular e financiada ou não pelos cofres públicos, que habilitavam crianças para participarem do Ensino Preparatório, sob responsabilidade da Igreja Católica e financiado pelo Estado, na perspectiva de levá-las à Universidade, para adquirirem uma formação superior na Metrópole. Devemos salientar que havia aqueles com recursos financeiros suficientes (e precisamos apontar que eles precisavam ser muito vultosos) e aqueles que não tinham recursos. Para os que podiam arcar com as despesas, o Ensino Menor e o Maior podiam ser adquiridos ou nas escolas régias, organismos de financiamento público com autorização do Estado, ou em salas particulares compartilhadas, onde um professor habilitado com autorização do governo ministrava aula para quantos alunos tivessem, muitas vezes, em sua própria residência sem qualquer financiamento público. Aqueles que não tinham condição alguma de participar de qualquer das turmas descritas, simplesmente não tinham uma alternativa que coubesse em suas míguas finanças e eram abandonados nas ruas, marginalizados, ficando de fato à margem da sociedade. Essa era a situação da grande massa da população.

assistente para os hospitais que propriamente um instituto de sentido universitário. (REIS, 1972, p.125)

Ele ainda aponta que,

No particular da instrução publica, criara-se, em 1838, o Liceu Provincial, confiado ao zelo e a inteligência de Sotero Reis. Havia rêde de escolas primárias, de cadeiras de Língua Latina. A província subsidiava o Seminário e o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, ambas a funcionar em S. Luís. Subsidiava também, três estudantes em França. (REIS, 1972, p.164)

A educação voltada para essa camada popular começou a chamar atenção das ações governamentais, principalmente após os conflitos nativistas, que ressaltaram o quão à margem da sociedade esse grupo, de constituição essencialmente indígena e mestiça, estava, e que aumentaram o clima de insatisfação dentro desse setor da sociedade para o qual a Independência significara pouco ou quase nada com relação a melhorias sociais e que fora tratada barbaramente durante esses conflitos ditos civis.

Para esse grupo, instituições específicas, mas não especializadas, do governo foram chamadas para participar da nova política educacional, complementando as ações do governo de financiamento das escolas régias e das aulas particulares, ao ministrarem aulas de primeiras letras para a camada mais pobre da sociedade, na perspectiva de retirá-las das ruas. Dentre essas instituições as Escolas Regimentais do Exército e as Escolas de Marinhagem da Marinha ofereceram ensino alfabetizador e doutrinador paralelo ao oficial para aqueles que não podiam pagar.

As diferenças sociais saltavam aos olhos em todas as instâncias, mesmo em organizações essencialmente elitistas como as Forças Armadas e a Igreja. Nessas, ademais da elite local, que formava o alto comando, começaram a ser formados os oficiais militares inferiores, que deveriam ser o intermédio entre comando e comandados, e o baixo clero começou a ser formado, como citou Holanda (1972, p.127), “[...] – O clero, esse sim, compunha uma exceção: era clero formado no Seminário local e recrutado nas classes mais humildes. Como os postos de menor categoria nas Forças Armadas”. Na marinha, esse baixo clérigo seria designado para as escolas de marinhagem, no caso, para as escola de aprendizes *menores* artífices do arsenal, para exercerem o magistério com a função de professores de primeiras letras e doutrina cristã.

No Maranhão, marcado pela presença de franceses e ingleses, a preocupação do povo com a instrução formal se diferenciava do resto do país, como citou Reis (1972, p.141): “Era comum, já a essa altura, irem os filhos das famílias abastadas educarem-se em Portugal,

França e Inglaterra”. Aqui percebemos, nitidamente, a separação social pela diferença de poder aquisitivo, porque ir estudar na Europa era para poquíssimos.

No Piauí, à época bispado do Maranhão, os reflexos dos conflitos políticos na região evidenciaram a posição da camada popular, que ficou ainda mais à margem do processo de reconstrução e restauração da província, inclusive das reformas educacionais, como cita Reis:

O ensino caminhava lentamente. Em 1823, havia apenas uma escola de primeiras letras funcionando precariamente em Campo Maior. O deputado Domingo da Conceição, nas Côrtes de Lisboa, propusera a criação de sete escolas. O progresso que se fez não apresentava qualquer indício de dinamização. A começar de 1829, criaram-se cursos de latim em Oeiras, Campo Maior e Paraíba e de primeiras letras em outras Vilas. Em 1830, porém estavam em exercício apenas três professores, permanecendo vagas onze escolas de primeiras letras e três cadeiras de Latim. A despesa com a instrução estava orçada em 4:250\$000. Dois anos depois, criadas as cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geometria e Francês, Oeiras, não puderam ser promovidas à falta de pessoal habilitado para regê-las. Em 1834 compreendendo a necessidade de criar nova perspectiva á sociedade local, o Conselho do Govêrno decidia conceder ajuda financeira aos jovens piauienses, para que frequentassem colégios e academias existentes em outras províncias. (REIS, 1972, p. 171-172)

Podemos notar, então, que a atenção governamental voltava-se quase inteiramente para o ensino secundário ou preparatório e para o ensino superior. Nesse contexto, Grão-Pará, Maranhão e Piauí passavam pelo mesmo dilema. Para restaurar a ordem social, cogitava-se um meio, a educação, porém essa contemplava apenas uma parte da população.

A educação vinha se firmar como uma questão social, bem como despontava para necessidade de formar a classe popular para o trabalho, numa perspectiva de atender ao mercado produtivo, que começava a se deslocar para o processo de modernização que destacavam nas diversas províncias.

Reis (1972, p.179) acrescentou que a província do Mato Grosso também buscou, na educação, uma forma de restaurar os problemas sociais advindos dos conflitos, com investimentos na direção da coisa pública para pacificação dos espíritos, como cita “[...] Assim cuidou da instrução pública, com a introdução de métodos mais atuais, [...]”. Havia uma preocupação em introduzir métodos novos para instrução pública, direcionados para a camada popular.

Em Goiás, também não era diferente. Reis (1972) acrescentou que o desenvolvimento da mocidade estaria ligado diretamente à questão do ensino, uma vez que, esta se encontrava em total descaso, o que levou o governo, em 1832, a investir no ensino, instalando novas escolas de primeiras letras.

Amaro Quintas (1972) acrescentou ao tema a ideia da educação como coisa pública. Para Quintas, a região Nordeste do Brasil apresentava muitas dificuldades. Na província de Sergipe, o governo de Fernandes de Barros, na década de 1830, buscou investir no ensino, como enfatizou o autor “O seu governo primou, essencialmente pela preocupação com a instrução, batalhando, dentro de muitas outras sugestões, pela criação de um liceu na capital e de uma escola normal.” (Quintas, 1972, p.212) Na Paraíba, por volta de 1831, o governo criou, na capital, cursos de várias disciplinas e buscou assistir o liceu paraibano. O foco dessas duas províncias era o ensino secundário ou preparatório e a formação de professores, muito deficiente no país.

Em Pernambuco, seus governantes se preocuparam em assistir o renomado Colégio dos Jesuítas, deixando a camada popular fora desse processo. A preocupação de Pernambuco voltou-se para uma questão pública, no caso, as obras estruturais da capital, promovendo assim o aformoseamento de Recife, como ressaltou Quintas (1972, p.228): “Mas, se as realizações de Rêgo Barros deram novo aspecto ao Recife – era seu propósito imprimir tal impulso à cidade, que os seus habitantes não sentissem necessidade de trocá-la pelo Rio, pelos prazeres e divertimentos da Côrte.” Um aformoseamento que irá se propagar pelas demais províncias do país, beneficiando uma pequena parcela da população.

Nas províncias de Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará, a preocupação da chamada coisa pública se voltou para as questões de saúde, devido às diversas secas, que ocasionaram fome, sede, moléstias, envenenamento por plantas nocivas do sertão e a epidemia de varíola. O ensino somente terá vez nessas localidades a partir de 1840.

Na Bahia, após os conflitos civis, o ensino também ganhou força. A Bahia teve o ensino difundido por toda a província, como citou Wanderley Pinho (1972, p.243): “Difundi-se o ensino com a criação de numerosas escolas por tôda a Província, e de cadeiras de gramática latina, primeiras letras, (...), além de uma aula pública de comércio (...)”. Como também houve um desenvolvimento com relação à Armada com a construção de fortes, fundição e construção de navios.

Wanderley Pinho (1972) acrescenta ainda que na Bahia pensava-se também na criação de uma universidade, assim como no aformoseamento das cidades, como ocorreu em Recife. A Bahia voltou-se para,

Os melhoramentos urbanos visavam à iluminação, o abastecimento de água, obras do canal da Jequitiaia, colégios de Órfãos de São Joaquim, instituição de um asilo para meninas, construção do farol da barra. Nos serões cuidava-se de aproveitar as águas termais do Cipó. E, ali na cidade, maior disseminação da instrução pública ocupava a atenção e ação dos governantes. (WANDERLEY PINHO, 1972, p.273)

Mudanças que ganharam notoriedade entre as décadas de 1840 e 1850 pelo país afora, chegando ao Ceará na década de 1860. Tem-se como padrão a Europa, como afirma Wanderley Pinho (1972, p.287): “A imitação do que acontecia em cidades europeias e na Côrte, numerosos calçamentos suprimiam lamas e poeiras (1842-1855).” Além disso, o grande impulso na navegação tanto no interior como na costa da Bahia, ganharam força com a aquisição de navios a vapor. Eram as inovações tecnológicas chegando ao Brasil. Na Bahia, ainda, segundo Wanderley Pinho (1972, p.289), surgiu:

Uma indústria inteiramente nova (fabricas substituem o artesanato) é a têxtil. Em 1841 já existiam as fábricas de tecidos do “Engenho Conceição” e do “Queimado”, capital e na Vila de Valença. Em 1856 está quase pronta a fábrica de tecidos “Môdelo” que se instala no ano seguinte.

O processo de modernização despontava no horizonte. A Bahia, desde a vinda da Côrte portuguesa, em 1808, abriu suas portas para novas culturas e educação. Trazidas pelos estrangeiros, elas foram apropriadas e valorizadas pela elite, como acrescenta Wanderley Pinho (1972, p. 291-292),

Tal afluxo de europeus não-portugueses teve sensíveis influencias, não só no medrar de recentes estirpes de novos apelidos, como ainda nos costumes e na cultura locais. (...) chegam também, não tão numerosos, os licenciados e diplomados que deixariam nome e fama na crônica provincial: os médicos Patterson (inglês) e Wucherer (alemão). E, com o advento do teatro lírico, a Bahia roubaria ao elenco das companhias de cantores e cômocos, professores e professoras de músicas e canto e de dança, como Baciogalupi, Mugnai, Bramont, Marqueton; ou professores de línguas, como Betti. (...) Um costume novo, ou de que não se tem notícias no século anterior, é a admissão nas casas ricas de “damas de companhia”, professoras, institutrices e fraulenis, e também mestres, todos estrangeiros, especialmente ingleses, franceses e alemães. A influência desse elemento de ensino, disciplina e cultura no interior das famílias, trasnmudaria muitas usanças domesticas e em certos casos contribuía para diferente gosto artísitco na decoração das casas, naa escolha e estilos dos mobiliários, tanto quanto nas maneiras da convivência social. A cultura maior, que só o elemento masculino ia buscar nas universidades era agora traduzida ao elemento feminino e ao imo dos lares por esses enviados do Velho Mundo. Fácil encontrar áquele tempo a mademoiselle, miss, fraulein em numerosaos solares da Bahia, na Cidade ou nos engenhos, mestras que tanto se ligavam, muitas delas, às famílias a quem serviam, como se fossem parentes que morrerriam velhas nas velhas casas. Outras acabavam fundando colégios – Colégio Francês, Colégio alemão [...]

Vemos, assim, que a cultura caminhou paralela ao ensino, no caso, o processo de educação e escolarização, ganhando espaço nas casas e transpondo seus muros. Todavia, o ensino também começou a definir seu espaço, com a pessoa do professor preceptor, contudo, poucos tinham acesso a essa instrução.

O ensino de primeiras letras, na Bahia, teve um desenvolvimento nos diversos períodos, como ressaltou também Wanderley Pinho (1972, p.301):

Por volta de 1808, a disseminação da cultura pelo ensino processava-se, além das escolas régias de primeiras letras, pelas avulsas de “estudos maiores”: Latim, Gramática, Português, grego, Retórica e Poética, Filosofia e Lógica, Francês, Aritmética, álgebra, geometria: distribuídas pela Capital e pelas vilas do Recôncavo e do Sertão. E ainda aulas de Levantamento de Cartas, com lições de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria; e de ensino profissional com classes de Mecânica Aplicada, agricultura, História Natural, Desenho, Música, fabricação de Estuque. Em 1823, além das de primeiras letras, havia na capital e nas vilas 43 cadeiras de estudos maiores, algumas das quais vieram a ser reunidas para a criação (1836-1837) do Liceu Provincial, a que foi incorporado o Museu de História Natural organizado por M. Douville, ali ministrando-se ensino de Gramática, Filosofia, Inglês, Francês, Geometria e História e Trigonometria, Eloquência e Poesia, Comércio, Desenho e Pintura, Música. (...) Não só o liceu faziam-se estudos secundários e ensinavam-se as humanidades. Alguns colégios particulares, com internato, para alunos de um e outro sexo deixaram fama, o maior deles fundado e dirigido por um pedagogo reformado e mestre notável, de projeção nacional, o Ginásio baiano, de Abílio César Borges, futuro barão de macaúbas.

A prioridade, como sempre, era o ensino secundário e superior, como ocorria no Brasil afora. Quintas (1972) acrescenta também que, na Bahia, foi promovido o ensino das artes, os estudos superiores com ênfase no ensino médico, assim como pontuou a importância da imprensa, dos jornais e revistas especializadas – religiosas, médicas, agrícolas, literárias – pertencentes a grupos sociais que faziam parte de confrarias. Contudo, a questão pública na Bahia precisou investir também na saúde devido à propagação de diversas doenças como malária (1822-1823), febre amarela (1849-1850) e cólera (1855).

Para as Províncias do Centro como Rio de Janeiro - Município Neutro e Espírito Santo, Reis (1972) apresentou que a educação já era vista como coisa pública. Segundo ele, o Rio de Janeiro transformou-se em uma metrópole real, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, recebendo grandes mudanças, como citamos abaixo:

[...] o Rio e a capitania iam experimentar transformações rápidas. Inicialmente, o impacto da chegada, que dava à cidade a condição privilegiada de capital da velha monarquia que, desse modo, portanto, agora. Já não era mais a capital da Colônia, da América Portuguesa, das Províncias Ultramarinas Sul-americanas, mas a capital de um vasto império luso-brasileiro, que compreendia áreas europeias, áreas americanas, africanas e asiáticas. Sim, porque do Rio é que se expandiam, de então em diante, por muito tempo, as instruções para nortear a vida de Portugal e de seu mundo colônia. O Rio passara a metrópole com sentido universal. A fama que adquiria, como porta de entrada e saída das minas, ultrapassara-se com a nova condição política a que ascendia. (...) a cidade era outra. Perdera o caráter de núcleo bisonho para transformar-se um centro ativo da vida política, social, cultural e econômica. Como sede da Monarquia além do corpo diplomático das nações que mantinham relações com Portugal, os órgãos ministeriais, toda uma vasta burocracia, que dava movimento aos serviços que o Estado instalara – Ministérios do Reino, Guerra e Negócios Estrangeiros, Erário Régio, Mesa da Consciência e Ordens, Desembargo do Paço, Junta do Comércio, Agricultura e Navegação. (REIS, 1972, p.322-324)

Schwarcz e Starling (2015) haviam ressaltado as mudanças que ocorreram na Corte, as reformas se expandiram para a cultura e a educação. Nesse momento, o ensino militar consolida-se no país, com a implantação da Academia de Marinha, como citou Reis,

O Jardim Botânico, a Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura, a Imprensa Régia, a Escola Médico – Cirúrgica, a Biblioteca Real, a **Academia de Marinha**, a de Artilharia e Fortificações, o Teatro S. João, compreendendo todo um amplo movimento de difusão e de criação cultural, registravam um outro aspecto revolucionário na vida da cidade. Porque, de um lance, lançavam-se as bases de uma esplêndida operação que possibilitava aos habitantes do Rio o acesso a um mundo de que viviam distanciados. Agora, poderiam mais direta e facilmente participar de uma atividade intelectual até então ignorada. As elites intelectuais do país novo tinham assegurado a sua formação e o seu desenvolvimento. (REIS, 1972, p.325) (grifo nosso)

Como Município Neutro, o Rio de Janeiro gozava de autonomia, passando a ter um sistema de educação próprio, que se foi ampliando e se tornou modelo para as demais províncias, nas palavras de Reis,

A rede de escolar crescia bastante. As escolas primárias, obedecendo ao sistema lancasteriano, que funcionava por toda parte, funcionavam em casas alugadas e com professorado que não se recomendava muito, porque não tivera onde preparar-se. Em 1850, somava-se 17 aulas de grau primário. O ensino a cargo da iniciativa privada, bastante melhor, com internatos para as moças e rapazes, prosperava e era preferido pelas pessoas de recursos. Para o grau secundário, transformaram-se, em 1837, o Seminário Imperial de São Joaquim em Colégio Pedro Segundo. A Faculdade de Medicina, a Escola Homeopática do Brasil, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Conservatório de Música integravam o quadro das unidades de caráter universitário, formando os profissionais que o Império carecia. (REIS, 1972, p.341)

Nas demais regiões do Rio de Janeiro, como Niterói, o ensino também foi desenvolvido amplamente, acrescenta o autor:

Em 1835, criada a primeira Escola Normal da província, em Niterói, principiara uma experiência revolucionária, visto que pela primeira vez era tentada a preparação do magistério para o ensino primário. Em 1839, era a vez do ensino secundário: os Liceus de Jacarecanga (Angra) e posteriormente os de Campos e Niterói. As escolas primárias passaram a ser instaladas com regularidade, cobrindo todo o território da Província. As primeiras foram localizadas em Angra, Itaboraí, Paraí, Parati, Paraíba do Sul, São João da Barra, Magé, Campos e Resende. Para a preparação dos professores, que deviam cooperar no desenvolvimento agrícola regional, o Visconde do Uruguai criou uma Escola de Arquitetos Medidores equivalente a um instituto de ensino agrícola, o primeiro que se fundava no Império. Para a preparação de profissionais de menor tomo, o Visconde fez funcionar um colégio de artes mecânicas, cujos alunos eram órfãos pobres. Em 1832, regulamentada a instrução, iniciou-se a fiscalização do ensino no interior. Abriam-se aulas de francês, latim, retórica e filosofia nas cidades onde não havia liceus. (REIS, 1972, p.345)

Dentro de um período conturbado, o conselho regente investiu na educação, principalmente, na Corte. Devemos deixar claro que as ações para camada popular tinham destaque nas pautas dos governos, partiam particularmente da iniciativa individual, como

citado acima, sendo para esse grupo, criadas escolas com fins de desenvolver uma profissão, como as escolas de artífices, escolas técnicas e colégios de educandos.

Na Província do Espírito Santo, a educação estava à margem nos governos, não tinha vez nas questões públicas. Reis nos trouxe a fala do Presidente da Província, nomeado pelo Imperador, em 25 de Novembro de 1823, o Sr. Inácio de Acioli de Vasconcelos, que tomou posse em 24 de fevereiro de 1824, em que citou o abandono da educação que transpôs o primeiro reinado e se propagou no período regencial: “A educação da mocidade, as escolas, estão em relaxação e abandono, não só por falta de bons mestres, como por falta de pagamentos de seus ordenados, além de serem estes muito módicos, para convidarem homens hábeis a este importante emprêgo.” (REIS, 1972, p. 357-358).

Não havia interesse do governo em investir numa área que não tinha resultados imediatos no campo econômico, na verdade, iria atrapalhar o setor produtivo. Difundir a ideia de educação, investir na instrução pública, criar escolas, chocava-se com o mundo do trabalho, uma vez que tiraria do mercado do trabalho sua mão de obra.

Contudo, essa ideia de investir em educação ganhou respaldo no campo das questões sociais, particularmente, para adestrar a população de menor tomo como citado, tornando esse grupo mais passivo e obediente às regras para viver na nova sociedade imposta pelo sistema liberal e capitalista que adentrou ao país e não tinha mais volta.

Ainda nas palavras do Presidente da Província do Espírito Santo, citado por Reis, tem-se que a população de baixa renda, ou, melhor dizendo, sem renda, não era afeita aos estudos, nutria pouco interesse pela educação, ou não era dada a ela, “pouco aplicados às primeiras letras”. Reis afirma que,

Em Vitória, ainda em 1824, foi instalada uma escola de primeiras letras, pelo sistema lancasteriano, o que constitui uma revolução na pedagogia da época. De todas as vilas, o Presidente fez vir meninos que deveriam cursá-la. Já em 1829, a rede escolar, revelando a promoção de uma orientação esclarecida para abrir perspectivas à mocidade, estava representada em 27 estabelecimentos: 4 aulas de latim, 23 de primeiras letras, sendo que, destas, quinze da iniciativa particular. (REIS, 1972, p.360)

De 23 escolas de primeiras letras, apenas oito eram de responsabilidade do governo. O governo teria, portanto, que criar estratégias para incutir na camada popular a ideia e o gosto pela instrução formal, institucionalizada, difundindo o processo de educação e escolarização.

Em Minas Gerais, Iglésias afirmou que a educação no Primeiro Reinado e no Período Regencial era um assunto constante na pauta, contudo não saía do papel, como nas demais províncias:

É assunto constante a instrução pública: defende-se a criação em Mariana de centro de estudos preparatórios, unindo cadeiras dispersas por Mariana e Ouro Preto, a fim de que os moços tenham o ensino do que é indispensável na escola superior em São Paulo; é proposta a criação de um Liceu de ensino de Ciências Sociais, pois é dispendioso o ensino em São Paulo; sugere-se academia médico-cirúrgica em São João del-Rei como a do Rio, é constante a lembrança de ensino técnico para exploração da riqueza mineral, objeto de inúmeras considerações e propostas de criação de cadeiras ou de cursos; cogita-se do ensino das primeiras letras, então mais objeto de iniciativas privadas do que públicas, como se vê pela exposição feita em 1827 por Bernardo Pereira de Vasconcelos, quando havia 33 aulas de primeiras letras (...), de iniciativa pública, enquanto havia de iniciativa particular, 170 de primeiras letras (...). (IGLÉSIAS, 1972 p.389)

Embora, sempre em pauta nas reuniões do governo, mais uma vez a instrução primária ficava a cargo da iniciativa privada ou relegado ao segundo plano, tendo poucos investimentos.

Para as Províncias do Sul, retratadas por Holanda (1972), São Paulo colocaria a educação separada de acordo com o nível social, o que não era diferente nas demais províncias, como vemos abaixo:

Os homens especialmente nas classes altas, vestem-se com garbo, são polidos, atenciosos, obsequiosos ao extremo. As camadas humildes, comparadas às das demais colônias, revelam por sua vez grau maior de civilização. Menos louvável é o tipo de educação a que se veem sujeitos, convivendo na infância com os filhos dos escravos em condições de perfeita igualdade e familiaridade, até chegar o momento em que se torne forçosa uma radical separação entre aqueles que nasceram para mandar e descansar e os outros que foram feitos para labutar e obedecer. (HOLANDA, 1972, p.425)

Embora o ensino de primeiras letras fosse a base comum a todos, consolidado em uma escola única, como citado acima, somente a elite investiam nesse nível, muitos contratavam professores preceptores para evitar que seus filhos se misturassem com os demais, ou recorriam aos colégios administrados pela igreja.

A sociedade paulista tinha grande respeito e admiração pelas ocupações das armas e do clero, encaminhando seus filhos para essas formações, se distinguindo como um campo específico da educação, como enfatiza ainda Holanda (1972),

Prestígio das armas e do clero. Tradicionalmente, a ocupação favorita da gente graúda, e uma das mais respeitadas fora sempre em São Paulo **a carreira das armas**, e a rigor ainda não deixara de sê-lo. Exercendo poderoso atrativo sobre os filhos das famílias mais distintas pelo nascimento e pela fortuna, ou ainda sobre aqueles que, com tal meio, contam ascender na escala social, equiparam-se de algum modo os empregados militares ao que, durante o fastígio da economia açucareira e cafeeira, vão ser as profissões liberais. (HOLANDA, 1972, p. 450) (grifo nosso)

O que nos leva a compreender a busca pelo ensino militar cuja, proposta de educação fora implantada desde 1808, dando o privilégio de fidalgia para a população economicamente favorecida.

O ensino para a camada popular começou a ser visto como um meio para minimizar os problemas de ordem pública, especialmente, entre 1839 e 1844, com a proposta de massificação do ensino de primeiras letras, e o ensino técnico para aqueles que mostrassem aptidões, com isso, definia-se e determinava-se o *locus* social desse grupo.

Ariès afirmou, ainda, que os governantes deveriam agir com pulso forte diante desse grupo, através de uma disciplina civil, que para ele seria,

[...] “uma disciplina constante e orgânica, muito diferente da violência de uma autoridade mal respeitada.”, o qual seria difundido através do processo de ensino, baseado na construção da disciplina escolar que “[...] teve origem na disciplina eclesiástica ou religiosa; ela era menos um instrumento de coerção do que de aperfeiçoamento moral e espiritual” [...]. (ARIÈS, 2006, p.126)

Essa disciplina escolar, transmitida por militares e clérigos de forma diferencial, viria imprimir seus valores e princípios no final do século XVIII e início do século XIX nas diversas províncias pelo Brasil.

Reprimir não dava mais certo, o momento exigia algo mais inteligente e sutil por parte do Estado, no caso, a coerção, lenta e gradual, em que o indivíduo não percebesse o Estado agindo, acreditando de fato e verdade que ele teria em suas mãos a oportunidade de mudar de vida, de fazer parte da elite social, através do trabalho e da educação. Com a semente da esperança lançada, o governo buscou promover aculturação e domesticação desse grupo.

De acordo com Almeida (1989), as políticas públicas de difusão do processo de escolarização para a camada popular já haviam sido tentadas pelo governo em 1825, quando ele convocou o exército para auxiliá-lo nessa cruzada. Em 1840, o governo recebeu um reforço, agora, da Marinha, que também, seria envolvida nesse processo. Ambas as instituições já tinham respaldo no campo educacional. Elas passaram a agregar, ao serviço militar, o ensino de primeiras letras, embora sua prioridade fosse a formação profissional de seus oficiais superiores, passou a atender seus oficiais inferiores e a classe subalterna, oriunda da camada popular.

De acordo com Cambi (1999, p. 117), “O serviço militar era, portanto, uma ocasião de formação profissional, de educação moral e de amadurecimento civil, além de alfabetização pelos menos primária.”, para a camada popular. Atuar no ensino primário seria um grande desafio para os militares, pois, apesar de já atuarem no campo educacional, esse novo público exigia diversas adequações e mudanças por parte de suas instituições.

5.3 Primórdios do Sistema de Ensino Militar Naval no Brasil

De acordo com Azevedo (1958, p.37), o ensino militar tem indícios com aulas para Exército já em 1699, quando o governo português, sem interferir no plano de ensino oficial da colônia, implantou algumas “[...] escolas em que se aprendesse a jogar a artilharia, bornear a peça e carregá-la, e a construir fortificações, como a escola de artilharia e arquitetura militar, da Bahia (1699) [...]”, cujo objetivo era preparar os militares, que se encontravam no Brasil, para defender as terras portuguesas das investidas de invasões.

A revista do Instituto Docente dos Militares acrescentou a essa informação que,

[...] no anno de 1699, (...) foi resolvido crear no Rio de Janeiro uma aula de Fortificação, que constitue, portanto, a obscura origem do ensino militar. Tratava-se [...] de um curso rudimentar, de caráter muito prático, na altura dos recursos e exigências da época. Era frequentado por alunos maiores de 18 annos, recebendo cada um a diária de 50 réis, além do soldo para aquelles que fossem praças. Funcionava, [...], no Forte de S. Thiago sendo um dos primeiros professores o Sargento-Mór de Artilharia José Fernandes Pinto d’Alpoim, que se manteve no cargo até o seu falecimento como brigadeiro.⁵⁹

Já, a revista do Colégio Militar de Fortaleza – Turma Colégio Militar de Fortaleza (1962-1968), acrescentou, ainda, que as

[...] chamadas “aulas militares”, destinadas ao ensino de artilharia, das Fortificações, das Matemáticas, da Engenharia e da Arquitetura, tentativas que se insulam no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará e que tomam corpo definitivo no vice-reinado de D. Luís de Castro, 2º Conde de Resende, em 1792, [...]⁶⁰

Castelliano (2005, p.5) vem contribuir acrescentando a esse tema que essas aulas foram permitidas pelo governo português através da Carta Régia de 15 de Janeiro de 1699. Uma lacuna de cento e nove anos a ser desvendada na história da educação. A vinda da Côrte portuguesa deu um novo rumo a essas aulas. Assim, em 1808, foi criada a Academia Militar da Marinha, e, em 1810, a Academia Militar do Exército.

⁵⁹Ver Revista intitulada “Comemoração da Fundação da Academia Real de Marinha e Real Academia Militar (1822-1922)”, realizada pelo Instituto dos Docentes Militares, Rio de Janeiro (Brasil) – 1922. Com artigo intitulado “O ensino Militar no Brasil” – Rio de Janeiro – Offs Graphs do “Jornal do Brasil” – 1922. (Revista Instituto Docente dos Militares, Joaquim Marques da Cunha, Coronel de Engenharia, 1º de Dezembro de 1922, p.7). Pesquisa efetuada junto a Biblioteca da Marinha no Rio de Janeiro em Julho de 2013.

⁶⁰Ver Revista Colégio Militar de Fortaleza, 1968, s/n. de José Denizard Macêdo de Alcântara. Consultada na Biblioteca do Colégio Militar de Fortaleza e cedida pelo ex-alunos Geraldo Lúcio, utilizada na dissertação de mestrado da autora, intitulada “História do Ensino Militar no Ceará: entre documentos, revistas, jornais e memórias do Colégio Militar de Fortaleza (1962-1968) em entre 2010 e 2011.

Essas academias, de acordo com Silva⁶¹, seguiam as bases do ensino militar de Portugal, que havia passado, no final do século XVIII, por algumas mudanças promovidas durante as reformas pombalinas. Nesse período, existiam em Portugal quatro instituições navais de ensino superior, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 5 - Instituições Navais de Ensino Superior em Portugal

| | |
|------|---|
| 1779 | Academia Real da Marinha |
| 1782 | Academia dos Guardas-Marinhas |
| 1788 | Classe de Aspirantes a Guardas-Marinhas |
| 1796 | Voluntários da Real Academia da Marinha (Aspirantes a piloto) |

Fonte: Rômulo de Carvalho, 2001.

Para ingressar no ensino naval em Portugal, o aluno teria que ter foro de fidalgo ou ser filho de um capitão de mar e guerra, de um chefe de divisão, de um coronel ou de um brigadeiro.

Rômulo de Carvalho (2001, p. 516-517) acrescentou que a essas instituições se juntaram a Academia Real de Fortificações, Artilharia e Desenho, criada em 1790, cujo objetivo era formar oficiais; a Escola de Engenheiros Construtores Navais, criada em 1796, cujo objetivo era formar engenheiros e “mandadores, contramestres e mestres de ribeiras”; e a Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto, de foro privado, criada em 1803, cujo objetivo era formar pilotos voltados para atender o comércio, desenvolvendo, com essas ações, tanto a marinha de guerra como a marinha mercante.

Ele acrescenta ainda que o objetivo da Academia Real da Marinha era formar oficiais da Marinha e do Exército, suprimida a cadeira de Navegação, equivalendo à formação de engenheiros; e o objetivo da Academia dos Guardas-Marinhas era, especificamente, formar o oficial na função naval; e ambas formariam o pessoal graduado das Forças Armadas Portuguesas.

No Brasil, a Academia Real de Marinha, criada em 1808, constitui-se no traslado da Academia dos Guardas-Marinhas Portuguesa, cujas bases estavam sedimentadas pelo decreto de 1º de Abril de 1796, que dispõe sobre a formação superior militar em Portugal.

A academia foi instalada no Mosteiro de São Bento, pertencente aos monges beneditinos. Ela inaugurou, no Brasil, o ensino superior, até então proibido pela Metrópole. Tem-se então o primeiro espaço reservado para o desenvolvimento do ensino militar naval, cujo objetivo era a formação dos oficiais navais superiores, assim como em Portugal. A partir

⁶¹Ver Theotonio Meireles da SILVA. Apontamentos para a História da marinha de Guerra Brasileira. Rio de Janeiro – Typographia Pesverança. 1881. Biblioteca do Senado. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227380>> Acesso em: 01 jun.2015.

da implantação dessa academia, o ensino militar ganhou espaço e notoriedade na sociedade brasileira.

Em 1839, pelo Decreto nº 27, de 31 de Janeiro de 1839, a Academia Real de Marinha, no Brasil, foi transferida para o navio de guerra Nau Pedro II, levando a academia a transitar ora em terra ora em mar. Seus objetivos iam da formação através de aulas práticas, elevando os navios à categoria de navio-escola, até promover e ampliar a formação dos oficiais sobre outras culturas, além de mantê-los longe dos conflitos urbanos, particularmente nesse período tão conturbado, como foi a Regência.

Liberato Barroso (1867, p.163-174) acrescentou que o ensino da Academia Real de Marinha era ministrado em regimes tanto de internato quanto de externato, com cursos teóricos e práticos. O curso era ministrado em quatro anos e oferecia as disciplinas de álgebra, cálculos, geometria, trigonometria, astronomia, balística, física, química, tática naval, história da navegação, inglês, francês, construção naval, desenho, ginástica e natação; sua filosofia centrava-se na filosofia positivista.

O corpo administrativo da academia era composto por um diretor (oficial general da Armada), um vice-diretor (oficial superior), um capelão, médicos, professores catedráticos e de professores de desenho, de esgrima, de ginástica, de natação, dentre outros. Desses professores, alguns eram indicados e nomeados diretamente pelo Governo. A academia possuía um Conselho de Instrução que tinha a prerrogativa de opinar sobre todos os assuntos referentes ao ensino, tanto teórico, quanto prático.

Ao longo do Império, além da formação da elite naval, o ensino naval superior também se constituiu em oportunidade de ascensão intelectual e social principalmente para a população de origem modesta, uma vez que era aberto aos civis. Freyre apresentou que o ensino militar foi o meio,

[...] de se instruírem em escolas militares e a expensas do Estado; e se instruírem nessas escolas não apenas em assuntos tecnicamente militares como os políticos, sociológicos, econômicos, tornando-se rivais dos bacharéis em Direito, dos médicos, dos engenheiros, dos sacerdotes, em aptidões para o exercício de cargos públicos. [...] uma rivalidade entre esses subgrupos – os formados nas escolas militares, por um lado, e o educando nas escolas de Direito, de Medicina, de Engenharia e nos Seminários de Teologia, por outro – que veio se esboçando desde a ascendência dos militares, favorecidos pela campanha paraguaia, [...] (FREYRE, 1959, p. 316-317)

O ensino militar foi assumindo espaço na sociedade, equiparando-se ao ensino oficial e civil, bem como criando oportunidade de ascensão profissional, política, social e intelectual especialmente nos cargos públicos, levando as instituições militares a investirem

em um sistema de ensino próprio. Fato que se evidenciará, após a guerra do Paraguai, com destaque durante o regime republicano a partir de 1889.

Freyre enfatizou ainda que o ensino militar constituiu-se em uma formação específica, que permitiu acesso aos títulos de doutores,

[...] que das escolas militares de ensino gratuito e até remuneração, no sentido de se dar acesso ao ensino superior e, através do ensino superior, aos cargos políticos de importância, a numerosos brasileiros cujas famílias não podiam custear, para seus filhos, estudos caros. Não os podendo manter nos cursos jurídicos, médicos, politécnicos, nem por isto deixaram de vê-los doutores sob outro aspecto: como capitães-doutores, majores-doutores, coronéis-doutores. Duplamente prestigiosos, portanto, numa época, como foi, no Brasil, a que se seguiu à campanha Paraguai, [...] (FREYRE, 1959, p.318)

Assim, a formação militar superior e seus títulos constituíam-se em objeto de desejo não somente da elite. Embora a beca e a batina não tenha vingado, no Brasil, como frisou Freyre (1959, p. 325), os trajes de doutor, como “sobrecasaca, cartola, botinas caras e bengala, de preferência de castão de ouro, definido entre outros aspectos o ensino superior como aristocrático ou altamente burguês” era motivo de cobiça, para afirmação política, social e intelectual, especialmente entre os próprios militares e membros da sociedade civil.

Freyre (1959, p.325) ressaltou também que para os militares existia a farda, que para eles era “equivalente da batina universitária: traje igualitário ou democrático de escolares, [...]”, constituindo símbolo de poder em sociedade, formando um corpo distinto, que no caso dos militares navais, somava-se o caráter aristocrático, como enfatizou Sodré (2010, p.223), “A aristocracia do Império encaminhava de bom grado a gente do seu sangue para os quadros da oficialidade naval.”.

O Almirante de Esquadra Hermes (1990) acrescentou que essa nova oficialidade era oriunda de diversos segmentos, principalmente, no período em que D. João VI distribuiu títulos entre a elite econômica no Brasil, como ressaltou Schwarcz e Starling (2015). Essa oficialidade nas palavras do Almirante de Esquadra Hermes (1990), agora, viria de duas origens, “[...] uma na alta aristocracia e outra nos filhos de militares, funcionários civis e pequenos proprietários de terra, que eram encaminhados á carreira das armas por falta de recursos de seus pais para matriculá-los nas escolas de Direito e Medicina ou destiná-los ao Comércio.”⁶²

O caráter aristocrático permaneceu, uma vez que a Marinha era fruto da transposição da Marinha Portuguesa que tinha como modelo de formação os membros da nobreza e os filhos de famílias de menor-nobreza, como reportou Almeida,

⁶²Almirante de Esquadra Mário Jorge da Fonseca HERMES, 1990, RMB-40, p.56.

[...] Dom José, por carta de 16 de março de 1757, criou a instituição dos cadetes em Portugal, para interessar os nobres pelo serviço militar. A princípio, eram admitidos três praças dessa qualidade por companhia, das idades de 15 a 20 anos, número que se tornou ilimitado em 1797. Conforme as instruções de 1757, visava-se permitir que a nobreza adquirisse conhecimento da disciplina militar. Seriam admitidos mediante petição, além dos nobres os filhos dos mestres-de-campo dos terços auxiliares e de ordenanças. Usariam uniforme tipo do de oficial e seriam recebidos pelo coronel do regimento com sua tropa para a ela ser apresentados. Frequentariam o círculo dos oficiais, sem serem obrigados a usar bigode; não fariam serviço de cavalaria; não fariam sentinela nos quartéis [...] (ALMEIDA, 1998, p. 213)

O ensino naval no Brasil abriu novo espaço para atender também as novas origens da oficialidade naval, na falta da nobreza, permanece um grupo específico, a elite econômica, porém ela se manteve fechada, de modo absoluto, para pessoas oriundas da mestiçagem - mulatos, negróides, caboclo mais escuro – em postos de direção, como destacou Freyre (1981, v. 2, p.586).

Apesar dos investimentos no campo educacional, a marinha apresentava problemas e dificuldades para cumprir sua missão. Os *Annaes Marítimos* da década de 1860 anunciavam a falta de preparo da tropa naval. Em 1861, o novo Ministro da Marinha, Sr. Conselheiro Joaquim José Ignácio, durante sua nomeação, relata as dificuldades da instituição, dentre elas, a necessidade de ter uma tropa com homens bem formados e instruídos para melhor desenvolver a missão de defender o litoral brasileiro. Em suas palavras: “Não é de uma ostentosa Armada de Guerra, o que mais carece o Brasil: o paiz pede, reclama, necessita e perece por falta d’ella, é de marinha genericamente fallando [...]”⁶³.

As necessidades centravam-se desde a carência de pilotos, de estaleiros, de roteiros das costas brasileiras, de trabalhos hidrográficos, de meios de instrução para os oficiais, de um centro fixo para a marinha, mas principalmente de marinheiros. A formação de marinheiros vai entrar em foco. Nessa perspectiva, o ensino para esse grupo, receberia um novo direcionamento e investimentos, e ampliaria sua área de atuação. A ideia é investir nas escolas de marinhagem e, posteriormente, nas escolas preparatórias, no caso, da marinha, o Colégio Naval.

Abrimos um pequeno parêntese, para pontuarmos um pouco sobre as escolas preparatórias militares, criadas na década de 1870, após a guerra do Paraguai, com o objetivo de auxiliar a oficialidade a manter seus filhos em escolas que lhes garantissem oportunidades de ingressar no ensino militar e/ou ensino superior.

⁶³ANNAES MARÍTIMOS, 1861, p. 4-5, anno1, nº 1, de 14 de Maio de 1861, Fundação Biblioteca Nacional.

5.4 Escolas Preparatórias: abrindo os mares para nível secundário

Ampliando o campo de ação, o ensino militar, do exército e da marinha, passou a atuar no nível secundário, com as escolas preparatórias, cuja função era preparar os filhos de militares para ingressarem nas academias militares, ou mesmo nas que ofereciam acesso as profissões liberais. Estes estabelecimentos, assim como as academias estavam abertos à população civil. O grupo de origem modesta, especificamente a classe média burguesa, que vinha se constituindo a partir do sistema capitalista, adentrava a esses estabelecimentos também buscando acesso ao ensino superior.

Nessa perspectiva, foi criado o Colégio Naval no Rio de Janeiro, através do

[...] Decreto nº 4679, de 17 de Janeiro de 1871, foi estabelecido no Arsenal de Marinha da Corte, no Rio de Janeiro, um Externato, que consistia de um curso de um ano, para o ensino das matérias preparatórias do curso da Escola de Marinha. Em seguida, pela Lei nº 2670, de 20 de outubro, foi autorizado a criação do Colégio Naval, efetivada pelo Decreto nº 6440, de 28 de dezembro de 1876, assinado pela Princesa Isabel, então ocupando a Regência do Trono.⁶⁴

O colégio seria um dos primeiros a atuarem nesse nível de ensino, atendendo jovens a partir dos 14 ou 15 anos de todas as províncias. Contudo, devido a questões econômicas, o colégio foi incorporado a Escola de Marinha (antiga Academia de Marinha) como cita o Decreto nº 9611, de 26 de junho de 1886, com o curso preparatório de três anos.

Já o Exército adentrou a esse nível de ensino com o Imperial Colégio Militar, criado em 1889, pelo seguinte decreto:

DECRETO Nº 10.202, DE 9 DE MARÇO DE 1889
 Approva o Regulamento para o Imperial Collegio Militar.
 Hei por bem Approvar, para o Imperial Collegio Militar, o Regulamento que com este baixa assignado por Thomaz José Coelho de Almeida, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Março de 1889, 68º da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. - Thomaz José Coelho de Almeida.⁶⁵

Temas pouco conhecidos, as escolas preparatórias – exército e marinha – surgiram no momento em que se cogitava a expansão do ensino de nível secundário no Brasil. Essas escolas tornaram-se também uma forma de propiciar aos militares condições de promoverem a educação de seus filhos. Seu público alvo eram jovens, entre 14 a 17 anos, oriundos da classe média militar e civil.

⁶⁴Colégio Naval. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/cn/colégio/historico.htm>> e <<https://www1.mar.mil.br/cn/node/8>> Acesso em: 07 set. 2012.

⁶⁵Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colcao8.html>> Acesso em 07 set. 2012.

Abrindo novo parêntese, por não ser foco de nosso estudo, trazemos também um pouco sobre a atuação do exército na instrução primária para a camada popular através das escolas regimentais⁶⁶. Essas escolas foram criadas a partir da portaria de 10 de outubro de 1845, sendo destinadas aos soldados e praças com objetivo de promover a instrução elementar e de disciplinar um grupo considerado pela sociedade como desclassificados, oriundos das camadas populares, precisamente os que estavam à margem do processo econômico, político e social e que eram à base da classe subalterna militar, como ressaltou Vianna (1897, p. 356),

No Brasil, o indivíduo que alista-se nas fileiras do exercito é imediatamente levado à **escola regimental** de seu corpo, se é analphabeto. Ahi elle aprende a ler, escrever e as quatro operações sobre números inteiros. Estuda as operações sobre fracções ordinárias com decimaes, metroologia, elementos de desenho linear, noções mui rudimentares dos phenomenos phisicos, chimicos mais comuns, ligeiros conhecimentos sobre hygiene militar, factos da historia da pátria, exemplos notáveis de disciplina, valor, abnegação e patriotismo, rudimentos de moral, deveres do soldado, do cabo de esquadra, do furriel e do sargento em todas as circunstancias de paz e de guerra. Cada corpo tem a sua escola regimental dirigida por um official subalterno de reconhecida aptidão para o magistério. É auxiliado em suas funções por um ou mais sargento, conforme o numero de alumnos. Annualmente, perante uma commissão presidida por um delegado da autoridade a quem estiver sujeita a escola, se procede a exames finaes. Se nesses exames apresentarem visível e notório aproveitamento são louvados em ordem do dia e dispensados do serviço por certo e determinado numero de dias. (grifo nosso)

Embora não seja tema desta pesquisa, no caso, Escolas Preparatórias e as Escolas Regimentais, constituem-se em temas passíveis e possíveis de pesquisa para enriquecer o campo da educação, ampliando o panorama de conhecimento nessa área. Com relação aos Colégios Militares, no caso, o Colégio Militar de Fortaleza⁶⁷ tornou-se tema de minha dissertação de Mestrado. Muito temos a pesquisar nesse campo de ensino, especialmente por serem a base da educação para a camada popular, bem como, por terem suas instituições, fonte de pesquisa em seus arquivos, onde podemos encontrar uma parte da história da educação pouco explorada e conhecida.

O Brasil, entre o 1808 e findo Segundo Reinado, não conseguiu definir leis claras para a instrução pública, apesar de que o ensino foi paulatinamente estruturado. Nesse ínterim, durante o Período Regencial, a educação veio a ser tida como uma coisa pública, pelo governo sem, no entanto, eleger órgão específico, por cuja efetivação dar as devidas

⁶⁶Ver José Feliciano Lobo VIANNA. Guia Militar. Volume 1. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1897. (Abrangendo os annos de 1893, 1894, 1895, 1896, 1897). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242977>> Acesso em: 10 jun. 2015.

⁶⁷Ver Dissertação de Mestrado da autora, Simone Vieira de Mesquita, História do Ensino Secundário no Ceará: entre documentos, revistas, jornais e memórias do Colégio Militar de Fortaleza (1962-1968), 2011, Universidade Federal do Ceará.

diretrizes. Assim, a Marinha, que já atuava no campo educacional com a Academia Real de Marinha, posteriormente, denominada de Escola Naval, vai investir na educação primária.

Em 1833, a instrução de primeiras letras foi ministrada no navio de guerra com objetivo inicial de entreter, adestrar e instruir o corpo da tropa, dando origem a escola de marinhagem, que, posteriormente, deu origem às Companhias de Aprendizes Marinheiros e as Companhias de Aprendizes *menores* Artífices do Arsenal de Marinha.

Os dois estabelecimentos de ensino e formação destinavam-se a atender a classe subalterna, cada um com seu objetivo específico. As companhias, durante sua implantação e consolidação, buscaram ter seus papéis reconhecidos perante a sociedade, embora os tivessem bem definidos para o Estado, como controle social, muito mais que de formação primária, como enfatizou Hobsbawam sobre a necessidade do Estado em controlar a classe proletária.

A sociedade buscava compreender se esses estabelecimentos seriam de formação e instrução profissional militar, de ensino com foco na instrução pública nas primeiras letras, estabelecimento de educação com foco na formação moral, religiosa e civil, ou mesmo casa de correção para menores ou um misto de tudo isso. Fato é que as iniciativas na educação para formação de menores nesses estabelecimentos militares tomaram forma e corpo durante todo o Segundo Reinado. Essas escolas, embora pertencessem a uma instituição pública, não faziam parte do censo das escolas públicas, mas contribuíram com os objetivos do governo de controlar e adestrar a camada popular.

5.5 Escolas de Marinhagem: um misto de formação profissional, educação religiosa e moral, instrução primária e científica

No campo da educação, inúmeras reformas foram apresentadas para promover a instrução de primeiras letras durante o Segundo Reinado. Primitivo Moacyr (1936)⁶⁸, ao apresentar a reforma do deputado Luiz Pedreira do Couto Ferraz, em 1850, para a instrução primária⁶⁹, ressaltou a divisão do ensino de primeiras letras em primeira e segunda classe, anteriormente, denominado de Estudos Menores, destinados a todos, independente da classe social.

⁶⁸Ver Primitivo Moacyr. A instrução Pública e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1823 – 1853. 1º Volume. Companhia Editora Nacional. São Paulo.1936. Disponível em: <www.brasiliana.com.br> Acesso em: 09 març. 2015.

⁶⁹Leis do Império do Brasil. Artigo 47, 48 e 49 do Regulamento de 1854 – Reforma da Instrução Primária. Site: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>>

Na primeira classe, seria ministrado o ensino da leitura, caligrafia, doutrina cristã, princípios elementares de cálculo e sistemas de pesos e medidas. A segunda classe acresceria o estudo da gramática da língua nacional, aritmética, noções de álgebra e geometria elementar, leitura explicada dos evangelhos e notícias da história sagrada, elementos de geografia, resumo de história, assim como música e exercício de canto.

Nessa reforma, Moacyr (1936) enfatizou, ainda, que a educação para os meninos pobres e desvalidos deveria ser custeada pelos cofres públicos, sendo de responsabilidade do Estado desde o material necessário ao ensino, até o vestuário para os que assim necessitassem, caso seus responsáveis não pudessem arcar com as despesas, sendo eles obrigados a matricularem seus filhos nas escolas públicas.

Para os meninos que vivessem em mendicância ou fossem órfãos, o governo teria como proposta construir Casas de Asilo para abrigá-los. Enquanto isso não se efetivava, o governo disponibilizava uma verba para Párcos ou Coadjutores, Professores e Instituições que se responsabilissem pela instrução das primeiras letras desses meninos.

São esses meninos – pobres e desvalidos - que viviam em mendicância, e os órfãos, que foram enviados para as instituições de ensino militar, como destacou Moacyr (1937, vol. 2, p.23) na reforma de 1850,

Os meninos em tais circunstâncias, depois de receberem a instrução do 1º grau, serão enviados para as **companhias de aprendizes dos arsenais ou de imperiais marinheiros**, ou para as oficinas públicas ou particulares, mediante um contrato, neste último caso, com os respectivos proprietários, e sempre debaixo da fiscalização do Juiz de Orfãos. (grifo nosso)

O governo, além do controle social, vislumbrou a preparação da camada popular para o trabalho, e o processo de escolarização corroborava com as regras para efetivá-lo, uma vez que essa população precisava ser moldada às regras que o mercado produtivo exigia. Comênios, já no século XVII, havia proposto essa relação entre o processo escolar e o processo de trabalho, no caso, da indústria fabril de manufaturas, como ressaltou Gasparin (1941, p.138), “Essa organização da escola como um todo, e da sala de aula em particular, tendo como suporte a natureza e as artes, leva-nos a identificar a proposta comeniana com a **organização e a divisão incipiente do trabalho.**” (grifo nosso)

Na reforma de ensino de 1854, o governo colocou em lei o envio de menores órfãos e desvalidos para as instituições militares, uma vez que estas faziam parte de instituições públicas, estando, pois, sobre ações diretas do Estado, embora tivessem a prerrogativa de atender também as necessidades da própria instituição.

Em Moacyr (1937) encontramos alusões ao envio de menores para as companhias de aprendizes menores dos arsenais e companhias de imperiais marinheiros para receberem a formação profissional, formação religiosa, moral e civil, assim como, a instrução primária desenvolvidas por essas instituições. Quem eram essas escolas e quando surgiram?

Os arsenais de marinha e os imperiais marinheiros surgiram com essa denominação a partir da organização da própria profissão de marinheiro, com a criação das Companhias *fixas* de Marinheiros, em 22 de outubro de 1836, que, por sua vez, já vinham sendo estruturadas pelo decreto de 11 de Janeiro de 1834, quando a marinha regulou o funcionamento dos Arsenais de Marinha do Império e se consolidou com a reforma de 1840.

Os arsenais eram classificados em primários e secundários. Para ser um arsenal primário, o estabelecimento tinha que ter os departamentos ou o mais próximos dos existentes no arsenal da Côrte (que era o referencial), criado quando o Ministério e Secretaria dos Negócios de Marinha foi instalada em 1808, segundo Prado Maia (1965, p. 43).

O arsenal da Bahia era o que mais se aproximava desse referencial. Ele possuía os seguintes departamentos: Administração, Intendência, Pagadoria, Contadoria, Inspetoria dos Arsenais. Assim, eram considerados arsenais primários o arsenal do Rio de Janeiro e da Bahia. Para arsenais secundários, era necessário que funcionasse, pelo menos um departamento existente na Côrte, no caso, em Pernambuco e no Pará, funcionavam a Inspetoria, com um secretário da inspeção, um almoxarife, um escrivão, um porteiro e um patrão-mor. Nas demais províncias, as instituições navais foram classificadas como estações de marinha. No Maranhão, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, essas estações possuíam um almoxarife e um patrão-mor; já em São Paulo, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará possuíam apenas um patrão-mor.

A reforma da marinha em 1834, durante o período regencial, veio atender às necessidades de organização e estruturação da Marinha de Guerra diante do quadro de instabilidade pelo qual o Brasil passava, consolidando, em 1836, as Companhias *fixas* de Marinheiros, como vemos abaixo,

Em face aos diversos conflitos internos e guerras externas, no Período Regencial, a Marinha sente a necessidade de organizar e recrutar seu pessoal. Um Decreto Legislativo, de 1836, cria as Companhias *fixas* de Marinheiros, inicialmente no Rio de Janeiro. Jovens de 12 a 16 anos recebiam as primeiras instruções da arte naval. Posteriormente, foram transformadas nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros, criadas em diversas províncias brasileiras.⁷⁰

⁷⁰Leis do Império do Brasil e Arquivo da Marinha. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/eamsc/escola.html>> Acesso em 12 out. 2013.

A seguir transcrevemos o Decreto⁷¹ que criou as Companhias *fixas* de Marinha, com objetivo apresentar o quantitativo de aprendizes marinheiros definidos para essas companhias, como vemos a seguir:

DECRETO de 22 de OUTUBRO de 1836.

Creando, em virtude da Resolução da Assembleia Geral Legislativa de 6 do corrente, quatro Companhias *fixas* de Marinheiros.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II há por bem, na conformidade do § 2.º, art 1.º da Resolução da Assembléa Geral Legislativa de 6 deste mez, que se formem sucessivamente quatro Companhias *fixas* de Marinheiros, de cem praças cada uma, segundo o plano, que com este baixa, assignado por Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Outubro de mil oitocentos trinta e seis decimo quinto da Independencia e do Imperio,

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Salvador José Maciel.

Cumpra-se e registre-se. Palacio do Rio de Janeiro em vinte quatro de Outubro de mil oitocentos trinta e seis.

Salvador José Maciel.

Plano das quatro Companhias fixas de Marinheiros de cem praças cada uma, mandadas formar sucessivamente por Decreto desta data, e na conformidade do § 2.º, art. 1º da resolução da Assembleia geral legislativa de 6 do corrente mez.

Cada Companhia será composta de maneira seguinte:

| | |
|--|-----------|
| Primeiro tenente, Capitão da Companhia | 1 |
| Segundo Tenente, Tenente da Companhia | 1 |
| Guardas-Marinhas | 2 |
| Contra-mestre | 1 |
| Guardião | 1 |
| Primeiro Forriel | 1 |
| Segundo Forriel | 1 |
| Cabos de Marinheiros | 4 |
| Primeiros Marinheiros | 18 |
| Segundos Marinheiros | 18 |
| Terceiros Marinheiros | 26 |
| Aprendizes de Marinheiros | 26 |
| | ----- |
| Total das praças. | 100 |
| | ----- |

71Leis do Império do Brasil. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-22/Legimp-22_29.pdf>
Acesso em 12 out. 2013.

Nesse decreto, temos o contingente inicial de 26 aprendizes de marinheiros por cada companhia fixa, o qual seria ampliado posteriormente para um total de 200 aprendizes, em cada companhia, tanto para as companhias de artífices, como para as companhias de aprendizes marinheiros.

Ainda, nesse decreto percebemos que o contingente ativo nas companhias fixas se aproximava de uma estrutura fabril, como mencionou Bonifácio⁷², com relação ao quantitativo de cem praças, o que exigia uma organização laboral definida com hierarquia e organização do trabalho, próxima ao sistema fabril de manufatura, como ocorreu nos arsenais em Portugal.

Nessas companhias, as atividades para os aprendizes marinheiros ainda não estavam separadas entre os que desenvolviam uma arte ou ofício e os que desenvolviam a *arte de marinheiro*. Companhias de Aprendizes *menores* Artífices e Companhias de Aprendizes Marinheiros se entrelaçavam. Somente, a partir da década de 1840, as companhias de aprendizes tiveram seus objetivos definidos e uma organização própria.

Segundo o Capitão de Fragata Paulo Lafayette de Pinto (1981), a Companhia de Aprendizes Marinheiros da Côrte foi subordinada, diretamente, ao Corpo de Imperiais Marinheiros, como expõe abaixo,

[...] a Companhia de Aprendizes Marinheiro, que ficou adida ao Corpo até 1843, quando passou a formar uma companhia distinta. Segundo Jaceguay, a prática mostrou logo a “superioridade do marinheiro procedente da Companhia de Aprendizes” sobre o recrutamento sem a mais elementar educação. Multiplicou-se assim a instituição, instalando-se Companhias de Aprendizes em diversas províncias, a começar pelo Pará e sucessivamente por outras situadas no litoral e também na de Mato Grosso.⁷³

Pelo exposto, no ano de 1843, a Companhia de Aprendizes Marinheiros ficou adida ao Corpo de Imperiais Marinheiros e a Companhia de Aprendizes *menores* Artífices ficou subordinada à Companhia de Artífices do Arsenal de Marinha, tendo cada uma, a partir de então, um objetivo específico. A companhia de aprendizes marinheiros, nesse período, começou a ser cogitada como uma possibilidade de substituir o recrutamento forçado através da educação.

As companhias de aprendizes se enquadrariam, a época, na ideia da educação como uma coisa pública, onde o Estado aproveitaria para manter o controle sobre a camada

⁷²Ver artigo de Maria de Fátima BONIFÁCIO. Os arsenalistas da marinha na revolução de Setembro (1836). *Análise Social*, vol XVIII (65), 1981, 1º, p.p.29-65. Disponível em: <<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223997291S3wLE0cq2Zn41QX0.pdf>>> e

<<analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223997291S3wLE0cq2Zn41QX0.pdf>> Acesso em: 16 de jul. 2015.

⁷³Paulo Lafayette de PINTO. RMB-Nº 07, 1981, p.131.

popular. Assim como adentraria ao processo de modernização com relação as inovações tecnológicas, como ressaltou Almirante de Esquadra Mário Jorge da Fonseca Hermes (1990), ao apresentar que “as reformas de ensino introduzidas na década de 1850 que tiveram por escopo, principalmente, atender à evolução da tecnologia imposta pela máquina a vapor e pelos novos canhões.”⁷⁴

Nesse processo de modernização, as companhias de aprendizes marinheiros atenderiam, sobretudo, na formação profissional da classe subalterna da instituição. A formação profissional do marinheiro vai ganhar uma formação específica, assim como um público específico também.

5.6 Companhias de Aprendizes Artífices de Portugal e Companhias de Aprendizes menores Artífices do Arsenal de Marinha no Brasil: um misto de quartel-fábrica

Em Portugal, Maria de Fátima Bonifácio⁷⁵ relatou que as companhias de aprendizes artífices tinham como público alvo jovens, que seriam encaminhados para o aprendizado de arte nas oficinas dos arsenais. Eles aprendiam, juntamente com um ofício, o serviço de armas para que pudessem servir na armada ou na guarda nacional em caso de guerra, bem como a relação de produtividade e ritmo do trabalho coletivo.

Esses arsenais ofereciam diversas artes de ofícios, ministradas por mestres contratados na comunidade e as instruções militares ministradas pelos oficiais de marinha, na qual podemos classificar como um misto de quartel e fábrica, com mais de 200 operários, numa relação de trabalho que se entrelaça na evolução do capitalismo e do liberalismo na Europa, que foi seguida no Brasil através das Companhias *fixas* de Marinha.

A companhia de aprendizes artífices de Portugal, em 1836, de acordo com Bonifácio, oferecia as seguintes oficinas: carpinteiros de machado, carpinteiros de obra branca, calafates, serradores, polieiros, pintores, entalhadores, tanoeiros, ferreiros e espingardeiros, bandeireiros e alfaiates, sapateiro e correeiros, instrumentos náuticos, casa das velas, armazém do aparelho, troço do mar, faluas e barcas de água, algarves, galegos, hiates.

No período de guerra, os arsenalistas, como eram denominados as pessoas que trabalhavam nos arsenais, assim como os aprendizes artífices, constituíam-se em voluntários

⁷⁴ Almirante de Esquadra Mário Jorge da Fonseca HERMES. RMB-N° 40, 1990, p.55.

⁷⁵ Ver artigo de Maria de Fátima BONIFÁCIO. Os arsenalistas da marinha na revolução de Setembro (1836). *Análise Social*, vol XVIII (65), 1981, 1º, p.p.29-65. Disponível em: <<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223997291S3wLE0cq2Zn41QX0.pdf>>> ou <<analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223997291S3wLE0cq2Zn41QX0.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2015.

nacionais e abriam mão, temporariamente, do ofício que desenvolviam no arsenal, passando a ser, portanto, somente militares, no caso, pegando em armas para defender o país. Ao assentarem praças nas Guardas Nacionais, durante o período de guerra, portanto em exercício militar não recebiam os salários referentes aos ofícios desenvolvidos no arsenal. Duas funções, portanto, distintas. Uma como operário de ofício do arsenal e outro como militar. O salário pela arte do ofício e o soldo ou abono como militar pelo serviço de armas não eram acumulativos.

Pertencer ao arsenal tornava os arsenalistas servidores públicos, com emprego e benefícios relacionados a ele, como direito a pensões, às licenças, às promoções, aos aumentos, às readmissões e mesmo às transferências de serviços, era algo almejado por muitos, principalmente para os aprendizes artífices, que vislumbravam uma oportunidade no campo de trabalho. Nas palavras de Bonifácio (1981, p. 40), “todos os olhares se voltavam para o Estado na expectativa dum emprego ou de uma indenização [...]”. Na busca de se tornarem servidores públicos e terem um emprego garantido, os aprendizes artífices se submetiam ao regulamento imposto pelo arsenal para alcançarem esse *status*.

Esse legado chegou ao Brasil, com as Companhias *fixas* de Marinha, que incorporava as Companhias de Aprendizes *menores* Artífices e as Companhias de Aprendizes Marinheiros, com formação específica para a classe subalterna da marinha, que primou além da formação profissional, à formação moral e civil, bem como à instrução das primeiras letras desse grupo, inserindo-os no processo de educação exigida pelos países civilizados, mas com objetivo de atender as orientações do Estado em adestrar esse público.

A Companhia de Aprendizes *menores* Artífices do Arsenal de Marinha, no Brasil, foi criada a partir de oficinas nos arsenais de marinha, primeiramente na Côrte, a bordo do navio Príncipe Imperial, onde os menores eram formados para desenvolverem além da função militar, um ofício específico, estando adida aos Arsenais de Marinha, como temos no decreto:

N. 215. - Em 6 de Abril de 1836.

Expedindo-se nesta data as convenientes ordens, para que nas diversas officinas do Arsenal da Marinha se admitta o numero possível de aprendizes, que deverão **ser livres**, abonando-se logo aos das officinas de ferreiro e serralheiro o jornal de cento e vinte réis, e aos das outras officinas o de oitenta reis; previno disso mesmo a Vm. para sua intelligencia e governo. Deus Guarde a Vm. - Paço em 6 de Abril de 1836. *Salvador José Maciel*.-- Sr. Joaquim Antonio Caminha.⁷⁶ (grifo Nosso)

O decreto, acima, apresenta a condição para aqueles que pretendiam adentrar as oficinas de trabalhos, oferecidas nos arsenais, no caso, serem “livres”, buscando com isso

⁷⁶Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>> Acesso em 14 set. 2015.

captar pessoal na camada da população de homens livres, dando destaque para nova condição de trabalho que transitava na Europa e pontuava nas instituições militares no Brasil. O campo de trabalho se dava nas artes e ofícios para atender, no caso, dos arsenais, suas necessidades primárias de manutenção e reparo dos navios, bem como de utensílios e materiais de uso dos aprendizes.

Em outubro do mesmo ano, a marinha ampliou as oficinas com curso de sapateiro, com objetivo de produzir o material de uso contínuo da própria instituição, fabricando seus utensílios, se constituindo em uma verdadeira fábrica, afinal teria que atender as quatro Companhias *fixas* de Marinheiros, instaladas no Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Pernambuco, com total 400 praças, como temos abaixo,

N. 553. - MARINHA.-Em 8 de Outubro do 1836.

Mandando admittir na officina de correios officiaes de sapateiro para fazerem o calçado que deve fornecer-se ás quatro Companhias de Marinheiros. Devendo não só admittir-se na officina de correeiros do Arsenal os officiaes de sapateiro, que forem necessários, a fim de fazerem o calçado para as quatro Companhias de Marinheiros; mas ainda apromptar-se as mochilas e correame para as mesmas Companhias; assim o participo a Vm. para sua intelligencia e governo. Deus Guarde a Vm. - Paço em 8 de Outubro de 1836. - *Salvador José Maciel* - Sr. Joaquim Antonio Caminha.⁷⁷

Nessas oficinas, eram ensinadas as artes e ofícios para quem tivesse mais vocação e disposição física, além de aulas de educação moral e religiosa, ministrando-lhes a doutrina cristã, com objetivo de imprimir os princípios da ordem social, e as aulas de primeiras letras e música. Porém, a ênfase era dada às aulas de desenho linear e geometria prática necessárias ao desenvolvimento dos ofícios, como exemplo, a construção de bóias náuticas.

Nas aulas de primeiras letras, o professor ministrava aulas em todas as disciplinas, embora priorizasse o aprendizado da leitura e escrita, bem como o ensino das quatro operações de aritmética, uso dos números inteiros e decimais.

No ensino referente à formação militar, os aprendizes artífices aprendiam as marchas, contramarchas e pequenas evoluções militares, dirigidas por um oficial inferior e natação. Com relação ao aprendizado da natação, muitos aprendizes correram risco de morte, durante o trabalho nos navios. Nos mapas de distribuição de tempo para os exercícios dessa lição encontramos a seguinte observação “*sempre que convir*”. No caso direcionavam-se ao aprendizado de natação aqueles que correram risco de morte ao caírem do navio durante as aulas práticas ou quando estavam de serviço, ou mesmo e quando tentaram fugir.

⁷⁷Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>> Acesso em: 14 set. 2015.

A Companhia de Aprendizes *menores* Artífices tinha como público alvo, jovens a partir dos 14 anos, sem atuação na indústria e sem ocupação, mas que soubessem ganhar seu sustento de forma honesta, indicando que já saberiam ou conheceriam a relação, a ordem e função do trabalho, como cita o Decreto,

N. 358. - MARINHA. - Em 25 de Junho de 1836.

Circular aos Presidentes das Províncias para remetterem para esta Córte, quando houver Embarcação do Estado, o numero possível de rapazes de 14 annos para cima, que não tenham ramo algum de indústria, a fim de serem applicados á Escola de Marinhagem.

Illm. e Exm. Sr. - O Regente em Nome do Imperador determina, que V. Ex. faça recrutar e remetter para aqui, quando houver Embarcação do Estado, o numero possível de rapazes de 14 annos para cima, que não se applicando á ramo algum de industria, nem tendo occupação, pela qual grangem honestamente os meios de subsistencia, sejam idoneos para Grumetes da Armada, a fim de aprenderem na Escola de Marinhagem, estabelecida nesta Córte a bordo da Fragata *Principe Imperial* devendo, V. Ex. recommendar ao Commandante do Navio, em que vierem taes rapazes, o melhor tratamento dos mesmos. Deus Guarde a V. Ex.- Palacio do Rioo de Janeiro em 25 de Junho de 1836. - *Salvador José Maciel*. Sr. Presidente da Província do Maranhão. No mesmo sentido se escreveu aos Presidentes das outras Províncias.⁷⁸

Vemos, então, que mesmo antes do processo de industrialização efetivar-se no Brasil, a marinha já vinha investindo na formação para o trabalho, estabelecendo ritmo, regras, horários e um pequeno salário. Como em Portugal, os menores aprendizes faziam parte do quadro de servidores públicos.

Embora o uso dos menores na marinha no Brasil ocorresse, desde 1833, as Companhias de Aprendizes *menores* Artífices do Arsenal de Marinha, cuja denominação inicial era Companhia de Aprendizes *menores* do Arsenal de Marinha, somente vieram a se consolidar a partir de 1857, com dispõe o decreto:

Decreto nº 315. – MARINHA. - Aviso de 16 de Setembro de 1857. - Manda organizar provisoriamente uma Companhia de Aprendizes *menores* no Arsenal de Marinha na Córte.

Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios da Marinha em 16 de Setembro de 1857. Sua Magestade O Imperador Há por bem que no Arsenal de Marinha da Córte se organise provisoriamente uma Companhia de Aprendizes menores, conforme o Regulamento, que a este acompanha, assignado pelo Conselheiro Official Maior d'esta Secretaria d'Estado: o que communico a V.S., para sua intelligencia, e execução. Deos Guarde a V.S. – José Antonio Saraiva. – Sr. Joaquim Raimundo De Lamare.⁷⁹

⁷⁸Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>> Acesso em: 14 set. 2015.

⁷⁹Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>> Acesso em: 11 out. 2015.

As Companhias de Aprendizes *menores* Artífices do Arsenal de Marinha admitiam menores que fossem “cidadãos brasileiros, tivessem idade entre sete a doze anos e apresentassem uma constituição robusta”. A idade dos jovens diminuiu, sendo agora a partir dos sete anos.

Ainda, de acordo com o decreto, a companhia teria um contingente de 200 aprendizes menores, que seriam preenchidos como os menores que já atuavam no arsenal e com os menores que fossem remetidos pelas autoridades competentes, sendo estes órfãos ou desvalidos, cujas famílias em extrema pobreza não tivessem como alimentá-los e educá-los. Por terem experiência e essa ser positiva, os menores artífices, que já se encontravam no arsenal, tornavam-se auxiliares e monitores dos que fossem adentrando à escola da marinhagem, seguindo a ideia proposta pelo método de ensino mútuo.

A Companhia de Aprendizes *menores* do Arsenal de Marinha da Corte era composta pelo seguinte quadro de pessoal,

Tabela 6 - Quadro de Pessoal da Companhia de Aprendizes menores do Arsenal de Marinha da Corte

| | |
|---|-----------|
| Commandante – Capitão Tenente | 1 |
| Capellão | 1 |
| Agente – Commissario da Armada | 1 |
| Secretario – Escrivão da Armada | 1 |
| Professor de primeiras letras | 1 |
| Mestre Carpinteiro | 1 |
| Dito Carapina | 1 |
| Dito Calafate | 1 |
| Dito Guerreiro | 1 |
| Guardas | 4 |
| Aprendizes menores | 200 |
| | Total 213 |
| Tem-se ainda um Porteiro, dous Serventes, um Cozinheiro e um Ajudante d'este. | |

Fonte: Leis do Império do Brasil – 1857.

De acordo com o decreto acima citado, a Companhia de Aprendizes *menores* do Arsenal dispunha das seguintes oficinas de ofícios: carpintaria (trabalhar com madeira), carapina (marceneiro ou carpinteiro), calafate (vedar com estopa as juntas, buracos ou fendas de uma embarcação, para impedir penetração da água) e ferreiro (faz e conserta objetos de ferro martelando-os a mão sobre uma bigorna).

Os responsáveis por esses menores, no caso os pais ou tutores, ao enviarem seus filhos para a companhia, tinham que assinar um termo de compromisso se responsabilizando pelo cumprimento do que regia o regulamento da instituição. Eles teriam um prazo de seis

meses para concordarem ou não com as condições e, com isso, confirmar a permanência dos filhos na instituição. Caso não aparecessem, seria considerado que não aceitaram as condições e os menores poderiam ser despedidos.

Podemos observar, nesse contexto, a relação de trabalho, uma vez que os aprendizes recebiam salário e poderiam ser despedidos. Havia também um benefício na forma de assistência médica no Hospital da Marinha. O regulamento da companhia determinava um *salário* inicial de cem réis diários, podendo ser elevado progressivamente até trezentos réis. Durante a pesquisa, encontramos, nos ofícios das companhias de aprendizes *menores* artífices, o termo contratado em vez de assentado ou alistado, como ocorria nas companhias de aprendizes marinheiros, enfatizando essa relação de trabalho.

Os aprendizes *menores* artífices recebiam, no ato de admissão, o primeiro conjunto de vestimentas que, posteriormente, seria descontado de seus salários. Era dado a eles também moradia e alimentação. Contudo, de acordo com artigo 10 do regulamento, eles seriam “obrigados a frequentarem a escola de primeiras letras até saberem ler e escrever e se mostrarem correntes nas quatro primeiras operações de arthmetica.”, atrelando a obrigatoriedade do ensino disposto para a educação. Aliava-se, portanto, a profissão militar (no caso, o aprendizado e manejo das armas), um ofício e a educação, em um mesmo espaço, uma simbiose de quartel-fábrica-escola.

Ao completarem dezesseis anos, os aprendizes *menores* artífices seriam encaminhados para as Companhias de Artífices do Arsenal de Marinha, onde seriam obrigados a servir por dez anos. A experiência na Côrte foi tão positiva, ao atender as necessidades da instituição quanto ao contingente para abastecer o corpo da tropa; do Estado, ao estabelecer o controle sobre a camada popular, direcionando-a para o trabalho; e, para a sociedade, que através da educação passou a incutir-lhe as regras sociais, que o governo instalou outras companhias de aprendizes *menores* artífices nos demais arsenais de marinha, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 7 - Companhia de Aprendizes *menores* Artífices do Arsenal de Marinha⁸⁰

| | |
|--|--------------------------------|
| Companhia de Aprendizes <i>menores</i> Artífices da Côrte | Decreto nº 315 - 25 Set. 1857 |
| Companhia de Aprendizes <i>menores</i> Artífices da Bahia | Decreto nº 2188 - 9 Jul. 1858 |
| Companhia de Aprendizes <i>menores</i> Artífices de Pernambuco | Decreto nº 2615 - 21 Jul. 1860 |
| Companhia de Aprendizes <i>menores</i> Artífices do Pará | Decreto nº 4821 - 18 Nov. 1871 |

Fonte: Elaborado pela autora. Leis do Império do Brasil.

⁸⁰Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>> Acesso em: 14 jan. 2016.

O decreto Nº 315, de 16 de setembro de 1857, estabeleceu em seu artigo 15 que: “Os aprendizes menores, que mostrarem inaptidão para os ofícios, serão passados para a Companhia de Aprendizes Marinheiros.” O governo não abriria mão desses menores, uma vez que eles poderiam ser úteis e reaproveitados em outros estabelecimentos militares.

Envoltos na filosofia militar, citado por Bertaud, em que o corpo e o espírito desses menores eram preparados para guerra, alguns aprendizes artífices se ofereceram como voluntários, no início da Guerra do Paraguai, como exposto no ofício⁸¹ abaixo:

Palácio do Governo de Pernambuco, 24 de Fevereiro de 1865.

Illmo Sñr. Não podendo ser aceito o offerecimento que fez o menor aprendiz de artífices desse arsenal [Cristiano] José de Barros, para **servir na Guerra do Rio da Prata, attenta a sua pouca idade inferior a quinze anos**, recomendo a V. S^a que louve o mesmo menor pelos patrióticos sentimentos que já o animão. Deos Guarde a V. S^a Antonio Borges [ilegível]. – Sñr. Inspector do Arsenal de Marinha. (grifo nosso)

O momento envolvia a todos, e, por se encontrar no início do conflito, o aprendiz foi apenas louvado pelo seu espírito patriótico.

Na Bahia, em 1874, o comandante da Companhia de Aprendizes *menores* Artífices do Arsenal de Marinha via nessas companhias um grande negócio. Qualquer tempo era útil, não se podia permitir a ociosidade. Assim, o próprio recreio dos aprendizes foi utilizado com a oficina de música, que gerou uma banda, tornado-se ela uma oportunidade de lucro para a instituição, como dispõe o ofício⁸² abaixo:

Para que os aprendizes quer maiores quer menores empregassem utilmente o seo **tempo de recreio**, o meo antecessor concebeo a feliz ideia de criar uma philarmonica, para que o que teve previa licença do senhor capitão de mar e guerra João Gomes de Aguiar, ex-inspector d’este arsenal, passando, á esforços do mesmo, á música da companhia, Ella não está completa por falta de alguns instrumentos, e acha-se a direção do distincto professor Lourenço José Aragão, o qual, pela sua bôa, reputação na arte musical e vivo interesse que toma no ensino, tem feito grande progresso, e promete, em pouco tempo, [revalorizar] com a melhor d’esta provincia, e então n’este estado não será sómente recreativa, e sim também lucrativa, podendo alliviar os cofres na despesa que com ella faz ou possa fazer com [requisição] de instrumentos. Quartel da 2^a Companhia de Aprendizes Artífices de Arsenal de Marinha da Província da Bahia, 15 de janeiro de 1874. José Luiz Pereira [ilegível] – 1^o Ten^{te}. Comm^{te}. (grifo nosso)

Controlar o tempo e preenchê-lo com atividades, promovendo outras aprendizagens, como o ensino da música, iria além de uma ação recreativa, como proposto no

⁸¹Documentos da Marinha do Brasil - Arquivo Nacional – B1 – XIM71 – Série Marinha – relatórios, oferecimentos, mappas e ofícios diversos (1826 -1888).

⁸²RELATÓRIO – Quartel da 2^a Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha da Província da Bahia, 15 de Janeiro de 1874. José Luiz Pereira [ilegível] – 1^o Ten^{te}. Comm^{te}. - Arquivo da Marinha – Ilha das Cobras, Rio de Janeiro.

método Castilho, necessária para envolver os menores, constituía-se também em perspectiva de autonomia financeira à instituição que poderia investir na própria companhia.

A utilização do horário do recreio estava na prática dentro do processo de educação, proposto pelo método de ensino de Castilho, como forma de envolver e controlar os menores também durante o horário do intervalo das aulas de primeiras letras.

Nesse sentido, os métodos de ensino eram escolhidos para corroborar com a proposta de controle do Estado, atuando diretamente sobre as crianças, moldando-as e controlando-as, uma vez que elas se encontravam, na época, a margem da sociedade, e poderiam contribuir na formação do Brasil como nação, a partir do processo educacional, sendo enviadas para estabelecimentos especiais, que teriam como objetivo de corrigir-lhes os vícios, bem como na perspectiva de desenvolver nelas aptidões para trabalho, assim como os princípios de moralidades, desviando-as da criminalidade e mendicância.

5.7 Companhias de Aprendizes Marinheiros: *iniciativa pioneira no Brasil*⁸³

As Companhias de Aprendizes Marinheiros se entrelaçam com a implantação da instrução de primeiras letras nos navios de guerra, cujas bases foram lançadas em 1833, durante o período Regencial, como dispõe o Decreto⁸⁴

N. 623 – MARINHA – EM 22 DE OUTUBRO DE 1833

Sobre o entretenimento das escolas de primeiras letras a bordo dos navios armados de maior porte.

A Regência, em Nome do Imperador, a quem foi presente o officio, que Vm. me dirigiu em data de 30 do mez findo, dando conta, não só do estabelecimento, que fizera, de uma escola de primeiras letras a bordo do brigue do seu comando, para instrucção da respectiva guarnição, e da gratificação, que á sua custa abonara ao Grumete, encarregado da direcção de tal escola, mas também dos exercícios de infantaria e artilharia, com que tem conseguido já adestrar a mesma guarnição para melhor resultado dos quaes propõe, que no 1º e 15 dias de cada mez se possam fazer fogo de artilharia ao alvo, abonando-se uma pequena gratificação àquelles, que mais se distinguirem; Manda significar a Vm. em resposta ao citado officio, que approvando muito o mencionado estabelecimento, louva o zelo, e desinteresse, com que Vm. o promoveu, e o previne, de que se vão expedir as precisas ordens para que se crêem semelhantes escolas a bordo de cada navio de maior porte, e se designe a gratificação que aos respectivos mestres se deva abonar; e pelo que respeita aos referidos exercícios, que com quanto sejam elles de reconhecida utilidade todavia não é possível por ora estabelecer-se os prêmios por Vm. propostos. Deus Guarde a Vm. – Palácio do Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1833. – Joaquim José

⁸³Ver Prado Maio e a ideia do pioneirismo brasileiro na formação do marinheiro em *A Marinha de Guerra no Brasil na Colônia e no Império*, 1965.

⁸⁴Ver Leis do Império do Brasil. Dispõe sobre a implantação de escolas de primeiras letras nos navios da Marinha. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>> Acesso em: 14 jan. 2015.

Rodrigues Torres. – Sr. Luiz Antonio da Silva Beltrão, Capitão Tenente e Commandante do brigue Imperial Pedro.⁸⁵

De acordo com o decreto, a escola a bordo do navio era uma forma de entreter, adestrar e instruir a guarnição pela educação, através da instrução das primeiras letras, mas principalmente promover a formação profissional através dos exercícios de infantaria e artilharia. A educação, em favor da atividade laboral, ajustava regras, horários, definindo tempo, espaços, evitando a ociosidade e domando a natureza humana, sendo assim louvada e proposta para ser promovida em outros navios.

Segundo o decreto, essa formação foi ministrada, inicialmente, por um Grumete, sobre as ordens e o pagamento do comandante do navio⁸⁶. Na linguagem naval, grumete ou recruta (profissional em treinamento inicial) corresponde à primeira etapa de formação do marinheiro, no caso, seguindo a seguinte escala de hierarquia: menor aprendiz, grumete e marinheiro. Sua função era promover a logística dos navios, auxiliando os marinheiros.

A partir dessa iniciativa, o ensino de primeiras letras começou a ser pensado de forma mais estruturada, não sendo deixado à iniciativa pessoal. A formação da classe subalterna exigiu, por parte da oficialidade, um olhar diferenciado. O foco estava na formação profissional, mas, nas entrelinhas, o objetivo era controlar a índole desse grupo. A forma sutil, a coerção como citou Ariés, veio pela via da educação. Conscientes disso, os militares investiram nessa iniciativa. Para tanto, criaram um novo decreto onde definiram os profissionais que atuariam nessa área. No caso, da formação militar, definiram um mestre-escola e, no caso, da instrução primária, elegeram o capelão dos arsenais, para ser o professor de primeiras letras.

O currículo para instrução primária foi definido com instrução das primeiras letras, matemática, doutrina cristã e valores morais. As aulas teriam a duração de uma hora e meias, entre as atividades laborais, e seriam avaliadas quanto ao seu desempenho e progresso, dando a essa atividade uma organização, sistematização e regularidade perante a instituição, como vemos no decreto⁸⁷ abaixo,

⁸⁵Leis do Império do Brasil. Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil, Rio de Janeiro, 1833, p. 444-445. Arquivo da Marinha do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>> Acesso em: 15 jan. 2015

⁸⁶Ver Revista Maritima – Outubro, Novembro, Dezembro, Nº 10, 11, 12. Anno LXXXIV. Centenário da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará. 26.11.1864 – 26.11.1964. (p. 101-113) . No artigo temos na pessoa do Capitão-Tenente Luís Antônio da Silva Beltrão, Comandante do Imperial Pedro e seus colegas Pedro Cunha, João Baptista de Sousa e Joaquim José Inácio a iniciativa para a formação de menores na arte do marinheiro.

⁸⁷Leis do Império do Brasil. Atos do poder Executivo, que dispõe sobre o individuo encarregado de ministrar as aulas nos navios de guerra – Coleção de Leis do Imperio, 1833, p. p.(174-175). Acessível também no site <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-17/Legimp-17_36.pdf>

DECRETO – DE 24 de OUTUBRO DE 1833.

Determina que a bordo dos navios armados de mais de vinte bocas de fogo, haja **um individuo** que se encarregue da instrução primaria, tanto scientifica, como religiosa das pessoas que compõem as equipagens das embarcações de guerra. A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Querendo facilitar aos individuos, que compõem as equipagens das embarcações de guerra nacionaes a instrução primaria, tanto scientifica, como religiosa: Decreta: Art. 1.º A bordo de cada um dos navios armados, de mais de vinte bocas de fogo, haverá **um individuo** encarregado de ensinar a ler, escrever, as quatro operações arithmeticas sobre os números inteiros, e a doutrina christã às pessoas da equipagem, que necessitarem de uma semelhante instrucción. Todos os dias em que o permitir o serviço a bordo, haverá uma lição, que durará pelo menos hora e meia, e que começara á hora designada pelo Commandante do navio. Art. 2.º nas embarcações em que houver **capellão**, será elle o encarregado de dar aquella lições; nas outras o respectivo Commandante, logo que o navio passe mostra de armamento, proporá por via do Quartel-General da Marinha á Secretaria de Estado competente um **official, official de fazenda, ou official marinho**, que possa, e queira desempenhar as funções de mestre. Art. 3.º Nos navios de quarenta, ou mais bocas de fogo, o **mestre de escola** receberá mensalmente a gratificação de quatorze mil réis. Nas outras a de dez mil réis. A despeza necessária com papel, pennas, e mais objetos precisos para lições será feitas á custa do mestre. Art. 4.º O mestre de escola não poderá receber a gratificação mensal, que lhe é arbitrada no capitulo antecedente, sem apresentar uma certidão do Commandante do navio, pela qual mostre haver regulamente, e com zelo desempenhado as funções do seu magistério. Art. 5.º Outrosim será o mesmo mestre obrigado a apresentar todos os três mezes ao Commandante do navio uma relação dos individuos a quem tem dado lições, aproveitamento que têm tido, e capacidade de cada um delles. O Commandante por intermédio do Quartel-General enviará á sobredita Secretaria de Estado cada uma destas relações, com as observações que julgar convenientes, e forem do seu dever, como responsável, que é pelo exacto cumprimento das ordens do Governo a bordo do seu navio. Joaquim José Rodrigues Torres, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e quatro de Outubro de mil oitocentos trinta e três décimo segundo da Independencia e do Imperio. Francisco de Lima e Silva. - João Braulio Moniz. - Joaquim José Rodrigues Torres. (grifo nosso)

A citação do decreto, embora longa, nos traz a formação do sistema de ensino promovido para as primeiras letras, dentro da instituição militar, uma vez que abrangia a todas as companhias. O ensino não poderia ficar a cargo do acaso. A experiência mostrou-se positiva ao atender as exigências da instituição, do Estado e da própria sociedade. Com as diretrizes estabelecidas⁸⁸, a formação dos aprendizes marinheiros adotou as seguintes disciplinas e conteúdos, adequando-se a instrução pública promulgada à época:

⁸⁸Práticas escolares e a formação do aprendiz de marinheiro: Em anexo, apresentamos algumas fotos, consultadas no arquivo da marinha e cedidas por ele, através das quais pudemos inferir sobre as práticas educativas da Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará para 1917 durante o período da 1ª República. Primeiramente, analisamos as fotos referentes ao Salão Riachuelo e ao Salão Tuyuty, onde temos a disposição das salas de aulas, em conformidade com os métodos Lancaster e Castilho, que se entrelaçaram ao longo do tempo. Em destaque, enfatizamos a posição do professor primário, sentado no alto, as carteiras perfiladas, os equipamentos e instrumentos próximos ao professor, como por exemplo: o quadro negro, o globo terrestre, a Rosa dos Ventos. Assim como, percebemos a redução do número de alunos a serem atendidos por turmas, condizendo com o método Castilho e a reutilização do salão proposto no método Lancaster. Nessas fotos, também podemos perceber como proposta de aprendizado o exemplo dos heróis navais, destacado pela figura

Tabela 8 - Grade Curricular das Escolas de Marinhagem

| Disciplinas | Conteúdos |
|--------------------------|---|
| Exercícios Profissionais | Exercícios de infantaria e artilharia |
| Português | Competência para ler e escrever |
| Matemática | Domínio das quatro operações aritméticas |
| Ensino Religioso | Doutrina cristã para desenvolvimento dos princípios cristãos e valores morais |

Fonte: Elaborada pela autora. Leis do Império do Brasil

Era o momento de executá-las, mas não apenas como aulas para entreter e adestrar, mas como escola primária, como dispõe o decreto⁸⁹:

Decreto N. 666. – MARINHA. – Em 6 de Novembro de 1833.

Manda executar o Decreto de 24 de outubro, que crêa **escolas primárias** a bordo de alguns navios de guerra.

Transmitto a Vm. , por copia, para sua intelligencia, a execução na parte que lhe toca, o Decreto de 24 do mez findo pelo qual a Regencia, em Nome do Imperador, Querendo facilitar aos indivíduos que compõem as equipagens das embarcações de Guerra nacionaes a *instrução primária tanto scientifica, como religiosa*; Houve por bem determinar que a bordo dos navios armados de mais de 20 bocas de fogo haja um individuo encarregado de promover a mencionada instrução pela maneira declarada no mesmo Decreto. Deus Guarde a Vm. – Paço, em 26 de Novembro de 1833. – Joaquim José Rodrigues Torres. – Sr. José Dias Camargo. (grifo nosso)

Essa nova formação, sob o olhar da educação, vinha atender às políticas do governo que transitava pela responsabilidade pela coisa pública. Era necessário conciliar os objetivos da instituição, os do Estado e da própria sociedade. São dessas escolas, a bordo dos navios de guerra, que se originaram as Escolas de Marinhagem, no caso, escolas de aprendizes artífices e escolas de aprendizes marinheiros.

Marechal Barroso, do Guarda-Marinha João Guilherme Greenhalgh e do Imperial Marinheiro Marcílio Dias. Assim como as palavras gravadas na parede da sala de aula “*Morrer abraçado com a sua bandeira na púrpura da immortalidade*”, dispoendo um modelo de aprendizado a ser almejado e seguido pelos menores aprendizes. Os heróis estavam imortalizados na história naval brasileira pelas vitórias conquistadas durante a Guerra do Paraguai, especialmente na Batalha do Riachuelo⁸⁸, se constituindo em exemplo a serem seguidos. Com relação ao ensino profissionalizante, as fotos em anexo, datadas de 1917, ainda na primeira fase da escola, quando ela sofreu uma nova organização e, portanto, não se encontrando dentro da temporalidade definida para este estudo, nos ajudam, no entanto, a perceber a proposta de formação do marinheiro, objetivo central da escola, como ressalta o regulamento de 1855, em seu artigo 16 que dispõe “*A instrução náutica consistirá em apredarem os misteres relativos a arte de Marinheiro, como fazer pinhas, costuras, alças, nós, &c., cose panno, entralhar, &c., e, finalmente, aparelhar, e desaparelhar um Navio.*” A arte de Marinheiro é o objetivo central da escola. O ensino da arte militar, cuja proposta de aprendizado está no manejo das armas, como o uso das armas de fogo, seguia o proposto no regulamento de 1855, em seus artigos 15, 16, 17. Especificamente o artigo 15 enfatiza a instrução militar como: entrar em forma, perfilar, volver à direita e à esquerda, marcha a passo ordinário e passo dobrado, o manejo de armas brancas e peças de artilharia, de acordo com a capacidade física do aprendiz e seu desempenho nas demais atividades. Temos também o aprendizado da esgrima, o exercício das atividades de ginástica, e da banda de música, como parte das atividades na escola.

⁸⁹Leis do Império do Brasil. Collecção das Decisões do Governo do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1833, p.p.473-474. Dispõe sobre a execução do Decreto de 24 de outubro, que criou escolas primarias a bordo de alguns navios de guerra. Arquivo da Marinha do Brasil. Acessível também no site <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-18/Legimp-18_55.pdf>

Nessa perspectiva, a marinha investiu, além da formação militar, em um ofício específico para os aprendizes marinheiros, definindo e organizando sua função laboral, que denominou de fainas, como ditava o regulamento de 1855 sobre aparelhar, e desaparelhar um Navio, pois sem ela, o navio não teria condições de navegar, sendo a principal preocupação dos comandantes, como citou Nascimento,

Afinal, caso as fainas (limpeza das macas, do convés, das ferramentas, das latrinas, dos reservatórios de água etc.), as compras diárias e demais serviços não fossem realizados, o comandante estaria faltando com sua responsabilidade ao deixar de zelar pela manutenção de um bem público pertencente á Fazenda Nacional. Por isso mesmo, havia grande preocupação em conservar o navio em ótimo estado e exigir da guarnição o cumprimento dos serviços e a submissão à disciplina. (NASCIMENTO, 2004, p. 321)

No caso da escola de aprendizes marinheiro, menores entre 10 a 16 anos seriam preparados para ser o que eles classificavam de hábeis marinheiros. Essa escola ganhou respaldo perante as autoridades navais do Brasil, que enfatizaram sua utilidade e importância para a instituição e para o país, como destacado no decreto⁹⁰ abaixo:

N. 328. - MARINHA.- Em 6 de Junho de 1836.

Circular exigindo que os Presidentes das Províncias enviem não só os rapazes de 12 a 16 annos, como se ordenara em Aviso de 24 de Outubro de 1833, mas também os de 10 annos completos, para serem empregados na Escola de Aprendizes de Marinheiros.

Illm. e Exm. Sr.- Fazendo grandes progressos a Escola dos Aprendizes de Marinheiros, estabelecida nesta Côrte; convindo adiantar, quanto puder ser, tal Estabelecimento, **da maior utilidade para a nossa Marinha de Guerra**, de que tanto depende a segurança e a integridade do Império: e havendo-se por Aviso de 24 de Outubro de 1833, que a essa Presidencia se expedira, ordenado a remessa dos rapazes, nelle indicados, **de 12 a 16 annos de idade**, para serem depois de instruídos nas primeiras letras e Doutrina Christãa, embarcados como Grumetes nos navios da Armada, e tornarem-se habeis Marinheiros; manda ora o Regente em Nome do Imperador, que V. Ex. envie o numero, que lhe fôr possível obter, não só de rapazes daquella idade, mas tambem os **de 10 annos completos**, pela primeira embarcação do Estado que sahir dessa Província para aqui, e a cujo Commandante deverá recommendar o melhor tratamento destes jovens, attento o seu **estado indigente, e de menoridade**, bem como o vantajoso serviço a que são destinados, e mesmo para que sem repugnancia ao mesmo se applicuem. Deus Guarde a V. Ex.- Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1836.- *Salvador José Maciel*.- Sr. Presidente da Província do Pará. No mesmo sentido se escreveu aos Presidentes das outras Provincias. (grifo nosso)

Com o sucesso do empreendimento, a Corôa solicitou às províncias que enviassem menores nas condições de orfandade, mendicância ou desvalidas para a instituição. Deu-se início a uma verdadeira caçada aos menores, como enfatizou os jornais em Fortaleza.

⁹⁰Leis do Império do Brasil.: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>> Acesso em: 14 set. 2015.

Os menores eram alistados para prestarem um serviço, como consta nos ofícios de seus assentamentos, aptos para servir, revelando a relação de trabalho em uma idade ainda muito pequena. Muitos não tiveram outra opção diante do quadro social, político e econômico do Brasil. Mas, nesse ínterim, existiram aqueles que se identificaram com a oportunidade, e fizeram da instituição seu futuro, sua família, sua pátria ou, melhor dizendo, sua mãe-pátria, a quem teriam o dever de proteger, especialmente em tempos de guerras, uma vez que ela os alimentava, cuidava, educava, tornando-os homens honestos, honrados, soldados-cidadãos e saindo do estado de indigentes.

A Corôa e a elite definiam os destinos e os rumos para os menores órfãos e desvalidos, por todo o Segundo Reinado, que por imposição faziam parte do quadro do corpo de subalternos da Marinha. A época não possibilitava outra visão para os que estavam no poder. Eles definiam as regras e as políticas de governo, implementando reformas que julgavam necessárias para que o Brasil atingisse a posição de Estado-Nação e que as ajudassem a manter seu *status quo*. Embora, no Primeiro e Segundo Reinado não houvesse uma organização definida de sistema de ensino, que de fato se efetivará na República, a educação foi adotado como medida de controle da camada popular, tendo suas crianças o público alvo.

A elite naval percebeu, com a implantação da Escola de Aprendizes Marinheiros, a oportunidade de resolver os problemas de contingente de pessoal para os navios de guerra, bem como se livrar do recrutamento forçado, repudiado veementemente pela camada popular, como cita Nascimento,

No mapa estatístico do Corpo de Imperiais Marinheiros isso fica mais claro. Nele se observa que entre os anos de 1836 e 1888 somente 460 homens se apresentaram espontaneamente enquanto 6.271 foram recrutados à força. Ou seja, os voluntários somaram menos de um décimo dos que foram incorporados às fileiras da Armada em aproximadamente 50 anos. Em contrapartida, os oficiais trataram de criar uma terceira via através da incorporação de menores às escolas de aprendizes marinheiros. (NASCIMENTO, 2004, p. 317-318)

Os menores alistados eram mais propícios a incorporarem os valores e tradições da instituição, e proporcionariam a reserva para o quadro da Marinha, ao serem incorporados ao quadro dos Imperiais Marinheiros, ao atingirem a idade de 16 anos ou 17 anos, e lá serviriam por 16 anos. Um investimento a médio e longo prazo, no qual a Marinha assegurava seu futuro, assim como, dos menores, mesmo a revelia destes.

Ariès frisou a proposta de escola difundida no final do século XVII, quando se pensou em separar as crianças da sociedade, organizando sua vida social, uma vez que a

sociedade desse período começava a reconhecer a ideia de infância ao definir os estágios dessa etapa, como vemos abaixo:

Até o meio do século XVII, tendia-se a considerar como término da primeira infância a idade de 5-6 anos, quando o menino deixava sua mãe, sua ama ou suas criadas. Aos sete anos, ele poderia entrar para o colégio, [...]. Mais tarde, a idade escolar, ao menos a idade de entrada para as três classes de gramática, foi retardada para os 9-10 anos. Portanto, eram as crianças de até 10 anos que eram mantidas fora do colégio. Dessa maneira conseguia-se separar uma primeira infância que durava até 9-10 anos de uma infância escolar que começa nessa idade. (ARIÈS, 1986, p.176)

Pontua-se a ideia de infância, classificando por idade, no caso, primeira infância (0 - 9 anos) e segunda infância (a partir dos 9 anos), que seriam encaminhadas para escola, onde estariam submetidos a leis diferentes dos que governavam o mundo dos adultos, protegidas das rudezas das ruas. Porém, essa ideia dar-se-ia para um público específico, no caso, as crianças da elite. Rizzini, ao discorrer sobre a legislação no Segundo Reinado, no Brasil, corrobora com essa ideia ao ressaltar que na realidade brasileira, a criação de escolas buscou facilitar “o acesso das crianças pobres, embora a porta de entrada das escolas permanecesse aberta somente para uma parte delas.” (RIZZINI, 2009, p.107)

No Brasil do século XIX, a ideia de infância não havia chegado ainda para a camada popular, de fato, os menores, eram considerados adultos em miniatura, aptos para trabalhar, portanto, era legítimo que as autoridades as enviassem para as escolas de aprendizes. E quanto à proposta de separação da população, por classe social, esta já estava sedimentada e cauterizada, em nossa sociedade.

De acordo com Ariès (1986, p.192), as classificações em escolas (primárias), colégios, liceus, ginásio (secundárias), academias (superior), vinham acabar com a proposta de escola única, como cita: “[...] a partir do século XVIII, a escola única foi substituída por um sistema duplo, em que cada ramo corresponderia não a uma idade, mas a uma condição social: o liceu ou o colégio para os burgueses (o secundário), e a escola para o povo (o primário).” Essa proposta, foi muito bem aceita no Brasil, ao povo bastava a formação primária, vindo a contribuir também como uma forma de controlá-los, evitando “uma inflação intelectual e de uma crise de mão-de-obra braçal [...]”. Por essa ideia, não a única, a sociedade brasileira vai justificar o envio de menores às escolas de aprendizes marinhairos.

Nascia, nesse contexto, a conscientização da importância da criança para o próprio desenvolvimento do Brasil como país civilizado, como nos apresentou Nosella e Buffa (2009, p.80) ao propor pelo método dialético a análise da própria condição de criação e existência da escola de acordo com a necessidade da sociedade da época ao citar que: “[...] assim como uma

determinada sociedade foi condição para a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar, esta é condição de existência daquela [...]”. Nessa perspectiva, o Estado, a sociedade e a instituição militar, nesse caso, a Marinha, atuaram juntos para criação e o desenvolvimento dessas escolas. O ensino, portanto, era pensado nessa conjuntura política, social e econômica. Era necessário manter a mão-de-obra braçal com uma formação mínima para obedecer e executar as ordens impostas pela minoria no poder, em nosso caso, a elite civil ou militar, que atendeu, prontamente, ao chamado do Estado, através de seus representantes.

Pelo Decreto⁹¹ Nº 411-A, de 5 de Junho de 1845, em seu artigo 6º, a Escola de Aprendizes Marinheiro da Côrte constavam os seguintes membros:

Tabela 9 - Corpo Administrativo da Escola de Aprendizes Marinheiro da Côrte

| | |
|-------------------------------------|------------|
| Capitão – Primeiro Tenente d’Armada | 1 |
| Tenente | 1 |
| Primeiro Sargento | 1 |
| Segundo Sargento | 1 |
| Forriel | 1 |
| Cabos | 8 |
| Aprendizes Marinheiros | 200 |
| | Total 213 |
| Dois tambores e dois pífaros | |

Fonte: Leis do Império do Brasil

No artigo 15, do citado decreto, haveria um navio armado e aparelhado para exercitar aos aprendizes a prática de todas as manobras navais. Os aprendizes aprenderiam o manejo das armas brancas, teriam lições com mestre-aparelho, mestre-velas e mestre-armas, para conhecer mastros, mastarões, vergas, leme, assim como as peças que compõe bombas, o mestre de vela ensinará a cortar, coser e entalhar e tudo relacionado à confecção das velas, considerado a arte do marinheiro⁹². Assim como, exercícios de artilharia, de fuzil, de pistola, bem como os exercícios de marchar, ginástica e evoluções militares, compatível com suas forças.

A instrução de primeiras letras ficaria a cargo de um oficial que se prontificasse a exercer a função do professor de primeiras letras e assim ensinar ler, escreve, contar, riscar mapas e a doutrina cristã.

⁹¹Leis do Império do Brasil. Consultado 16/02/2015. Site <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>>

⁹²Segue o disposto no Regulamento de 1855. Ver anexos – Fotos “A arte do marinheiro – 1917: Escola de aprendizes marinheiro do Ceará. Acervo do Marinha.: Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliانا/visualizar-grupo-trabalho/84>> Acesso em: 08 jun. 2016.

Os Aprendizizes, para serem admitidos na escola, deveriam atender alguns critérios como: ter idade entre 10 e 16 anos, ter constituição robusta e própria para a vida do mar e ser brasileiro. Eram captados da camada popular. As crianças órfãs eram enviadas pelas autoridades, porém, elas poderiam se apresentar voluntariamente, mas sob a anuência de seus responsáveis, pais, tutores, curadores e autoridades.

Com a reforma do ensino, em 1855, a Escola de Aprendizizes Marinheiro passou a ser denominada Companhia de Aprendizizes Marinheiros⁹³, sendo implantadas em todas as províncias do Brasil, como vemos na tabela abaixo:

Tabela 10 - Companhias de Aprendizizes Marinheiros no Brasil no século XIX

| | |
|---|---|
| Companhias de Aprendizizes Marinheiros - Côrte | Decreto nº 148 – 27 de Agosto de 1840. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Pará, | Decreto nº 1.517 – 04 de Janeiro de 1855. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Bahia, | Decreto nº 1.543 – 27 de Janeiro de 1855. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Mato Grosso, | Decreto nº 1.987 – 7 de Outubro de 1857. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Santa Catarina e Companhia de Aprendizizes Marinheiros Pernambuco, | Decreto nº 2.003 – 24 Outubro de 1857. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Maranhão e Companhia de Aprendizizes Marinheiros Rio Grande do Sul | Decreto nº 2.725 – 12 de Janeiro de 1861. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Espírito Santo, | Decreto nº 2.890 – 8 de Fevereiro de 1862. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Ceará e | Decreto nº 3.347 – 26 de Novembro de 1864. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Paraná, | |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros São Paulo, | Decreto nº 4.112 – 20 de Fevereiro de 1868. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Sergipe, | Decreto nº 4.142 – 5 de Abril de 1868. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Parahyba, | Decreto nº 4.680 – 17 de Janeiro de 1871. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Amazonas, | Decreto nº 4.681 – 17 de Janeiro de 1871. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Rio Grande do Norte, | Decreto nº 5.181 – 16 de Dezembro de 1872. |
| Companhia de Aprendizizes Marinheiros Piauí, | Decreto nº 5.309 – 18 de Junho de 1873. |

Fonte: Elaborado pela autora – Leis do Império do Brasil

O currículo⁹⁴ diversificou-se e passou a contemplar as seguintes disciplinas e conteúdos, com ênfase na formação militar, como podemos observar na tabela abaixo:

⁹³Ver anexos – Decretos de criação das Companhias de Aprendizizes Marinheiros no Brasil.

Tabela 11 - Grade curricular das Companhias de Aprendizes Marinheiros – 1855

| Disciplinas | Conteúdos |
|--------------------|---|
| Instrução Militar | Entrar em forma, perfilar, volver á direita e á esquerda, marchar a passo ordinário e dobrar até a escola de pelotão, manejo das armas brancas, nomenclatura da palamenta, carreta e peças de artilharia e o uso destes instrumentos; |
| Instrução Náutica | Aprender os misteres relativos á arte de Marinheiro (ver anexos) como fazer pinhas, costuras, alças, nós, coser pano, entralhar, aparelhar e desapparelhar navios; |
| Exercícios físicos | Exercícios de natação, |
| Português | Competência para ler, escrever, riscar mapas; |
| Matemática | Domínio das quatro operações aritméticas sobre os números inteiros; |
| Ensino Religioso | Doutrina cristã para o desenvolvimento dos princípios cristãos e valores morais; |

Fonte: Elaborado pela autora. Leis do Império do Brasil

Com a expansão das companhias pelo Brasil pelas demais províncias, a busca por menores intensificou-se. Agora, os aprendizes poderiam ficar em suas cidades. Somente seriam enviados para Companhia de Aprendizes Marinheiro da Côrte em casos de indisciplina.

Apesar dessa expansão, após a Guerra do Paraguai, alguns oficiais de marinha se mostraram contrários ao alistamento de menores com problemas na justiça, tanto nas companhias de aprendizes marinheiros, quanto nas companhias de aprendizes artífices. Esses menores, segundo eles, causavam grandes transtornos à instituição. No ofício⁹⁵ abaixo, o Ajudante de Fazenda do Arsenal da Bahia, ao se reportar ao Inspetor do Arsenal de Marinha da Bahia, em 1870, deixa claro que a companhia não era uma Casa de Correção,

Cópia: Illmº [Sñr.] Informando como me ordena V.Sª por despacho de 8 do corrente a petição que junto devolvo de Maria Rita do Espírito Santo pedindo a entrega de seo filho João Melchíades do Rozario que diz achar-se n'esta Fortaleza para ter praça na Companhia de meu commando cabe me passar as mãos de V.Sª a copia de seo assentamento, por onde se vê não ser exacta a primeira allegação da Supplicante por quanto existe elle como praça desde 28 de Abril de 1869 e parece que durante esse período decorrido se [esquecesse] a Supplicante do sentimento maternal para reclamar-o, a menos que intendesse ser esta companhia, **Casa de Correção**, e o conservou para ser corrigido; alem disto me parece que este menor não pode ser desligado da Companhia sem ordem expedida da Secretaria de Estado a vista do Aviso do Ministério da Marinha publicado no diário official nº 320 de 29 de Novembro de 1868 que também por cópia passo as mãos de V.Sª. Deos Guarde V.Sª. Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros na Fortaleza do Mar na Bahia, 9 de Junho de 1870. Illmº [Sñr.] João Gomes de Aguiar. Cap. de Mar e Guerra e Inspector do arsenal de Marinha da Bahia. Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros na Bahia. 28 de Setembro de 1870. José Antonio Branco Lima. Ajjudante de Fazenda. (grifo nosso)

⁹⁴Leis do Império do Brasil. Collecção das Leis do Império, 1855, Tomo 18 – parte 2 – secção 2, p. 10 – 16, Rio de Janeiro. Tipographia Nacional. 1856. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>> acesso em 10 jul. 2013.

⁹⁵Ofícios sobre as Companhias de Aprendizes Marinheiros. Arquivo Nacional – Referência: XIM – 43 - Código B1 - Série Marinha – Ofícios sobre as Companhias de Aprendizes Marinheiros.

A própria instituição buscava se firmar como um estabelecimento de formação profissional e de educação, não aceitando a perspectiva de ser associada a uma casa de correção. No ofício⁹⁶ a seguir, o comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco, em 1878, em conversa com o Inspector do Arsenal de Marinha de Pernambuco, também, se reporta aos menores com problemas na justiça como verdadeiro estorvo, não aceitando a ideia de ter ou ver a instituição como uma casa de correção:

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco, 24 de Dezembro de 1878, Illmº Sr. Os aprendizes cuja relação [anexo] tenho a honra de apresentar á V.Sª sera incorrigíveis e na maior parte incapazes de aproveitarem a aprendizagem que com os recursos de que dispõe a Companhia se lhes faculta. Viciosos, [refractarios] quer á doutrina quer o exemplo, indifferentes aos castigos constituem **verdadeiro estorvo** não só a boa marcha do serviço, como á [educação] e moralidade. Se por ventura d'alguns delles tem-se obtido resultado no que é concernente á instrução [pública] recolhida nas escolas de primeiras letras e nas demais, em nada ficão compensados os esforços empregados, visto como não importão o aproveitamento, que em circunstância normaes deverião [excluiu], não contando o [aborrecimento] que dão á disciplina. Rogo pois á V.Sª que se digne tomar em consideração o que respeitosa e acabo de expor e determine-me o que a bom do serviço melhor convier. Deos Guarde á V.Sª Illmº Sr. Custodio José de Mello. Capitão de Fragata e Inspector do Arsenal de Marinha. (Assign.) Francº Flaviano de Cantalice. 1º Ten. Comm^{te}. (grifo nosso)

O comandante alegava que os esforços da companhia eram pouco compensados para o investimento feito junto a esses menores, uma vez que eles não seguiam a educação do exemplo e não conseguiam ser doutrinados na arte militar. Todavia, a maioria dos oficiais de marinha acreditava que, nas crianças, isto é, especificamente nos menores órfãos e desvalidos, estariam o futuro da instituição, reforçada na fala do Ministério e Secretaria dos Negócios da Marinha – Affonso Celso de Assis Figueiredo – Visconde de Ouro Preto - em 26 de Janeiro de 1867, no seguinte Relatório⁹⁷

[...] É evidente a necessidade que tem o império de conservar sempre levantada uma respeitável força naval, e, afim, cumprir que o Governo, por intermédio de seus delegados, empregue os maiores esforços para que nunca falte o pessoal convenientemente educado e disposto ao serviço do mar; e é sem duvida alguma pelas Companhias de Aprendizes Marinheiros que chegaremos a tal fim.

Construir um quadro reserva era a prioridade da Marinha, além de excluir o recrutamento como forma de ingresso na instituição. Assim, utilizando-se do direito ao ensino e do dever dos pais com os filhos, exigido a época pela obrigatoriedade com a educação, assim como apresentando uma proposta de formação profissional, a instituição se colocou

⁹⁶Livro Copiadores de Offício – REF 16891. Serviço de Documentação da Marinha – Departamento de Arquivos – Divisão de Documentos Escritos – Ilha das Cobras – Rio de Janeiro.

⁹⁷Relatório de 26 de fevereiro de 1867. Livro Ministério da Marinha – ano 1865-1867- livro 97 - referencia 725. Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Citado anteriormente na página 104.

como meio e oportunidade para que a família tirassem os filhos da marginalidade, do ócio, da vadiagem, como ressalta, ainda, o relatório acima citado,

Ainda, infelizmente, uma vasta população gente desvalida que pela inteira penúria de recursos não pode proporcionar a seus filhos uma educação que lhes garanta os meios honestos de vida, e se ella voluntariamente como parece que deveras nem sempre concorre, o que fora para desejar trazendo os meninos e entregando-os á autoridade, convém que este vá ao encontro e a anime.

O meio seria pela educação, que, na época, vinha ganhando respaldo perante a sociedade, sendo aclamada nos jornais como único caminho para que o país entrasse no *rol* dos países ditos civilizados. Porém, não bastava apenas isso, as autoridades teriam que se responsabilizar por manter a instituição em funcionamento. Era delas o dever de cuidar do sucesso dessa empreitada. Porém, passada a Guerra do Paraguai, como podemos verificar nos ofícios citados acima, no caso da Bahia 1870, e no caso de Pernambuco 1878, alguns oficiais começaram a repensar sobre a participação da instituição na função de educar menores, especialmente, aqueles com problemas com a justiça.

Em todas as províncias, ao Presidente da Província, nesse caso, o Presidente da Província do Ceará era cobrado o dever de promover o desenvolvimento desse estabelecimento de ensino, uma vez que ele teria a responsabilidade de envolver as demais autoridades do Estado – Juiz Municipal de Órfão, Delegados de Polícia, Padre, etc. - a participarem e investirem todos os esforços para manter o número de vagas ocupadas na companhia, no caso do Ceará o contingente de 200 aprendizes, como dispõe ainda o relatório⁹⁸ citado anteriormente,

Assim espera o Governo Imperial que V.Ex^a [compreendendo] do quanto ficou [exposto] e do mais que lhe há de [suggerir] ser a razão e o seu zelo juntos interpõe ao Estado, prestará a maior atenção a este ramo de serviço, expedindo todas as ordens, todas as instruções que se fizeram necessárias para que a complete a Companhia de Aprendizes Marinheiros dessa província e se preenchão sempre as vagas que por qualquer motivo se desse. Mais especialmente se dirigirá V. Ex^a aos Juizes Municipais ordenando-lhes que remetão para a Capital os orphãos desvalidos que nos respectivos termos houver e autorizará todas as despesas, que a tornarem precisas. E não somente a essas autoridades, como ás de Províncias e as Capitánias dos Portos para V. Ex^a conhecem as vistas do Governo Imperial, que considerará relevantes os serviços prestados em tal sentido. A tarefa, que ao encarar-se parece difficil não o será de certo se V. Ex^a a tomar aos seus inteligentes cuidados e nela continuar a provar o seu patriotismo. Deos Guarde a V. Ex^a Affonso Celso [de Assis] Figueiredo. - Presidente da Província do Ceará. Cumpra-se. Palácio do G^o do Ceará. 13 de Fevereiro de 1867.

O fato é que as Companhias de Aprendizes Marinheiros foram implantadas paulatinamente em todas as províncias do Brasil, tendo o Ceará recebido um desses

⁹⁸Livro Ministério da Marinha – ano 1865-1867- livro 97 - referencia 725. Relatório de 26 de fevereiro de 1867. Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.

estabelecimentos em 1864. Esses estabelecimentos de formação encontravam por parte das famílias desvalidas grande desconfiança, uma vez que elas perdiam o pátrio poder sobre seus filhos, uma vez que, a mãe agora era a “Mãe Pátria”.

Além disso, no caso específico da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará, ela teria que competir no campo educacional com diversas escolas na capital, como citou Sofia Lerche Vieira (2002, p. 113-114),

Varios educandários são criados em Fortaleza no período: o Ateneu Cearense (1863); o Seminário Episcopal ou Seminário da Prainha (1864); o Colégio da Imaculada Conceição (1865), cujas origens remontam à primeira Casa de Educandos e Recolhimento de Meninos Órfãos e Desvalidos da Província (1856), posteriormente extinto e substituído pelo Colégio das Órfãs; o Panteon Cearense (1870); o Colégio São José (1876); o Instituto Cearense de Humanidades, do Padre Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo (1879); o Partenon Cearense (1882); o Ginásio Cearense (1887); e, a Escola Militar do Ceará (1889), dentre outras.

Essas escolas atendiam, em sua maioria, o ensino secundário e o ensino preparatório. Embora, Sofia Lecher Vieira (2002) não tenha mencionado a Companhia de Aprendizes Marinheiros, que, no caso, promovia o ensino profissional e o ensino de primeiras letras, uma escola em particular nos chamou atenção, a Casa de Educandos ou Collégio de Educandos, por ministrar o ensino profissional, aos meninos orfãos e desvalidos, com idade entre 7 e 20 anos, mesmo público alvo da companhia de aprendizes marinheiros.

Segundo Brasil (1997, vol.1, p.803), a casa de educandos figurava entre os estabelecimentos de ensino para meninos na capital cearense, dentro da proposta do ensino profissional, com 1 diretor, 1 vice-diretor que atuava como professor primário, 1 mestre de música e 4 mestres de oficinas, como vemos a seguir,

Em 1857 foi creado um internato com título de collegio de educandos artífices, em que se deve dar instrução profissional a 50 pensionistas da província. É dirigido por um director, vice-diretor, e ensinam-se música, e os officios de carapina, alfaiate, sapateiro, e funileiro ou latoeiro.

Seu prédio, considerados um dos mais notáveis na cidade, inicialmente havia sido destinado a ser um hospital para atender pacientes vítimas do cólera, que acometeu o Ceará entre 1855 a 1856 e posteriormente, entre 1861 a 1862, como cita Brasil (1997, vol. 1, p. 709) temos,

CASA DE EDUCANDOS. – Esta obra teve começo em 1856, por ordem do Sr. presidente Paes Barreto, e destinado para um hospital provisório de cholericos, em que se despenderam pelos cofres geraes 6:500\$000réis; foi depois aproveitado para um collegio de educandos artífices: [...].

Fato é que o prédio passou a atender a escolas de artífices para menores em Fortaleza. De acordo com Castelo (1970), a Casa de Educandos ou Collégio de Educandos do Ceará teve origem na Casa de Educação e Recolhimento de Meninos Órfãos e Desvalidos da Província, criada em 1856, também conhecida como escola de artes e ofícios, como cita: “O presidente da província foi autorizado, pela lei n.1759, de 5 de agosto de 1856, sancionada pelo Vice-presidente Herculano Pereira da Cunha criar em Fortlaeza uma Casa de Educandos [...]” (CASTELO, 1970, p.175), ministrando o ensino profissional com oficinas de sapateiro, carpinteiro, marceneiro, funileiro e alfaiataria. Para ingressar nessa escola, os meninos deveriam ter idade entre 7 e 18 anos de idade, permanecendo até os 20 anos.

A Casa de Educandos contava com regime de internato e externato e proporcionava as seguintes atividades: pela manhã, eram ministradas as orações e o ensino primário para os aprendizes iniciantes, uma vez que os veteranos estavam envolvidos nas oficinas profissionalizantes; após o almoço, eram ministradas as aulas profissionalizantes para todo o corpo de aprendizes, de acordo com a arte e ofício que cada um estava aprendendo; logo após as seis horas da tarde, os aprendizes artífices se dedicavam ao aprendizado de música para, em seguida, serem encaminhados à ceia, e depois às orações da noite, sendo conduzidos aos dormitórios.

A Casa de Educandos seguia o princípio do método de ensino mútuo, principalmente, para os decuriões (aprendizes veteranos), no que concerne ao monitoramento, por conhecerem a rotina e o ritmo da instituição, assim como por se destacarem em seu ofício. Encontrando-se mais adiantados nas oficinas, os decuriões artífices conduziam os aprendizes iniciantes para as oficinas, sendo responsáveis por inspecioná-los durante as atividades e durante o recreio, com objetivo de manter a ordem, a disciplina e a obediência, fazendo-os reconhecer e compreender a hierarquia do trabalho e para ele. Castelo (1970, p. 178) enfatizou, ainda, que a disciplina era rígida uma vez que “os educandos são obrigados a cumprir, com respeito e obediência, todas as ordens do diretor, [...]”.

Entre 1856 e 1867, a Casa de Educandos trilhou um longo caminho. Contudo, Castelo (1970) informa que durante a década de 1860, ela sofreu diversas dificuldades, assim como ressaltou Moacyr (1937, p.338), para o ano de 1864, quando diz que o colégio dos educando vinha recebendo severas críticas por parte das autoridades, como citamos abaixo,

A Casa dos educandos artífices está bem longe de preencher os fins de sua criação. Organizar um estabelecimento desta natureza, dar-lhe bom regime, plantar boas tradições e regular convenientemente os seus trabalhos é tarefa difícil que exige muito tempo, habilitações especiais e uma dedicação superior a todas as

contingencias do desalento. [...] resta agora corrigir os defeitos que a experiência tem posto a descoberto e dar-lhe a conveniente regularidade.

Moacyr (1937) acrescenta que, embora a casa de educandos contasse com 67 aprendizes, quase a totalidade dos 70 propostos por lei, as críticas centravam-se no baixo aproveitamento dos meninos, com relação ao ensino primário, atribuída à falta de professor para atuar nessa área, assim como à falta de mestre-ofícios para o ensino profissionalizante, e à falta de recursos para manter as oficinas e o prédio, cujos custos apresentavam-se demasiado altos. No período entre 1864 e 1865, o estabelecimento contava com uma aula de primeiras letras, uma de música (vocal e instrumental) e quatro oficinas (alfaiate, sapateiro, marceneiro e funileiro), mas não atendia aos esforços do governo segundo Primitivo Moacyr.

Assim, em 1865, as autoridades votaram pelo fechamento da instituição (Casa de Educandos), como citou Castelo (1970, p.180): “Em face de autorização legislativa n.1202, de 20 de dezembro de 1865, o Presidente baixou o Ato de 29 do mês e ano, extinguindo o estabelecimento.”. Apesar disso a Casa de Educandos manteve-se ativa até 1867, como consta no relatório da província do mesmo ano, que elencava, dentre outros motivos para o fechamento: “os actos de economia” por parte dos órgãos públicos, que foram efetivados no campo da educação.

Durante o período de transição de fechamento do colégio de educandos artífices entre 1865 a 1867, assumiu a direção do Collegio dos Educandos o Padre Florêncio de Almeida Pinto que empreendeu diversos esforços para manter a instituição. Nesse período, a casa de educandos contava com uma oficina de alfaiate (33 aprendizes artífices), uma oficina de capinteiro (13 aprendizes artífices), uma oficina de carpina (11 aprendizes artífices) e uma oficina de funileiro (07 aprendizes artífices). Nas aulas de primeiras letras, os aprendizes artífices, no caso, os 67 aprendizes artífices, acompanhavam as seguintes matérias: escrita, leitura, gramática e aritmética. Na oficina de música, os que demonstravam maiores aptidões, acompanhavam as aulas de música marcial e instrumentos (19 aprendizes artífices) e aulas de música vocal (16 aprendizes artífices).

Contudo, os jornais locais apresentavam as dificuldades pelas quais o colégio vinha enfrentando, numa tentativa de sensibilizar as autoridades em favor da instituição, como vemos na reportagem do jornal Cearense (17 de junho de 1865, p.2),

O collegio de educandos artífices ainda não tocou áquelle grão de prosperidade que fora para desejar; todavia cumpre reconhecer que n'estes últimos tem obtido consideráveis melhoramentos, graças aos esforços de seu actual director. Restabeleceu a disciplina e a boa ordem; os educandos vestem-se com mais aceio; os trabalhados perfazem-se com mais regularidade. O número de almuos existentes no collegio monta a 67. A resolução nº 1141 de 7 de dezembro do anno passado, art.

15, reduziu o máximo de 70, fixado por leis anteriores, a 40; pelo que deixando de ser preenchidas as vagas que vão ocorrendo. Funcionam n'este estabelecimento duas aulas: uma de primeiras letras, outra de música. A de primeiras letras é freqüentada por todos os meninos do collegio. Os seus trabalhos prosseguem com regularidade, e muitos alumnos apresentam grande aproveitamento. A aula de música é seguida por 35 alumnos, dos quaes 19 compõem uma banda marcial e 16 aprendem música vocal. Trabalham actualmente 4 officinas: a de alfaiate freqüentada por 33 aprendizes; a de sapateiros por 13, a de carpinteiro por 14 e a de funileiro por 7. Os aprendizes empregados n'essas diversas officinas vão colhendo algum aproveitamento. Já se fabrica na casa a roupa e o calçado de que carecem os educandos. A officina de alfaiate occupou-se ultimamente em manufacturar fardas e moxilas para os corpos militares que marcham para o sul. A falta de matéria prima, a tempo e á hora, retarda a promptidão das obras encommendadas; o que prejudica consideravelmente o estabelecimento, diminuindo o número de pedidos. Para obviar este inconveniente o digno director solicita a abertura de um credito na thesouraria provincial, destinado a compra de materiaes. O Edificio em que funciona o collegio carece de consideráveis reparos, como verá V. Exc. do minucioso relatório do director. Já ordenei ao engenheiro da província que fizesse o orçamento e descripção das obras necessárias. Ao terminar este artigo, não posso deixar de invocar a solicitude de V. Exc. em favor do collegio de educandos. **Este estabelecimento, destinado a asylar a orphandade desvalida e a ensinar-lhe as artes mecânicas, visa um fim elevado e satisfaz á grande necessidade local. É uma instituição creada; tem a sua frente um homem inteligente e de experiência feita. Para que prospere, basta o sopro animador do governo.**⁹⁹ (grifo nosso)

Contudo, esse sopro animador não veio. As autoridades justificaram o fechamento da escola alegando que esse estabelecimento de ensino não atingira os objetivos propostos, que envolvia promover a instrução profissional dos menores órfãos e desvalidos, para atuarem na indústria fabril e manufatureira, embora promovesse a formação dentro dos seguintes ofícios: alfaiate, sapateiro, carpintario, marceneiro, funileiro e cabelereiro, além de alegarem a falta de pessoal capacitado para desenvolver o ensino das artes e ofícios, com isso inviabilizando o objetivo primeiro do colégio. Havia também alegação de que a casa de educandos não conseguiu consolidar a formação moral nos menores que nelas estudavam e não tinha um resultado satisfatório para o ensino de primeiras letras.

Na busca de continuar com o controle desse público alvo, especificamente menores órfãos e desvalidos, as autoridades encaminharam esses menores para a recém inaugurada Companhia de Aprendizes Marinheiros, em Fortaleza, como vemos abaixo no relatório¹⁰⁰ da Província,

⁹⁹Jornal Cearense, 17 de junho de 1865, anno XIX, nº 1838, p.2. Ver também, artigo Instrucção Secundaria que discorre sobre o colégio de ensino secundário: Lyceu que possuía 153 alumnos, Seminário Episcopal com 145 alumnos, Atheneu Cearense com 170 alumnos, Collegio padre Luiz Vieira da Costta Delgado Perdigão com 30 alumnos.

¹⁰⁰Leis Provinciais do Ceará – Relatório com que o Exmo Senhor Tenente-Coronel de Engenheiros, João de Souza Mello e Alvim, Presidente da Província do Ceará, passou a admininstração da mesma ao Excellentissimo Senhor 1º Vice-Presidente Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, no dia 6 de maio de 1867, Fortaleza, Typographia Brasileira, rua Formosa nº 88. 1867. Instrucção Pública – Collégio de Educandos, p.p. 11-12. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u209/000012.html>> Acesso em: 03 Jun. 2016.

Existe n'esta cidade a **companhia de aprendizes marinheiros**, onde as aptidões, índole e costumes da classe que corria para o collegio de educandos, encontra meios mais fáceis de se poder desenvolver, e na côrte a **companhia de artífices dos arsenaes de marinha e da guerra**, destinadas a educação dos **meninos sem amparo**. Recebem instrucção elementar, vivem sob o regimem de uma disciplina mais severa que melhor contém os seus instictos, e são depois de certo tempo espalhados pelos diferentes estabelecimentos da Côrte, Bahia, e Pernambuco, onde se tornam em pouco tempo artistas. Innumeros exemplos comprovam as vantagens que offerece a instituição dos artífices dos arsenaes da Côrte. Releva notar que essas companhias, que tanto terror inspiram á classe pobre pela repugnância que ainda conserva á farda do soldado, não são o que suppõe-se por ahi algures. N'ellas, passado algum tempo, começam a perceber certas vantagens, e uma progressiva retribuição em dinheiro pelos seus serviços; podem viver livres de severa sujeição depois da idade maior, sendo garantidos no exercício de suas profissões pelos mesmos estabelecimentos. (grifo nosso)

O que nos fez refletir se realmente a Casa de Educando não atendia aos objetivos propostos ou se o problema seria a concorrência com a nova instituição, uma vez que também ela estava voltada para atender meninos sem amparo. Assim, qualquer justificativa para fechar a instituição, que funcionava a mais de 10 anos (1856 - 1867), seria plausível.

A proposta do governo, em detrimento aos desejos, anseios e perspectivas de desenvolvimento da camada popular, como ressaltou o próprio relatório, ao citar a repugnância da camada popular pela farda do soldado, estava na questão do controle e o direcionamento desses menores, que seriam inseridos no mercado de trabalho nas indústrias fabris manufatureiras e na própria instituição militar, além de os manterem longe do processo de modernização das diversas capitais que se moldava aos ares do processo civilizatório e higienista na perspectiva de aformosamento que ocorria em todas as principais províncias, quando da busca de organizar o país, durante o Segundo Reinado, como citamos nas cidades do Rio de Janeiro, de Salvador e de Pernambuco, numa tentativa de se aproximar da ideia de civilização e modernização disseminada nos países europeus.

Assim, a revelia dos menores e de suas famílias, eles foram obrigados a seguirem para essas instituições. Alguns optaram por permanecerem em Fortaleza e adentraram a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará, que não tinha a proposta de formação para ofícios voltados para indústria fabril manufatureira, e mesmo não simpatizando com a ideia da farda, que os remetia ao recrutamento forçado, esse estabelecimento de formação se constituía, nesse período, na única oportunidade de profissionalização. Por não ser nosso foco de pesquisa, o envio dos menores para as Companhias de Aprendizes *menores* Artífices da Marinha e de Guerra e o próprio Collégio dos Educandos, como citou o relatório, não é analisado nesse estudo, mas pode se constituir em uma proposta de pesquisa no futuro, uma vez que compreendemos fazer parte dos primórdios da proposta de educação pública profissionalizante no Brasil.

Diante do proposto, vimos que a Marinha Brasileira, à medida que se consolidou como instituição pública, investiu em um sistema próprio de educação para atender suas necessidades primárias, como a formação de seu quadro de oficiais superiores e oficiais inferiores e a formação da camada subalterna, atendendo diretamente à política do Estado e da sociedade ao trabalhar pela via da educação no controle da camada popular.

No próximo capítulo, veremos especificamente a implantação, a trajetória e o desenvolvimento da Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará, objeto desse estudo, assim como sua atuação em parceria com a elite cearense para atender a proposta governamental de moldar e controlar a camada popular, atuando diretamente sobre seus filhos, bem como definindo, no campo social, os princípios de disciplina, hierarquia, moralidade e civilidade, como também definindo seu espaço no campo educacional, através dos métodos de ensino que os militares utilizaram nesse estabelecimento. Proposta que foi se delineando desde o período Regencial e que se consagrou e se consolidou no Segundo Reinado.

6 COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ (1864 - 1889)

Este capítulo foi dedicado a analisar e interpretar a história da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará desde as circunstâncias que envolveram sua criação até sua consolidação como estabelecimento de ensino como oportunidade de carreira e profissionalização para a juventude cearense. Remetemo-nos ao fato de que a educação oficial civil da época não tinha diretrizes bem definidas para o ensino profissionalizante e de primeiras letras para a camada popular e ponderamos que, a Companhia foi recebida com estranheza e desconfiança pela população, que não via com bons olhos uma instituição militar, uma vez que sua implantação e consolidação se deram pelo processo de higienização e do controle do e para o Estado. Foi possível recuperar os Métodos utilizados pela marinha, que corroboravam com a proposta de disciplinar a camada popular, ao mesmo tempo em que devia vencer sua resistência, e de implantar com sucesso uma instituição de ensino que oferecesse profissionalização e modernização de ensino para o momento de transição econômica e consolidação do regime monárquico. A saber, são eles: os Métodos Lancaster e Castilho, responsáveis pela definição dos critérios de organização e logística dos centros de ensino, e o Método Hudson, que estabeleceu os parâmetros pedagógicos da alfabetização.

6.1 Implantação e consolidação da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará

O processo de escolarização, durante a década de 1860, no Ceará, levou a Companhia de Aprendizes Marinheiros a promover o conhecimento específico de ler e escrever, mas também a imprimir os princípios religiosos e educação moral e civil que os capacitava a atuar diretamente na formação profissional do marinheiro.

Voltada para a elite, a educação oficial pública era para preservar as crianças *fidalgas* do contato com a camada popular, como ressaltou Ariès (2006, p.121) quando disse: “A criança bem educada seria preservada das rudezas e da imoralidade, que se tornariam traços específicos das camadas populares e dos moleques.” Os adjetivos derogativos utilizados pelo autor eram utilizados também no Ceará.

No Ceará, no início do século XIX, aproximadamente, em 1820, rotulava-se essas mesmas crianças de “bichinhos” que corriam soltos nos quintais, andavam nuas, viviam livres nas ruas, segundo Koster (1942)¹⁰¹. Elas eram o alvo da nova postura educacional do governo,

¹⁰¹Ver Henry KOSTER. Viagens ao Nordeste do Brasil: Travels in Brazil. 1ª Edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre. 1942. Brasileira. Disponível em:

cujo objetivo era conter suas “rudezas e imoralidades”, torná-las “gente”. O pensamento da época de que elas eram bichos a serem adestrados e moldados foi transmitido para década seguinte como vemos retratada na obra de Manuel Antonio de Almeida, Memórias de um Sargento de Milícias, quando se refere ao personagem Leonardo:

Ele está ainda muito pequeno, mas vou tratar de o **ir desasnando** aqui mesmo em casa, e quando tiver 12 ou 14 anos há de me entrar para a escola. Tendo ruminado por muito tempo esta ideia, um dia de manhã chamou o pequeno e disse-lhe: - Menino, venha cá, você está ficando um homem (tinha ele 9 anos); é preciso que aprenda alguma coisa **para vir um dia a ser gente**; de segunda-feira em diante (estava em quarta-feira) começarei a ensinar-lhe o bê-a-bá. (ALMEIDA, 2005, p.21) (grifo nosso)

A proposta era moldá-las e adestrá-las, envolvendo também noções de higienização social e de aformoseamento que se dava em Fortaleza, como enfatizou Ponte (2001), e o processo de escolarização que estava sendo implantado dentro de uma conjuntura econômica e social. Era necessário que esse segmento da população soubesse obedecer e executar as ordens impostas pelo e para o Estado e a sociedade vigente.

A nova organização social, no Ceará, em 1864, buscou no conceito de educação - “educar tanto quanto instruir”, a base para a formação dessas crianças, desenvolvendo princípios de moralidade e civildade para o trabalho e para o convívio social. Nessa perspectiva, as Companhias de Aprendizes Marinheiros vêm cooperar com essa formação, uma vez que já vinha operando nesse campo, atendendo, prontamente, a esses objetivos e já contava, em 1864, com nove estabelecimentos voltados diretamente para atender a esse objetivo e com esse público, no caso os menores órfãos e desvalidos.

A fusão desses objetivos foi apresentada de forma sutil, imprimindo-se a ideia de esperança, que a camada popular tomou como uma oportunidade de mudar e melhorar de condição social, embora nunca viesse a se concretizar, afinal esperança era o combustível que motivava as famílias a acreditarem que seus filhos teriam uma vida diferente da delas e que os sonhos poderiam se concretizar. Dependeria apenas do esforço de cada um. Nesse sentido, muitas famílias encaminharam e entregaram seus filhos para as companhias de aprendizes, não somente no Ceará, mas em todo o país, constituindo-se de fato no cuidado para com seus menores.

Contudo, muitas famílias se sentiram enganadas, especialmente, nas províncias onde existiam as Companhias de Aprendizes *menores* Artífices, uma vez que, nelas, as

crianças tinham a oportunidade de aprenderem um ofício específico, além da profissão militar, como vemos nos ofícios¹⁰² abaixo:

a) Na Província da Bahia,

Officio nº 398 - Ill^{mo} Sñr. Presidente

Virginia Joaquina de Araújo tendo meios para educar, e fazer enveredar carreira o seo irmão menor Martinho Pereira de Britto, actualmente como praça na Companhia de Aprendizizes Mar.^{os}, vem pedir a V. Ex se digne mandar dar-lhe baixa visto o dito seo irmão ter sido mettido na referida comp^a **por engano** e sugestoens de pessoa que **illudio a sua falescida may** fazendo acreditar que o menino entrara p^a Comp^a dos Menores Artífices do Arsenal, e como a ssup^o tem fé na imparcialidade e rectidão dos actos de V.Ex, [...] Bahia, 10 de Outubro de 1865. Virginia Joaquina de Araújo. (grifo nosso)

b) Na Província de Pernambuco,

Quartel da Companhia d'Aprendizes Marinheiros de Pernambuco, 19 de Março de 1878. Ill^{mo}. Sñr. Para [saptisfazer] ao respeitável despacho sobre o requerimento em que Francisca Monteiro [ilegível] **pede para que seu filho seja transferido** desta Companhia para a de Artífices do Arsenal de Guerra o Aprendiz de Marinheiro Luís de França, [...] Deos Guarde á V. S^a Ill^{mo} Sñr. Francisco José Coellho Neto, Capitão de Fragata e Inspector do Arsenal de Marinha. (Ass^o) Franc^{co} Flaviano de Cantalice. 1^o Ten^{te}. Commd^{te}. (grifo nosso)

Embora, a família tivesse recursos para dar educação a seus filhos, a instituição surgia com a proposta de profissionalização. Contudo, ao adentrar na instituição, os menores, eram regidos pelo regulamento militar, que, no caso, somente os liberavam do serviço sob as ordens do Ministério e Secretaria dos Negócios da Marinha, o que não era nada fácil, mas também não era impossível.

Instalada em 26 de Fevereiro de 1865, com curso profissional de serviços de bordo e primário, a Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Ceará iniciou suas atividades, atendendo ao decreto transcrito abaixo,

DECRETO N. 3.347 – de 26 de Novembro de 1864

Crêa uma Companhia de Aprendizizes Marinheiros na Província do Ceará, e outra na do Paraná.

Hei por bem, usando da autorisação dada no § 6.º da Lei n.º 1.204, de 13 de Maio do corrente anno, Crear duas Companhias de Aprendizizes Marinheiros, uma na **Província do Ceará** e outra na do Paraná, conforme o Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 4.517, de 4 de Janeiro de 1855. Francisco Xavier Pinto Lima, do meu Conselho Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte seis de Novembro de mil oitocentos sessenta e quatro, quadragésimo terceiro da

¹⁰²Livros do Commandante da Companhia de Aprendizizes de Marinheiros ao Inspector. Officio nº 398, Bahia, 10 de Outubro de 1865. Arquivo Nacional – Referência BR NA RIO – B1 X1M43 – SÉRIE MARINHA.

Independência e do Império. Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador. Francisco Xavier Pinto Lima.¹⁰³ (grifo nosso)

As atividades iniciaram em 26 de Fevereiro de 1865, tendo todo o 1º semestre, de fevereiro a junho, sido dedicado a busca de estruturar e organizar o estabelecimento, no caso, quartel-escola, para receber os menores aprendizes, que foram sendo alistados e, como cita o jornal Cearense, apresentou rapidamente nesse período um contingente de 51 menores, quase o total de 67 aprendizes do Collégios de Educandos Artífices.

A instalação da companhia, na cidade de Fortaleza, envolveu não apenas o setor educacional, mas também o setor imobiliário e o setor comercial, uma vez que a implantação de um estabelecimento desse porte necessitava de diversos materiais para atender a sua logística, bem como o espaço que comportasse o aquartelamento dos menores.

Segundo o jornal Cearense¹⁰⁴, a companhia foi instalada na Rua da Praia, em três casas alugadas,

Companhia de Aprendizes Marinheiros

Por decreto nº 3.347 de 26 de novembro ultimo foi creada n'esta capital uma companhia marinheiros organizada segundo o plano dado pelo regulamento de 4 de Janeiro de 1855. A companhia acha-se installada desde 26 de fevereiro do corrente anno. Até está data já conta com 51 menores. É de esperar que dentre em pouco o maximo de 200 aprendizes, fixado no citado regulamento, esteja preenchedo. Não possuindo esta capital estabelecimento público que podesse ser aproveitado para quartel dos menores aprendizes, autorizei o capitão do porto a alugar para aquelle fim três prédios, sitos na Rua da Praia, pelo preço de 40\$000 mensais. Nos ditos prédios fizeram-se por conta do proprietário as obras e concertos necessários para accommodal-os ao seu novo destino.

Essas casas pertenciam ao Sr. Joaquim da Cunha Freire, Barão de Ibiapaba, na Rua da Praia, em 1865, como cita também a revista Marítima¹⁰⁵. Durante as reformas de 1870, a companhia foi instalada em casas pertencentes ao Sr. José Joaquim Carneiro, também na Rua da Praia. De 1886 a 1908, durante nova reforma das escolas de aprendizes, a companhia foi instalada na Avenida Alberto Nepomuceno¹⁰⁶, onde seria erguido o Prédio da Secretaria da Fazenda, em casas pertencentes ao Sr. José Maria da Silva. A partir de 1908, a

¹⁰³Leis do Império de 1864 - DECRETO N. 3.347 – de 26 de Novembro de 1864. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>> Acesso em 05 jul. 2012.

¹⁰⁴CEARENSE, nº1.838, 17 de junho de 1865. Consultado na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, setor de Hemeroteca, arquivos microfilmados.

¹⁰⁵Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Ano 1964 e Revista da Marítima – Ano 1965 - Centenário da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará.

¹⁰⁶Fortaleza Nobre: “*Em 07 de setembro de 1886, a Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará inaugura-se em prédio da Rua da Praia, pertencente ao negociante José Maria da Silveira, [...]*”. Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/search/label/Escola%20de%20Aprendizes%20Marinheiros%20do%20Cear%C3%A1>> Acesso em: 04 Mar. 2016.

companhia mudou para o bairro Jacarecanga, na Avenida Filomeno Gomes nº 30¹⁰⁷, em uma antiga Fábrica de Curtume. Em anexo, podemos ver imagens dos prédios que receberam a companhia, quando passou a ser denominada escola, quando da reforma promovida pela Marinha em 1885 e a imagem da escola no prédio da antiga fábrica de Curteme em 1908, constituindo-se em fonte icnográfica de considerável valor pela perspectiva de percebermos suas práticas educativas.

A escolha do espaço físico da companhia se dava pela capacidade de aquartelamento para atender os menores alistados, em regime de internato. O estabelecimento, quartel-escola, proporcionava o mínimo de segurança aos menores, bem como permitia uma constante vigilância sobre eles, para que não fugissem, uma vez que, nem todos estavam ali por vontade própria, podendo ser considerados remadores-escravos do Estado na perspectiva de Prado Maia, cujo único delito era pertencerem à camada popular.

Em regime de internato, os menores estavam agora sob o poder e a força repressora e coercitiva do Estado, que se arvorou da responsabilidade de educar esse público, retomando o acontecido em 1825, quando o governo imperial convocou o Exército para difundir o método de ensino mútuo no Brasil, através das escolas regimentais.

Os militares, convocados, mais uma vez, pelo Estado, agora no Segundo Reinado, acreditavam que poderiam contribuir com a educação e formação desses menores destruindo seus vícios, corrigindo seus gênios, quebrando seus caprichos, além de promoverem neles o hábito para o trabalho. Eles acreditavam que, através dessa formação, diminuiria a aversão dos menores ao estudo, a doutrinação e a subordinação dos rituais, que envolvem o mundo do trabalho, assim como ao receberem o ensino religioso internalizariam os princípios e valores morais necessários ao convívio social.

Durante todo o primeiro semestre de 1865, as ações da diretoria da companhia estavam voltadas para organizar e estruturar esse estabelecimento de formação profissional e de educação. Por ser um estabelecimento público, o regulamento da marinha exigia que todas as compras efetuadas para prover e manter a companhia deveria passar por um processo de licitação, aberto a todos que desejassem participar, envolvendo, assim, a economia local.

Diante dessas formalidades institucionais, o Capitão do Porto, juntamente com o Comandante da Companhia, tomava as devidas providências. Mensalmente, uma lista era enviada aos jornais com materiais necessários para o funcionamento da companhia. Como

¹⁰⁷Ver no anexo foto da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará instalada no dia 1º de outubro de 1908, em prédio no bairro Jacarecanga, ocupado anteriormente pela Fábrica de Cortumes, na Avenida Coronel Philomeno Gomes, nº 30. Fonte arquivo Nirez.

citou Cavalcante (2015), os jornais condensavam relatos dos acontecimentos de “unidades menores como bairros, distritos, beco e lugares mais ermos”, e, em nosso caso, de uma instituição escolar militar.

Em fevereiro, a lista apresentada contou com diversos equipamentos, mobiliário, bem como material de uso de escritório, fardamento, entre outros materiais, como reportou o jornal Cearense¹⁰⁸,

De ordem do Illm. Sr. Capitão do porto, competentemente autorizado pelo Exm. Sr. Presidente da Província, para compra dos objetos abaixo declarado para a companhia de aprendizes marinheiros, e contractar a fatura de armários, caixões, e prateleiras na secretaria e arrecadação da mesma companhia, na casa que tem de servir provisoriamente de quartel, declaro para conhecimento dos interessados que o mesmo senhor, recebe propostas feixadas para a compra e factura dos ditos objetos, na secretaria d’esta repartição no dia 2 de março próximo ás 11 horas da manhã, que se abrirão em presença dos proponentes e se darão explicações e esclarecimentos que forem pedidas. Capitania do porto do Ceará, em 28 de Fevereiro de 1865. Secretario da Companhia, Rodrigo Navarro d’Andrade.

As autoridades locais, no caso, o Comandante da Companhia, o Capitão do Porto e o Presidente da Província, efetivaram o funcionamento da companhia, seguindo o padrão da companhia da Côrte, como expresso na lista enviada para o jornal Cearense, em 25 de Fevereiro de 1865, em que diz “Conforme o padrão do Rio de Janeiro, usado nas estações de marinha.”, posteriormente o referencial foi a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Pará, como citam os decretos de criação das companhias. Nessas licitações, a companhia frisava a importância da qualidade dos materiais que estavam sendo requisitados:

Companhia de Aprendizes Marinheiros.

O conselho de compras da Companhia de aprendizes marinheiros precisa contractar o fornecimento de viveres, para supprimento da mesma companhia, no futuro mez de maio, consistindo em arroz, agoardente, assucar, doce, dito para luzes, bacalhau, café em grão, chá Hysson, carne verde, dita secca, farinha, feijão, lenha em achas, manteiga, mate, pão, peixe secco, sal toucinho e vinagre; podendo-se contractar separadamente cada um d’estes gêneros. Na mesma ocasião também se arrematará para o mesmo prazo, o fornecimento de camizas e calças de brim branco, camizas e calças de algodão azul, camizas e calças de panno azul, fardetas de panno azul, lenços de seda preta, sapatos, mantas e bonet de panno azul, stearina em vellas, libra sebo em vellas, libra sabão, arroba e cabo velho de linho. As pessoas que quizerem arrematar os sobreditos fornecimentos, podem apresentar suas propostas em cartas feixadas na secretaria da Capitania do Porto até ás 10 horas da manhã do dia 20 do corrente mez, e as 11 horas d’esse mesmo dia, deverão comparecer na dita secretaria para assistir ao acto de abertura das mesmas propostas na serteza de que não se recebem propostas verbaes senão de certas miudezas que se precisam para a mencionada companhia. As condições dos fornecimentos, são, serem os gêneros de boa qualidade posto no quartel da companhia, e o pagamento feito pela repartição competente; e quando se não verificarem ser os gêneros de bôa qualidade, serão obrigados os arrematantes a satisfazerem suas importâncias, no lugar do mercado aonde os houver. **As medidas devem ser as uzadas no Rio de Janeiro:** Quartel da

¹⁰⁸CEARENSE, 28 de Fevereiro de 1865. Editaes, p.4.

Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará, em 25 de abril de 1865. O Secretario. Rodrigo Navarro d'Andrade.¹⁰⁹ (grifo nosso)

Além da ênfase à qualidade dos produtos, nos editais, percebemos a preocupação em organizar e estruturar do próprio ambiente do quartel-escola, com moradia, alimentação e fardamento para receber os menores aprendizes, sendo essas as vantagens ressaltadas na época (casa, comida e aprendizado).

Com relação ao aprendizado de primeiras letras, em uma dessas licitações, a companhia solicitou o material destinado a essa instrução destacada nos editais¹¹⁰ de junho e julho de 1865. No edital de junho: temos o pedido do livro: [...] de Simão da Nântua para a escola [...]. Na escolha do livro, temos e vemos a proposta do método de ensino, que priorizava o método lancasteriano, nos levando a acreditar que a companhia o seguiu especialmente, na questão da organização e estruturação do ambiente, como consta nos documentos referentes à Escola de Aprendizes *Menores* Artífices na Bahia e em Pernambuco, assim como pelo uso dos monitores baseado na proposta dos decuriões do referido método e nas atividades de emulação, que envolvia os menores em jogos e atividades de disputa favorecendo o princípio de honra, coragem e moral do corpo militar. No edital de julho, consta além desse livro as “[...] cartas de A B C, e taboadas.” Nos documentos internos, a instituição solicitou ao comando geral o livro *Marinheiros Artilheiros*, para a formação profissional do marinheiro, distribuindo-o em todas as companhias, priorizando o aspecto profissional no quartel-escola.

De acordo com o relatório do Comandante Carlos Ramel, até Junho de 1865, não havia sido indicado o professor de primeiras letras, bem como ainda não existia horário definido para essas atividades, o que o levou a recorrer ao Capitão do Porto para tomar as devidas providencias, como consta no ofício¹¹¹,

10 de Junho de 1865

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade da Fortaleza em 10 de Junho de 1865. Illmº Sñr. Não havendo quem seja a cadeira de 1^{as} letras d’esta Companhia, peço a V.S^a se servir nomear algum [para] semelhante emprego, e aproveitando a oportunidade rogarei mais a V.S^a se digne marcar as horas em que devem ter lugar as lições. Deos Guarde a V.S^a Illmº. Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assigº) Carlos Ramel 1º Ten^{te}.Comm^{te}.

¹⁰⁹CEARENSE, 25 de Abril de 1865. Editaes, p.4.

¹¹⁰CEARENSE, Editaes, 26 de Junho de 1865, p.4 e CEARENSE, Editaes, 26 de Julho de 1865, p. 4.

¹¹¹Livro Copiadores de Offício – Referência 12.707 – 10 de Junho de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará - Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

Nos documentos internos, o horário definido para a instrução de primeiras letras foi definido para a semana, de segunda a sexta-feira, de 09:00 h às 12:00 h. A dificuldade de professores nesse período também era sentida pela instituição militar, embora o regulamento determinasse que o capelão fosse responsável por exercer a função de professor de primeiras letras e por ministrar a doutrina cristã. Contudo, a Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará, por ser uma estação de marinha, não contavam com esse profissional.

A instituição, para suprir essa deficiência, tinha, em seu regulamento, uma alternativa, no caso, o escrivão da companhia poderia ser nomeado professor de primeiras letras, com uma gratificação no valor de dez mil réis mensais sobre o seu soldo, como incentivo para exercer a função, como dispõe o regulamento¹¹²:

N. 39. - MARINHA. - Aviso de 15 de Fevereiro de 1864.

Determina que nas Províncias, onde não existem Arsenaes, sejam os Escrivães das Companhias de Aprendizes Marinheiros, na falta dos Capellães incumbidos de ensinar aos mencionados Aprendizes as primeiras letras e doutrina christã. 1ª Secção.- Rio de Janeiro.- Ministério dos Negócios da Marinha em 15 de Fevereiro de 1864. Illm. e Exm. Sr.- Não possuindo os Officiaes inferiores das Companhias de Aprendizes Marinheiros as habilitações necessárias, para bem dirigir o ensino das primeiras letras e doutrina christã, a que se refere o art. 47 do Regulamento e Decreto nº 1.517, de 4 de Janeiro de 1855; Sua Magestade o Imperador Ha por hem Ordenar que naquellas Companhias estabelecidas em Províncias, onde não existem Arsenaes de Marinha, sejam os respectivos Escrivães, na falta dos Capellães, incumbidos do referido ensino, percebendo por semelhante encargo a gratificação fixada no art. 36 do supracitado Regulamento: o que communico a V. Ex., para seu conhecimento e execução. Deus Guarde a V. Ex.- João Pedro Dias Vieira. - Sr. Chefe de Divisão, Encarregado do Quartel General da Marinha.

E assim foi feito. O escrivão da companhia, Escrivão Official de 3ª Classe Rodrigo Navarro de Andrade, tornou-se o primeiro professor de primeiras letras nesse estabelecimento de ensino, ministrando ensino das primeiras letras e doutrina christã. Como militar, não cabia ao escrivão oficial refutar as ordens do comando, mesmo não querendo ou não apresentando aptidão para exercer essa função, pois o que se entendia na época era que bastava saber ler e escrever e ter o mínimo de princípios morais para exercer essa função e, no caso, da instituição seguir e obedecer ao regulamento. Abaixo transcrevemos o ofício¹¹³ que nomeou o escrivão oficial como professor de primeiras letras,

16 de Junho de 1865

Em resposta ao seu officio sob nº 7 a 10 do corr^{te}., no qual pede a nomeação de uma pessoa habilitada para empregar-se no ensino de 1º letras aos menores da comp^a. sob seu com^{do}., tenho a dizer-lhe que faça entrar no exercício desse ensino ao escrivão

¹¹²Leis do Império do Brasil – 1864. - Marinha. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>> acesso em 01 agos. 2012.

¹¹³Livro Copiadores de Offício - Referencia 12.708. 16 de Junho de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará - Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

da mesma comp^a., Rodrigo Navarro de Andrade, como assim determina o Aviso de 15 de Fevereiro de 1864, recebendo a gratificação, marcada pelo art. 17 do reg. E decreto nº 1517 de 4 de Janeiro de 1855. Outro sim: o ensino terá lugar uma vez por dia, das 9 as 12 horas, visto ter o dito escrivão outros affazeres. Deos Guarde a V.Ex^a. Assig. 1º Ten^{te}. Carlos Ramel Com^{te} da Comp^a. d' Aprendizizes Mar^{os}. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Cap^m. do Porto.

Definido o professor de primeiras letras, os dias e os horários, teve início as aulas de primeiras letras. Durante esse serviço, os militares eram avaliados pelo comandante da companhia, como ditava o regulamento, desde a criação da escola de primeiras letras, em 1833.

Nesse caso, cabia ao comandante-diretor avaliar o desempenho do militar na função de professor de primeiras letras e o progresso dos aprendizes e emitir um parecer. No caso da companhia, o parecer do comandante não foi favorável ao escrivão oficial, como mostra o ofício¹¹⁴ a seguir,

14 de Agosto de 1865

Quartel da Companhia de Aprendizizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade da Fortaleza em 14 de Agosto de 1865. Ill^m Sñr. Passo ás mãos de V.S^a, o requerimento que me endereçou o Escrivão de 3^a Classe Rodrigo Navarro de Andrade, que serve na Comp^a sob meo commando, em que pede a S. M. O. Imperador, a graça de lhe mandar aumentar a gratificação de 10 mil réis mensaus, que recebe pelo ensino, de 1^a letras aos menores Aprendizizes d'esta Companhia. Cumprindo-me informar acerca d'essa petição, acho que o supplicante **não tem direito** algum no que pede, mas pelo [ilegível] item que allega, em se acha [assim] encarregado de serviço extranho á sua profissão, o governo Imperial decidir como entender de justiça. Deos Guarde a V.S^a Illm^o Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assig^o) Carlos Ramel 1º Ten. Comm^{te}. (grifo nosso)

Conciliar duas atividades – Magistério e Militar – parecia não atender às prioridades desse estabelecimento de formação profissional militar, criando um problema a ser resolvido ao longo da trajetória da companhia, e da própria instituição militar como estabelecimento de ensino, com relação à atuação dos militares na educação.

Diante da avaliação nada favorável ao desempenho do Escrivão Oficial de 3^a Classe Rodrigo Navarro de Andrade, tem-se sua substituição, em 1867, pelo mestre-escola Júlio César da Silva [Texeira], como dispõe o ofício¹¹⁵,

01 de Novembro de 1867 - Ao mesmo. Mandando dispensar do serviço de mestre de 1^a letras o escrivão e nomeando para esse fim o mestre J. C. da S^a Texeira.

¹¹⁴Livro Copiadores de Offício - Referência 12.707. 14 de Agosto de 1865, Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Ceará - Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

¹¹⁵Livro Copiadores de Officio – Referência 12.708. 01 de Novembro de 1865, Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Ceará - Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

O Cap. do Porto communica a Señr. 1º Tenente Carlos Ramel, Com^{te}. da Comp^a. d'Aprenizes Marinheiros, que tendo attendido a grande falta que há na comp^a. de officiaes, e os grandes afazeres que para isso mesmo pesam sobre o escrivão, resolve dispensal-o do ensino de 1ª letras aos menores, encarregando desse serviço ao mestre da mesma companhia Julio Cesar da S^a Texeira, que receberá a gratificação que por direito lhe [copaz]. Achilles Lacombe. Cap^m.do Porto.

Como cita o ofício, o mestre Imperial Marinheiro Júlio Cesar da Silva Texeira, já era mestre, isto é, ele já exercia o cargo de mestre-escola com as disciplinas profissionais. Nesse caso, ele também, passou a acumular as funções, além de suas funções militares, e de mestre-escola, passou a ministrar as aulas de instrução primária, ficando no cargo até 1875, quando veio a falecer.

Apesar de ter nessa atividade, no caso, no ensino de primeiras letras, os alunos mais adiantados como auxiliares, seguindo o proposto no método do ensino mútuo, a instrução de primeiras letras ficou relegada em terceiro plano, não apresentando resultados satisfatórios. Os documentos consultados não apresentam detalhes sobre o ensino de primeiras letras, apenas encontramos informes que entre 1865 a 1876, esse ensino não atingiu a expectativa esperadas pela companhia, uma vez que, os aprendizes não apresentavam domínio de leitura e escrita e não dominavam as quatro operações. Pelo período, entendemos que a preocupação voltou-se, principalmente, para a formação eminentemente militar naval para atender a Guerra do Paraguai.

De acordo com o ofício¹¹⁶ da marinha, alguns menores se voluntariaram diretamente, como recrutas, para participarem da Guerra do Paraguai. Foi o caso dos menores Pedro de Lima, José [Ferreira] e Raimundo Pereira, que, por serem muito novos foram enviados para a companhia,

12 de Outubro de 1865

O S^{enr}. Escrivão da Companhia d'Aprenizes Marinheiros, assente praça na mesma companhia os menores Pedro Lima, José Ferreira e Raimundo Pereira, os quaes me foram horem verbalmente entregues pela presidência mandando-os passar de recrutas d'Armada para a desta companhia por serem menores. Foram todos inspeccionados hoje e julgados aptos para o serviço. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Havia, nesse momento, a ilusão de que a guerra não duraria tanto, logo, os menores aprendizes marinheiros não seriam necessários no *front*.

Arrumada a casa e delegadas as funções, as preocupações se voltaram para o alistamento. Para adentrar à companhia, os menores teriam que atender alguns critérios,

¹¹⁶Livro Copiadores de Offícios - Referência nº 12.708. 12 de Outubro de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

como: ser brasileiro, ter constituição robusta própria para a vida do mar, ter idade entre 10 a 16 anos (caso aparecesse algum menor com 9 anos, ele deveria apresentar um desenvolvimento físico que o permitisse começar o aprendizado), serem voluntários ou contratados a prêmios; órfãos e desvalidos.

Os menores órfãos eram remetidos diretamente pelas autoridades competentes, no caso os juízes de órfãos e, no caso, dos voluntários, eles eram apresentados pelo gabinete da presidência da província. No caso dos desvalidos, estes eram contratados a prêmio, sendo remetidos por suas famílias, no caso, por seus responsáveis pais, tutores ou quem possuísse sua guarda. Quanto aos menores enviados pela justiça, no caso, pelos oficiais de justiça, delegados e subdelegados de polícia, havia uma resistência dos comandantes em recebê-los, principalmente, após a Guerra do Paraguai.

Ao serem alistados, todos os menores, ao ingressarem na companhia, passavam por uma inspeção de saúde, para verificar se estavam aptos ou não a servir. Para essa avaliação, a companhia contratou um médico que foi incorporado com o cargo de 2º Cirurgião. O primeiro 2º Cirurgião da companhia foi o Dr. Manoel Joaquim da Rocha Frota e a ele caberia o parecer de saúde dos menores. Para desenvolver suas atividades, o 2º Cirurgião solicitou um grumete para ajudá-lo, esse pedido deveria ser aceito pelo comandante da companhia e aprovado pelo capitão do porto, como vemos na correspondência¹¹⁷,

11 de Abril de 1865

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará, na Cidade da Fortaleza em 11 de abril de 1865. Illmº Sñr. Junto remetto a V.Sª um requerimento do 2ª Cirurgião Dr. Manoel Joaquim da Rocha Frota, que actualmente serve na Compª sob meo mando, no qual pede que se manda abonar a importância de duas rações, soldo de creado grumete e velas, informado tenho a dizer a V.Sª que apesar de não me constar que existe aviso ou lei que mande abonar semelhante vantagens ao dito 2º Cirurgião, na commissão em que ora se acha empregado, parece-me a sua pretensão justa, avista do que allega em seo requerimento. Deos Guarde a V.Sª Illmº Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assigº.) Carlos Ramel 1º Ten-Comm^{te}.

Esse pedido, como ressaltou o ofício acima, não tinha precedentes nas companhias, mesmo assim, foi aceito, porém, o que nos chamou atenção, foi à relação de trabalho evidenciada pela liberação do soldo, enfatizando a relação de trabalho assalariado proposta pelo sistema liberal capitalista que se instalava durante o Segundo Reinado e era seguida pelas autoridades nas instituições navais, que já se compreendia como um serviço público.

¹¹⁷Livro Copiadores de Officio – Referência 12.707. 11 de Abril de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

O 2º Cirurgião, Dr. Manoel Joaquim da Rocha Frota, iniciou as inspeções de saúde, que se tornaram motivos de polêmica na cidade, pela voracidade com que os pareceres eram expedidos, sempre favoráveis à instituição. De acordo com os documentos analisados, as autoridades usavam e abusavam de seus poderes, ao enviarem menores, mesmo sem o consentimento de seus familiares, uma vez que a prioridade era atingir o quantitativo de 200 aprendizes.

Foi uma verdadeira caçada aos menores, citavam os jornais locais, porém a sociedade estava alerta, observando os acontecimentos. Nessa perspectiva, o médico da companhia precisou ir a público rebater as críticas emitidas nos jornais, A Constituição e o SOL, e rebatidas pelo jornal Cearense, sobre os pareceres, esse momento se constituiu em uma oportunidade para que a sociedade viesse a conhecer e a compreender o que se passava no quarte-escola.

Inicialmente, as críticas partiram do médico da Santa Casa, Dr. Ribeiro, ao ressaltar os problemas de saúde apresentados pelos menores, que o Dr. Frota julgava “aptos a servir”. Em sua defesa, o 2º Cirurgião Dr. Manoel Joaquim da Rocha Frota, argumentou, como vemos no jornal A Constituição¹¹⁸, que:

Companhia de Aprendizes Marinheiros

Sr. Redactor – como médico da companhia de aprendizes marinheiros dessa província, não posso deixar passar despercebido a notícia, dada pelo Cearense de 1º de julho, de que pelo menos metade dos aprendizes [sofria] moléstias incuráveis, segundo declara o Sr. Dr. Ribeiro perante a mesa regedora da Santa Casa. Sem querer responder ao Illm. Sr. Dr. Ribeiro, pois, que o julgo incapaz de avançar uma proposição semelhante sem provas, direi somente á redação d’aquelle jornal, que todos os aprendizes entrados para a companhia desde o 4 de abril para cá, tem sido inspecionados por mim e julgados aptos para o serviço. Quando alguém tomar a responsabilidade do que declarou aquelle jornal, eu responderei convenientemente. Fortaleza, 3 de Julho de 1865. Dr. Manoel Joaquim da Rocha Frota.

As críticas do Dr. Ribeiro ao Dr. Frota estavam fundamentadas nas internações de menores aprendizes na Santa Casa de Misericórdia, como consta no ofício¹¹⁹ abaixo,

24 de Maio de 1865

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade da Fortaleza em 24 de Maio de 1865. Illmº Sñr. Junto passo as mãos de V.Sª. o officio que me dirigio hoje o 2º Cirurgião Dr, Manoel Joaquim da Rocha Frota, que serve na compª. Sob meo commando, relativo ao estado de saúde do Aprendiz Marinheiro Domiciano Marques do Carmo, o qual **tendo baixado ao hospital da Santa Casa da Misericórdia**, em consequência de soffrer de anemia, [...], d’elle

¹¹⁸A Constituição: Editais, [ilegível] de Julho de 1865, página 4. Jornal pesquisado na Biblioteca Publica Governador Menezes no setor de microfilme, apresenta a seguinte observação MULTILADO, fato que nos impossibilitou de identificar o dia em que foi publicado para circulação.

¹¹⁹Livro Copiadores de Officio — Referência 12.707. 24 de Maio de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

tivera alta a 20 e por não se achar ainda restabelecido de novo teve baixa a 22, voltando n'este mesmo dia acompanhado da alta que também [ilegível] remetto a V.S^a. dignado-se V.S^a a vista della e do que diz o referido Cirurgião no seo já citado officio ushar o que julgar mais acertado, para que o dito aprendiz entre quanto antes no devido tratamento. Deos Guarde a V.S^a Illm^o Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assig^o) Carlos Ramel 1^o Ten. Comm^{te}. (grifo nosso)

Oriundos de camada popular, os menores não apresentavam boa saúde, porém o que se exigia deles, no ato do alistamento, era que eles estivessem aptos a servir, o mais, seria passível de análise ao longo de sua permanência na instituição, quando seria possível detectar problemas de saúde, como problemas de visão, no caso miopia; problemas respiratórios, no caso asma; assim como problemas de deficiência intelectual, classificado na época como idiotice. Nesses casos, os menores eram excluídos da instituição. Caso adquirissem alguma moléstia em serviço, como beribéri, escorbuto, tuberculose, etc., que os invalidassem para o serviço, também seriam desligados da instituição, após constatação do diagnóstico.

Para exemplificar, transcrevo o caso de um menor, que foi dado como apto a servir, no ato do alistamento, vindo a ser desligado posteriormente da companhia, ao sofrer um acidente em serviço, que agravou seu quadro de saúde, como vemos no ofício¹²⁰ a seguir:

21 de Setembro de 1871

Comp^a. de Aprendizes Mar^{os}. do Ceará, 21 de Setembro de 1871. Ill^{mo}. S^r. Cumpr-me participar a V^a. S^a. que notando no aprendiz mar^o. 36 João [Rois] Pinto, ser elle míope, a meo ver má qualidade para mar^o., tratei cuidadosamente de estudal-o e vigial-o, e tendo a final, reconhecido n'elle dificuldade de enxergar, sendo preciso tudo approximar dos olhos, até mesmo as letras do livro de estudo primário, não distinguindo os rumos d'agulha na rosa dos ventos, uma vez collocada na posição das bitaculas que usamos abordo, e muito menos o vergame da mastreação a patacho d'esta comp^a., e bem assim deixando de satisfazer a outras provas a que o sujeitei; ocorrendo mais que durante o período de quase anno de experiência, recebesse o aprendiz uma forte pancada no olho direito com o chicote de um cabo que elle presumo ter amarrado, desastre este que o fez baixar ao hospital, e de que lhe resultou ficar com menos vista no olho contundido, tomei a resolução para aproveitar a presença n'este estabelecimento dos D^{ts}. Mendes e Cajado e submeter o referido aprendiz a um exame médico, [...] Deos Guarde a V^a S^a Ill^{mo}. S^{ñr}. Achilles Lacombe. Assign^o J. C. Mor^a Com^{te}.

Um a menos, não seria problema. Havia muitas crianças transitando pelas ruas, constituindo um quadro reserva, ao alcance das mãos do Estado, sendo fáceis de serem captadas a qualquer momento. No sistema econômico liberal-capitalista, todos eram passíveis de serem descartados, afinal, todos - crianças, jovens, adultos, velhos - constituíam o quadro

¹²⁰Livro Copiadores de Officio – Referência 12.707. 21 de Setembro de 1871, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro. Capitão Tenente José da Cunha Moreira.

reserva para atender o mercado produtivo. Além disso, a fragilidade e o risco¹²¹ a que os menores estavam submetidos como abandono, doenças, moléstias, violência e maltratos, levando muitos deles a morte, era fato aceito pela sociedade na época, mas que já se questionava sobre a ação do governo em minimizá-los.

No ano de 1865, as idas dos aprendizes à Santa Casa se constituíam para eles em um momento de refrigério, uma vez que eles não estavam acostumados ao rigor da disciplina e hierarquia militar, assim como da rotina e do controle impostos pelo processo de formação profissional e educacional, como horários definidos, para as diversas atividades, levando-os a estabelecer um pacto com seus anfitriões, ou, melhor dizendo, seus algozes, como ressaltou o ofício¹²² a seguir,

12 de Julho de 1865

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade da Fortaleza em 12 de Julho de 1865. Illmº Sñr. Sendo seguido no hospital da Marinha da Côrte que as praças tenham alta nas 4º feiras e sabbados de cada semana, [antes da] ceia afim de poderem ser municados para o dia requerente, e só se retirem do hospital acompanhados pelo Inferior que os vai buscar, rogo V.Sª se servir dar suas providencias para este [ilegível] seja seguido no Hospital da Santa Casa de Misericórdia d'esta Província, para com as praças d'esta Companhia, para que se não reproduza o pacto que se deo aqui com o menor digo com o Aprendiz Marinheiro Felismino Marques de Souza (e já se tem dado outros) de se apresentar n'este Quartel só as 10 hs da manhã com uma alta em que diz elle ter sido socorrido até hoje 12 do corrente, o que além de se ser contrario a boa ordem e marcha do serviço pode dar lugar para [laguma] duvida na conferencia das contas que devem ser remetida do mesmo hospital, referente a despeza feita pelos praças desta Compª, durante o tempo que n'elle se estiverão tratando. Deos Guarde a V.Sª Illmº Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assigº) Carlos Ramel 1º Ten.Comm^{te}.

O pacto entre os menores e seus guardiões preocupava o comandante-diretor, primeiro, pela quebra na ordem dos serviços, que interferia no andamento dos trabalhos para alocar o aprendiz nas atividades em andamento; segundo, pela questão financeira, que implicava no pagamento, de dias a mais, à Santa Casa, onerando, com isso, os cofres públicos.

As críticas aos pareceres de saúde emitidos pelo Dr. Frota eram um dentre os vários conflitos, que a companhia estava enfrentando, para se consolidar como um

¹²¹Na questão da fragilidade e de risco dos menores aprendizes, escrevemos o artigo para XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - Investigar, intervir e preservar: caminhos da História da Educação Luso-Brasileira, entre 20 a 23 de junho de 2016 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulado: “Situação de fragilidade e de risco para os menores aprendizes da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará” no qual apresentamos diversas situações de violência e maus tratos contra os menores dentre eles um caso de pederastia.

¹²²Livro Copiadores de Officio – Referência 12.707. 12 de Julho de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro. Observação: no documento aparece a referência **reservado e sem efeito**.

estabelecimento de ensino em Fortaleza. O conflito central perpassava pelo próprio alistamento dos menores, uma vez que trazia para cena política e social a intervenção do Estado na vida das famílias da camada popular.

A implantação da companhia não foi tão tranquila. O comandante da companhia e o capitão do porto tiveram que travar uma verdadeira batalha com os representantes da sociedade civil devido ao alistamento indiscriminado de menores, que, na concepção da sociedade da época não passava, na verdade, de um recrutamento forçado. A sociedade civil, diante da voracidade dos alistamentos, considerava o ato uma violência contra os menores, fato que assustava a população e era justificado pelo número de menores alistado em menos de um ano.

De acordo com os ofícios de alistamento da companhia, no primeiro semestre, entre abril a junho de 1865(ver tabela em anexo), a companhia recebeu 51 menores e, no segundo semestre, mais 51. Todos cogitavam que, em breve, a companhia conseguiria o proposto em seu regulamento e isso assustava a população, particularmente, a camada popular, que não tinha muito apreço pelo ofício da farda, marcada pelo estigma do recrutamento forçado.

O alistamento se caracterizava como uma verdadeira caçada aos menores, uma vez que, o número de alunos pertencentes aos estabelecimentos de ensino existentes, à época, não chegava ao número de menores proposto para companhia, como podemos perceber pelo número de aprendizes do Colégio de Educandos, criada em 1856, que em seu regulamento definiu a matrícula para 70 aprendizes artífices, tendo no ano de 1865, atingido o contingente de 68 aprendizes artífices.

De acordo com as Leis Provinciais do Ceará¹²³, para o ano de 1865, em Fortaleza, o relatório da Instrução Pública, no mapa dos estabelecimentos públicos e particulares para o ensino primário no ano de 1865, das escolas que enviaram seu quantitativo de alunos, o número de 102 aprendizes marinheiros alistados, na Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará, superava o número de alunos em muitas das escolas existentes.

Segundo esse relatório, para as escolas particulares de primeiras letras que enviaram seus quantitativos, apresentaram 119 alunos e as escolas públicas, também, referente ao ensino de primeiras letras, apresentavam um quantitativo, em média, de 97 alunos, como vemos abaixo,

¹²³Ver Relatório com que foi entregue a administração da Província ao Excellentíssimo Senhor Doutor Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. Pelo Excellentíssimo Senhor Doutor Lafayette Rodrigues Pereira em 10 de Junho de 1865. Typ. – Brasileira de J. Evangelista, Paiva &C. – rua Formosa nº 88, 1865. Ceará (Província) Presidente (Rodrigues Pereira)

Tabela 12 - Quantitativo de alunos nas escolas públicas e privadas de Fortaleza para o ano de 1865

| Escolas Públicas – Fortaleza - 1865 Sexo Masculino | Escolas Particulares – Fortaleza - 1865 Sexo Masculino |
|---|---|
| Quadro N.1 (Mapa 4 – Relatório 1865) | Quadro N.13 (Mapa 13 – Relatório 1865) |
| 1ª cadeira da capital – 97 alunos | 1- Capital - 98 alunos |
| 2ª idem idem - 101 alunos | 2- Idem - 21 alunos |
| 3ª idem idem - 148 alunos | |
| 4ª idem idem - 42 alunos | |
| Total - 388 alunos | Total - 119 alunos |

Fonte: Elaborada pela autora. Leis Provinciais do Ceará

Dentre os jornais locais, especificamente no jornal O Sol¹²⁴, o redator reportava o alistamento de menores como um ato de violência e abuso de poder por parte das autoridades competentes, criticando as ações do próprio capitão do porto que havia frizado, como cita a reportagem, que: “[...] para aprendiz marinheiros se lança mão de todo menor contra a vontade de seus pais, tutores, ou curadores, [...]”.

Estava em jogo, na época, a perda do pátrio poder das famílias, ao se dar o direito do Estado de intervir dentro delas, além de se dar à própria criança o direito de decidir sobre sua vida, pois a sociedade, a época, a via como um adulto em minatura, capaz e responsável por suas ações, especialmente, quando se refere ao ato de se oferecer como voluntária para servir ao Estado.

Apesar desses conflitos, para muitas famílias, o envio do menor para a companhia se dava como uma forma de mostrar o cuidado para com o futuro de seus filhos; para o Estado e a sociedade perpassava pela proposta de controle da camada popular; e, para a companhia perpassava pela proposta de promover a formação profissional, assim como de garantir o contingente necessário aos navios de guerra.

Moacyr (1939, vol.1, p. 317-318) ressaltou que, na época, o Estado, inicia suas ações na questão social, e, assim se colocava no direito de intervir nas famílias como justificativa para “extirpar a ignorância dos pais”, que negavam aos filhos o direito à educação, interferindo em seu pátrio poder em relação à questão educacional. Porém, as famílias temiam e não tinham garantias que ficaria apenas nessa questão.

¹²⁴O SOL. 21 de Maio de 1865. Nº 341. Ver artigo completo nos anexos.

Instala-se uma verdadeira batalha nos jornais sobre o alistamento de menores. O jornal Cearense¹²⁵ e o jornal O Sol¹²⁶ nos traz o caso específico de um menor, que desencadeou uma discussão quanto ao poder do Estado de intervir na vida das famílias, para atender as necessidades dele e de suas instituições.

De acordo com o jornal Cearense, o menor Antônio Francisco de Paula, com 12 anos, se apresentou, voluntariamente, ao capitão do porto para ingressar na companhia de aprendizes marinheiros. O menor, de imediato, foi acompanhado por um imperial marinheiro à presença do Presidente da Província que, através de seu Ajudante de Ordens Sr. Major Luís Xavier Torres, o encaminhou à companhia, onde foi inspecionado e dado como apto para servir, passando a pertencer ao quadro de praças da instituição.

O problema se deu quando a família, no caso, a tia (mãe de criação) do referido menor sentiu por falta dele. Pelas condições do momento, ela já tinha ideia de onde encontrá-lo, como cita o jornal O Sol “[...] para escapar do castigo em um dia da semana passada, saindo a rua, não voltou mais a casa, e **se foi oferecer como aprendiz marinheiro**, contra a vontade da suplicante, que não tendo outros filhos, aquelle que o creava sozinha [...]”¹²⁷. (grifo nosso). Era de conhecimento da camada popular o interesse do Estado em suas crianças.

Dirigindo-se à companhia, a tia solicitou que seu sobrinho (filho de criação) fosse liberado, o que a companhia recusou, uma vez que o menor afirmou que desejava permanecer na instituição, como vemos na reportagem do jornal Cearense¹²⁸,

[...] Sr. Capitão do porto, que segundo consta-nos, deu a devida informação, constando-nos mais que mandara vir a sua presença o referido menor interrogar-lhe em presença de varias pessoas, se queria voltar á companhia de sua tia e elle formalmente respondera-lhe que nem arrastado lá voltaria, que se achava muito satisfeito na companhia de aprendizes. [...]

O menor se apresentou voluntariamente, confirmou que desejava permanecer na companhia, dava-se a ele o direito de decisão. Esse era um dos questionamentos em jogo na época, mas não o único.

O direito da própria família – o pátrio poder – estava em jogo. Mesmo sendo seu sobrinho (considerado como filho) e, estando sob sua guarda, após a morte do pai do menino, era necessário provar, através de documentos ou testemunhos sua condição de tutora. Nesse

¹²⁵CEARENSE N°1.824, de 13 de Maio de 1865, p.3. Ver artigo completo nos anexos.

¹²⁶O SOL, n° 429, de 10 de Maio de 1865 e citado pelo mesmo jornal O SOL, sobe o n° 341, de 21 de Maio de 1865.

¹²⁷O SOL. 21 de Maio de 1865. N° 341. Ver artigo completo nos anexos.

¹²⁸CEARENSE, 13 de Maio de 1865. Página 3. Ver artigo completo nos anexos.

caso, foram apresentados os seguintes testemunhos por parte da tia (suplicante) do menor que recorreu à escola e aos vizinhos, como vemos abaixo:

a) Professor Primário do menor Antônio,

Joaquim Alves de Carvalho, **professor primário** nesta capital. – Attesta, que Antonio Francisco de Paula é [seo] alumno desde 1863; que tem sido frequente, apresentando boa conduta e bom aproveitamento.
Fortaleza, 21 de abril de 1865.
Joaquim Alves de Carvalho.

b) Vizinho – Advogado Pedro Pereira da Silva Guimarães,

O bacharel Pedro Pereira da Silva Guimarães, advogado na cidade da Fortaleza, lente do lyceo [& c.] – Attesta, que o menor Antonio Francisco de Paula é sobrinho de Maria Francisca da Conceição, que o cria desde o berço, que ficou orphão, que é bem conduzido, e sua tia o trata vestido e calçado, conforme suas posses; e isto attesto porque essa viúva é minha **vizinha**, e foi cazada com um meo segundo primo, e honestamente vive de seo trabalho.
Fortaleza, 21 de abril de 1865.
Pedro Pereira da Silva Guimarães.

Mesmo diante desses relatos, como ressaltou a reportagem do jornal O Sol¹²⁹, a companhia continuou negando a liberação do menor. Além disso, vem à tona, também, a questão do cuidar da coisa pública, exigindo-se das autoridades locais o dever de fazer prosperar tais instituições.

No embate entre o jornal Cearense e o jornal O Sol, a sociedade teve a oportunidade de conhecer os objetivos da instituição e os meios para efetivá-los, ficando claro que, depois de entrar na companhia, dificilmente o menor era liberado. Abaixo, transcrevemos o ofício¹³⁰ que consta o alistamento de Antônio Francisco de Paula, destacando a condição do voluntariado,

22 Abril 1865

O Ser. 1º Tenente Carlos Ramel Comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros manda assentar praça na companhia de seu comando os menores Severiano José da Rocha e **Antonio Francisco de Paula**, este me foi remetido pelo Ex^{mo} Presidente da Província o que me foi comunicado pelo Ajudante d'Ordem em oficio de hoje, em que me diz ter **ele se apresentado voluntariamente** e aquele me foi entregue ontem por sua mãe Maria [ilegível] da Conceição mediante o premio mandado por lei, para cujo pagamento manda Vm^{me} organizar as competentes folhas. Ambos foram inspecionados hoje e julgados aptos para servir. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

¹²⁹O SOL. 21 de Maio de 1865. Nº 341. Ver artigo completo nos anexos.

¹³⁰Livro Copiadores de Offícios - Referência nº 12.708. 22 de Abril de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

O menor, no caso, Antônio Francisco de Paula, com apenas 12 anos, foi considerado capaz de decidir por seus atos.

Além do voluntariado, os menores adentravam a companhia de outras formas, como podemos ver nos ofícios de alistamento¹³¹ transcritos do arquivo da Marinha de 1865 para o Ceará,

a) Família:

1º Abril de 1865

O Ser 1º Tenente Carlos Ramel, Comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros, manda assentar praça na companhia do seu comando, ao menor Manoel Antonio da Paixão que ontem me foi apresentado pelo **seu pai Antonio José da Silva** para tal fim, mediante o premio da lei, o qual foi inspecionado hoje e capaz para esse serviço pelo que manda Vsm^{ce} fazer a relação de pagamento do referido premio. João Batista d'Oliveira Guimarães. Cap. do Porto. (grifo Nosso)

b) Presidente da Província:

30 de Março de 1865

O Ser. 1º Tenente Carlos Ramel, comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros, manda assentar praça na companhia do seu comando aos menores Ludyeres Alexandre Mourão e João Raimundo dos Santos, que me foram **mandados apresentar pelo Ex^{mo} Presidente da Província**, a quem foi comunicado pelo ajudante de ordens, em ofício de 28 e 29 do corrente nos quais diz terem os ditos menores se apresentados voluntariamente para tal fim, e sendo eles inspeccionados foram julgados capazes de servir. João Batista de Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.(grifo nosso)

c) Juiz de Órfão:

3 Junho de 1865

O Ser. 1º Tenente Carlos Ramel, comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros manda assentar praça na companhia do seu comando os menores Manoel Gonçalves que me foi **remetido pelo Juiz de Orphãos desta Comarca** em data de 31 de maio findo, com ofício que o acompanhou, [...] (grifo nosso)

Durante todo o ano de 1865, a companhia assentou praça aos menores. O mapa apresentado pela instituição às autoridades militares e civis, em 1865 consta da “Parte do estado actual da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará – Relatório 1865”¹³², apresentado em 11 de maio de 1865, no qual o quantitativo de menores alistados no primeiro semestre, temos: 24 menores como voluntários, 22 menores como contratados a prêmios e apenas 3 remetidos pelas autoridades, nos dando a ideia de que voluntariado e

¹³¹Livro Copiadores de Offícios - Referência nº 12.708. Abril, Março e Junho de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

¹³²Relatório com que foi entregue a administração da província ao Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Marcondes Homem de Mello pelo Excellentissimo Senhor Doutor Lafayette Rodrigues Pereira em 10 de Junho de 1865. Typ. – Brazileira de J. Evangelista, Paiva & C^a. – rua Formosa Nº88. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u207/000081.html>> Acesso em: 09 Jun. 2016. Ver nos anexo A.1 - Mapa de alistamentos da Companhia de aprendizes Mareinhieros do Ceará 1865.

apresentados pela presidência da província corresponderia a mesma ação, assim como os remetidos pelas autoridades, seria aqueles enviados pelos Juiz de Órfão, Oficial de Justiça, Delegados e Subdelegados de Polícia.

No regulamento que regem as companhias, o artigo 8º, o presidente da província, através de seu gabinete, tinha a prerrogativa de encaminhar os menores para serem alistados, atuando, portanto, no campo social ao direcionar os menores para esse estabelecimento de formação, intervindo no pátrio poder da família, principalmente, quando essa família não aceitava entregar seus filhos à instituição, assim como, através do poder delegado a ele (no caso da presidência da província) que reconhecia a ação e o direito do menor de se voluntariar.

Nessa perspectiva, o alistamento dos menores, pela instituição, não seria considerando um alistamento forçado, uma vez que os próprios menores se apresentavam voluntariamente. Onde inferimos que seria uma estratégia por parte do poder público para justificar suas ações com relação à questão social e o cuidar da coisa pública. Independentemente de ser uma ação das autoridades ou da família, a instituição se consolidou diante da sociedade cearense, vindo a assumir a lacuna deixada com o fechamento do Collégio dos Educandos.

Nas Leis Provinciais do Ceará, referente ao ano de 1865, desctamos que alguns dos menores pertenceram ao quadro de alunos do Colégio de Educandos, como no caso dos aprendizes Francisco Raimundo do Nascimento e Justiniano Manoel da Cunha que, em 1865, tornaram-se aprendizes marinheiros.

A tabela 13¹³³, referente ao alistamento de menores para o ano de 1865, nos traz uma visão desse procedimento, tendo a família e a Presidência da Província como principais agentes implementadores dessa ação. A partir dessa tabela, podemos ter um panorama dos alistamentos dos menores. Nela, temos a atuação da família em busca de promover a educação de seus filhos, assim como a partir dela, podemos compreender o temor daquelas famílias que não concordavam com o alistamento de seus filhos, confirmando o que a imprensa anunciava como uma verdadeira caçada aos menores.

¹³³Ver Apêndice – TABELA 13. Essa tabela foi construída por mim a partir dos ofícios de alistamento de menores, em anexo, seguindo a ordem de entrada na companhia. A tabela não apresenta todos os alistamentos devido à falta de informações em alguns ofícios que não disponibilizaram os nomes dos menores, mas nos dá um panorama do alistamento durante a implantação da companhia no Ceará. Livro de Copiadores de Offícios 1865. Referencia 12.707 e 12.708. Ano de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro

Tabela 13¹³⁴ - Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará: Alistamento de Menores Relativo ao ano de 1865

| | | |
|-----|--|---|
| 1- | LUDYERES ALEXANDRE MOURÃO | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 2- | JOÃO RAIMUNDO DOS SANTOS | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 3- | ALAN GONÇALO RIBEIRO DO VALLE | NÃO CONSTA POR QUEM FOI REMETIDO (FUGIU) |
| 4- | DOMICIANO MARQUES DO CARMO | AVÔ FRANCISCO MARQUES D'OLINDA CABUÇU |
| 5- | ANTONIO FRANCISCO NASCIMENTO | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA (ENVIADO PARA CÔRTE – PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO) |
| 6- | ANTONIO DOMINGOS DE PAULA BARROS | MÃE - EULALIA BARROZO DE CARVALHO (EXCUSO) |
| 7- | JOÃO [ANTONIO] DE PAULA BARROS | MÃE - EULALIA BARROZO DE CARVALHO (EXCUSO) |
| 8- | MIGUEL DE ANTONIO DA SILVEIRA | MÃE – ANTONIA EUFRAZIA DA SILVEIRA |
| 9- | SEBASTIÃO ANTONIO DA SILVEIRA | MÃE – ANTONIA EUFRAZIA DA SILVEIRA (EXCUSO) |
| 10- | JOÃO RAIMUNDO DOS SANTOS | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 11- | MANOEL JOSÉ CARÁ | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 12- | FRANCISCO PACHECO | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 13- | SIMPLICIO DE SOUZA [ILEGÍVEL] | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 14- | TRAJANO FRANCISCO RAIMUNDO | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 15- | PEDRO MANUEL DE LIMA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 16- | MANUEL ANTONIO DA PAIXÃO | PAI – ANTONIO JOSÉ DA SILVA |
| 17- | RAIMUNDO JOSÉ DE SOUZA | PAI – RAIMUNDO JOSÉ DE SOUZA |
| 18- | FLORIANO FRANCISCO DE MIRANDA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 19- | FELISMINO MARQUES DE SOUZA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 20- | SERAFIM ALVES DOS SANTOS | MÃE – MARIA JOANNA DA CONCEIÇÃO |
| 21- | RAIMUNDO NICACIO | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 22- | JOSÉ DIAS | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 23- | PAULINO FRANCISCO BARBOZA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 24- | CANDIDO PAMPLONA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 25- | FRANCISCO VIEIRA DA SILVA SALLES | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 26- | RAIMUNDO FRANCISCO DO NASCIMENTO | MÃE DE CREAÇÃO – MARIA IGNACIA DE JESUS |
| 27- | JOSÉ DAS CHAGAS CORDEIRO | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 28- | POMPEO ROGERIO DA SILVA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 29- | VICTOR FRANCISCO BARBOZA | VOLUNTARIAMENTE |
| 30- | FRANCISCO LUCIO DE MENEZES | VOLUNTARIAMENTE |
| 31- | GONÇALLO RIBEIRO DO VALLE | PAI - JOÃO RIBEIRO DO VALLE E SUA MÃE – MARIA JOANNA DA SILVA |
| 32- | RAIMUNDO MANUEL VICENTE | PAI- MANOEL FREIRE DO PARDO |
| 33- | JOÃO FRANCISCO FREIRE | PAI- MANOEL FREIRE DO PARDO |
| 34- | SEVERIANO JOSÉ DA ROCHA | MÃE- MARIA JOANNA DA CONCEIÇÃO |
| 35- | ANTONIO FRANCISCO DE PAULA <i>PARTICIPOU DO EMBATE ENTRE A MARINHA E A SOCIEDADE EM FORTALEZA EM 1865, RETRATADO NOS JORNAIS CEARENSE E O SOL. VER ANEXOS.</i> | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |

¹³⁴ Elaborada pela autora – Fonte: Livros Copiadores de Ofícios da Marinha de 1865.

| | | |
|-----|--|---|
| 36- | THEODORO RODRIGUES DA COSTA | PAI - JOÃO RODRIGUES DA SILVA |
| 37- | ANTONIO FRANCISCO PEREIRA | MÃE - FRANCISCA ROSA DE FREITAS |
| 38- | JOÃO DOMINGOS CAVALCANTE JUNIOR | PAI - JOÃO DOMINGOS CAVALCANTE |
| 39- | JOÃO RODRIGUES PINTO DOMICIANO | PAI - JOSÉ RODRIGUES PINTO |
| 40- | MARCELINO DA COSTA NOGUEIRA | VOLUNTARIAMENTE |
| 41- | MANOEL ANTONIO DA SILVA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA (DEU BAIXA) |
| 42- | JOÃO GASPAR | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 43- | JOSÉ FRANCISCO PEREIRA | MANA - CANDIDA MARTHA DO ESPÍRITO SANTO |
| 44- | FRANCISCO FERREIRA LIMA | PAE - JOÃO FERREIRA LIMA FAMÍLIA |
| 45- | TRAJANO FREIRE | PAE - LUÍS FREIRE |
| 46- | JUSTINIANO FRANCISCO DO NASCIMENTO | PAE - REINALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO |
| 47- | ANTONIO BERNARDO DA SILVA | PAI - BERNARDO JOSÉ DA SILVA |
| 48- | RAIMUNDO FERREIRA GOMES | MÃE - DELFINA MARIA DA CONCEIÇÃO |
| 49- | SEBASTIÃO NUNES DE SOUZA | PAI - FRANCISCO NUNES DE SOUZA |
| 50- | JOÃO FELISBERTO | JUIZ DE ÓRFÃO (EXCUSO) |
| 51- | MANOEL CRISTÃO | OFICIAL DE JUSTIÇA |
| 52- | SEBASTIÃO RIBEIRO DA MOTTA | OFICIAL DE JUSTIÇA |
| 53- | JOSÉ FRANCISCO VIEIRA DE SALLES | OFICIAL DE JUSTIÇA |
| 54- | ANTONIO FRANCISCO DAS CHAGAS | MÃE - ROSALINA MARIA DA CONCEIÇÃO |
| 55- | JOAQUIM PEDRO DA COSTA | PAI - MANOEL PEDRO DA COSTA |
| 56- | MANOEL PEREIRA DA SILVA | IRMÃ - CANDIDA MARTHA DO ESPÍRITO SANTO |
| 57- | JOÃO DE MATTOS RIBEIRO | JUIZ DE ÓRFÃO (EXCUSO) |
| 58- | MANOEL [HONORATO] DO NASCIMENTO | VOLUNTARIAMENTE |
| 59- | FRANCISCO RAIMUNDO DO NASCIMENTO (EX-ALUNO DO COLLÉGIO DOS EDUCANDOS) | PAI - MANOEL LUIZ DO NASCIMENTO |
| 60- | FRANCISCO FELISMINO D'ALMEIDA | PAI - FELISMIMO D'ALMEIDA |
| 61- | HENRIQUE DE SOUSA | MÃE - RUFINA MARIA DE JESUS CORDEIRO |
| 62- | PEDRO PEREIRA | PAI - MANOEL ANTONIO |
| 63- | CANDIDO PEREIRA | MÃE - RAIMUNDA PEREIRA DA CONCEIÇÃO |
| 64- | PEDRO RAIMUNDO | JUIZ DE ÓRFÃO |
| 65- | HERMELINO ALVES DE SOUZA | JUIZ DE ÓRFÃO |
| 66- | MANOEL GONÇALVES | JUIZ DE ÓRFÃO |
| 67- | ANGELO TEXEIRA | PAI - ANTONIO TEXEIRA DA SILVA |
| 68- | MARCOS FERREIRA MONTE | MÃE - ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO |
| 69- | JOÃO DA MOTTA | JUIZ DE ÓRFÃO |
| 70- | JOSÉ DE ALMEIDA | VOLUNTARIAMENTE |
| 71- | RAIMUNDO FELIX DE MATTOS | AVÔ - ANTONIO TEXEIRA DE MATTOS |
| 72- | JUSTINIANO MANOEL DA CUNHA (EX-ALUNO DO COLLÉGIO DOS EDUCANDOS) | CUNHADO E TUTOR - CARLOS MARINHO FAGUNDES |
| 73- | JOÃO PEREIRA DOS PASSOS (FUGIU E FOI CAPTURADO POR UM MENOR JOSÉ FRANCISCO VIEIRA SALLES) | JUIZ DE ÓRFÃO |
| 74- | [BENEVENUTO] NERY DOS SANTOS | PAI - MANOEL FELIPPE DA CONCEIÇÃO |

| | | |
|------|---------------------------------|---|
| 75- | ANTONIO PEREIRA DA CUNHA | PAI – JERÔNIMO PEREIRA DA CUNHA |
| 76- | MANOEL FERREIRA NASCIMENTO | VOLUNTARIAMENTE (GRUMETE-ENVIADO A CÔRTE) |
| 77- | JUVENCIO MANOEL DO NASCIMENTO | MÃE – JOANNA MARIA BAPTISTA |
| 78- | JOÃO BERNARDO DA SILVEIRA | PAI – BERNARDO JOSÉ DA SILVA |
| 79- | MANOEL FELIPPER DE SANTIAGO | JUIZ DE ÓRFÃO |
| 80- | JOSÉ GOMES | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 81- | MANOEL GOMES | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 82- | MANOEL GARCIA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 83- | PEDRO DE LIMA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 84- | JOSÉ [FERREIRA] | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 85- | RAIMUNDO PEREIRA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 86- | LUÍS BANDEIRA DE SOUZA | JUIZ DE ÓRFÃO |
| 87- | JOAQUIM GOMES DE MELLO | JUIZ DE ÓRFÃO |
| 88- | MANOEL BAPTISTA DA SILVA | PAI – JOÃO BAPTISTA DA SILVA E MÃE – MARIA FRANCISCA DA ASSUMPCÃO |
| 89- | LUÍS ANTONIO FERREIRA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA – (EXCUSO) |
| 90- | FRANCISCO DE PAIVA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA – (EXCUSO) |
| 91- | FRANCISCO NOGUEIRA DAS CHAGAS | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 92- | MANOEL [HONORATO] DO NASCIMENTO | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 93- | JOÃO DA CUNHA THOMÉ | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA – (EXCUSO) |
| 94- | JOÃO DA COSTA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA – (EXCUSO) |
| 95- | SALUSTIANO FERREIRA DE SOUZA | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 96- | JOSÉ JOAQUIM DOS REIS | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 97- | LOURENÇO BENTO | PRESIDENTE DA PROVÍNCIA |
| 98- | JUVENCIO CABRAL DE SOUZA | OFICIAL DE JUSTIÇA (EXCUSO) |
| 99- | JOÃO FERREIRA DA SILVA | OFICIAL DE JUSTIÇA |
| 100- | FRANCISCO REGIS | MÃE – DONATA CAROLINA BEZERRA |
| 101- | JOÃO RODRIGUES DO NASCIMENTO | MÃE – ANNA GLÓRIA DO NASCIMENTO |
| 102- | JOÃO BATISTA BRANDÃO | JUIZ DE ÓRFÃO |

Fonte: Elaborada pela autora.

Para compreender melhor essa situação, construímos a tabela 14, apresentada a seguir, relacionando a ação entre os responsáveis e os alistamentos desses menores.

Tabela 14 - Relação entre os responsáveis pela indicação dos menores na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará

| Família | Presidente da Província | Juiz de Órfão | Voluntarios | Não consta | Escusos |
|---------|-------------------------|---------------|-------------|------------|---------|
| 42 | 36 | 16 | 6 | 2 | 11 |
| 41,17% | 35,29% | 15,69% | 5,88% | 1,96% | 10,78% |

Fonte: Elaborada pela autora.

Através dessa tabela 14, podemos perceber que a família consentiu e apresentou os menores, mediante prêmios, contribuindo com percentual de 41,17% do alistamento na

companhia. Com relação ao Estado, no caso das autoridades, especificamente, os Juizes de Órfãos, contribuíram com 15,69% do alistamento, mantendo os menores sobre sua tutela.

A questão se dá na atuação do Presidente da Província ao intervir diretamente sobre as famílias desvalidas, que não deram seu consentimento para alistar seus filhos na instituição. Cabia ao gabinete da presidência da província a ação de encaminhar os menores que se apresentavam voluntariamente, sem a presença de seu representante ou responsável legal, e sem o consentimento de seus familiares, como vimos na reportagem do O Sol.

Sendo assim, inferimos que a sociedade compreendeu essa ação como abuso de poder, uma vez que a presidência da província encaminhou um quantitativo de 41,17% menores, classificados como voluntários, se equiparando ao mesmo percentual da família que consentiram no alistamento.

Nessa busca por formação e educação, temos também o fator financeiro influenciando nessa ação. Diante de uma sociedade escravista, em que as pessoas não tinham oportunidades de trabalho e de educação, as famílias apresentavam ou entregavam ou mesmo ofereciam seus filhos também em troca de um prêmio, como cita o regulamento: contratados a prêmios.

Os prêmios correspondiam ao valor de cem mil réis por cada criança, sendo entregues aos responsáveis, mas com a prerrogativa deles deixarem um percentual para os menores, como consta no ofício¹³⁵ abaixo,

4 de Maio de 1865

Mande Vm^{ce} quanto antes organizar as folhas de pagamento do prêmio aos paes e tutores dos menores que nesta conformidade ultimamente assentaram praça nessa companhia ficando Vm^{ce} certo de que cada um dos paes ou tutores dos referidos menores deixem metade da gratificação para seus filhos. João Baptista d'Oliviera Guimarães. Capitão do Porto.

Em caso de desistência, isto é, caso os pais buscassem retirar os filhos da instituição, eles teriam que devolver o prêmio recebido e ainda arcar com todas as despesas, desde alimentação, fardamento, materiais de uso pessoal, para repor os gastos que a instituição efetuara com o menor durante sua permanencia na Companhia, como cita o ofício¹³⁶ a seguir,

31 Maio 1865

¹³⁵Livro Copiadores de Offícios - Referencia: 12.707. 4 de Maio de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

¹³⁶Livro Copiadores de Offícios - Referência nº 12.708. 31 de maio de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

O Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros, manda com urgência extrair uma conta circunstanciada de **toda despesa feita com os menores** da companhia de seu comando João Francisco de Paula Ramos e Antonio Domingos de Paula Barros, isto até a manhã 1º do corrente, incluindo nessa despesa os duzentos mil reis que recebeu a mãe dos ditos menores na Tesouraria da Fazenda. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto. (grifo nosso)

Contudo, mesmo diante das dificuldades, alguns pais buscaram resgatar seus filhos, uma vez que perceberam que a companhia não oferecia uma formação voltada para as artes ou ofícios destinadas ao mercado trabalho. Abaixo, temos o ofício¹³⁷ em que o capitão do porto dá as orientações para concretizar o pedido de Eulalia Barroso de Carvalho em busca de retirar seus filhos da instituição:

7 Junho 1865

O Ser. 1º Tenente Carlos Ramel, comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros, logo que lhe seja entregue por Eulalia Barroso de Carvalho a quantia de duzentos mil reis, de gratificação que ela recebera da Tesouraria da Fazenda pela apresentação de seus filhos Antonio Domingues de Paula Barros e João Antonio de Paula Barros, para terem praça na companhia de seu comando, assim como todas as despesas feitas com eles desde o dia em que tiveram praça até o em que lhe for entregue as ditas importâncias, excuse-os do serviço da companhia, cumprindo assim a ordem do Ex^{mo} Presidente da Província em data de 3 do corrente, devendo depois fazer uma guia da entrega dessas quantias na Tesouraria da Fazenda, a qual deve acompanhar um ofício desta Capitania. João Baptista de Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Na lista dos alistamentos, 11 menores, 10,78%, conseguiram ser liberados do quadro de corpo de praças da Companhia no mesmo ano (1865),

| | |
|----------------------------------|----------|
| Antonio Domingos de Paula Barros | (escuso) |
| João Antonio de Paula Barros | (escuso) |
| Sebastião Antonio da Silveira | (escuso) |
| Manoel Antonio da Silva | (escuso) |
| João Felisberto | (escuso) |
| Manoel Christão | (escuso) |
| João de Mattos Ribeiro | (escuso) |
| Luís Antonio Ferreira | (escuso) |
| João Thomé da Cunha | (escuso) |
| João da Costa | (escuso) |
| Juvêncio Cabral de Souza | (escuso) |

Havia, portanto, uma grande dificuldade para os pais retomarem seus filhos. Somente aqueles que possuíam algum recurso conseguiam reavê-los. Ademais, a instituição não abriria mão desse novo público, pois em todos os registros vinham escrito sendo eles inspecionados foram julgados capazes de servir, garantindo com isso o quadro reserva para o

¹³⁷Livro Copiadores de Offícios - Referência nº 12.708. 7 de Junho de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

Corpo de Imperiais Marinheiros. A proposta de profissionalização dos menores como marinheiros não atendia aos anseios dessas famílias. Muitas buscavam uma profissão mais aos moldes liberais, dando aos filhos oportunidades no mercado do trabalho.

No contexto educacional, existia à época, a ideia da função social da educação como um meio para garantir os meios honestos de vida – embutindo nas famílias e nas crianças a esperança de que elas poderiam, pelo ensino, galgar postos de trabalhos que lhes possibilitariam fugir da miséria e viver honradamente. Essa era a força coercitiva que o Estado usaria para convencer as famílias a entregar seus filhos às instituições educacionais. A semente estava lançada. Porém, os menores não aceitariam essa situação passivamente, como vemos no ofício¹³⁸ abaixo,

26 de Abril de 1865

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade Fortaleza em 26 de Abril de 1865. Ilmo Ser. Passo as mãos de V S^a as filiações em 6 vias do aprendiz [Alan - ilegível] Gonçalves Ribeiro do Valle, que se **ausentou** d'este Quartel por uma janela do [...], na madrugada de 22 do corrente mês. Deus Guarde a V^{sa} Ilm Ser. João Baptista de Oliviera Guimarães. Capitão de Fragata do Porto. (Assig.) Carlos Ramel 1º Ten. Com^{te}. (grifo nosso)

A saída era fugir. A incidência de fuga de menores, mesmo sendo um contingente pequeno como vemos nos mapas da companhia, onde em média era de dois a três menores no ano, abrindo um precedente para novas iniciativas, levou a companhia a repensar a forma de vigilância e tomou algumas medidas, que levou o Comissário e/ou o Escrivão pernoitarem no quartel, como cita o ofício¹³⁹ abaixo:

8 Janeiro de 1866

Atendendo a continuadas fugas de menores da Companhia de Aprendizes, e querendo abortar a reprodução deles determino ao S^{nr}. Comissário e Escrivão de Companhia de Aprendizes Marinheiros que d'ora avante aqueles que estiverem de serviço pernoite no Quartel, para o que tenho designado a Secretaria da mesma Companhia. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Todavia existia um problema, além de serem capturados pelos imperiais marinheiros, os próprios aprendizes marinheiros denunciavam e atuavam na captura de seus pares, como vemos no ofício¹⁴⁰ abaixo:

¹³⁸Livro Copiadores de Ofícios – Referência nº 12.708. 26 de Abril de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

¹³⁹Livro Copiadores de Ofícios - Referência nº 12.708. 8 de Janeiro de 1866, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

¹⁴⁰Livro Copiadores de Ofício - Referência nº 12.708. 12 de Junho de 1865, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará — Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

12 de Junho de 1865

O Senr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça na companhia de seu comando ao menor João Pereira dos Passos, que me foi remetido no dia 3 de Maio do corrente anno pelo Juiz Municipal d'Orphãos desta Comarca, como consta do officio do mesmo juiz de 5 do referido mez, o qual tendo se ausentado do Quartel da Companhia no dia 10 de Maio, apresentou-se no dia seguinte na companhia, donde tornou a auzentar-se no mesmo dia, foi no dia 10 do corrente **capturado pelo menor da** companhia José Francisco Vieira de Salles. Foi inspecionado no dia 4 de Maio passado e julgado apto a servir. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto. (grifo nosso)

Os aprendizes, logo assimilavam e aceitavam a doutrina e os dogmas militares, passando a ajudar a instituição, ganhando com isso prêmios e respaldo de seus superiores por cooperarem e cuidarem do que eles consideravam uma coisa pública, como citado em relação ao projeto de educação do Estado.

O alistamento de menores na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará não ficou restrito à Fortaleza, o Estado e a instituição estenderam seus braços em outras cidades, como em Aquiraz, Vila de Viçosa, Maranguape, São Bento da Montada, Aracaty, Soure (Caucaia), Mecejana (Messejana), dentre outros. Abaixo transcrevemos os officios¹⁴¹ das cidades de Aquiraz e Viçosa para exemplificar.

d) Aquiraz,

5 de Janeiro 1867

Ao Mesmo. - O Ser. Escrivão da Companhia de Aprendizes Marinheiros senta praça nessa companhia aos menores Aureliano Borges da Fonseca, Manoel [ilegível] de Andrade e João Figueira de Tamandaré, José Liberato Barroso, os quais foram ontem remetidos pelo substituto do Juiz de Órfão de Aquiraz, segundo consta o officio de 3 do corrente. Todos foram inspecionados e julgados aptos para o serviço. João Baptista de Oliviera Guimarães. Capitão do Porto.

e) Viçosa do Ceará,

16 Abril 1867

O Ser. Escrivão da Companhia de Aprendizes Marinheiros, assente praça nessa companhia aos menores José Ferreira do Nascimento, que me foi apresentado no dia 18 de Março por seu pai Vicente Ferreira do Nascimento mediante o premio cuja folha organizará, Raimundo Luciano, João Luís de Jesus e Joaquim Francisco dos Santos, remetidos pelo Juiz de Órfãos do termo de Villa Viçosa em 3 de Abril, Francisco Pereira, que na mesma data se me apresentou voluntariamente. Achilles Lacombe. Capitão do Porto.

Acreditamos que o desenrolar da guerra provocou a captação dos menores em lugares mais ermos da província, especialmente com a proposta dos navios-escolas, que tinham além do objetivo de promover a formação prática do corpo da tropa, captar pessoal para a instituição.

¹⁴¹Livro Copiadores de Offícios - Referência nº 12.708. Janeiro e Abril de 1867, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará - Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

Em pleno processo de consolidação, a companhia se viu envolvida diretamente com a Guerra do Paraguai. Entre 1866 até 1870, a companhia passou a enviar os menores aprendizes à Corte e dela para o *front*. Em 1871, o governo imperial reconheceu a importância das companhias e acabou com o recrutamento forçado. Contudo, isso não significou que a companhia teria a receptividade da população.

6.2 Ideia de profissionalização, formação moral e intelectual e as escolas de primeiras letras na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará

No Ceará, o ano de 1866, o alistamento dos menores na companhia de aprendizes marinheiros continuou como ocorreu no ano anterior, remetidos pela família (mães, pais, irmão, avôs, tios, cunhados, padastros, etc.), pelas autoridades e os próprios menores se alistavam a revelia de sua família. Novas autoridades surgem no contexto dos alistamentos, como: Subdelegado do Distrito, Chefe de Polícia da Província.

De acordo com o relatório do Presidente da Província¹⁴², os estabelecimentos de ensino de primeiras letras voltados para atender menores do sexo masculino, oriundos da camada popular, eram ministrados nos seguintes estabelecimentos: Colégio de Educandos, que constava com 69 aprendizes artífices, embora tivesse sido determinado seu fechamento, e a Companhia de Aprendizes Marinheiros que contava com 96 aprendizes marinheiros.

A guerra alcançou e ultrapassou os muros da companhia, levando menores a serem enviados para o *front*, pois o momento exigia a colaboração de todos, especialmente, depois da derrota de Curupaiti e de Humaitá, como citamos na obra de Machado de Assis. O clamor se intensificou. Criadas em tempo de paz, a guerra inaugurava um novo contexto para as companhias de aprendizes marinheiros, que não combinava com o risco de um conflito bélico e a proposta de educação e formação profissional almejada pela camada popular.

Durante o ano de 1867, o alistamento continuou. A província recebeu o novo capitão do porto, em 29 de Janeiro de 1867, o Capitão de Fragata Achilles Lacombe. Nesse período, os alistamentos são intensificados por ordem do Governo Imperial, no caso, o Presidente da Província, estende a captação de menores para outras autoridades, em particular, delegados e subdelegados de polícia, como citado.

¹⁴²Relatório do Presidente da Província do Ceará – Instrução Pública para o ano de 1866. p. 26. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/193/000024.html>> Acesso em 07 jun. 2016.

Nesse período, segundo o relatório¹⁴³ da Província, a companhia já era vista como um referencial no ensino, exigindo por parte das autoridades investimentos e melhorias em suas instalações, pois, a condição de higiene levou muitos aprendizes a necessitarem de cuidados médicos. A companhia aumentou o número de aprendizes, passando a um quantitativo de 127 menores, não podendo atender mais, como cita o relatório, devido à falta de condições no prédio. Nesse relatório, a companhia solicitou ao comando da marinha um navio escola, no caso, um escaler para as aulas práticas com objetivo de promover o aprendizado profissional. As atividades referentes à instrução de primeiras letras são minimizadas, enquanto as atividades profissionais ganham maior destaque.

Nesse período, é implantado no currículo da companhia aulas de músicas, como dispõe o ofício¹⁴⁴ de

02 de Abril de 1867

Ao mesmo. Mand^o organizar a folha de pagamento de J^m. M^{el}. Bittencourt. O Señr. Escrivão da Companhia organize a folha de pagamento a contar de 25 de Fevereiro ultimo de J^m. M^{el}. Bittencourt contratado pela autoridade da presidência em officio de 20 daquelle mez para ensinar alguns menores dessa comp^a a tocar pífano e tambor [recebendo] a gratificação de vinte mil réis mensal. Achilles Lacombe.

O aprendizado de música na companhia seria utilizado para que os menores pudessem conhecer os toques e os sinais utilizados nos navios de guerra. Os que se destacavam no aprendizado foram enviados para outras companhias como professores-monitores. Destacamos, nesse momento, que o método de ensino mútuo se estendeu a outras áreas de formação além do ensino de primeiras letras. Em novembro de 1867, foi nomeando, um novo professor de primeiras letras para substituir o Escrivão de 3^o Classe Rodrigo Navarro, assumindo a função o Imperial Marinheiro Júlio Cesar da Silva [Texeira], como citado anteriormente.

Com a guerra se prolongando, o Ministro da Marinha se dirigiu às companhias para que enviassem o maior número possível de menores. Os critérios estavam sendo redimensionado para atender e, assim, completar o quadro de voluntário que era exigido de cada província, como segue no ofício¹⁴⁵ abaixo,

¹⁴³Relatório com que o Exm^o Senhor Tenente-Coronel de Engenheiros João de Souza Mello e Alvim, Presidente da província do Ceará, passou a administração da mesma ao Exc. senhor 1^o Vice-Presidente, Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, no dia 6 de maio de 1867. Fortaleza. Typographia Brasileira, rua Formosa n^o 88. Relatório 1867, p. 20. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u209/000020.html>> Acesso em: 07 jun. 2016.

¹⁴⁴Livro Copiadores de Ofícios - Referência n^o 12.708. 02 de Abril de 1867, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará - Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

¹⁴⁵Livro do Ministério dos Negócios da Marinha – Referência 725 – Livro 97. 28 de Maio de 1867, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará.

28 de Maio de 1867

Ill^{mo} Sñr. Não tendo essa Província completado os contingentes com que deve concorrer para o serviço da Armada, e sendo da maior urgência preencher as vagas existentes na lotações dos navios e dos corpos da marinha, novamente recomendo a V. Ex^a que mande proceder ao recrutamento como fora a actividade e rigor, observados as prescrições da lei. Outro sim deve V. Ex^a fazer embarcar na primeira oportunidade com destino a esta Côrte, o menores da Companhia de Aprendizes Marinheiros que tenham attingido a idade legal e aquelles que, independente d'essa condição apresentarem o necessário desenvolvimento robustez para o serviço. Deos Guarde a V. Ex^a Affonso Celso de Assis Figueiredo. - Presidente da Província do Ceará.

O critério, inicial, para envio dos menores determinava que os menores tivessem 16 anos, o mínimo de três anos como aprendizes e que apresentassem desenvolvimento físico apropriado para o serviço, ressaltado no ofício acima. Contudo, esses critérios, na urgência do conflito, foram deixados de lado. O capitão do porto elogia as condições de instrução profissional e de disciplina dos menores. Nos anos de 1868 e 1869, o alistamento dos menores se efetuou, em sua maioria, pelas autoridades locais.

O ano de 1868 foi um ano atípico para a companhia que apresentou o seguinte mapa¹⁴⁶:

| | | |
|-------------------------|-----------------------|------------|
| Assentaram praça | | 216 |
| Diversas alterações | Falleceram | 4 |
| | Desertaram | 14 |
| | Seguiram para a Côrte | 61 |
| | Tiveram baixa | 26 |
| Total | | 105 |
| Promptos no quartel | | 104 |
| Doentes no hospital | | 5 |
| Ausentes | | 2 |
| Total | | 111 |
| Estados | Effectivos | 111 |
| | Faltam | 89 |
| | Excedem | 0 |
| | Completos | 200 |

¹⁴⁶Relatorio apresentado ao Exmo Sr.Vice- presidente da Provincia do Ceará Dr. Gonçalo Baptista Vieira pelo Exmo Vice-Presidente Dr. Antonio Joaquim Rodrigues Junior, no acto de passar-lhe a administração da mesma província em 31 de julho de 1868. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1419/000017.html>> Acesso em 07 jun. 2016.

Nesse mapa, temos pela primeira vez, o número de 216 aprendizes, atingindo o proposto pelo regulamento, mesmo que por um breve momento, como consta no tópico diversas alterações, que nos chamou atenção pelo envio de 61 aprendizes marinheiros para a Côrte, assim como pelo contingente de 14 aprendizes que desertaram e 26 que deram abaixo. Como citado, a proposta de formação e educação não combinava com o conflito bélico que exigia a participação dos menores no *front*.

Para o ano de 1869¹⁴⁷, a companhia contava com 93 aprendizes, seguiram para corte 22, ausentaram 3, assentaram praça 3 e faleceu 1. Estavam efetivos no quartel-escola 93 aprendizes, 2 estavam doentes. Com a guerra chegando ao seu final, o número de menores enviado para Corte foi diminuindo.

Findada a guerra em 1870, a companhia passou por varias reformas, dentre elas, para o ano de 1871, a companhia ganhou a instalação de uma enfermaria em suas dependências, como cita o ofício¹⁴⁸ abaixo,

1º de Julho de 1871

III^{mo} Ex^{mo} Sñr. Tomando em consideração o que representou o Capitão do Porto dessa província, resolvi que se estabeleça no quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros uma enfermaria para o tratamento dos respectivos praças, escolhendo-se para esse fim o aposento, que fôr apropriado. O que communico a V. Ex^a para sua intelligencia e exercício na parte que lhe toca e em resposta ao offico nº 17 de 11 de maio ultimo. Deos Guarde a V. Ex^a Manoel Antonio Duarte. – Presidente da Província do Ceará. Cumpra-se. Palacio do Governo do Ceará. 23 de Julho de 1871.

Para montar, organizar e efetivar a enfermaria com doze leitos, a companhia contratou o Doutor Antonio Rodrigues Cajado. Em fevereiro, o Dr. Cajado foi substituído pelo Dr. Antonio Mendes da Cruz Guimarães. A enfermaria vinha atender a necessidade de prestar serviços de saúde aos praças da companhia, bem como reduzir os custos com despesas hospitalares, assim como evitar que os menores saíssem do quartel-escola, mantendo-os sob vigilância e longe das críticas.

Contudo, a enfermaria não foi palco apenas de cuidados para com a saúde dos menores, foi também palco de violência contra eles. Citamos aqui o ato contra a moral, no qual o comandante da companhia precisou tomar ações para inibir tal ação. O objetivo era evitar o constrangimento para próprio estabelecimento de ensino caso esse ato viesse a público e assim prejudicasse a imagem da instituição. Nesse período, a conduta moral dos que

¹⁴⁷Relatorio apresentado ao Exmo Presidente da província do Ceará Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques pelo 2º Vice-Presidente Coronel Joaquim da Cunha Freire, no acto de passar-lhe a administração da mesma província, em 26 de julho de 1869, Fortaleza. Typographia Constitucional. Rua da Boa Vista n.25. 1869. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1421/000010.html>> Acesso em: 10 de jun.2016.

¹⁴⁸Livro do Ministério dos Negócios da Marinha – Referência 726 – Livro 98. 1º de Julho de 1871, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará.

tratavam com a educação, particularmente, das crianças era constantemente questionada pelas autoridades, como percebemos em Moacyr (1936) e Castelo (1970).

Como quartel-escola, a companhia não possuía um lugar apropriado para manter os marinheiros, com problemas na justiça militar ou civil, afastando-os dos menores aprendizes, uma vez que, a guarda desses infratores se constituía em uma das atividades e obrigações militares desses aprendizes. Logo, assegurar proteção física e moral a eles não seria tão fácil.

Uma das grandes dificuldades apontadas na sociedade em geral a época era a questão moral. A proximidade dos menores aprendizes com os marinheiros presos e com marinheiros visitantes, oriundos de diversas localidades, dos quais a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará não conhecia seus valores morais, constituía-se em um momento de extrema fragilidade e de risco para os menores.

Os menores, no exercício da função militar, no caso, na guarda dos militares presos, eram envolvidos e persuadidos a participarem de jogos de azar, um passatempo para os presos, mas uma prática não aceita para os aprendizes. Esse simples passatempo poderia levar os aprendizes ao vício dos jogos de azar. Outro exemplo a ser expurgado, seriam os atos de insubordinação praticados por esses detentos juntos aos seus oficiais superiores. Essa prática de insubordinação poderia ser assimilada pelos menores, levando-os a se insurgirem contra seus superiores, o que era inadmissível.

Manter os menores aprendizes afastados dos maus costumes, dar a eles uma formação moral exigida pela sociedade à época, era um grande desafio em um período em que os próprios menores nem sequer eram reconhecidos como crianças. O próprio conceito de criança, no caso infância, não existia em meados do século XIX no Brasil, como já citado.

A educação começava a ser vista como um meio pelo qual seriam impressos os valores morais constituindo-se no caminho que ainda estava sendo delineado para consolidação desses valores, reivindicados pela sociedade a época. Portanto, era necessário estabelecer uma forma de educação, de regulamentação social e controle do indivíduo, adequando-o a um “padrão de modelação e civilidade”, como enfatizou Elias (1994, p.179).

Esse controle seria inicialmente promovido dentro da família, porém, nos casos dos órfãos e crianças desvalidas era repassado para as instituições públicas, que no caso da companhia, como uma instituição de formação educacional, buscou incutir o autocontrole nos menores aprendizes. Princípios difundidos pela escola, como afirmou Ariès (1986, p.165): “[...] a escola (...) se tornaram no início dos tempos modernos um meio de isolar cada vez

mais as crianças durante um período de formação moral como intelectual, de adestrá-las, graças a uma disciplina mais autoritária, e, desse modo, separá-las da sociedade dos adultos.”.

No Ofício¹⁴⁹ abaixo, trazemos as palavras do comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará que solicitou ao 3º Distrito Naval providencias para coibir atos contra a moralidade no qual um menor aprendiz estava envolvido,

Quartel da Comp^a em 13 de Novembro de 1871. (RESERVADO). - III^{mo}. Ex^{mo}. S^f. Não tendo podido obter [d’esta a] de ter sido o **Imp^{al} Eulalio de Sousa Barbosa** o que praticara actos de pederastia com o **aprendiz Mar^o Joaquim dos Anjos Maria**, mas a coincidência de sofre **Eulalio a mesma moléstia**, por cuja causa deô-se por doente o referido aprendiz como reconhecêo o respectivo cirurgião quando a ambos então examinara, faz-me pois acreditar que com effeito fosse Eulalio o causador de tão reprovado vicio e por isso vou rogar a V^a S^a que embora na duvida em que infelizmente laboro, todavia seja elle substituído por um outro imp^{al} da guarnição da canhoeira Ypiranga ora ancorada n’este porto. V^a S^a deve comprehender [que me ter eu] esforçado para descobrir o culpado, mas, achando-se ainda em tratamento o mencionado aprendiz não tenho podido empregar a precisa energia a fim de alcançar a verdade que tanto [almejo] porque o próprio menor longe de auxiliar as pesquisas que até hoje me tem suggerido, ao contrário as tem frustrado, variando em attribuir a sua enfermidade a principio a Eulalio e depois a outros empregados da comp^a. Nutro esperanças de **mais tarde [quando poder] castigar apropriadamente o indicado aprendiz**, conseguir attingir ao delinqüente, mas n’essa ocasião não [ter] como agora oportunidade para afastar do seio dos aprendizes empregado tão perigoso como já presumo ser o imp^{al} Eulalio, e ainda na hypothese de nunca chegar ao conhecimento da verdade V^a Ex^a apreciará que não deixa por isso de muito aproveitar a disciplina e a educação d’estas creanças, a retirada de um empregado sobre quem já [pesão] fundadas suspeitas de tamanha perversidade. Deos Guarde ao V^a Ex^a S^r Comm^{te} do 3º Distrito Naval. Assign^o J. C. Moreira. Comm^{te}. (grifo nosso)

Uma violência pela qual o menor era considerado culpado, e na época, compreendia-se que ele merecia e deveria ser castigado. A instituição não via e não queria aceitar, negava-se a reconhecer mesmo quando o menor, em sua fala, atribuiu “a sua enfermidade a principio a Eulalio e depois a outros empregados da comp^a”. Era algo que nos parecer que já vinha acontecendo, uma vez que o próprio agressor, também teria sido vítima da mesma violência, uma prática velada e silenciosa, com a qual esses menores teriam que conviver com seus algozes.

O caso de pederastia citado no ofício, mesmo que não fosse confirmado ainda sob exame médico, nunca era tomada como verdade, como enfatizou o próprio comandante da companhia ao citar “na hyppotese de nunca chegar a verdade”. Por ter acontecido dentro de um estabelecimento de formação e ensino, um quartel-escola, a instituição buscou preservar e criar uma imagem positiva diante da sociedade, mantendo o ocorrido dentro de seus muros.

¹⁴⁹Livro Copiadores de Ofícios 1865 a 1872 - Referência nº 12.707. Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará - Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

Assim, a companhia, no ano de 1871, se apresentou e propagava à sociedade cearense como meio para tirar as crianças da marginalidade, dos vícios, da ociosidade, tendo a educação como palco para efetivar essas ações, bem como se colocando como o meio, para quem nela adentrassem, de adquirir uma vida honrada e clamou as autoridades a exercerem, novamente, seu papel, ressaltamos que seu público alvo eram as famílias desvalidas, como consta no ofício¹⁵⁰ a seguir,

18 de Julho de 1871

Convido promover o desenvolvimento das companhias de aprendizes marinheiros visto como são reconhecidamente o núcleo fecundo, donde sahe a parte mais [ilegível] da guarnição dos nossos vãos de guerra recommendo muito a V. Ex^a que fazendo as autoridades locais compenetrarem-se da importância de taes instituições expeça as necessárias ordens aos Juizes de Orphãos e Chefes de Policia para que remetão ás ditas companhias as **crianças desvalidas** as quaes ali recebem educação, adquirem um ramo de **vida honroso** e ficão exemptos dos vícios e crimes que a ociosidade gera. Confiando na solicidade de V. Ex^a e no zelo das ditas autoridades, o Governo Imperial espera que seo pensamento será efficazmente auxiliado. Deos guarde a V. Ex^a. Manoel Ant^o Duarte de [ilegível] – Communique se. Palácio do Governo do Ceará, 12 de Agosto de 1871. (grifo nosso)

Em 1871, a Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará¹⁵¹ recebeu um novo comandante, o Capitão Tenente José da Cunha Moreira, que veio substituir o 1º Tenente Carlos Ramel que havia falecido. A companhia contava nesse período com 95 aprendizes marinheiros, em seu cronograma consta que 5 desertaram, 25 foram enviados a Côrte e 5 deram baixa, adentram a companhia 33 novos aprendizes. Nesse período, foi cogitada a possibilidade de se colocar a companhia em um navio-escola, como cita o ofício¹⁵² a seguir:

30 de Janeiro de 1871.

Comp^a do Ceará, 30 de Janeiro de 1871. Ill^{mo}. Señr. Em solução ao Aviso Circular de 31 de [Dezembro] último do Ministério da Marinha cumprim-me dizer que não acho conveniente para continuar o bom andamento a que attingiu a comp^a de aprendizes do Ceará, que seja **quartel abordo de um navio**, em razão do porto ser tão mau, que apenas permite que a comunicação das embarcações com a terra e vice-versa, se faça na baixa mar, e ainda assim sempre sujeito a molhar-se a guarnição do escaler e os objetos que precisem conduzir. Há conhecido dos profissionais que tem estado na capital do Ceará, que o melhor meio de baixar á terra, o mais seguro e o menor sujeito a virar e a causar prejuízos certos, é em jangadas, ora, é claro que um navio quartel que tem de se communicar com a terra diversas vezes, para recebimentos de toda sorte, em um porto que só na baixa mar da desembarque e embarque, não se pode conseguir que a marcha de seo serviço seja devidamente preenchida. Nas meias marés porém, pode dar-se embarque e

¹⁵⁰Livro do Ministério dos Negócios da Marinha – Referência 726 – Livro 98. 18 de Julho de 1871, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará.

¹⁵¹Relatorio apresentado a Assembleia provincial do Ceará na segunda sessão da décima oitava legislatura no dia 4 de Julho de 1871 pelo presidente da mesma província o Conselheiro Barão de Taquary. Fortaleza: Typografia Constitucional. Rua da Boa Vista 25 – 1871. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/202/000019.html>> Acesso em: 04 Jun. 2016.

¹⁵²Livro Copiadores de Offício – Referência 12.707. 30 de Janeiro de 1871, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará - Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

desembarque, mas em jangada, meio de conducção este, que carece de um pessoal, apropriado e com o qual muito terá a desprender o estado, e que em nada aproveita aos aprendizes, porquanto nos navios não tem semelhante espécies de transportes, [...]

A questão do porto e a dificuldade de transitar no mar em Fortaleza continuavam desafiando os que navegavam em águas cearenses, como ressaltou Koster e Araripe anteriormente.

O comandante reconheceu os limites de seus instrumentos – os escaleres – que só transitavam na maré baixa, bem como enfatizou que em nada serviria para o desenvolvimento profissional dos aprendizes dependerem de jangadas para efetivarem suas atividades. De fato, o comandante defendia que o governo desprenderia gasto desnecessário para efetivar as atividades do quartel-escola em um navio-escola, no caso específico do Ceará. Essa questão foi cogitada, também, em 1870, porém, o embate somente foi resolvido em 1872, com a permanência da companhia em terra, em casas pertencentes ao Sr. José Joaquim Carneiro, como cita ainda o ofício¹⁵³,

31 de Abril de 1870

Em Aviso Circular de 31 de Abril de 1870, mandou o S. Ex^a ao Sr Ministro da Repartição ouvir se era, ou não conveniente que esta comp^a fosse vista parece sofrer a menor contestação uma semelhante proposição; por isso que os mar^{os} são para o mar e não para a terra, mas as ponderações então feitas pelo capitão do porto e comm^{te} dos aprendizes corroboradas pela presidência, isto em Janeiro do anno passado, callarão no animo do mesmo Ex^{mo} Ministro, de forma tal que resolveo a continuação da comp^a aquartellada em terra. Aquartellamento: continua a comp^a aquartellada em 9 casas pertencentes ao negociante José Joaquim Carneiro, das quaes 4 achão-se em quase completa ruína, e as outras embora mais novas, já precisando de promptos reparos.

No ano de 1872, a companhia contava com 75 aprendizes, a instrução militar ministrada pelo mestre-escola 1º Sargento Julio César da Silva Texeira, que também continuava ministrando as aulas de primeiras letras. Segundo o comandante da companhia Tenente José da Cunha Moreira, a instrução de primeiras letras estava prejudicada por não se ter um profissional específico do magistério, tendo ele mesmo que ministrar aulas aos menores em alguns momentos, como consta no ofício¹⁵⁴ abaixo,

¹⁵³Livro Copiadores de Offício – Referência 12.707. 31 de Abril de 1870, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará - Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

¹⁵⁴Livro Copiadores de Offício – Referência 12.707. 1º de Janeiro de 1872, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará - Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

1º de Janeiro de 1872.

[...] Instrução Primaria: O mestre que dirige esta classe de estudo é o mesmo mestre da comp^a, o qual infelizmente não tem as habilitações para o magistério como era para desejar, resultando disso não obtemos estudantes regulares que possam mais tarde serem bons sargentos do Corpo de Imperiais falta que nós muito sentimos. Tenho acompanhado de perto as três classes de instrução que aqui damos aos aprendizes e até mesmo as dirijo quando sobra-me tempo, além dos exercícios geraes de 5 a 20 em cada mês e mostra as quintas-feiras, mas ainda assim penso que os aprendizes quando da época de seguirem para o corpo deixão a comp^a. a meo ver a quem dos sacrificios empregados, devendo sem duvida a falta de bons empregados, e por isso em ambos os relatórios apresentados ao Ex^{mo}. S^f. Comm^{te} do 3º Distrito por ocasião das inspecções indicamos palpitante necessidade de termos melhores inferiores; e entõ também pedimos o capelão que parece determina o regulamento para todas as comp^a. , o qual encarregando-se da educação intellectual, também se encarregasse da espiritual [...]

No caso, se refere ao mestre-escola Júlio César da Silva Texeira, que acumulava várias funções. Nesse ano, caiu o número de aprendizes, como cita ainda o relatório¹⁵⁵,

Decadencia da comp^a. [...] decrescente tem sido o numero de menores que tiverão praça de aprendizes mar^o durante os quattros annos últimos, deprehendendo-se que não ligarem todo interesse, os Cavalheiros que no futuro dirigirem os destinos das Províncias onde hajão comp^a., viveiros de marinheiros para os nossos vasos de guerra, as vantagens de tão util instituição ficarão a quem das despesas feitas pelo Estado [...]

Entre os anos de 1871 e 1873, a reestruturação da companhia envolveu mudanças em varias áreas. No setor médico, houve diversas mudanças no comando da enfermaria. Em 1872, assumiu o comando da enfermaria o Dr. José Lourenço de Castro e Silva, e o enfermeiro Sr. Gabriel José do Valle. Em 1873, esteve sobre os cuidados do Dr. Francisco Borges da Silva. Entre reformas no prédio, reorganização nas tabelas de alimentos, pedidos de fardamento, dormitórios, o que se fazia latente era a falta de menores aprendizes, como segue no officio¹⁵⁶,

30 de Julho de 1873

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sñr. Em additamento ao aviso Circular expedido a essa presidência em 18 de Julho de 1871 recommendo a V.Ex^a que reitere suas ordens ás autoridades Policiaes e aos Juizes de orphãos para que remettão a Companhia de Aprendizes Marinheiros o maior numero possível de menores nas condições de terem praça na mesma companhia. Deos Guarde a V.Ex^a Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Sñr. Presidente da Província do Ceará. – Cumpra-se Palacio do Ceará, 12 de Agosto de 1873. – Officio ao Dr. Chefe de Policia e aos Juiz de Orphãos. 14 de Agosto de 1873.

¹⁵⁵Livro Copiadores de Officio – Referência 12.707. 1º de Janeiro de 1872, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará - Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

¹⁵⁶Livro do Ministério dos Negócios da Marinha – Referência 726 – Livro 98. 30 de Julho de 1873, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará.

O Ministério da Secretaria dos Negócios da Marinha, mais uma vez, cobrava uma atitude do Presidente da Província, uma ação mais efetiva junto às demais autoridades, o que levou o ofício acima a ser enviado em cópia para o Chefe de Polícia e para o Juiz de Órfãos, autoridades responsáveis também pelos menores na cidade.

As dificuldades de alistamento continuaram e, em 1874, novamente, o ministério recorre mais uma vez ao presidente da província, como vemos no ofício¹⁵⁷ a seguir,

Confidencial – Rio de Janeiro, 13 de Abril de 1874

III^{mo} e Ex^{mo} Sñr. Com referência á Circular expedida á Presidência d’essa Província em 12 de Fevereiro último, julgo conveniente recomendar a V. Ex^a **o emprego de todos os esforços e diligência** a fim de augmentar-se o numero das praças da Companhia de Aprendizes Marinheiros, e bem assim que [procura] com actividade o recrutamento para complementarem-se o **recrutamento** para complementarem-se os Corpos de Marinha. [ilegível] com toda a consideração. De V. Ex^a A. Att. [ilegível] Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. (grifo nosso)

A caçada aos menores recomeçou, todos os esforços deveriam ser empregados. O Estado continuava a impor sua força. Nesse ofício, temos, claramente, a palavra recrutamento, para os menores, trazendo a carga pejorativa que estava atrelada a ela. As autoridades vêm a usar e abusar novamente de seu poder, no sentido de captar menores sem seguir o estabelecido no regulamento. O próprio ministério reconheceu os abusos, uma vez que nenhum menor escapava, como cita o ofício¹⁵⁸,

28 de Novembro de 1874

III^{mo} e Ex^{mo} Sñr. Muito acertadamente procedeo V. Ex^a prohibindo o **abuso, que ahi estava em pratica, de recrutamento menores** para a Companhia de Aprendizes Marinheiros, na qual como V.Ex^a bem pondera, **só devem ser admittidos orphãos, desvalidos, ou menores apresentados pelos próprios pais.** O Governo Imperial contando com todo o zelo e solicidade de V.Ex^a, espera que na referida Companhia, actualmente tão reduzida em numero de praças atinja em breve ao seo estado completo. Deos Guarde á V. Ex^a. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. – Sñr. Presidente da Província do Ceará. – Cumpra-se e publique-se. – Palácio do Governo do Ceará, 16 de Dezembro de 1874. H. Graça. (grifo nosso)

Não se respeitava mais os critérios do regulamento que deteminava que só deveriam “ser admittidos orphãos, desvalidos, ou menores apresentados pelos próprios pais”.

No ano de 1875, as dificuldades para atender ao regulamento continuaram. O alistamento de menores diminuiu e o ensino de primeiras letras apresentou pouco progresso, como consta no ofício¹⁵⁹ a seguir,

¹⁵⁷Livro do Ministério dos Negócios da Marinha - Referência 726 – Livro 98. 13 de Abril de 1874, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará.

¹⁵⁸Livro do Ministério dos Negócios da Marinha – Referência 727 – Livro 99. 28 de Novembro de 1874, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará.

¹⁵⁹Livro do Ministério dos Negócios da Marinha – Referência 727 – Livro 99. 22 de Dezembro de 1875, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará.

22 de Dezembro de 1875.

Ill^{mo}. Ex^{mo}. Sñr. Pelo officio de V. Ex^a n° 24 , de 24 de Agosto ultimo fico inteirado das informações por V.Ex^a presta das a respeito do estado da Companhia de Aprendizes Marinheiros dessa Província quanto ao pouco zelo e interesse da parte do professor de primeiras letras convem que seja advertido o capellão a quem compete esse dever recommendando a V. Ex^a ao Capitão do porto que represente quando o mesmo capellão faltar ás suas obrigações com prejuízo da educação dos menores. Deos Guarde a V. Ex^a. – Sr. Presidente da Província do Ceará. – Cumpra-se. Palacio do Governo do Ceará. – 11 de janeiro de 1876. – Por cópia ao Capitão do porto em 11.1.76.

Por ser uma estação de marinha, a província do Ceará não possuía a figura do capellão e, de fato, o Seminário da Prainha¹⁶⁰, ainda não atendia a demanda para formação dos professores primários. Somente em 1875, a figura do capellão ganhou destaque na companhia de aprendizes marinheiros do Ceará como responsável pela educação dos menores. O capellão não podia se dedicar exclusivamente à questão da educação, tendo repassado essa função às mãos de seu auxiliar, um militar, que não possuía experiência no magistério. Novamente, a função de professor de primeiras letras foi executada por aqueles que atendessem apenas os critérios de saber ler, escrever, contar e ter uma moral ilibada, como já citada.

As décadas passavam e a conduta em relação à instrução primária não se modificava, pois, dentro ou fora da instituição militar, não existiam profissionais para atender e se dedicar a essa questão. Moacyr (1936), Azevedo (1958) e Castelo (1970) enfatizavam a falta de salários adequados para esse profissional, sendo um dos motivos que afastavam qualquer pessoa com formação em escolas normais ou mesmo com instrução superior para atender esse nível de ensino, além de não trazer respaldo econômico e social diante da sociedade. Contudo, a preocupação pertinente da companhia era a captação de menores. De fato, o ensino primário era uma forma de persuadir a camada popular a conduzir seus filhos para a instituição.

No ano de 1877, a companhia enfrentou um grande desafio, a epidemia de varíola. A seca, que se instalou nesse período, trouxe junto a peste. Para evitar um surto na companhia¹⁶¹, o comandante solicitou providências para vacinar os aprendizes,

16 de Junho de 1877

Ill^{mo} Ex^{mo} Sr. Em resposta ao officio n° 100 que V. Ex^a me dirigiu a 11 de Maio ultimo declaro a V. Ex^a que o Doutor Cirurgião-Mor da Armada, conforme communica em officio de 13 do corrente, solicitou ao presidente do Instituto Vaccinio, afim de serem remetidos à Companhia de Aprendizes Marinheiros dessa província. Deus Guarde a V. Ex^a Luís Antônio Pereira Franco. – Presidente da província do Ceará. – Cumpra-se. Palácio do Governo do Ceará. – 3 de Julho de 1877. – Att. ao Cap. do Porto em 3.7.7.

¹⁶⁰Ver Gisafran Nazareno Mota Jucá, Seminário da Parinha: indícios da memória individual e da memória coletiva, que nos relata os primórdios dessa instituição em Fortaleza.

¹⁶¹Livro do Ministerio da Marinha – Referência 727 – Livro 99. 16 de Junho de 1877, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará.

Rodolpho Teóphilo afirmou que o instituto enviava para a província do Ceará, mensalmente, uma provisão, contudo o momento exigia mais. A fama de suas vacinas correu por toda a capital e a companhia solicitou a sua ajuda, assim, devido aos bons resultados, a vacinação, nos anos seguintes, ficou a cargo do Dr. Rodolpho Tóphilo (1997, p.101),

A boa qualidade da vaccina estava no domínio publico e tanto que o commandante da Escola de Aprendizes Marinheiros Cap^m. Ludugero Motta pediu-me para eu fazer a vacinação n'aquella Escola, onde havia crescido numero de meninos não vaccinados. Accedi de boa vontade ao pedido e lá fui, encontrando 54 aprendizes não preservados da varíola. A todos vaccinei com os melhores resultados.

De acordo com Dr. Rodolpho Teóphilo, a população pobre fugia da vacina, mas também do alistamento forçado de suas crianças.

Durante a década de 1880, a marinha promoveu diversas reformas nas companhias de aprendizes marinheiros, suprimindo algumas delas. No Ceará, embora com a dificuldade no alistamento de menores, o número foi acrescido para 300 aprendizes, como cita o ofício¹⁶², publicado no jornal Cearense, que mais uma vez é utilizado como meio para atingir a camada popular,

16 de Novembro de 1880
Ill^{mo} e Ex^{mo}. Sñr. - Tendo em vista o que V. Ex^a expõe no officio nº 1 a 50, de 18 de outubro próximo findo, approvo o acto de V. Ex^a mandando elevar provisoriamente a lotação da Companhia de Aprendizes Marinheiros d'essa Província; e auctorizo-a a fixar em **trezentos o número dos menores**, contanto que estes sejam fortes e sadios. Deos Guarde a V.Ex^a. José Rodrigues de Lima Duarte. – Sr. Presidente da Província do Ceará. Publique-o. Palácio do Gov. do Ceará. 1º de dez. de 1880. (grifo nosso)

O ofício destacava o caráter provisório, pois, estava em discussão, no Conselho Naval, a reforma para as companhias de aprendizes marinheiros em todo o país. Fato que se manteve aproximadamente por todo final do século XIX, quando a Marinha contava, de acordo com seus relatórios, com um contingente de 1.500 aprendizes, em 18 escolas distribuídas pelas diversas províncias (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso), como temos na tabela abaixo,

¹⁶²Livro do Ministério da Marinha – Referência nº 727 – Livro 99. 16 de Novembro de 1880, Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará. Encontrado, também, no Jornal CEARENSE – nº 152 – Anno XXXV. – p. 1 – Quinta-feira, 2 de dezembro de 1880. Parte Official – Governo Imperial. – 2ª Secção. Nº 2222. Rio de Janeiro – Ministério dos Negócios da Marinha.

Tabela 15 - Mappa de estado das Companhias de Aprendizes Marinheiros – 10 de Outubro de 1884

| Províncias | Aprendizes Marinheiros | | | | | Decreto quando creadas |
|--|------------------------|------------|-----------|--------------|-------------|--------------------------------|
| | Prompto | Falta | Excedente | Effectivos | Completo | |
| Amazonas | 39 | 11 | - | 39 | 50 | Nº 4.681 – 17 Jan. 1871 |
| Pará | 38 | 12 | - | 38 | 50 | Nº 1.517 – 4 Jan. 1855 |
| Maranhão | 40 | 10 | - | 40 | 50 | Nº 2.725 – 12 Jan. 1861 |
| Ceará | 121 | 159 | - | 121 | 280 | Nº 3.347 – 26 Nov. 1864 |
| R. G. do Norte | 42 | 38 | - | 42 | 80 | Nº 5.181 – 16 Dez. 1872 |
| Piauhy | 59 | 31 | - | 59 | 90 | Nº 5.309 – 18 Jun. 1873 |
| Parahyba | 72 | 18 | - | 72 | 90 | Nº 4.680 – 17 Jan. 1871 |
| Alagoas | 60 | 0 | - | 60 | 60 | Nº 5.847 – 2 Jan. 1875 |
| Pernambuco | 77 | 43 | - | 77 | 120 | Nº 2.003 – 24 Out. 1857 |
| Bahia | 60 | 45 | - | 65 | 110 | Nº 1.543 – 27 Jan. 1855 |
| Sergipe | 53 | - | 3 | 53 | 50 | Nº 4.142 – 5 Abr. 1868 |
| Espírito Santo | 47 | - | 17 | 47 | 30 | Nº 2.890 – 8 Fev. 1862 |
| Côrte (Município Neutro – Rio de Janeiro) | 273 | - | 23 | 273 | 250 | Nº 148 – 27 Agos. 1840 |
| São Paulo | 55 | - | 5 | 55 | 50 | Nº 4.112 – 20 Fev. 1868 |
| Paraná | 32 | - | 2 | 32 | 30 | Nº 3.347 – 26 Nov. 1864 |
| Santa Catarina | 32 | 8 | - | 32 | 40 | Nº 2.003 – 24 Out. 1857 |
| R. G. do Sul | 28 | 12 | - | 28 | 40 | Nº 2.725 – 12 Jan. 1861 |
| Mato Grosso | 21 | 9 | - | 21 | 30 | Nº 1.987 – 7 Out. 1857 |
| Total | 1.154 | 396 | 50 | 1.154 | 1500 | |

Fonte: Arquivo Nacional¹⁶³

Nessa tabela 15, a companhia do Ceará possuía 121 aprendizes, superior à companhia de Pernambuco, a qual ela era subordinada. De acordo com o Comandante da Companhia de Aprendizes do Ceará, no relatório para o ano de 1885, não seria possível atender ao contingente previsto para 300 aprendizes. A questão estrutural, a falta de pessoal e, principalmente, a dificuldade para captar menores, mesmo tendo as autoridades prontamente efetivando as ordens do governo imperial, não os permitia atingir o proposto.

No relatório de 1885¹⁶⁴, a marinha propõe para captar os menores, novamente, promover a imagem da instituição através da educação, promulgando o ensino profissional, primário e religioso, enfatizando a figura do capelão para a formação cristã, como ressaltamos abaixo:

- a) O ensino profissional era apresentado como,

¹⁶³Livros do Commandante da Companhia de Aprendizes de Marinheiros ao Inspector de Marinha. Arquivo Nacional – SÉRIE MARINHA - BR AN RIO – B1 XIM62.

¹⁶⁴Livro Copiadores de Ofício - Referência 12.712. 14 de Dezembro de 1885, Escola de Aprendizes Marinheiros, nº 4, no Ceará, Carlos Vidal de Oliveira Freitas Primeiro Tenente Commandante. Serviço de Documentos da Marinha – Divisão de Documentos Escritos. Arquivo da Marinha – Rio de Janeiro.

[...] a cargo do Mestre Inferior auxiliado pelos praças do serviço da Escola e sob [inmediata] direção do Official Inmediato são cuidadosamente instruídos em todos os exercícios regulamentares. Há necessidade de botar as aulas dos seguintes objetos indispensáveis ao ensino: mesa ou bancas carteiras com respectivos assentos para a aula de escriptão de mappas. Mande, mappa do Brasil ou America do Sul e Globo terrestre para a de Geografia. Tendo já pedido a S^a Ex^a o Señr. Ajjudante General dítos objectos, espero que esses meios possam para o anno vindouro contribuir para a maior regularidade do ensino, pois não só melhor ordem reinará como também naturalmente isto despertará certo estímulo nos aprendizes.

- b) Para o ensino primário, que ainda estava pautado no ensino mútuo, eles apresentaram,

Ensino Elementar: Por Portaria de 3 de Agosto do corrente anno foi nomeado professor desta Escola o ex-Sargento de Imperiais Marinheiros Galliano, [...], o qual neste serviço é auxiliado pelos inferiores e **menores mais adiantados**. Posto que o novo programa de ensino tivesse sido posto em execução apenas depois da posse do Professor, todavia muito aproveitamento houve por parte dos aprendizes de classe adianta, sendo que 19 aprendizes submetidos ao exame no dia 8 do corrente mês mostravam-se regularmente habilitados. Ao acto assistiram S. Ex^a o Señr. Presidente da Provincia, o Señr capitão do Porto, pessoal da Escola e várias pessoas [...] os mais adiantados enviei a S^a Ex^a o Señr. Ajjudante de General da Armada. O Professor bastante zeloso e com aptidão para o ensino é incansável em instruil-os e mesmo nas horas vagas os procura ser-lhes útil confeccionando leituras apropriadas a estimulal-os, com sejam, episódios da nossa história naval, deveres dos marinheiros, etc. Brevemente pretende oferecer á consideração de V. Ex^a um pequeno manoscrito por elle confeccionado, no qual uma idéia geral dos deveres do marinheiro é felizmente desenvolvida. (grifo nosso)

- c) Para o ensino religioso, eles acrescentaram:

Ensino Religioso: A cargo do Capellão da companhia, o qual não só instrue aos aprendizes os preceitos da religião e de moral como também auxilia o ensino elementar. O distinto Capellão desta Escola continua a merecer os elogios que tem recebido de meus antecessores, como se vê dos livros do archivo desta Escola. Actos Religiosos: Todos os domingos o Capellão da Escola celebra o Santo Sacrifício da Missa em uma das Igrejas da Cidade, ordinariamente, a do Rosário, próxima ao Palácio do Presidente, a qual assistem todos os aprendizes acompanhados pelos Inferiores e praças da escola. Actualmente por não haver oratório no quartel, por quanto o que existiu foi destruído pelo incêndio que teve lugar em uma fábrica contigua, não se reza o terço aos sabbados como é de costume no Corpo de Imperiais Marinheiros, mas uma vez effectuado a mudança da Escola para o novo Quartel pretendo se assim me for permitido observar caso salutar prática. [...]

A proposta era conquistar a população promovendo e proporcionando uma formação profissional e uma educação que possibilitassem aos que ingressassem no Corpo de Imperiais Marinheiros, o mínimo de formação para atender as necessidades da instituição.

Passados os anos de 1864 (início da companhia no Ceará) e de 1870 (findada a guerra do Paraguai), a partir do ano de 1880, a companhia buscou destacar a proposta de formação do marinheiro que ganhou um maior direcionamento com a proposta do “pequeno

manuscripto [...]” que inseria “uma idéia geral dos deveres do marinheiro”, de fato, consolidando a profissão de marinheiro.

Nessa reforma, Moacyr ressaltou outras vantagens para persuadir a camada popular, como as escolas estarem em terra, à beira mar, ter um navio-escola para o aprendizado prático, diminuindo os riscos aos quais os menores eram submetidos. Assim como, o curso ser ministrado em um tempo específico com duração de apenas três anos, o que significava que o aprendiz poderia galgar novas perspectiva de trabalho após dar baixa na instituição.

Contudo, as companhias de aprendizes tinham diante de si um velho problema, que retormava a cena durante a proposta de reformulação das companhias, no caso, a questão da moral do pessoal responsável pela formação dos menores aprendizes. Trazemos em questão, a dificuldade que a companhia de aprendizes marinheiros do Rio Grande do Sul enfrentou para coibir a falta de comportamento do padre responsável pela formação dos menores aprendizes, uma vez que a reforma primava pela proposta de apresentar a instituição como um estabelecimento de conduta moral ilibada, repercutindo nos demais estabelecimentos de ensino, e dentre elas, na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará.

A função dos padres, nos arsenais de marinha, data do Decreto nº 2536 de Fevereiro de 1860, sendo exigido deles o exemplo de moralidade e pureza de costumes para exercerem também o papel de professor de primeiras letras junto aos menores aprendizes. Velada dentro das instituições – militares e religiosas – a conduta desse profissional nem sempre condizia com o exemplo de moralidade.

Alguns sacerdotes muitas vezes quebravam as regras do bom comportamento, tornando-se mau exemplo para os menores. Fato que, em 1882, transpôs os muros da instituição, sendo noticiado pelos jornais, levando as autoridades militares a solicitarem às autoridades religiosas que interviessem junto a seus representantes, uma vez que o sacerdote não era submetido ao regimento militar.

Em 1882, no Rio Grande do Sul, o comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros pediu às autoridades competentes, no caso aos oficiais superiores navais e aos representantes Eclesiásticos como o Reverendo Conêgo Vigário da Paróquia e o Bispo da Diocese para resolverem o problema de conduta moral do capelão, porém, ambas, as instituições se eximiram de tomar alguma atitude, alegando, no caso, da marinha, que o capelão não era um militar e não estava submetido ao regimento militar, e, no caso, da igreja, que o capelão estava a serviço da armada.

Fato é que o sacerdote não era um poço de virtudes, como vemos no Relatório¹⁶⁵ (1882) a seguir:

[...] o padre Bicudo passa as noites em verdadeiras pandegas, para não servir-me de outro termo mais significativo, sem que estas se limitem apenas ao interior de sua residência, ou da de seus escrupulosos amigos; pois que ellas têm também logar pelas ruas, que por elle, acompanhado de uma pleyada de moças em quem concorrem os verdes annos e o nenhum critério, são percorridos [tumulturiamente]. Ao meo conhecimento têm vindo diversas queixas de pessoas circumspectas com relação a factos presenciados, e nos quais tem sido visto como protagonista o capelão da Companhia de Aprendizizes Marinheiros. (...) A maneira pouco circumspecta e ainda menos tolerável de se trajar, que em nada se [conforma] com a gravidade de um membro do clero, o nenhum escrúpulo com que elle assim se apresenta no quartel á doutrinar os aprendizes, torna-o o menos apto para capellão de uma companhia de menores, que no seo capellão, mais do que em outro qualquer deve sempre ver um exemplo de virtude.

Nesse ínterim, os menores aprendizes ficavam no meio desse embate institucional, tendo que atender às orientações exigidas e cobradas pela sociedade, que buscavam à época resignação e obediência às autoridades a eles constituídas, mesmo que elas não fossem exemplo de conduta moral. Mudanças eram mais que necessárias, assim como imprimir os valores morais.

Com relação ao ensino da moral, entre 1865 a 1889, os professores, no caso, o professor mestre-escola, o professor de 1ª letras e o capelão, eram os responsáveis por esse ensino. Era necessário coibir os vícios e maus comportamentos dos menores que ingressavam na instituição.

Entrar no mundo civilizado requer conhecer e se adaptar às leis de convivências humanas pré-estabelecidas, o que nos levou pensar em Rousseau e na formação de Emílio, com relação à formação para ingressar no mundo civilizado, iniciado através de uma formação moral, profissional e social. A compreensão do pacto social, também, em Rousseau nos advertiu o necessário para viver em sociedade. Esse pacto imprimirá uma camaradagem entre os alunos das Companhias de Aprendizizes Marinheiros uma vez que eles estavam longe de casa, de seus familiares, amigos e parentes, além de, estarem distante de seus lugares conhecidos, preferidos, fora de suas moradias e submetidos ao convívio de estranhos, se configurando no mundo hostil, especialmente para aqueles que eram enviados a Côrte. Logo, estabelecer uma boa convivência era de suma importância para alunos e demais indivíduos dos estabelecimentos de ensino, constituído em quartel-escola.

¹⁶⁵MARINHA DO BRASIL - Arquivo Nacional. Referência B2 XM-525 – Correspondência do Corpo Eclesiástico da Marinha, ano de 1816 a 1887. Relatório nº 95, 1º de Julho de 1882, **Reservado**. Correspondência da Capitania do Porto da Província do Rio Grande do Sul pelo Capitão do Porto Luiz Maria Piquet para o Chefe de Esquadra Ajudante da Armada Elisario José Barbosa sobre falta de conduta do Padre Antonio Manoel Bicudo, capelão da Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Rio Grande do Sul.

A convivência pacífica foi enfatizada por Durkheim como partindo da compreensão dos limites, direitos e deveres que envolviam a vida em sociedade na época. Para Durkheim (2008, p.39), o conceito de moral perpassava pelo

[...] domínio do dever e o dever é uma ação prescrita. Não significa que a consciência moral não possa defrontar-se com questionamentos; sabemos bem que ela frequentemente se embaraça, que hesita entre partidos contrários. No entanto, o que é passível de questionamento é a qual regra particular que se aplica a uma dada situação e como ela deve ser aplicada.

Assim, a consciência moral levaria a compreender quais regras seguir e em quais situações elas seriam aplicadas para atingir o objetivo proposto pela sociedade e pela própria instituição, assim como pelos próprios aprendizes em busca de uma formação profissional. Nessa construção do dever, da moral e da ética, os militares passaram a imprimir seus valores, bem como formar o homem ideal para atender as necessidades da instituição, como também, da sociedade, através de seus instrumentos civilizatórios, no caso, mais especificamente, seus estabelecimentos de formação e educação, tendo as escolas como meio, como Aríes havia mencionando.

Durkheim (1978, p.9) afirma, ainda, que “(...) há em cada sociedade tantos sistemas de educação especiais quantos sejam os meios diferentes que ela comporte.” Nesse sentido, a Companhia de Aprendizes Marinheiros, denominada por Azevedo (1958) e Barroso (1867), como educação especial, paralela ao ensino oficial, apresentou-se como um sistema de educação próprio, através do qual imprimiu seus princípios de moralidade e civilidade. Nessa perspectiva, a formação moral era um dos objetivos da instituição.

Moral para Durkheim (1978, p.39) seria “[...] um sistema de regras que predeterminam a conduta. Elas dizem como devemos agir em cada situação; e agir bem é obedecer bem.” Assim, levar esses jovens a reconhecerem essas situações seria o papel da educação e da escola, e nesse princípio, a escola de aprendizes marinheiros se sedimentou.

Na visão de Durkheim (2008, p. 19), as escolas públicas seriam as responsáveis por ministrarem essa formação, “Ora, é em nossas escolas públicas que se formam a maioria de nossas crianças, são essas escolas que devem ser os guardiões, por excelência de nosso caráter nacional; não importa o que fizemos elas são a engrenagem da educação geral (...)”

Nesse sentido, as Escolas de Aprendizes Marinheiros, à época, eram o meio para formar, complementar, ou mesmo, ampliar o conceito de moral nos menores, favorecendo os que vinham da orfandade ou que pertenciam a famílias desvalidas, quando da implantação em 1840, promovendo também a formação moral dentro do processo de civilidade pelo qual o sistema monárquico passava.

Contudo, Durkheim ressaltou o cuidado com a idade desses jovens, pois segundo ele existiria uma margem de idade para se aprimorar o conceito de moral. Observar as etapas pela qual passaria a criança seria uma condição para imprimir o conhecimento necessário a sua formação pessoal e profissional.

Para Durkheim, a criança passaria por duas fases bem distintas: a 1º e a 2º infância. A primeira infância deveria, segundo ele, ser efetuada na família e a 2º infância na escola, conceitos que entram em conformidade com a filosofia de Comte e o Positivismo que também compreendiam a educação inicial como obrigação da família, e que determinados conteúdos, especificamente a Matemática, deveriam ser ensinados a partir da 2º infância.

Durkheim (2008, p.34) afirma que seria na escola e durante a segunda infância que se poderia trabalhar a educação moral,

Esse é o momento crítico para a formação do caráter moral. Mais cedo, a criança é ainda muito jovem; sua vida intelectual ainda é muito rudimentar e sua vida afetiva demasiadamente simples e pobre; nesse momento não se tem material mental suficiente para a constituição das noções e sentimentos relativamente complexos que estão na base de nossa moralidade. Os contornos estreitamente cerrados de seu horizonte intelectual também limitam seu horizonte moral.

Logo, existiria para Durkheim o momento ideal para trabalhar essa formação nas crianças, pois, como citado acima, na 1º infância a criança ainda não tem condições intelectuais para assimilar e compreender esses conceitos. Assim, também depois da 2º infância, pouco se poderia fazer para construir a formação moral, como temos abaixo,

[...] Inversamente, depois da segunda infância, quer dizer, depois da idade escolar, se as bases da moral já não estiverem constituídas, jamais o serão. A partir desse momento, tudo o que se pode fazer é aperfeiçoar a obra começada, refinando os sentimentos, intelectualizando-os, isto é, fazendo com que a inteligência penetre neles com profundidade cada vez maior. (Durkheim, 2008, p.34)

Fatos que nos leva a questionar sobre a idade certa para que determinados conteúdos sejam trabalhados na escola, especificamente com a questão de profissionalização das crianças nas Escolas de Aprendizes Marinheiros durante sua implantação no século XIX. Como citado em Elias, cada sociedade estabelece uma forma de regulamentação social e controle do indivíduo, adequando-o a um padrão de modelação, de civilidade, nos levando a buscar conhecer o processo de formação pela Marinha, particularmente, em um período de construção da própria nação.

Nesse sentido, os conhecimentos passados de geração em geração aos jovens, nas instituições militares e impressos nos regulamentos das Escolas de Aprendizes Marinheiros,

construíram nos jovens um padrão que os identificam com a própria instituição, além de apresentar o caráter de controle dos impulsos e das vontades.

Durkheim coloca que a formação moral é um processo que perpassa as diversas instituições, como a família e a escola, não sendo uma ação isolada, uma vez que a formação do indivíduo está voltada para atender os objetivos de ordenamento social mais amplo, como já citamos, da sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança particularmente se destine.

Na construção da moral, Durkheim estabelece três princípios: 1) disciplina; 2) coletividade; 3) autoridade e autonomia, quando comparados aos princípios dos militares, “disciplina, hierarquia e ética”, se mostram entrelaçados enquanto processo de formação. Contudo, essa formação precisa adequar-se ao processo histórico e à estrutura da sociedade, que sofre constantes mudanças com o tempo. Mudanças que não destroem os princípios morais, mas levam as instituições a buscarem novas formas de imprimí-los nas futuras gerações.

Tais princípios formativos de sociabilidade, segundo a formulação de Elias, nos mostra também fazer parte de um processo civilizatório, como citado anteriormente, uma vez que a sociedade estava em um movimento de avanço e retrocesso social, que faz surgir novas formas de pensar, de agir dentro dos códigos morais existentes, percebendo que estes precisam se adequar às estruturas e mudanças sociais, já que pertencem ao dinamismo do tempo e do espaço das sociedades.

Nesse contexto, a Marinha imprimiu nas escolas de aprendizes marinho, junto aos menores aprendizes, especialmente, o princípio moral do dever para com a pátria, a família, e as autoridades constituídas. Tornando-os *Corpos Dóceis*, como enfatizou Foucault (2009, p.131), em *Vigiar e Punir*, ao receberem um ensino que o tornaria produto dos estabelecimentos de ensino militar: “o soldado tornou-se algo que a se fabricar.”, principalmente, dentro do processo de militarização pelo qual o Brasil estava passando. A escola foi o meio para efetivar essa proposta de formação.

Foucault (2009, p.159) ressaltou que “A escola torna-se um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino.”, sendo no ensino primário o caminho para consolidar a formação dos menores, uma vez que se tornaria mais fácil empreender o conceito de disciplina através de um sistema preciso de comando, em que se tem o controle não apenas do corpo, mas também da mente, do consciente e do inconsciente, que vai sendo moldado paulatinamente dentro das instituições educacionais.

Acreditava-se, entre 1864 a 1889, no Ceará, na ideia de que pelo trabalho e pela educação, as instituições públicas poderiam salvar o país dos diversos conflitos internos e externos, dando a ele um direcionamento rumo a processo civilizatório proposto para o sistema liberal capitalista, que necessitava da ordenação e remodelação não apenas da estrutura organizacional do país, mas da própria ordenação da vida, em particular, da camada popular, que seria moldada e adestrada para viver em sociedade, reconhecendo seu papel perante o estrato social da época.

Dava-se, portanto, o direito das instituições públicas, no caso, específico desse estudo, a Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará, definir o rumo da vida dos menores órfãos e desvalidos, numa tentativa do governo de resguardar a criança em um período em que ela não era reconhecida de direitos, a ideia era salva-las do ócio, dos vícios, a partir do lema “*Salvar a criança – eis o lema!*”, como ressaltou Rizzini (2009, p. 97). Constituindo-se de fato na perspectiva de investir e promover o ensino de primeiras letras como uma forma coercitiva de modelagem a mudança política e social com a ascensão do regime monárquico.

As reformas foram pensadas, avaliadas e começaram a tomar forma a partir de 30 de Janeiro de 1885, quando o Conselho Naval enviou à Secretária de Estado dos Negócios da Marinha o parecer sobre a consulta do projeto de reestruturação das companhias, que já havia sido solicitado pela consulta nº 4.642 de Agosto de 1882, foi colocada em prática. O objetivo da instituição centrava-se em meios para atrair menores e assim poder atingir o contingente determinado para cada companhia.

A Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará constituiu-se e consolidou-se, diante da Marinha, como fonte perene e de excelência na formação profissional e educacional de menores para o Corpo de Imperiais Marinheiros. Para o Estado, a companhia promoveu o desenvolvimento da instrução profissional entre a camada popular, através da disciplina e da instrução moral e civil e da formação de primeiras letras dos menores que a ela adentrava. E para a sociedade, a companhia atendia a necessidade de controle da camada popular.

No parecer sobre a reforma nas companhias de aprendizes, o Conselho Naval apresentou dois quadros distintos. No primeiro uma proposta de redução das 18 companhias para apenas 8 companhias e uma segunda proposta com a redução das 18 companhias para 12 companhias. Nas duas propostas, o Ceará confirma nossas observações, em ser fonte perene de menores para a instituição, principalmente, por possuir uma camada livre possível e passível de atender ao Estado.

Tabela 16 - Proposta de redução para 8 Companhias de Aprendizes Marinheiros – 30 de Janeiro de 1885

| Escolas | Provincias | Aquartelamento e Nº de Aprendizes |
|---------|---|---|
| 1 | Amazonas, Pará e Maranhão | Belém 200 aprendizes |
| 2 | Ceará e Piauí | Fortaleza 300 aprendizes |
| 3 | Parahyba, R.G. do Norte, Pernambuco e Alagoas | Recife 300 aprendizes |
| 4 | Bahia e Sergipe | Salvador 150 aprendizes |
| 5 | Espírito Santo e Rio de Janeiro | Côrte 300 aprendizes |
| 6 | S. Paulo, Paraná e Santa Catarina | Desterro 150 aprendizes |
| 7 | R. G. do Sul | Rio Grande 50 aprendizes |
| 8 | Mato Grosso | Ladário 50 aprendizes |

Fonte: Elaborado pela autora. Leis do Império do Brasil

De 18 companhias, a proposta inicial era reduzi-las para 8, mas o parecer apresentando no quadro nas Leis do Império do Brasil, em 14 de Fevereiro de 1885, no Decreto nº 9.371, apresentou a nova organização para 12 companhias, que voltaram a ser denominadas de escolas. Nesse decreto, aparece à proposta para a criação de duas novas companhias, no caso, a Escola de Aprendizes Marinheiros de Pirapora em Minas Gerais, que se consolidou em 1913, com um efetivo de 20 aprendizes marinheiros e a Escola de Aprendizes de Marinheiros em Goiás, que segundo os arquivos da marinha, ficou apenas na ideia, não se efetivando de fato.

Tabela 17 - Proposta de redução para 12 Companhias de Aprendizes Marinheiros – 14 de Fevereiro de 1885

| Escolas | Provincias | Aquartelamento e Nº de Aprendizes |
|---------|---------------------------|---|
| 1 | Amazonas e Pará | Belém 100 aprendizes |
| 2 | Maranhão | S. Luís 100 aprendizes |
| 3 | Piauí | Theresina 50 aprendizes |
| 4 | Ceará | Fortaleza 300 aprendizes |
| 5 | Parahyba e R. G. do Norte | Parahyba 100 aprendizes |

| | | |
|----|---|------------------------------|
| 6 | Pernambuco e Alagoas | Recife 150 aprendizes |
| 7 | Bahia, Sergipe e Espírito | Salvador 150 aprendizes |
| 8 | Município Neutro, Minas Gerais e S. Paulo | Côrte 300 aprendizes |
| 9 | Paraná | Paranaguá 50 aprendizes |
| 10 | Santa Catarina | Desterro 50 aprendizes |
| 11 | R. G. do Sul | Rio Grande 100 aprendizes |
| 12 | Goyas e Mato Grosso | Ladario 50 aprendizes |

Fonte: Elaborado pela autora. Leis do Império do Brasil

Nos dois quadros, o Ceará apareceu com um contingente de 300 aprendizes. O jornal Cearense¹⁶⁶ divulgou, no dia 15 de Maio de 1885, no tópico Noticiário, a reforma proposta com título “Companhia de Aprendizes Marinheiros”, nele ressaltou a mudança do nome de companhia para escola, assim como o pessoal administrativo que fazia parte da escola como comandante-diretor, três oficiais, um capelão, um professor de 1ª letras, um cirurgião, um mestre-escola, dois inferiores, seis cabos, um oficial de fazenda, um fiel, e um cozinheiro, assim como a presença de um navio-escola, que deveria promover uma viagem por ano para os exercícios profissionais dos aprendizes, com duração de pelo menos 40 dias, durante as férias, para não prejudicar os estudos elementares, sempre atendendo à necessidade de cada escola.

Durante a reorganização das Companhias de Aprendizes, no ofício¹⁶⁷ nº 331 apresentado ao Quartel General da Marinha em 28 de Abril de 1885, o comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará informou aos seus superiores que a escola não tinha capacidade física para receber esse contingente e muito menos receber menores de outras companhias. Fato relatado também pelas demais companhias que teriam o número de alunos acrescentados aos seus, porém o fator econômico determinava as regras de reestruturação.

Nesse relatório, a Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará apresentou a seguinte movimentação:

Movimento da Escola. O movimento ocorrido na escola durante o período decorrido de Janeiro deste anno até o presente data foi como segue:
Aprendizes existentes em Janeiro..... 78

¹⁶⁶CEARENSE – Fortaleza – Domingo – 15 de Maio de 1885. p. 1-2. Anno XXXIX. Número 42.

¹⁶⁷Livros do Commandante da Companhia de Aprendizes de Marinheiros ao Inspector. Officio nº 331, Rio de Janeiro, Quartel General da Marinha em 28 de Abril de 1885. Arquivo Nacional – SÉRIE MARINHA - BR AN RIO – B1 XI M62.

| | |
|---|-----|
| Tiveram praças sem prêmio..... | 23 |
| Tiveram praças com prêmio | 11 |
| Tiveram baixa por inspecção..... | 1 |
| Tiveram baixa por ordem do Ministério da Mar ^o | 1 |
| Remettidos para o Corpo | 20 |
| Ausentaram-se..... | 3 |
| Estado actual da Escola..... | 112 |

O número de menores permaneceu como previsto, 300 aprendizes, mas o exposto era de apenas 112 aprendizes.

Os alistamentos seguiam. O pagamento em dinheiro, denominado de prêmios, uma forma de incentivo do governo para que as famílias enviassem seus filhos à instituição, permanecia com o valor de cem mil réis por crianças, podendo ser entregue diretamente aos familiares, porém a instituição tinha o cuidado de preservar metade desse valor para os menores aprendizes, em suas cadernetas, para quando concluíssem seu tempo de serviço, como citado anteriormente.

Nesse sentido, era emitida uma folha de pagamento, para que os responsáveis pelos menores recebessem uma parte do prêmio, o que caracterizamos do alistamento de praças com prêmios, sendo valido também para aqueles que se apresentavam voluntariamente. No caso, dos menores que eram órfãos, o valor do prêmio era lançado em sua caderneta para quando eles, ao completarem seu tempo de serviço, pudessem sacar, nesse caso, o que classificamos de praças sem prêmio, uma vez que o Estado era o seu tutor.

Nos ofícios, consultados nos arquivos da marinha, o resgate desses prêmios geraram diversos problemas entre Imperiais Marinheiros (como seriam denominados os menores aprendizes após ingressarem no Corpo de Imperiais Marinheiros) e os Secretários de Fazenda de Marinha, levando muitos desses problemas a receberem intervenção direta da justiça militar. Ao longo de sua trajetória, porém, a grande dificuldade da companhia centrava-se na captação de menores, e novamente a companhia lançou mão da bandeira da educação passando a investir em métodos de ensino para atingir os objetivos como estabelecimento de formação profissional e educacional.

6.3 Método Lancaster, Método Castilho e Método Hudson e as Companhias de Aprendizes Marinheiros

A difusão e a massificação da educação eram necessária a própria construção do país como nação, sendo necessário difundir o ensino primário, vindo ao encontro da proposta de Comênios de universalizar o ensino de todas as coisas para todas as pessoas. Ele acreditava

que do rico ao pobre, do homem a mulher, da criança ao velho, todos deveriam receber o conhecimento que os levassem a evitar o ócio improdutivo. A respeito desta proposição Comênios, afirmava que

[...] se esta educação universal da juventude for devidamente continuada, a ninguém faltará, daí em diante, matéria de bons pensamentos, de bons desejos, de boas inspirações e também de boas obras. E todos saberão para onde devem dirigir todos os atos e desejos da vida, por que caminhos devem andar e de que modo cada um há-de ocupar seu lugar. (GASPARIN, 1994, p.118)

A proposta vinha corroborar com o objetivo do Estado, que queria guiar e definir os caminhos e os lugares que cabiam à camada popular. Mas, para que isso fosse efetivado, o Estado teria de tomar para si a responsabilidade sobre essas ações. Nessa perspectiva, a concepção positivista de educação que transitava entre os políticos e intelectuais brasileiros da época defendia ser dever do Estado o cuidar da educação, sendo ele responsável em promovê-la de forma efetiva. Sendo assim, o Estado recorreu a suas instituições e órgãos públicos. Segundo Lins¹⁶⁸, Comte tinha uma preocupação maior com a formação intelectual da camada popular.

Na prática, no entanto, a situação de universalidade da educação não era tão igualitária; é possível diferenciar, em qualquer tempo, objetivamente, duas propostas de educação, distintas por seu público-alvo: uma para a elite-burguesa e outra destinada à camada popular. Ambas as propostas percebiam a criança como um ser em processo de desenvolvimento, que deveria receber educação de duas fontes separadas: primeiro da família que lhe ofereceria a forma primária, mais básica e espontânea, no caso, a percepção da sensibilidade social (obediência aos pais); em segundo, do Estado, que construiria algo mais sistemático e normatizado, sobretudo para atender ao sistema produtivo (obediência as autoridades constituídas), através da implantação de escolas.

Assim, o Estado voltou-se para promover uma formação útil, prática e universal, como propunha a escolas de ensino primário, como citou Almeida (1989, p.85),

Na escola primária, a criança pode aprender o que é indispensável saber, **qual ofício deve exercer**, e a ler, escrever e contar. Pode aprender as regras de nossa língua – poderíamos dizer de nossa ortografia. Deve-se ensiná-las a se exprimir corretamente, a expor seu pensamento de modo preciso e claro, e, se aprende a se exprimir com clareza e precisão, aprenderá a pensar do mesmo modo. Isto, para utilidade imediata e prática. (grifo nosso)

¹⁶⁸Ver Auguste COMTE. Vida e Obra. Editora Nova Cultura Ltda. Coleção Os Pensadores. 2005. p. 256-261 e Ivan Monteiro de Barros LINS. História do Positivismo no Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

Não esqueçamos que o objetivo da escola primária centrava-se na perspectiva de formação do aprendiz para um ofício e no aprendizado da conduta moral, dentro de um rígido sistema hierárquico e disciplinador. Saviani (2009) caracteriza esse momento da educação de pedagogia tradicional, na qual a educação decorria do conjunto de interesses do Estado e da sociedade da época.

Era necessário transformar súditos em cidadãos e a escola foi o meio. Dentro da proposta da escola redentora, apoiado nas reflexões de Zanotti (1993)¹⁶⁹, Saviani (2009) enfatizou a ideia da marginalidade (no caso, estar a margem da sociedade) estaria centrada na ignorância do povo, cabendo, portanto, ao Estado extirpar esse mal, difundindo a instrução e ajustando o indivíduo à nova concepção da sociedade através da educação. Para isso, o instrumento utilizado pelo Estado, a escola, necessitaria de um método que atendesse a esses objetivos.

Talvez não seja tão fácil aceitar quanto perceber que essa disposição dominadora e até castradora do Estado, que estava voltada diretamente à educação junto ao povo, entendida como necessária na organização e no disciplinamento da sociedade. As instâncias do poder públicos, no caso os militares, ao serem convocados para participarem do processo de educação em massa, apropriaram-se nos aspectos positivistas, que já vinham ganhando espaço, uma vez que lançou mão das noções hierárquicas, comando e obediência em consonância direta com os interesses deles e nos métodos de ensino que também corroboravam com essa proposta.

De acordo com Cambi (1999), para a camada popular, foi designada uma escola para atender estudantes de 6 a 18 anos, cujo foco era prepará-los para o trabalho, e oferecia, para tanto, uma versão limitada de intelectualidade, ou seja, o mínimo de conhecimento para ler, escrever e operar contas numéricas, além das mais básicas e fundamentais noções das normas civis, como propunha a laicização do ensino e o racionalismo pedagógico quando das ideias do iluminismo europeu.

A proposta pedagógica de universalização da instrução elementar, no caso o ensino primário do início do século XVIII, contribuiu para a consolidação dos estados-nação, tendo o Brasil abarcado-a de forma literal. Como cita Cambi (1999, p.340), a proposta era formar o “homem livre, ativo e utilitário”, e o projeto de escola deveria atender a essa proposta, como vemos abaixo:

¹⁶⁹Ver Luis Jorge ZANOTTI, 1993. Disponível em: <<http://luiszanotti.com.ar/poled1.htm>> Acesso em: 12 jun. 2016. “Esta escuela nace, pues, con un sentido misional. Viene a redimir a los hombres de su doble pecado histórico: la ignorancia, miseria moral y la opresión, miseria política.”

[...] numa escola dos seis aos dezoito anos, na qual um papel central será ocupado pelo trabalho, e a instrução intelectual será limitada a ler, escrever, fazer contas e ao conhecimento das normas civis. Tal escola deverá **formar o cidadão laborioso e atento ao respeito das leis, além de bons pais e bons soldados.** (grifo nosso)

Essa política de educação chega ao Brasil, corroborando com os objetivos do Estado e da sociedade burguesa brasileira, durante o Segundo Reinado. A educação oferecida visava inspirar o comportamento de utilidade e solidariedade mútua entre estudantes, futuros trabalhadores, de forma que o mais velho pudesse auxiliar o mais novo, orientando-o, mais próximo como seu professor, em seu aprendizado (das regras sociais e das normas do trabalho).

A sociedade precisava de formação moral para seus membros, que cultivasse virtudes (como o amor ao próximo, a justiça e a gratidão), necessitava de um método de transmissão e promoção bem definido, sua formação, principalmente, como cidadão laborioso. O Estado brasileiro, no caso, o recém império brasileiro, vê no Método de Ensino Mútuo o caminho para implantar essa ideia, uma vez que até 1825, o Brasil não contava com um método específico de ensino para a camada popular.

Segundo Cambi (1999, p.441),

Andrew Bell (1753-1832) inaugurou o modelo de ensino mútuo, criando classe para **os pobres** nas quais os maiores e mais adiantados ensinavam aos menores e mais atrasados [...] Em seguida, Joseph Lancaster (1778-1838) retomou o modelo de Bell e abriu uma escola em Londres, [...] O ensino era confiado a um monitor, um rapaz já instruído e mais hábil, que coordenava o trabalho de aprendizagem por setores, dentro de um único salão [...] (grifo nosso)

O autor enfoca, então, a função, delegada ao monitor, de supervisionar as atividades de aprendizagem, o que justificou a denominação *mútuo* para o método, na medida em que o monitor também era um aluno, apenas em estágio mais avançado do que aqueles a quem devia ajudar. Não lhe cabia o ensino propriamente dito, mas antes a tarefa de auxiliar e informar o professor, vigiando e percebendo quais alunos tinham dificuldades. Esse método vinha promover a instrução na perspectiva liberal capitalista de minimizar os gastos do governo com educação, moldando os sujeitos pela ideia de solidariedade mútua citada anteriormente.

Em Portugal, na capital Lisboa, o método de ensino mútuo foi implantado, em 1815, pelas escolas militares, tanto do exército, quanto da marinha. Rômulo de Carvalho (2001) confirma Cambi (1999) sobre a origem do método: André Bell, pastor Anglicano, em missão em Madastra, na Índia, o desenvolveu quando lecionava em uma escola para órfãos de

militares europeus. O autor afirma que André Bell teria desenvolvido o método, chamado pelos ingleses de Self-Tuition para suprir a falta de professores na escola.

Já Bastos (1999, p.97) apresenta que Joseph Lancaster desenvolveu o método de ensino mútuo, em Londres, na escola onde lecionava, passando a ser seguido em diversas escolas e em diversos países, levando a ser reconhecido pelo seu nome, no caso, Método Lancaster. Independente da autoria, ambas as teorias definiram o método pelo agrupamento de nivelamento dos alunos dentro de um único ambiente, assim um grande número de alunos, em vários níveis de aprendizado, era colocado sob os cuidados de um único professor-mestre, e dispostos em grupos menores de estudantes no mesmo grau de desenvolvimento sob os cuidados dos alunos-monitores.

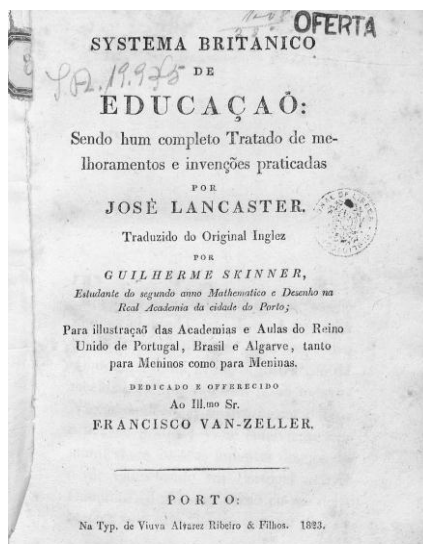
Nas companhias de aprendizes marinheiros, embora a documentação consultada, entre 1864 a 1889, não apresente nenhum ofício apresentando o uso desse método, acreditamos sobre seu uso por ser uma política do governo implantada em suas instituições públicas, bem como pelo destaque dado ao aluno-monitor, uma vez que ele se tornou um elo importante entre os menores aprendizes e a própria instituição. Assim como pela perspectiva dos alunos mais adiantados se tornarem mestre-escola, como citamos no caso dos aprendizes que foram designados para ministrarem as aulas de música (pífano e tambor).

Além disso, ainda, nos documentos pesquisados, temos destaque na estrutura do salão para o ensino de primeiras letras na Escola de Aprendizes *menores* Artífices na Bahia e na Escola de Aprendizes *menores* Artífices de Pernambuco, onde acreditamos que se constituíam em modelo para as companhias de aprendizes marinheiros, principalmente para a Companhia de Aprendizes Marinheira do Ceará que estava subordinada a Companhia de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco. Na planta dessas referidas escolas, o salão de aula condiz com a proposta do salão do método Lancaster.

Segundo Lancaster, os alunos-monitores foram criados a fim de auxiliar o professor-mestre. Esses alunos, em níveis mais avançados, eram designados para vigiar e inspecionar o grupo central. O aluno-monitor, não era responsável pelo ensino: essa tarefa era prerrogativa exclusiva do professor-mestre; a ele cabia ajudar o mestre a manter a ordem e a disciplina da sala e auxiliar os colegas ao perceberem uma eventual dificuldade, e se ajudarem mutuamente, reportando ao professor-mestre os erros mais pertinentes, de modo, que pudessem ser corrigidos (com o passar do tempo ou mesmo pela interpretação dada a esse aluno monitor, no desenvolvimento do método permitiu-se que esses monitores viessem eles mesmos corrigir os erros, atuando como professores-auxiliares ou professores-adjuntos do professor-mestre).

6.3.1 Método Lancaster

Figura 1 - Capa do livro *Systema Britanico de Educação*



Fonte: Elaborado pela autora.

A proposta pedagógica do método Lancaster foi definido com base na ideia de que aprender a ler e a escrever eram duas atividades separadas uma da outra, que partilhavam apenas a mesma ferramenta de aprendizagem, no caso, a soletração. Na época em que o método Lancaster foi criado, acreditava-se, de fato, que ler e escrever eram processos distintos, daí a metodologia ter discriminado etapas¹⁷⁰ individualizadas para cada um, como vemos na tabela abaixo,

Tabela 18 - Aprendizado para ler e escrever no Método Lancaster

| ✓ Ordem das classes daquelles que aprendem a ler. | | ✓ Gradação de classe para aprender a escrever. | |
|---|---|--|---|
| 1ª classe | A, B, C. | 1ª classe | Fazer o ABC, |
| 2ª classe | Palavras ou syllabas de duas letras. idem de três letras. | 2ª classe | Escrever o alfabeto e as palavras de duas letras. |
| 3ª classe | idem de quatro letras. | 3ª classe | idem de três letras. |
| 4ª classe | idem de cinco letras. | 4ª classe | idem de quatro letras. |
| 5ª classe | idem lendo ou soletrando palavras de duas syllabas, e Testamento. | 5ª classe | idem de cinco letras. |
| 6ª classe | Biblia. | 6ª classe | idem de seis letras. |
| 7ª classe | Os que têm melhor na sétima classe. | 7ª classe | } Idem qualquer livro histórico. |
| 8ª classe | | 8ª classe | |

Fonte: LANCASTER, 1823, p. 14-15.

¹⁷⁰Tabela construída para melhor visualizar a separação entre as atividades de ler e de escrever proposta no método Lancaster.

O método colocava em destaque a participação do aluno no processo de aprendizagem, embora o foco do aprendizado estivesse centrado no professor-mestre que definia e determinava todas as atividades. Sua participação consistia, afinal, de um trabalho pela qual a vontade do professor-mestre prevaleceria nesse processo, mesmo ele não estando presente, de modo que “[...] a aula continuará com seu trabalho tanto na presença do mestre como na ausência; isto provém de que a autoridade não he pessoal.” (LANCASTER, 1823, p.76) Percebemos assim, que a proposta de ordem, condicionamento e autoridade se integravam a vida militar.

Essa proposta de aluno-monitor fazia desse aluno agente do próprio desenvolvimento, quer fosse como sujeito atuante do processo (aquele que estão aprendendo), quer fosse como auxiliar dentro da perspectiva do monitoramento, por estar em estágio mais adiantado, cuidando do progresso dos mais atrasados e sendo diligente para reprimir-lhes os vícios. Para Lancaster, nisso residia à ordem do método; a reciprocidade entre os que aprendiam e a atuação direta e hierárquica deles nesse processo de construção do conhecimento, vindo a intergrar-se com a proposta da rotina militar dentro das escolas militares, nesse caso específico, nas escolas militares navais.

Esse é um conceito fundamental para o método Lancaster: a hierarquia. Por ela, as aulas contavam também com os alunos inspetores e coordenadores, cuja função estavam sob a autoridade do professor, inspecionar e coordenar os alunos monitores enquanto esses monitoravam os demais alunos, vigiando e mantendo a ordem de cada grupo menor dentro do salão, para que o professor pudesse ministrar suas aulas.

O método definia ordens, comandos e atividades específicas para cada etapa do processo de aprendizado. Acreditava-se que essa estrutura facilitaria o domínio da “arte de ler e escrever, unida com hum comportamento ordenado”. (LANCASTER, 1823, p.72) Introduz-se, então, outro conceito-base do método Lancaster: a obediência. Os alunos seriam bem sucedidos se seguissem estritamente os comandos propostos.

O método revolucionou a educação porque oferecia padrões de organização principalmente administrativa, nunca experimentados, para a camada popular. Ele inovou ao propor a organização classificatória dos alunos, de acordo com seu nível de conhecimento, em uma das oito classes pensadas. Além disso, a ideia de construir o respeito à ordem também não havia sido pensado até então, como cita o próprio Lancaster: “*Este modo de ensinar a obediência he huma novidade na história da educação.*” (LANCASTER, 1823, p.76) A organização física do salão era pensada deliberadamente para garantir a vigilância efetiva dos alunos. Obediência e controle eram as palavras de ordem para o sucesso do método.

A proposta educacional do método Lancaster chegou ao Brasil ligada à necessidade de formação profissional e moral do povo e atrelada à educação de massa, necessária à formação da própria ideia de Estado-Nação. Logística e estruturalmente, o método atendia à urgência de promover a instrução primária (leitura, escrita, operacionalidade numérica e principalmente a moral cristã e civil).

Até 1825, segundo Lesage (1999, p 9-24), o Brasil não contava com um método específico de ensino para a camada popular; à época, a educação contava com a educação jesuítica, no caso, *Ratium Studiorum*, que se constituía em uma filosofia de vida, com ideologia, estrutura, formação, princípios e valores voltados para atender a formação da camada dirigente do país. Eram raras as pessoas que sabiam ler, escrever e operar números minimamente, que se dispunha, em sua própria residência, com recursos limitados, e por conta própria, cobrando valores irrisórios para o próprio sustento, a tentar transmitir o conhecimento formal proposto pela educação da época para a camada popular.

Azevedo (1958, p.72) afirmou que o método Lancaster transcorreu pelo Brasil durante 15 anos (1823-1838), com a perspectiva de difundir amplamente a educação a baixo custo e sem lançar mão de pessoal qualificado de que o governo não dispunha. A perspectiva era massificar a educação com apenas um salão, um professor-mestre e um livro que atendesse mais de cem alunos, onde eles se ajudariam mutuamente.

Moacyr (1939, vol.1, p.22) acrescentou que esse método borbulhava em efeito no mundo, alicerçado na máxima “[...] mui antiga, segundo a qual tudo quanto um homem sabe pode ensiná-lo, e o melhor modo de saber bem as cousas é ir ensinando.”, o que destaca a ideia de que no tempo que os alunos atuavam na monitoria ensinando os mais novos, eles aprimoravam seu aprendizado.

Foucault (2009, p.159) ressalta essa ideia do aluno monitor ao enfatizar que eram dados a eles “[...] tarefas de simples fiscalização, depois o controle do trabalho, em seguida, de ensino; e então no fim das contas, todo o tempo de todos os alunos estava ocupados seja ensinando seja aprendendo.”, reforçando a ideia também de que eles aprimoravam seu aprendizado, e, que efetivamente participavam do controle sobre os seus pares, ao mesmo tempo que eram controlados pelo professor-mestre.

Na teoria, como já mencionado, o ensino deveria ser responsabilidade exclusiva do professor-mestre, a demanda, por outro lado, impossibilita essa exclusividade e, na prática, boa parte do ensino foi delegada aos próprios alunos, enquanto o professor passou a se ocupar principalmente com a administração do processo, como dispõe Almeida (1989, p.60),

Compreende-se muito bem esta preferência da lei pelo método de ensino mútuo, quando se sabe que, por este sistema, duzentas, trezentas crianças ou mais podem receber a instrução primária suficiente, sem que haja necessidade de mais que dois ou três professores. Durante as horas de aula para as crianças, o papel do professor limitou-se à **supervisão ativa** de círculo em círculo, de mesa em mesa, [...]. (grifo nosso)

Um novo panorama estava se delineando para a educação no Brasil. De acordo com Bastos (1999, p.95-116), a primeira referência à utilização do método Lancaster no Brasil¹⁷¹ data de 1817, no entanto, somente em 1827, ele foi oficializado pela Carta de Lei de 15 de Outubro, cujo artigo 4º institucionalizou que “As escolas serão de ensino mútuo nas capitães e das provinceas, e o serão também nas cidades e villas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.” Foi a primeira medida regulamentada por D. Pedro I sobre a educação da camada popular e dessa perspectiva concluímos que as escolas de marinhagem a utilizaram, uma vez que os militares, no caso o exército, através das escolas regimentais, havia sido convocado para disseminá-lo por todas as províncias.

O sucesso da implantação do método deveu-se principalmente à figura do aluno-monitor. Sobre essa figura, primeiramente, o monitor era um aluno que internalizou os dogmas da instituição, como tal, deveria ser capaz de aprender, obedecer e executar ordens; que por sua vez, como monitor, deveria ser exemplo ao realizar suas tarefas. A função de monitoria era percebida como uma perspectiva de emprego, no caso ser professor num futuro próximo, seguindo a carreira do magistério e firmando-se na escola como professor (auxiliar ou adjunto).

No caso específico das Companhias de Aprendizes Marinheiros, os documentos consultados, indicam que os alunos-monitores tornaram-se mestre-escola ou mesmo professor de primeiras letras ou mesmo professores de música, como cita o ofício¹⁷² onde menores aprendizes foram enviados para ministrar as aulas de píforo e tambor, como vemos abaixo:

07 de Janeiro de 1875. Ill^{mo} e Ex^{mo} Sñr. Dê V. Ex^a as necessárias providências a fim de que sejam destacado da Companhia da Aprendizes Marinheiros dessa província para o do Rio Grande do Norte, **três menores que estejam nas condições de prestarem-se ao ensino de tambor e píforo**. Deos Guarde a V. Ex^a Joaquim Delfino Ribeirod da Luz. – Sñr. Presidente da Província do Ceará. Cumpra-se. – Palácio do Governo do Ceará. 21 de Janeiro de 1875. – H. Graça. – Por copia ao

¹⁷¹O método Lancaster no Ceará foi introduzido em 1828, como consta na reportagem do jornal O Cearense de 28 de Outubro de 1859, Anno XLIII, nº 1272, p.4. Ceará: Typographia Brazileira de Paiva e Companhia – Rua da Amelia [Casa Numero], que diz: “*Casa de ensino mutuo (hoje predio provincial)*. – Foi mandado edificar a 21 de agosto de 1828 por contracto em virtude da ordem da junta da fazenda do mez, e anno, e concluiu se a 5 de fevereiro de 1829. Tem de cumprimento 64 palmos, de largura 32, e 12 janelas em roda. Custou 8:900\$000”. (grifo nosso).

¹⁷²Livro do Ministério dos Negócios da Marinha – Referência 727 – Livro 99. De 7 de jan. 1875 até 22 dez. 1875. Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC.

Cap. do Porto, em 22 de Janeiro de 1875. Resq. Em 5 de Fev^o do mes^{mo} an^o. (grifo nosso)

O sistema de monitoramento servia para disfarçar a falta de professores propriamente dito, ressentida no campo educacional por todas as instituições escolares, em todas as províncias, e nos estabelecimento de ensino militar não era diferente.

A disposição dos alunos em sala, do método Lancaster, proporcionava que todos os alunos recebessem o mesmo comando ao mesmo tempo e pudessem, assim, realizar uma tarefa. Além disso, a escola disponibilizava material de uso individual, como lousas, caixas de areia e ardósia, para os alunos realizarem suas tarefas.

Com frequência, acontecia desse material cru e grosseiro, manuseiado pelas crianças, fazerem algum mal a elas, levando alguns aprendizes baixaram na enfermaria por reação ao uso do material. Os dois principais instrumentos citados acima eram ricos em compostos silicosos, o que provocava reações desagradáveis.

À época a caixa de areia era utilizada para praticar a escrita, nela os alunos escreviam com o dedo para aprenderem a imprimir e reconhecer as letras; na lousa, eles usavam a pena de pedra para escreverem com mais complexidade (palavras e frases).

Castelo (1970, p.70) citou que o método Lancaster só foi implantado no Ceará em 1º de dezembro de 1830, como exposto na sessão do Conselho Geral da Província, em que “[...] o Barão de Stuart faz o seguinte comentários a propósito do método de Joseph Lancaster: “É esse, segundo julgo, o documento oficial em que se fala, no Ceará, pela primeira vez, no ensino pelo método Lancaster, [...]”¹⁷³. Castelo (1970, p.67) afirma ainda que, durante o governo de José Martiniano de Alencar, a Lei Provincial, de 20 de Setembro de 1836, estipulava que as escolas de primeiras letras observassem “a disposição dos utensílios, divisão de classes, nomeação de monitores [...]” do método, evidenciando a organização e o caráter estrutural para as escolas de primeiras letras.

Começou-se a pensar mais em questões de controle sobre os alunos como frequência e assiduidade, fichas de matrículas, onde constassem todos os dados pessoais das crianças, definição de espaços, utensílios, horários, proposição de prêmios, castigos e competições, no caso, as emulações como cita o método. Estrutura e ensino estavam sob o

¹⁷³Ver também Fortaleza Nobre. - Ensino Mútuo: “Em 1828, a Praça do Ferreira era um campo de areia com pequeno poço no centro,[...]. Foi neste ano que a Junta da Fazenda Nacional tomou a iniciativa de mandar construir uma casa para abrigar a nova aula do Ensino Mútuo de Fortaleza, sendo escolhido o local da esquina da Rua da Alegria (Rua Floriano Peixoto) com travessa 24 de Janeiro (Rua Guilherme Rocha), onde fica hoje o Palacete Ceará. Na época a praça era conhecida por praça das Trincheiras. Mas o local não foi bem aceito pelos comandantes da Câmara por vários motivos, entre eles os de ficar longe da cidade e por ser do lado do sol. Mas apesar disto o prédio foi construído ali e foi inaugurado no dia 5 de fevereiro de 1829.” Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2010/07/ensino-mutuo.html>> Acesso em: 30 jul. 2016.

controle, mas o método abriu precedente para uma nova preocupação: o controle social inerente à construção moral da camada popular.

Já mencionamos que, no início do século XIX, no Brasil, havia muito poucas pessoas capazes de ler, escrever e operar números. De fato, os poucos capazes, no caso, a elite tinham formação superior em alguma outra área que não o magistério: eram juizes, advogados, médicos, engenheiros, padres, e alguns poucos militares, como enfatizou Múriilo de Carvalho (2008, p.65): “[...] eram uma ilha de letrados num mar de analfabetos.” É fácil perceber, então, o porquê da dificuldade em captar pessoal para alfabetizar a camada popular. Não havia um interesse real. Quem, então, assumiria essa responsabilidade?

Como enfatizou Moacyr (1936), a própria camada popular que tinham um mínimo de conhecimento e se dedicavam ao aprendizado das primeiras letras, muitos captados dentre os alunos-monitores, proposto pelo método se tornavam professores auxiliares ou adjuntos das escolas normais. Sem perspectiva financeira, social e nem mesmo intelectual, podemos arriscar que a atuação deles foi ínfima á época, para a demanda existente.

A questão era a origem humilde desses mestres. A época é reconhecidamente de poucas regras e libertinagem para o povo, como, então, presumir que alguém, oriundo desse grupo, com pouco estudo e baixa formação moral, pudesse incuti-la numa criança? É aceitável que o exemplo dado por esses mestres populares ia contra a necessidade governamental de civilização e civilidade como citamos anteriormente, no caso do imperial marinho Eulalio e do padre Bicudo, responsáveis pela educação dos menores aprendizes.

Estar nessas companhias nem sempre era uma opção para o menor, de fato, em sua grande maioria, era uma obrigação imposta pelas autoridades e também pelos familiares. Mesmo assim, o Estado vem atuar de forma contudente, repassando as suas instituições públicas, no caso, exército e marinha, a prerrogativa de atuarem no ensino primário. Junte-se a isso o fato de, que com o tempo, paulatinamente, os professores tiveram que deixar as atividades de ensino para cuidar da administração escolar, atuando no processo de inspeção e de vigilância, impondo a ordem e a odediência a hierarquia, como propôs o método Lancaster.

Moacyr (1939, vol. 1, p.308) afirmou que a solução encontrada pelo governo foi capacitar professores, para tanto, no Ceará, por exemplo, foi criada, em caráter provisório “uma Escola normal de primeiras letras na Capital (...) seguindo o método Lancaster.” Aqueles que já se encontravam no magistério eram estimulados a se matricular para receberem o conhecimento formal do método e seu objetivo social, sob pena de perderem sua cátedra caso não aderissem à idéia.

O curso oferecido por essa escola, inicialmente, intencionava instruir aqueles que já eram professores sobre a “*disposição dos utensílios, divisão das classes e nomeação de monitores*” próprios do método Lancaster. O foco do curso estava em instruir os professores, tanto sobre a metodologia que seria ministrada para as atividades de aprendizagem (ler, escrever, operar, moral), como sobre as questões administrativas a ser efetivadas.

O regulamento da instrução pública no Ceará estipulava para as escolas de primeiras letras uma grade de horário para as disciplinas dentro da semana útil: 8h às 9h da manhã, atividade de leitura; de 9h às 10h, atividade de escrita; de 10h às 11h, lições de aritmética; de 4h às 5h da tarde, novamente atividades de leitura; e as tardes de quarta-feira eram dedicadas às lições de doutrina cristã; havia ainda tardes dedicadas às lições de gramática da língua nacional, horários que se alinhavam aos determinados pelo método.

Contudo, cabia a cada estabelecimento de ensino definir seus horários. Assim, as companhias de aprendizes marinheiros definiram para o horário do ensino das primeiras letras de acordo com a proposta das atividades do quartel-escola. No caso, das Escolas de Aprendizes *menores* Artífices da Bahia e da Escola de Aprendizes *menores* Artífices de Pernambuco, essa atividade foi desenvolvida durante a semana em conjunto com as oficinas, tendo as quintas-feiras voltadas para formação (apresentação da ordem militar).

Os documentos, no caso, o livro Copiadores de Ofício do Ceará não detalham a sequência dessas atividades, mas apresenta que o comandante da Companhia de Aprendizes do Ceará definiu a semana, de segunda-feira a sexta-feira, no período da manhã, de 9h as 12h para essa atividade e os livros a serem utilizados, como citamos ao apresentar o edital de compras durante a organização da companhia listado no jornal Cearense.

Para Cambi (1999, p.490) a publicação de livros, periódicos, romances e poesias direcionadas para o povo contribuíram decisivamente para a formação “ideológica-moral e política”, ajudando a conformar a juventude e suas famílias sobre seu papel social inseridos que estavam no contexto de mudanças políticas e sociais do século XIX.

O processo de massificação da instrução primária promovida pelo Estado lançou mão de algumas publicações específicas para efetivar o ensino com ênfase na moral. De fato, até foram promovidos concursos para que certos livros fossem escritos, editados e publicados para atenderem especificamente às necessidades do governo.

Na lista de material da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará arrolou o livro¹⁷⁴ Histórias de Simão de Nantua ou O Mercador de Feiras como livro-texto, com

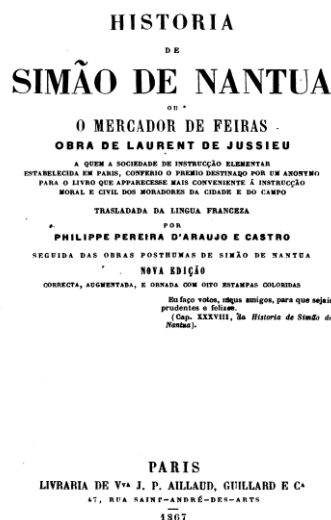
¹⁷⁴Ver Histórias de Simão de Nantua de Laurent de Jussieu, 1867. Livro editado em 1818, na França. Foi traduzido para a língua portuguesa. O livro está dividido em duas partes. A primeira parte contém 39 capítulos, a

objetivo explícito de “[...] ensinar as máximas de moral cristã e prudência social” (JUSSIÉU, 1867, p.2), conscientizando os aprendizes sobre o cumprimento do dever e obediência às leis para adaptá-las ao novo modelo de sociedade, economia e política que se inaugurava no Brasil. O livro adotado era único para todas as escolas e classes. Dele, eram extraídas as lições de escrita, leitura, matemática, doutrina cristã e moral.

Esse livro, específico, estava repleto de contos e histórias, apresentava de forma lúdica reflexões sobre conflitos sociais e morais muito comuns da sociedade brasileira oitocentista. A obra é francesa e suas histórias baseadas nos conflitos da Europa oitocentista, no entanto, a temática é humana e, portanto, universal, conectando velho mundo e novo mundo dentro do mesmo contexto de formação moral e civil do homem-cidadão, inserindo nesse período específico.

A seguir, pontuamos alguns tópicos trabalhados no livro que enfatiza o método Lancaster, bem como alguns temas pelos quais os aprendizes de marinheiros sedimentariam sua formação, dentre eles, veremos:

Figura 2 - Livro *Histórias de Simão de Nantua*, 1867, p. s/n



Fonte: Elaborado pela autora.

a) *Quem era Simão de Nantua: disposição para o trabalho*

segunda parte possui 8 temas com assuntos que versão sobre: advertências, sabedoria, jurisprudência, medicina, aforismo, bondade, religião, parábolas. Acesso em: 2 jun. 2014. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=Qd3tAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>

“<< Se meu pai foi mercador de feiras ou bofarinheiro, porque o não hei de eu ser?>>” (JUSSIÉU, 1867, p.08). Nesse tópico, o personagem se apresenta como exemplo, introduzindo quem é e o ofício que exerce. Ele fala sobre a vida agradável que levava com a família e a justifica pela instrução recebida e pelo trabalho desempenhado. Trabalho esse legado pelo pai, cujo exemplo foi digno de ser seguido. Simão, então, tem papel definido na sociedade como mercador de feira e afirma que seu sucesso profissional, com ênfase na importância do trabalho. A história está repleta de frase com fundo moral, do tipo “Só é verdadeiramente pobre quem deseja mais do que pôde ter.” ou “A ociosidade e a preguiça são os maiores inimigos da saúde e da felicidade.”; frases desse tipo intencionavam que os leitores refletissem sobre as situações a que eles se aplicavam. Nesse tópico, também, tem-se destaque para a perspectiva de uma pequena instrução, quando a personagem enfatizou a instrução que recebera na infância, na escola, e que o despertou para a leitura. Através dessa instrução, ele passou a compreender melhor o mundo a sua volta, como citou Jussieu (1867, p.08) e ver “[...] melhor as cousas, e julgava de tudo com mais discernimento e acerto.”. O tópico, então, trata da necessidade de conscientizar a massa sobre os benefícios do trabalho, numa época em que mal se falava de formação profissionalizante, assim como da escola.

b) Vantagens da escola:

“<<Vós mandai vosso filhos á escola? Pois mandai-vos, quen’isso lhes fareis o maior serviço. Se não souberem nada, serão sempre dependentes dos outros, muitas vezes logrados.>>” (JUSSIÉU, 1867, p.22). Nesse tópico, a personagem Simão de Nantua aborda as vantagens de integrar uma escola e a importância da participação direta e ativa da família na vida escolar de suas crianças. Ele afirma que instrução era “herança que valia mais que dinheiro”, porque significava habilitação para prover o próprio sustento. Para validar a ideia da importância da escola e da utilidade da instrução, Simão de Nantua dá exemplo de Madame Bertrand: ao hospedar-se na casa da senhora, ele veio a saber que os dois filhos e a filha dela não freqüentavam a escola e percebeu que as crianças pareciam envergonhadas de não saberem ler e escrever. Simão de Nantua atribui a “culpa d’esta ignorância” aos pais por não cuidarem da educação dos filhos. Para Madame Bertrand, não havia o que aprender numa escola, no que é contrafeita por Simão de Nantua: “*N’isso estais enganada, Madame Bertrand aqui há escolas d’ensino mutuo onde é impossível deixar de aprender alguma coisa.*” (JUSSIÉU, 1867, p.25). Ao que ele acrescenta, esclarecendo o que eram esses lugares “São escolas onde as crianças se ensinam umas ás outras mutuamente a ler, escrever e contar e onde se aprende o Evangelho; o catecismo e tudo o que é preciso que as crianças saibam para

virem a ser **dóceis, bons cristãos e bons súbditos.**” (JUSSIEU, 1867, p.25). Com esse esclarecimento, Simão de Nantua aponta o objetivo da escola elementar: construir o cidadão temente a Deus e à pátria. Ele acrescenta, ainda, que dominar a escrita, a leitura e as contas numéricas é fundamental para o cotidiano, inclusive, da administração caseira, ao se dirigir à Madame Bertrand, dizendo: “Vós o deveis saber por experiencia, pois vosso marido não sabe ler, nem escrever nem contar e se não fosseis vós, o que seria da vossa casa? Felizmente podeis arrumar as vossas contas e estar segura de não ser enganada.” (JUSSIEU, 1867, p.27). A personagem Simão de Nantua enfatiza que a escola prepararia os filhos para administrarem os negócios da família e os condicionaria à rotina do trabalho, da ordem, os manteriam longe dos vícios, da ociosidade, além de inculcar-lhes “[...] **princípios de religião e probidade.**” (JUSSIEU, 1867, p.27), mostrando assim o condicionamento dos jovens através da instrução. Essa proposta era bem vinda ao Estado brasileiro em formação e seria disseminada pela Marinha, como pontuamos anteriormente.

c) *A família virtuosa*

Seguindo com suas histórias, a personagem Simão de Nantua nos apresenta um amigo antigo, chamado Bernardo, a quem ele aconselhara, quando jovens, a seguir a carreira militar. Na época, Bernardo afirmara não ter vocação para o serviço militar, mas escutou o conselho do amigo e acabou se destacando com honra e brio por desembarcar de suas obrigações a contento e por ser sempre respeitoso e gentil com todos. Obediência e disciplina, aliadas ao conhecimento formal da leitura e da escrita garantiam que ele ascendesse rapidamente na vida militar. Essa era a ideia que a companhia de aprendizes marinheiros no Ceará vinha imprimir nos menores aprendizes. A historinha enfatiza a importância da instrução militar recebida pela personagem Bernardo, mostrando ter sido útil, quando ele precisou conseguir um emprego, ao ser afastamento do serviço militar, quando ferido no cumprimento do dever. Bernardo enfatiza que não foi difícil desenvolver outro tipo de trabalho, por já estar condicionado à rotina e por dominar o conhecimento específico. Bernardo comenta: “Achando-se pois introduzido em casa de M. Antonio, não tive trabalho em regular o meu comportamento ahi do que no regimento.” (JUSSIEU, 1867, p.62). Por sua postura em serviço e fora dele, sempre correta e bem disposta ao trabalho, Bernardo foi aceito por seu benfeitor e apresentou considerável sucesso nos negócios, como vemos abaixo:

Casámos pois, eu tomei a direção dos negócios, e não tenho motivos para me queixar dos que tenho feito. [...] O céu me deu estes dois filhos de que lhe dou graças, porque dão esperança de serem bons, e amam seu pai e sua mãe. Eu cuido na

sua educação, amigo Simão, eu não me esqueço de que devo tudo à que recebi na minha infância. (JUSSIÉU, 1867, p.63).

Assim, nesse tópico, Simão de Nantua define a configuração da família nuclear, na qual o homem é mando zeloso para a mulher e pai presente e ativo da educação dos filhos. Por essa família virtuosa, então, os filhos são a esperança de continuidade dos princípios familiares por serem bons e respeitosos e por entenderem seus papéis na sociedade. Contudo, o enfoque central desse tópico está na utilidade do serviço militar na vida da personagem, Bernardo, ao demonstrar que ele internalizou a proposta da formação militar com enfoque para a construção de uma rotina, a obediência, a compreensão da hierarquia no trabalho, na família e na sociedade.

d) *Encontro de desertores*

“<< - Ide, bom camarada, vós sois um homem estimável; oxalá que todo o exercito fosse composto de gente como vós! – Ah! Descansai, que eu não sou o único que tenho bom coração; há lá alguns que valem mais do que eu.” (JUSSIÉU, 1867, p.68). Esse tópico discute a ideia do cumprimento do dever para com a pátria. Nele, a personagem Simão de Nantua conta a história do encontro que teve com um militar reformado e de como eles se portaram ao encontrar um grupo de desertores. Em seu encontro com Nantua, o comandante Raymundo conta como perdeu um braço na campanha de 1814, por sua coragem, enfatizando a ideia de patriotismo, que os militares no Brasil irão colocar em destaque, especialmente durante a Guerra do Paraguai. Abaixo, vemos essa ideia nas palavras do personagem do comandante Raymundo:

[...] Onde perdeste o braço? – Na Campanha de 1814. – E como foste ferido? – Um biscainho me quebrou o pulso, mas nem por isso deixei o posto senão quando me levaram. Depois cortaram-me o braço, e aqui estou. – Havias de sofrer muito? – Isso não importa nada, **o que me custava era não poder combater enquanto o inimigo marchava pela minha pátria.** (JUSSIÉU, 1867, p.66) (grifo nosso)

Seria inadmissível para um militar, mesmo mutilado, ser chamado de corvade, estava em jogo à honra e o brio do militar, enfatizando, também, o que Bertaud havia apresentado sobre a virilidade do militar.

Enquanto conversavam e caminhavam, os personagens Simão de Nantua e o comandante Raymundo cruzaram com um grupo suspeito,

[...] Que gente é essa que vós conduzis? – São desertores! desertores e esses homens fallam francez? – Fallam de certo, porque são Francezes. – Ora vamos, isso não é possível: um soldado francez não desampara as suas bandeiras, nem renuncia ao serviço de sua pátria. Não é assim senhores, de certo vós não sois francezes. Os

desertores não ousaram responder; e este nome de Francezes, de que elles eram indignos, lhes fez baixar os olhos. (JUSSIÉU, 1867, p.67)

Para um patriota, o grupo era uma ofensa em si, mais ainda quando eles descobrem um patriota entre desestores. Um soldado é exortado pelo comandante Raymundo, mas retruca:

Como é possível que estejais ahí? Diz Simão de Nantua a um soldado que marchava ao lado de um desertor, e parecia magoado; vós não sois d'aquelles. – D'aquelles! Disse o soldado com indignação; eu desertor? ... Não senhor. – E que fazeis aqui, meu camarada? - Um d'estes infelizes era meu amigo de criação fomos companheiros d'armas, e eu teria dado a vida por elle. O seu crime, de que não posso conceber a causa me tem posto em desesperação. Sendo forçado a deixar de o estimar mas não podendo deixar de ser seu amigo, quis dar-lhe a ultima prova de amizade acompanhando-o até ao seu destino. (JUSSIÉU, 1867, p.68)

A personagem de Simão de Nantua discute neste tópico, além do patriotismo, a ideia de camaradagem que deve ser inerente ao respeito e à disciplina, construída ao longo do convívio entre os indivíduos e a própria instituição.

O livro, *Histórias de Simão de Nantua ou O Mercador de Feiras*, apresentados nesses exemplos e situações do cotidiano, foi utilizado para construir a aprendizagem dos menores aprendizes pela proximidade entre os temas e a vida desses menores. Na *Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará*, o livro facilitou a construção dessas ideias, assim como do soldado-cidadão, herói nacional, patriota, do brasileiro, de forma a suprir as necessidades da nova conjuntura, política, social e econômica da nação.

Moacyr (1909) afirma que, apesar de não haver uniformidade de ensino na educação pública brasileira do século XIX e de haver uma grande diversidade de métodos de ensino disponível, o método de ensino mútuo conseguiu prevalecer sobre os demais, especialmente no que diz respeito à organização e à administração do ambiente escolar.

As *Companhias de Aprendizes Marinheiros* por todo o país o abraçaram como base de suas escolas em todos os aspectos necessários: hierarquização, obediência, disciplinas, espaço, mobília, estrutura pedagógica quanto aos objetivos e atividades, assim como pelo uso do material escolar e livros-textos, adequando-o as suas necessidades e de controle pelo Estado.

Essa primeira investida do Estado de tentar padronizar a educação de primeiras letras em nível nacional, utilizando o método Lancaster, apesar de tudo, não logrou o êxito que pretendia como vemos nas palavras de Machado de Assis ao afirmar que “–A nação não sabe ler. Há 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância.” (MACHADO DE ASSIS, 1994, s/n). Um

dos grandes problemas a época estava na falta de pessoal qualificado para exercer o magistério.

Moacyr (1939, vol.1, p.333) acrescenta que no Ceará, em 1864, o Presidente da Província do Ceará, Dr. Lafayette Rodrigues Pereira se ressentia da falta de professores, como vemos abaixo:

Obter um pessoal na altura de seus deveres eis a magna questão. [...] E por que falta pessoal? Porque os ordenados são mesquinhos. Assegurar ao professor bons ordenados é pois o passo mais eficaz para melhorar o ensino, mas ainda não é tudo, Cumpre exigir seguras garantias de capacidade moral e intelectual.

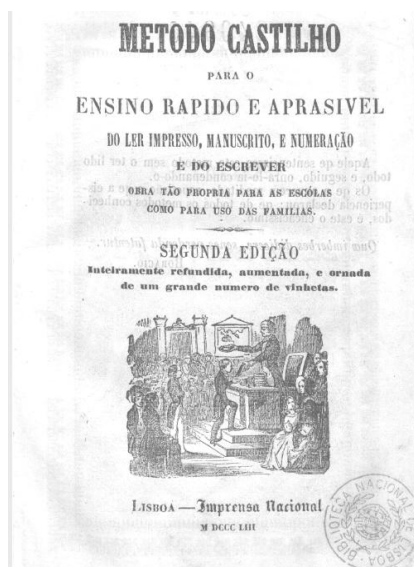
O que nos leva a inferir que o método Lancaster ainda transitava no cenário educacional durante a consolidação da companhia. Nas Companhias de Aprendizes Marinheiros, nem mesmo a rigidez e a severidade do regime militar, que designou claramente, para a função do magistério, os postos de capelão e de escrivão, conseguiram fornecer pessoal capacitado para efetivar o processo de educação, especialmente voltado para a camada popular.

Nas companhias de aprendizes marinheiros, capelão, escrivão, mestre-escola e professor de primeiras letras eram responsabilidades que se acumulavam e se imbrincavam com a função de militar, sendo magramente recompensados, o que levou à colocar em destaque nessas instituições a função de monitor, a quem de fato caberia à ação direta de acompanhar a formação dos aprendizes.

Pode-se falar em malogro do método de ensino mútuo como método de ensino oficial. Assim, pelo fim do século XIX, as companhias tiveram que repensar os critérios pedagógicos dos métodos de ensino disponível e favorecer aqueles que priorizassem também a alfabetização, uma vez que a organização do ambiente escolar pelo método Lancaster atendia as necessidades da instituição. Para esse fim, foram analisados novos métodos. O método Castilho, com a proposta do ensino simultâneo do ler e escrever pareceu o mais adequado à época.

6.3.2 Método Castilho

Figura 3 - Capa do livro do Método Castilho



Fonte: Elaborado pela autora.

No Brasil, algumas formas de ensino transitavam no campo educacional, como o ensino individual, o ensino simultâneo, o ensino misto e ainda estava em vigor o ensino mútuo. Todavia, a própria ideia de método de ensino para alfabetizar ainda estava em formação. Fato é que a escolha da forma de ensino ficava a cargo de cada instituição, como já citamos.

De acordo com Castelo (1970), o ensino individual consistia no professor atender um aluno por vez, tomando-lhe a lição, enquanto os demais alunos esperavam a sua vez. Esse ensino era empregado mediante a intervenção direta do professor para cada aluno. Pierre Lesage (1999, p.9-23.) acrescenta que no ensino individual a ênfase estava no ensino de apenas uma matéria por vez, como cita: – “[...] leitura: cada um deve ler o livro ou o almanaque que trouxe.” Primeiro o professor ensinava a ler, depois, a escrever, se constituindo em ações diferenciadas, como no método Lancaster; posteriormente, ele ensinava os demais conhecimentos.

Segundo Castelo (1970), o ensino simultâneo consistia em uma ação coletiva; estava centrado em uma classe de acordo com a função da matéria a ser estudada com classes graduadas, diversificando-se as estratégias de ensino. Esse método de ensino envolvia uma relação coletiva entre professor e alunos, da perspectiva da formação dentro de classes seriadas, por idade, por nível de conhecimento, em um mesmo lugar e ao mesmo tempo.

Nessa perspectiva, Pierre Lesage (1999, p.11) corroborando com Castelo, afirma, ainda, que o método simultâneo “o ensino dado pelo professor não se dirige mais a um único

aluno, como no individual, mas pode atender cinquenta ou sessenta alunos ao mesmo tempo.” Ele acrescenta que esse método de ensino foi atribuído a Jean Baptiste de La Salle, no final do século XVII. Por ele, os alunos, após terminarem a aprendizagem da leitura, eram destinados a aprendizagem da escrita (ortografia), posteriormente, à aprendizagem da gramática e dos cálculos. Tanto o ensino individual, como o ensino simultâneo têm-se a separação entre o aprendizado da leitura e da escrita como ocorria no ensino mútuo.

A inovação do método de Castilho estava em promover o aprendizado do ler e do escrever simultaneamente. A ênfase agora se voltou, também, para as questões pedagógicas e para as práticas lúdicas de ensino na sala de aula, assim como a proposta do uso do recreio com atividades de recreação, como jogos, músicas e brincadeiras, que envolvessem o aluno no processo de alfabetização.

O método de Castilho promoveu a padronização do material individualizado para os alunos com o uso de cartilhas e livros: todos aprendiam a mesma coisa, ao mesmo tempo, favorecendo o controle das atividades proposta pela escola e pelo professor, da mesma forma como foi pelo método de ensino mútuo, porém, com a disponibilidade de um livro para cada aluno. De acordo com os documentos consultados, a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará adotou as cartilhas do ABC, assim como a ideia de Castilho no uso do horário do recreio para o aprendizado de música.

Moacyr (1936, vol. 1, p.316) identificou que, no Ceará, em 1859, a escolha do programa das escolas primárias pelo método Castilho vinha atender o ler, o escrever, os princípios de moral cristã, a matemática elementar, o estudo da gramática nacional e elementos de geografia, com um novo viés, isto é, a ênfase no ensino do ler e escrever simultaneamente, não mais como ações separadas.

Na década de 1850, no Ceará, as leis de ensino apresentam a adoção do ensino simultâneo de Castilho, levando a uma nova organização na estrutura escolar para implantar e sedimentar as mudanças impostas pelo novo método, tendo que ser refeitas para implantá-lo, como dispões Castelo (1970, p.100-101) ao se referir a lei que regia a instrução pública de 1851 que passou a contemplar, dentre os livros de leitura para o ensino de primeiras letras, em seu capítulo II, artigo 12, o livro “leitura rápidas por Castilho” e, no artigo 14, o livro de “Simão de Nântua”, ambos utilizado pela Companhia de Aprendizes Marinheiro do Ceará, quando da sua implantação em 1865, nos levando a perceber uma simbiose entre os métodos adotados pelo governo.

Do método de ensino mútuo, coexistindo com o método Castilho, a estrutura escolar continuou em voga, como vemos nas leis de instrução pública, citadas por Castelo (1970, p. 101-102), em referência ao capítulo III – Da casa e mobília, artigo 17,

§ 4º - o professor terá uma mesa diante de si sobre um estrado, e em frente dela estarão as que forem precisas, e bancos, pelo modo que fôr regulado.

§ 5º - Haverá em todas as escolas de meninos um banco de areia, para os exercícios da escrita dos principiantes.

§ 6º - Uma tábua envernizada de preto, para os exercícios de cálculo aritméticos e geométricos.

§ 7º - Cabides ou torneiras, para guardar os chapéus dos meninos.

§ 8º Haverá, pendentes das paredes da sala, cartões com grandes caracteres, contendo silabários, alfabetos, deveres dos meninos e as máximas morais.

A estrutura física e administrativa da escola estava se (re)definindo. Acreditamos que nesse momento, temos os primórdios da ideia dos grupos escolares no Brasil. A escola teria classes definidas de acordo com o nível do aluno e não mais um único salão, no qual também se posicionava os alunos por nível de conhecimento. No caso da companhia de aprendizes marinheiros, os salões constituídos para o ensino mútuo foram redimensionados, ou no caso de não se poderem efetuar essas mudanças, as companhias eram transferidas para outros prédios. Mas no que consistia o Método Castilho?

Antonio Feliciano Castilho criou o método de leitura e escrita, que foi experimentado por ele na Ilha de S. Miguel, no Arquipélago dos Açores, em 1848. Em 1852, esse método foi empregado na escola de lancioneiro da Rainha, nas escolas de asilos de infância desvalida e na escola popular em Lisboa, sendo levado, em seguida, à Casa da Pia¹⁷⁵ para ser conhecido pelos professores da escola normal. Posteriormente, foi implantada nas escolas regimentais do exército português. Após diversas tentativas de implantar o método em nível nacional, Castilho veio ao Brasil, à presença de D. Pedro II e de seus representantes militares, para apreciação e viabilização do método.

O ensino foi dividido em três partes, denominadas séries, que contemplavam, na primeira série, o conhecimento do alfabeto; na segunda série, a leitura e a escrita de palavras, decompondo-as em sílabas; e, na terceira série, a leitura geral. Esse método consistia em 20 lições, de ensinar a ler e a escrever simultaneamente, tendo como base a escrita da palavra.

Castilho (1853, p. 28-39) criou, para cada letra, para cada sinal de pontuação e para cada número, uma historinha para ajudar as crianças a se envolverem no processo de

¹⁷⁵Ver Rômulo de Carvalho, 2001, p. 518-520. Capítulo XIV “A situação do ensino imediatamente após a queda de Pompal. Item 8. Essa instituição foi criada em Portugal, na cidade de Lisboa, em 1780, para atender a política de repressão do governo sobre a camada marginal da sociedade a época. Para ela, foram enviadas crianças abandonadas, órfãos e desvalidas, que receberam o ensino de primeiras letras e formação para o trabalho. O objetivo central da instituição era limpar a cidade de Lisboa dos vadios, salteadores, dentre outros.

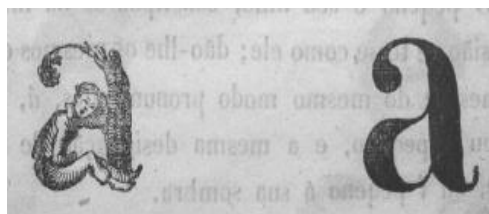
aprendizagem, como enfatizou Rômulo de Carvalho (2001, p.583) “Cada desenho não representava apenas determinada letra, havia também certa história graciosa que lhe estava ligada a fazer lembrar, à criança, a leitura da respectiva letra.”, como vemos abaixo:

Figura 4 - Desenho e historinha da vogal maiúscula e minúscula do Método Castilho (CASTILHO, 1853, p.p. 28-39)



“Este preguiçoso passa os dias a bocejar. O som, que faz, abrindo a boca, é, umas vezes, mais outras, menos claro. Ora diz Á, com valor do primeiro A de Anna. Á direita está a sombra d'ele, e, como ao homem costumam chamar, por zombaria, o senhor Á ou â, o mesmo nome de Á ou Â, dão á sombra.”

Fonte: Elaborado pela autora.



“O rapazinho, é madraço, assim como o senhor seu pai; encosta-se às arvoreds, segundo ali se vê, e faz abrindo a boca os menos sons que o pai: por isso lhe chamam o á ou á pequeno. Á sua sombra que está á direita chama-se igualmente á ou á pequeno; como á primeira Á ou Â grande.”

Além da história, os desenhos representavam cenas do cotidiano levando a criança a fazer associações entre elas. Esses desenhos seguiam uma sequência definida para promover a aprendizagem da leitura e da escrita. Um pequeno livro, proposto como cartilha do ABC foi elaborado. De acordo com Castilho (1853), a escola deveria ter um livro para o professor e um para cada aluno, uma ardósia, penas de pedra e lápis ou gessete; o mobiliário constaria de bancos com tábuas em forma de carteiras, um estrado e o assento do professor, quadro negro, quadro-escrita, um quadro de leitura, estante com o alfabeto, cartazes com escritas, um compassador, armário e luzes para as aulas noturnas.

A proposta inicial do método contemplava os bancos arranjados em forma de ângulo para facilitar a circulação do professor pelas laterais e, no centro, haveria uma abertura de frente ao professor. Os alunos seriam posicionados de acordo com seu conhecimento: primeiro os que não conhecem as letras; os que conhecem um pouco ficavam no centro; e os que dominam ficam nos últimos bancos, separando-se meninos de meninas, no caso, do ensino misto.

No método Castilho, o professor teria ajuda de um professor adjunto ou poderia ser auxiliado por um aluno-vigia, cuja função era chamar atenção dos descuidados e coibir os turbulentos, sempre através de gestos ou sinais para não perturbar o andamento da aula, sendo escolhido dentre os alunos mais avançados, como proposto no método Lancaster. Deveria se

estabelecer um tempo de aula, em media 2 horas (manhã, tarde, noite), e apresentar várias formas de exercícios que contemplassem diversas formas de leitura e escrita.

Para o ensino simultaneo do ler e escrever, Castilho (1853, p.23) colocou, como essencial, o ritmo, através de palmas ou batidas da vara no chão, ele enfatizava que os alunos “Decomposéram palavras, componham-nas: tem andado no caminho que leva pela escrita á leitura, entrem no que leva pela leitura á escrita: escrita e leitura, são por este método inseparáveis.” Nesse sentido, Castilho (1853, p.148) acrescenta que deve-se “[...] ensinar a ler o que se tem escrito [...]”.

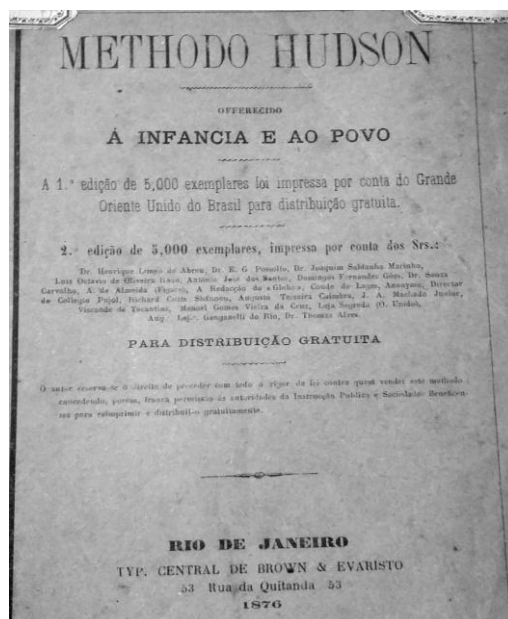
Castilho (1853, p.7) acreditava também que a escola não deveria ficar aberta a visitantes ou curiosos, “O ensino, como todos os amores, tem também o seu pudor; deve-se-lhe respeitar. A escola é uma família no seu trato íntimo; as suas portas só se deverão franquear aos que por vocação e destinação ao magistério se quizerem vir ‘nela iniciar.’”, uma proposta que as escolas militares seguiram a sério, conservando entre seus muros um vasto acervo sobre suas práticas de ensino.

Assim, entendemos que durante a década de 1864, época em que a companhia de aprendizes marinho foi implantada no Ceará, a estrutura da escola, com o método Lancaster e o método Castilho, ganhou uma estrutura própria e o foco voltou-se para o método propriamente de alfabetizar, uma vez que a avaliação do processo de aprendizagem em relação ao aprendizado do ler e escrever não se encontrava satisfatório.

Quando da avaliação do aproveitamento dos menores aprendizes marinheiros no aprendizado de primeiras letras, entre o ano de 1864 e 1870, a Companhia de Aprendizes Marinho do Ceará se ressentia. Assim, dentre os métodos que transitavam no Brasil, as companhias de aprendizes marinheiros optaram pelo método Hudson, como encontramos nos documentos da Companhia de Aprendizes *menores* Artífices da Província de Pernambuco, a qual a Província do Ceará estava subordinada.

6.3.3 Método Hudson

Figura 5 - Capa do Livro do Método Hudson



Fonte: Elaborado pela autora.

Octaviano Hudson, enquanto lecionava para os filhos do Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, bisnetos de José Bonifácio de Andrada e Silva, adaptou os métodos vigentes à época (1876), e desenvolveu, por consequência, um novo método de ensino, voltado especialmente para alfabetização.

Machado de Assis, ao se referir ao método Hudson, apresentou a dificuldade que o autor teve para ter seu método reconhecido, uma vez que as autoridades literárias da época tinham-o como um suposto plágio de outra obra, não citada pelo autor, apenas colocada em destaque em suas crônicas “Depois do chumbo e das letras, o sucesso maior da quinzena foi a descoberta que um sujeito fez de que o método Hudson é um método conhecido nos Açores. Será?[...] Se o engenho de um e outro se houverem encontrados? Talvez seja essa a explicação.” (MACHADO DE ASSIS, 2015, s/p)

A crítica de Machado de Assis se deu pelo embate quanto à questão da autoria e da implantação de um novo método, como ocorreu com o Método de Ensino Mútuo criado por Andrew Bell ou por J. Lancaster, em Londres, e como ocorreu com o Método Castilho ou Simultâneo criado por Castilho ou por Mr. Lemare¹⁷⁶, em Portugal. O mesmo se dava com o

¹⁷⁶Leitura Lemare. Livro constituído por 68 figuras e 48 mapas, que, envolve abecedário e sílabário, apropriado para facilitar a aquisição da leitura e escrita, sendo aplicado igualmente para a formação simultânea ou mútua dessas habilidades. Apresenta histórias apropriadas para o aprendizado simultâneo e mútuo do ler e escrever dentro de uma educação específicas e educação mútua. As três primeiras edições deste livro foram publicados sob o título de sistema de leitura natural; a quarta sob o título curso de leitura, onde, iniciando, a partir do composto para simplificar, aprendemos a ler frases e palavras, sem saber, de sílabas ou letras; composto por 41 figuras alto relevo (no francês “*em talhe doce*”), representando cada um, dependendo de como eles estão sendo

método Hudson, criado por Octaviano Hudson, sendo ele comparado ao método Castilho. Conflitos a parte, o método Hudson foi implantado nas companhias de aprendizes marinheiros em 1876.

O método Hudson foi construído em turnos de 13 lições que propunham que a leitura e a escrita fossem compreendidas e absorvidas analiticamente: ele inicia com a apresentação das vogais e suas derivações (encontros vocálicos, os puros e os nasalizados), depois ele segue com a apresentação das consoantes e dos encontros consonantais. Era primordialmente uma cartilha de alfabetização que não fazia qualquer referência à organização logística e estrutural da escola; seu objetivo centrava-se, prioritariamente, no ensino das primeiras letras dos alunos. A tabela a seguir demonstra as lições propostas.

Tabela 19 - Sequência das 13 Lições do Método Hudson.

| | |
|-----------|--|
| 1º lição | Apresenta as vozes simples e puras das vogais (a, e, i, y, o, u). Apresenta a união das vogais (ae, ai, ao, au, ay, ey, ou, uy). |
| 2º lição | Apresenta as consoantes lábias b, p, m, com as vogais, os ditongos orais. |
| 3º lição | Apresenta as consoantes labiais v, f, com as vogais, os ditongos orais. |
| 4º lição | Apresenta as consoantes linguo-dentais d, t, com as vogais, os ditongos orais. Acrescido do aprendizado dos números até o 3. |
| 5º lição | Apresenta as consoantes linguo-palatais sibilantes, s, ç, c, z, enfatizando o som da letra s antes das vogais e entre elas. |
| 6º lição | Apresenta as consoantes linguo-palatais chiantes j, g, x, com as vogais, os ditongos orais. Acrescenta a aprendizagem dos números 4 até 6. |
| 7º lição | Apresenta as consoantes linguo-gutturais c, qu, k, g, gu, e as palatais l, n, e a tremula r, e finaliza os números do 7 até o 9. |
| 8º lição | Apresenta as articulações l, r, m, n, (al, el, il, ol, ul, ar, er, ir, or, ur, am, em, im, om, um, an, en, in, on, un, e os ditongos nasais ã, ãe, ães, ões.) |
| 9º lição | Apresenta as articulações compostas, br, dr, fr, gr, pr, tr, vr. |
| 10º lição | Reforça a aprendizagem da lição 9. |
| 11º lição | Reforça a aprendizagem da lição 9. |
| 12º lição | Apresenta as articulações pospostas b, c, d, f, g, p (ab, ob, ub, ac, ec, ic, oc, ad, ed, af, ef, if, of, ag, ap). |
| 13º lição | Apresenta as prolações ch=k, ct, gm, gn, mn, pç, os, pt, sc, st. Acrescentando o aprendizado da pontuação, os sinais que entram no discurso e a ordem alfabética. (HUDSON, 1876, p.40) |

Fonte: Método Hudson: a infância e ao povo

Essa progressão partia dos sons (fonemas) até chegar na complexidade de textos e livros passava pelo estudo de frases, orações e períodos carregados de lições morais, religiosas e que exaltavam principalmente o trabalho, como vemos a seguir:

- a) *A corrupção dos povos nasce quase sempre da falta de moral.*
- b) *Christo foi o maior obreiro da liberdade humana.*

consideradas, uma carta, uma sílaba, uma palavra ou frase; e frases preparadas, extraídas da bíblia, e trazendo as sílabas iniciais de cada linha, todos os tipos de montagens necessárias cujos iniciadores são compostas; rescindido um dicionário de pronúncia para o uso da língua francesa e estrangeira. Joseph Marie Quéraud, "La France littéraire", ou Dictionnaire bibliographique des savants. Consultado em 15 de Maio de 2016 as 8:00. Site: https://books.google.com.br/books?id=zolZAAAACAAJ&pg=PA134&lpg=PA134&dq=lemare,+cours+de+lectu+re&source=bl&ots=uLTjYug0N2&sig=Msvt_2yW2fJzbYXoVhUJxXow924

c) *Sem a religião do trabalho não há boa sociedade.*

O método Lancaster pregava o aprendizado da leitura e da escrita em momentos separados, considerando-os processos imiscíveis. O método Castilho seguiu vertente oposta e pregou a simultaneidade desses aprendizados. Hudson, por sua vez, se preocupou com os aspectos da fisiologia da alfabetização: ele se utilizou do aprendizado pela silabação para inovar com o ensino da escrita e da leitura fonéticas, separou e articulou progressivamente o aprendizado de sons, letras, sílabas, palavras, frases e textos. A ideia dele era conscientizar a criança de que sua fala podia ser representada por algo escrito e, depois, lido. Através da constante repetição de sons e associação dos caracteres, então, a alfabetização seria alcançada.

O próprio Hudson encaminhou o método para a apreciação das autoridades educacionais, como podemos inferir pelo ofício abaixo, através da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Côrte, em 3 de Abril de 1876,

COPIA. – Illmo. E Exm. Sr. - Em cumprimento á ordem que nos transmittio V. Ex., por officio de 26 de Fevereiro do corrente anno, de assistirmos á exposiçãõ de um novo processo de leitura do Sr. Octaviano Hudson e informamos a V. Ex. do que a respeito do dito methodo observassemos, vimos dar conta disso pelo modo seguinte: Para o exame pratico do novo processo foi escolhida a primeira escola da freguezia da Santa Rita, a cargo do Sr. Professor Januario dos Santos Sabino, e ahi, á nossa vista e do dito professor, fez o Sr. Hudson a exposiçãõ pratica do seu methodo, cujos effeitos nos pareceram assaz vantajosos. Quanto á theoria, o methodo do Sr. Hudson pertence aos modernos methodos de syllabação; funda a sua divisãõ na separaçãõ das vozes e articulações, seguindo estas a ordem natural de sua classificaçãõ physiologica, e é dividido em 13 lições, cada uma das quaes contem exercícius e applicações que devem ser de grande utilidade no ensino. Deus guarde a V. Ex. – Rio de janeiro, 2 de Abril de 1876. – Illmo. E Exm. Sr. Dr. Barão de S. Felix, Dignissimo Inspector Geral interino da Instrucçãõ Primária e Secundária do Município da Côrte. (Assignado) Antonio Estevão da Costa e Cunha. – Augusto Candido Xavier Cony. – Confere. – O Secretario, T. N. Leão. (HUDSON, 1876, s/n)

Esse ofício foi enviado para as seguintes autoridades civis, como consta no livro de Hudson (HUDSON, 1876, s/n):

[...] Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho.
 Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos.
 Dr. Adolpho de Barros.
 Dr. Joaquim Murtinho.
 Francisco Bithencourt da Silva, lente da Escola Polytechnica.
 Barão de Villa Maria.
 D. Francisco de Assis Mascarenhas.
 Jeronymo R. de Moraes Jardim.
 Dr. Cardozo de Menezes.
 Professores das primeiras escolas públicas da Freguezia da Gloria, D. Joanna Amalia de Andrade e Antonio Cypriano Figueiredo de Carvalho.
 Professora do Collegio do Espirito-Santo, D. Luiza de C. Barradas Alves.
 Professor da Escola Municipal da freguezia de S. José, Augusto Arthur de Siqueira Amazonas.

Diretor do Collegio Almeida Martins.
 Professor do Collegio Barsileiro, J. de Oliveira Martins.
 Dr. C. A. Busch Varella.
 Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello.
 Francisco de Carvalho Figueiredo.
 Professor do Collegio Vassourense, Pedro Borges de Lemos.
 Dr. Galdino Emiliano das Neves.
 Dr. Costa Ferraz
 O Vice-consul de Portugal em Itaguahy, Dr. José Maria de Souza Loureiro.
 Professor do Collegio do Mosteiro de S. Bento, Joaquim Januario de Sá Barbosa.
 [...]

Professores da Escola Nocturna da Freguezia de S. João Baptista de Lagoa.
 José de Souza Machado.
 Severiano Cancio do Carmo.
 Joaquim Insley Pacheco.
Alumnos da Escola Polytechnica em numero de 26.
 Superiora do Collegio da Immaculada Conceição, Irmã Saugere.
 Collegio Pujol. (grifo nosso)

Embora extensa, a lista nos permite perceber o grupo da sociedade que decidia sobre a educação, composta em sua maioria de conselheiros do governo e professores, mas também atentamos para a participação dos alunos da Escola Polytechnica. A parte desse grupo, e junto a ele, as autoridades militares também foram convocadas, como vemos abaixo:

- a) Comandante da 1ª Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha, e o professor Eduardo Luiz Cordeiro;
- b) Primeiro Tenente d'Armada, Leopoldo Bandeira de Gouvêa;
- c) Major do 10º Batalhão de Infantaria, Francisco de Assis Guimarães e o Capitão Francisco Ignácio Couto;
- d) Oficiais do 1º Batalhão de Infantaria e o diretor do referido batalhão.

O objetivo era levar o método a ser experimentado junto à classe subalterna, composta prioritariamente de membros da camada popular, e posteriormente difundido por todo o país, para a totalidade desse grupo, fora dos muros dos quartéis-escolas.

O método Hudson foi publicado numa pequena brochura, da qual foram feitas apenas 5.000 cópias para serem distribuídas por todo o país, sem fins lucrativos. De acordo com o ofício abaixo, o livro do método Hudson foi adquirido pela marinha e foi enviado para as Companhias de Aprendizes Marinheiros para ser aplicado e avaliado, como segue:

Quartel da Companhia d'Aprendizes Marinheiros de Pernambuco 31 de Janeiro de 1878. III^{mo}. Sr. Havendo o professor de 1º letras desta companhia requisitado alguns exemplares dos livros de leitura ultimamente publicados na Côte por **Octaviano Hudson, as quaes tem sido remetidos á algumas companhias afim de serem experimentados** rogo á V.S^a. que se digne a solicitar do Quartel General da Marinha os referidos livros cujo fim é **[promover] e melhorar o ensino nas escolas primárias**. Deos Guarde a V. S^a. III^{mo} Sr. Francisco José Coelho Neto Capitão de

Fragata e Inspector do Arsenal de Marinha. Ass. Fran^{co} Flaviano de Cantalice 1^o Commandante. ¹⁷⁷ (grifo nosso)

A partir do parecer dos militares, o método ganhou espaço, com o objetivo de promover e melhorar o ensino primário, apesar do que, teve que conviver com outros métodos de ensino que surgiam e circulavam no cenário nacional, pois como citado anteriormente, diversos métodos transitavam no cenário educacional.

O Brasil buscava através das instituições militares promover a formação profissional, social e intelectual da camada popular em um período marcado por diversas transformações no campo político, econômico, social e cultural. Acreditamos que essa tenha sido a principal contribuição do ensino militar naval no Ceará, através da companhia de aprendizes marinheiros, no caso, promover a formação da camada popular em um período no qual a prioridade no campo educacional se dava para o ensino superior e a ampliação do ensino secundário.

¹⁷⁷Ofícios sobre as Companhias de Aprendizes Marinheiros. Arquivo Nacional – Referência: XIM – 43 - Código B1 - Série Marinha – Ofícios sobre as Companhias de Aprendizes Marinheiros.

7 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará foi fundada em 1864 para iniciar a profissionalização e a alfabetização de crianças desvalidas e órfãs. Nesse sentido, a escola se transformou em ferramenta primordial de adestramento e adequação às necessidades de mão de obra para o mercado de trabalho, assim como de conformação aos princípios morais pelas regras sociais vigentes, enquanto que, através do ensino de primeiras letras entretinha e distraia a massa classificada de despossuídos, isto é, a camada popular, sendo necessária para atender a política do governo na busca de organizar o próprio país.

A sociedade cearense de meados de século XIX era composta por pequena camada de origem modesta, funcionalmente analfabeta, uma ainda menor elite econômica intelectual centralizadora e castradora e por uma imensa massa de pobres totalmente iletrados que poluía as ruas cosmopolitas. Os filhos dessa massa marginalizada socialmente precisavam ser formados para atender às necessidades do Estado. A demanda era principalmente de domesticação moral e cívica, mas a nova conjuntura de transição para o capitalismo liberal inaugurou a necessidade de capacitação de mão de obra própria.

A comunidade acadêmica atual parece estar sob a ideia de que os alunos dos primórdios da EAMCE eram, em sua maioria, delinquentes em débito com a Justiça. Na verdade, havia, sim, aqueles tomados para algum tipo de correção ou utilidade pública (principalmente durante a Guerra do Paraguai, em que o mais importante era a quantidade de soldados, não sua procedência ou motivação), mas o público-alvo era fundamentalmente crianças sem famílias ou cujas famílias não tinham meios para lhes sustentar e que as entregava voluntariamente em busca, não só de profissionalização e instrução, mas principalmente, de moradia e alimentação, uma forma de preservar a vida de seus filhos. No sistema liberal, era necessário diminuir os gastos do Estado com assistencialismo, sendo portando, um meio também de aproveitar a mão de obra necessária ao sistema econômico, no caso, o capitalismo, que demandava uma nova postura por parte da organização econômica, política e social do país, que buscava se adequar aos países civilizados.

Desde o final do século XVIII, o Estado voltou-se para as questões sociais e promoveu algumas políticas sociais para atender os filhos da camada popular, como ressaltou Moreno (2010), que, em meados da década de 1800, a estratégia era promover, para as crianças entre sete e dezessete anos, o aprendizado para uma arte ou ofício dentro do círculo familiar como já ocorria desde o final de 1787, como vemos abaixo:

Para os mais pobres os ofícios eram bem vistos pela sociedade e a aprendizagem podia ocorrer no círculo de parentesco, como foi o caso do órfão José (17) que no ano de 1787: “(...) achava-se com boa educação e sabia ler e escrever e contar e se achava em companhia de um tio, oficial de carpintaria, aprendendo o dito ofício...”. Em 1790, o aprendiz também foi o destino do exposto Ignácio Costa (16) que pretendia: “(...) aplicar-se ao ofício de sapateiro...”. (MORENO, 2010, p.107)

Nessa perspectiva, foi definido como política social, na perspectiva ainda das questões sociais, que os meninos pobres, desde cedo, deveriam ser encaminhados para aprenderem um ofício como forma de evitar o vício, a mendicância e mesmo que se envolvessem em delitos, desde roubos até mesmo em assassinatos. No caso, os mestres ofícios eram obrigados a dar-lhes além do ensino do ofício, alimentação e vestuário. A sociedade via com bons olhos o direcionamento dos meninos pobres, desvalidos e órfãos para a formação no trabalho, identificando-os como aprendizes na escala social. Nessa proposta, não adentrava o ensino de primeiras letras.

A legislação, em meados do século XIX, introduziu a obrigatoriedade do envio de órfãos e desvalidos, entre sete e dezessete anos, para o aprendizado de um ofício, como cita ainda Moreno (2010, p.108), “Foi somente no século XIX que houve uma ampliação do sistema de aprendizagem por meio do envio dos garotos aos arsenais da marinha”. Temos aqui, a ideia de controle e profissionalização da camada popular aliados ao cuidar das questões sociais e da esfera da coisa pública através de uma instituição pública.

Uma política social, em que o Estado, conciliava em um mesmo lugar trabalho e educação, uma vez que nas escolas de artes e ofícios públicas (no caso, do Ceará referimo-nos ao Collégio dos Educandos) e nas forças armadas: exército e marinha (no caso do exército, referimo-nos as Escolas Regimentais, e, no caso da marinha, referimo-nos às Escolas de Aprendizes *menores* Artífices dos Arsenais de Marinha e às Escolas de Aprendizes Marinheiros), onde era obrigatório o ensino primário com o aprendizado do ler, escrever, das quatro operações matemáticas, assim como o aprendizado da doutrina cristã, como regia o currículo do ensino de primeiras letras oficial para a sociedade civil para esse nível de ensino, sendo acrescido nesses estabelecimentos do ensino da música.

As autoridades, assim como as próprias famílias, acreditavam estarem cuidando e investindo no futuro dessas crianças ao propiciar formação para o trabalho e educação como ressaltou Moreno (2010, p.108) “[...] a preocupação dos pais em iniciar os filhos (...) na aprendizagem de ofícios pode ser vista como uma demonstração de cuidados com o encaminhamento social dos mesmos [...]”, assim como, do próprio Estado, que poderiam diminuir os gastos com estabelecimentos públicos dessa natureza (quando houvesse mais de um em uma mesma cidade) como podemos inferir com o fechamento do Collégio dos

Educandos após dois anos da criação da Companhia de Aprendizes Marinheiros no Ceará, assim como manter um contingente para manter as próprias instituições, no caso, as militares.

O Estado e a família acreditavam que essa política social e de educação poderia inserir os menores na sociedade, aumentando suas chances de mobilidade. Nesse contexto, a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará tinham como vantagens sobre os Collegios de Educandos Artífices em nossa cidade, na busca de conquistar as famílias e os menores, o pagamento de um pequeno soldo, aliada ao aprendizado. Contudo, os menores estavam obrigados a exercerem um tempo de serviço, em média, dez anos, considerado pela instituição uma forma de pagamento pelas benéncias recebidas, como abrigo, alimentação, vestuário, educação e aprendizado de um ofício, assim como uma identidade perante a sociedade.

Esta pesquisa foi feita através dos registros e escritos oficiais retirados dos Livros Copiadores de Ofício, cujas referências pertencem ao Arquivo da Marinha, na Ilha das Cobras, Rio de Janeiro; do livro do Ministério da Secretaria dos Negócios da Marinha, cujas referências são de posse do Arquivo Público de Fortaleza do Ceará, de dezenas de Relatórios do Comandante das Escolas de Aprendizes Marinheiros ao Inspector, copilados no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro; e de jornais: Cearense, O Sol, A Constituição e A Pátria, divulgados na imprensa local e no Rio de Janeiro. Todas as fontes foram consultadas nas publicações de 1864 a 1889.

A vasta quantidade de documentos investigada aponta para a pouca atuação do ensino intelectual, especificamente, o ensino de primeiras letras, em prol da instrução militar profissional, assim como a ênfase ao ensino moral, na busca de inserir os menores na regras da sociedade. O real objetivo da Escola direcionou-se para a construção de contingente militar hábil, que suprisse as necessidades primeiramente da Instituição Naval, delegando posteriormente o ensino intelectual à sociedade, uma vez que seria dela essa prerrogativa, e não da instituição militar. Entedemos que, o investimento nessa modalidade de ensino vinha a atender, principalmente, a política de governo para o controle da camada popular, através da educação, que precisou suprir o *deficit* com a instrução pública, no Segundo Reinado, período em que o Brasil se constituía e se consolidava como Estado-Nação, assim como se constituía também em uma política de militarização do país, lembrando que Hobsbawm ressaltou serem os anos de 1800 a era das guerras, tendo no Brasil, especialmente, com a Guerra do Paraguai, motivos para essas ações.

As instituições de ensino, em franca instalação e desenvolvimento, refletiam os valores próprios da época, valores esses que podem parecer inconcebíveis atualmente, mas que, dentro de seu referido contexto, não só são justificáveis, como são compreensíveis.

Assim, entre prós e contras, entre recrutamento forçado e desigualdades, havia a perspectiva de oportunidade, se não de ascensão social, pelo menos de melhoria da dignidade humana que depende do trabalho e da educação. Além disso, a probabilidade de ascensão social era real para aqueles que seguissem a carreira militar, uma vez que pertenceriam a uma instituição, com identidade, não seriam mais classificados como órfãos, desvalidos, mas seriam militares, mesmo que em condição subalterna, os menores aprendizes teriam um novo lugar na sociedade. Foi o que se buscou embutir na camada popular, quando da escolha do livro *Histórias de Simão de Nantua*, em que se enfatiza que os menores aprendizes saberiam se portar de forma digna, honrada e honesta, ao exercerem qualquer ofício, fora da instituição, bem como saberiam obedecer às autoridades constituídas, através do disciplinamento e hierarquia, aceitando os papéis sociais constituídos, assim como, se preparando para o processo de modernização que adentrava o país.

Todos esses dados, compilados das fontes mencionadas, permitiram reconstruir, em parte, a realidade do passado histórico enfocando de modo a construir inferências sobre o que foi e o que pretendia ser; permitiram compor as intenções e os atos no campo da educação. Percebemos alguns pontos semelhantes com relação à formação da profissão do soldado e do marinheiro a partir da proposta de que ambas as instituições militares, exército e marinha, buscavam disciplinar sua classe subalterna, oriunda da camada popular, atendendo a proposta do Estado.

As escolas regimentais¹⁷⁸ do exército tinham como base promover o disciplinamento da classe subalterna pela via da educação, assim como ocorreu com a escola de marinhagem, como vemos no decreto abaixo:

DECRETO Nº 36. GUERRA. – Em 14 de Janeiro de 1837.

Determina que das províncias venha certo numero de menores para educar-se no estabelecimento dos menores addidos ao Arsenal de Guerra.

Achando-se o Governo autorizado pela lei de 22 de Outubro de 1836 a elevar, do 1º de Julho do corrente anno em diante, ao numero de 200 os menores addidos ao arsenal de Guerra da Côrte, onde, além do ensino da doutrina christãa, e das primeiras letras, aprendem hum officio mecânicos, para que tem mais vocação, sendo além disso sustentados, vestidos e tratados nas suas moléstias á custa da fazenda pública; e tendo o regente, em nome do Imperador, muito em vistas que a instrucção da mocidade se esplae pelas classes indigentes dos habitantes de todas as Provincias do Império: há por bem determinar que dessa Porvincia do Maranhão sejam remettidos para esta Côrte, para serem addidos ao referido Arsenal, oito

¹⁷⁸Ver Disposições Gerais no nº 8 do Artigo III de 4 de Janeiro de 1837: “*Em cada um dos Corpos do Exército haverá uma Escola de primeiras letras a qual será obrigativa para as praças do Corpo que precisem de ensino, sendo pública e gratuita para os jovens que della se quizerem aproveitar*”. Ver também Decreto Nº 36 de 14 de Janeiro de 1837, consultado em 01 de Junho de 2016, as 17:30, site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>

rapazes pobres, que estejam nas circunstancias do art. 49 do Cap. 4º do regulamento dos arsenais de Guerra de 21 de Fevereiro de 1832, do qual ora se remette a V. Ex. hum exemplar, que no titulo 20 designa quaes são os officios exixtetes no arsenal, a que os ditos menores se podem applicar. E porque muito conviria que numero de 200 menores, por agora coartado pela Lei, podesse ser augmentado ao duplo, o regente manda lembrar a V. Ex. que no caso que V. Ex. possa obter autorização da assembléia Legislativa provincial, para fazer á custa dessa provincia a despeza com outros tantos aprendizes dos que ora se mandão vir, os envie da mesma forma para o Arsenal de Guerra da Côrte, onde acharão os commodos necessários; fazendo V. Ex. indemnisar o mesmo arsenal, avista da conta que este apresentat, da despeza que fizerem estes extranumerários. Deus Guarde a V. Ex. – Paço em 14 de janeiro de 1837. – Conde de Lages. Em circular aos Presidentes de todas as Províncias.

Ambas as instituições, exército e marinha, davam aos seus subordinados, a formação profissional como proposta de formação do militar, com destaque para os deveres e para o patriotismo, bem como promoviam a formação da moral e de civilidade, moldando a camada popular às regras da sociedade da época, assim como promovendo o aprendizado do ler, do escrever e das quatro operações, que, de fato, se constituía o meio para essas ações. A pouca disponibilidade de material sobre as escolas regimentais nos limitou apenas a perceber a proposta de disciplinamento e alfabetização para a camada subalterna, mostrando-se um mote para pesquisas futuras.

Dentro da proposta do ensino militar naval buscamos relacionar as escolas de aprendizes marinheiros com as escolas de aprendizes *menores* artífices, inicialmente, pela proposta da escola de aprendizes artífices de Portugal. Embasada na proposta de Bonifácio (1981), a Companhia de Aprendizes artífices em Portugal pontuava prioritariamente a formação do militar artífice (ou do artífice militar?) para atender as necessidades dos arsenais de marinha, assim como foi proposto e seguido para as companhias de aprendizes menores artífices de marinha no Brasil, cuja ênfase era também dada à formação do militar artífice, porém no Brasil essa companhia se destaca pela proposta de também oferecer à camada subalterna a instrução primária, assim como a formação da moral e de civilidade. Entretanto, ambas investiam na formação para o trabalho, ao estabelecerem as regras de acordo com a proposta do sistema liberal capitalista, com regras, horários, funções definidas, assim como uma proposta de salário.

Buscamos, também, estabelecer uma relação entre as Companhias de Aprendizes *menores* Artífices e as Companhias de Aprendizes Marinheiros no Brasil, uma vez que, ambas proporcionavam a educação para os menores que nelas adentravam. Ambas as companhias destacavam no perfil dos menores a questão de que eles fossem livres, uma vez que a proposta de trabalho livre ainda não era bem definida, devido ao sistema escravista.

Nessa perspectiva, a marinha chegou a comprar a alforria de menores escravos, libertando-os para fazerem parte do corpo da tropa, caso seus donos assim consentissem. Ambas as companhias, tinham como público alvo menores, oriundos da camada popular. Entretanto, a companhia de aprendizes *menores* artífices destacava a ideia do trabalho liberal, ao enfatizar o termo contratado, e a companhia de aprendizes marinheiros a proposta do trabalho de servir a pátria. Ambas as companhias destacavam a perspectiva de progresso da própria instituição ao ter e ver atendidas suas necessidades de compor o corpo da tropa. Essa proposta vinha atender ao chamado do Estado e do Governo Imperial em busca de moldar e adestrar a camada popular, bem como promover o controle desse grupo através da educação.

Durante a pesquisa, buscamos conhecer a proposta da Companhia de Aprendizes Marinheiro do Piauí (1873)¹⁷⁹ e a Companhia de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina (1857)¹⁸⁰ na busca de encontrar similaridades entre as companhias e a Companhia Aprendizes Marinheiros do Ceará. Especificamente, no livro da Companhia de Aprendizes Marinheiro do Piauí, sua autora, Rozenilda Castro, nos traz fotos da companhia do Ceará datada de 1917, ainda na primeira fase da companhia, entretanto, fora do nosso recorte temporal, mas que também apresentamos em nosso estudo por destacar as práticas educativas e a ideia da arte do marinheiro, proposta na formação do marinheiro de todas as companhias. Em ambas as companhias, percebemos o destaque para a dificuldade de captar menores para esses estabelecimentos de formação, no caso, quartel-escola, como ocorria no Ceará.

No caso da Companhia de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina, Gisele Terezinha Machado enfoca o período republicano, em que se utiliza também da educação para moldar a camada popular ao novo regime, mas ainda na perspectiva de formar o cidadão-soldado, com uma proposta civilizadora, moralizante e disciplinadora, como enfatizou a autora, também envolvendo os menores, que ainda eram considerados um grupo perigoso a ser moldado. Mesmo em período fora do nosso recorte temporal, percebemos que a política dessa companhia continuava com a política de obrigatoriedade do processo de educação, uma vez que dela seriam estabelecidos os pilares do país como Estado-Nação. A proposta da EAMSC, como as demais companhias, exaltava a disciplina, o civismo e a coragem, apresentando também a escola como proposta de trabalho para camada popular. Percebemos claramente que a difusão das companhias de aprendizes marinheiros era uma proposta de

¹⁷⁹Ver livro de Rozenilda Castro - Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874 a 1915): história de uma instituição educativa. – Teresina: EDUFPI, 2008.

¹⁸⁰Ver dissertação de mestrado de Gisele Terezinha Machado - “Escreveu, não leu, o pau comeu”: A Escola de aprendizes-marinheiro da Santa Catarina (1889-1930). – Florianópolis-SC, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

Estado, inserida dentro de um sistema de ensino próprio da marinha, que buscava, através da educação, curar as mazelas da sociedade brasileira, aliadas às políticas higienistas, como ocorreu em todas as províncias em busca de se aproximar dos países civilizados.

Inserimos a pesquisa sobre a companhia no Ceará no campo das Instituições Escolares, ao perceber que a escola vem integrar-se ao método dialético, proposto por Nosella e Buffa (2009), quando os autores afirmam que a própria criação e consolidação, no caso, da EAMCE, está relacionada a uma “condição recíproca de existência” da própria consolidação da instituição militar, assim como da nova ideia de civilidade e aformoseamento da sociedade cearense no Segundo Reinado, ao enfatizarem que:

[...] assim como uma determinada sociedade foi condição para a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar, esta é condição de existência daquela, porque lhe molda suas relações de produção, sem esquecer, porém, que, na produção da escola, a sociedade opera de forma conflituosa, pois suas opostas classes sociais lutam, em opostos campos, em favor de escolas que atendeam aos seus próprios interesses. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p.80)

A escola vem, portanto, moldar-se à sociedade e esta a ela, pela condição de formação do próprio país como Estado-Nação, uma vez que, à medida que a sociedade necessitava moldar a camada popular para atender aos seus interesses, definia os limites para que essa camada não avançasse além do seu controle, ao mesmo tempo, que a camada popular, mesmo dentro da condição de coerção e adestramento, percebeu a oportunidade de participar da consolidação da própria escola e da reorganização da própria sociedade.

A própria instituição escolar militar naval percebeu uma forma de participar da sociedade, sendo instrumento e meio para atender aos interesses do Estado, mas também, de atender aos próprios interesses, dentro de relações que ora estabeleceram conflitos a serem contornados dentro da própria instituição, em relação à questão de não quererem aceitar menores com problemas na justiça em seu quadro de pessoal, ao estabelecerem conflito com as famílias desvalidas, que não aceitavam a perda do pátrio poder sobre os filhos, assim como conflito com a própria sociedade que ao mesmo tempo em que permitiu a sua criação para adestrar a camada popular, ela os condenava pela maneira violenta, dada pelo recrutamento forçado dos menores, que embora considerados adultos em miniatura, e com o direito de decidir, especialmente quando voluntário, não tinham o direito de sair depois que adentrassem à instituição. Assim como, coibir a falta de princípios morais, bem como formar esse princípios nos profissionais militares e profissionais civis, que eram responsáveis pela educação dos menores aprendizes.

As instituições militares, reconhecidas por sua disciplina e sua rigidez, utilizaram métodos que refletissem essas características e que aprimorassem a moldagem dos indivíduos às suas necessidades. Primeiramente buscaram delinear os espaços físicos, horários, regimento, administração e coordenação; para tanto, os métodos Lancaster e Castilho foram amplamente explorados. Quando à estrutura, estava devidamente montada, chegou a vez de metodizar o ensino, estipulando forma e conteúdos de alfabetização através do método Hudson. Lembramos que, as instituições militares, como órgãos públicos, eram convocadas a depreenderem todos os esforços para contribuir com as políticas do Estado, uma vez que estavam presentes em todas as províncias e poderiam atuar nos cantos mais ermos do país, muitas vezes se constituindo disseminadores da educação formal assim como ocorreu com a participação da igreja desde a colonização.

A Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará foi escolhida especificamente para sedimentar e justificar esta tese por ser uma das poucas cuja excelência justificou sua permanência no ramo do ensino, mantendo-se diante das mudanças de regime político, social e institucional, pelo qual o Brasil passou, especialmente, no Segundo Reinado, para se consolidar na América e na Europa como uma nação soberana. Nós procuramos, através da análise da EAMCE, investigar, conhecer e compreender a relação entre a participação militar naval e a educação nessa construção.

Desde 1825, quando surgiram as Escolas Regimentais do Exército, o Governo tem requisitado intervenção direta dos militares na educação. De fato, o foco sempre foi a formação para a profissão militar; atender o processo de militarização que se deu no século XIX. O ensino de primeiras letras era o meio, a forma coercitiva, para promover o controle social, através do qual seria inculcado, nos menores, a formação moral exigida pela sociedade. Através dele, no caso, do ensino primário, os valores propostos para atender uma Nação civilizada seriam moldados e inculcados desde cedo na juventude brasileira e, especificamente neste estudo, na cearense. A Marinha, em 1836, oficializou o ensino profissional para os marinheiros e o ensino de primeiras letras em seus navios com mais de 20 bocas. Em 1840, D. Pedro II convocou a instalação desse tipo de ensino em nível nacional, responsabilizando especialmente os militares pela instrução primária da camada popular. O propósito era disseminar obediência, patriotismo e moralidade cívica.

Apesar de ser vasta a diversidade de fontes, buscamos reconstruir o cenário histórico, de modo a recuperar intenções, ações, êxitos, fracassos, mentiras e verdades sobre o início do ensino militar naval no Brasil com destaque para a instrução primária. Os jornais e

arquivos, deteriorados pela idade, oferecem um retrato subjetivo de sociedade, política, cultura, economia e educação da época que analisamos.

A partir da hipótese de que a instrução militar naval do Brasil do século XIX assumiu a tarefa de instruir e educar crianças entre 9-16 anos, buscamos investigar a relação entre instituição militar naval e educação, através da compreensão da instalação das Companhias Aprendizes Marinheiros do Ceará, dentro do contexto educacional do Segundo Reinado, entre 1864 e 1889, para conhecer e compreender a relação entre participação militar e educação. Então, podemos afirmar que a proposta educacional da sociedade brasileira do século XIX era, principalmente, de contenção e conformação da camada popular; para isso, o governo utilizou de suas instituições públicas, no caso, as militares, e nesse estudo, a instituição naval, através das escolas de aprendizes marinheiros que lançaram mão de métodos de estruturação, de logística e de alfabetização para construir ensino essencialmente profissionalizante.

Também podemos afirmar que a contribuição das companhias de aprendizes de marinheiros, em particular, a companhia de aprendizes marinheiros do Ceará, se efetivou diretamente junto à camada popular, dando a ela oportunidade, mesmo que limitada de sair da marginalidade, vindo a ser reconhecida pela sociedade e dentro dela, uma vez que estar a margem dessa sociedade os tornava invisíveis para todos, no caso, Estado e da própria sociedade. O advento da república, no que concerne às instituições de ensino militar voltadas especificamente para a educação primária, irá repassar essa atividade aos estabelecimentos públicos de ensino civil, quando da implantação dos grupos escolares, recolhendo-se aos quartéis e ao ensino específico da profissão militar, o que nos permite uma nova proposta de pesquisa no campo educacional em relação a implantação e difusão dos grupos escolares.

Por tudo isso, compreendemos que nossa tese original de que os militares foram convocados pelo Estado, por motivos antes educacionais e sociais, para alfabetizar os marginalizados social e economicamente, foi, em parte, confirmada porque, de fato, descobrimos que os menores recebiam instrução formal nas EAM; por outro lado, no entanto, fomos totalmente surpreendidos pela descoberta de que a motivação da empreitada educacional fora muito mais pela necessidade de conformar a população e preencher o quadro de serviço militar, do que educar e dignificar a camada popular por ela mesma. Assim, nossa tese foi, em boa parte, refutada pela motivação e pelos objetivos tanto da entidade mandante, o Estado, quanto da entidade executante, a Marinha. Por termos descoberto que a população foi alistada para ser padronizada e não propriamente educada é que defendemos que há ainda muitos mais a ser pesquisado, entre interesses e resultados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil, 1500 a 1889**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um Sargento de Milícias**. São Paulo: Paulus, 2005. Coleção Nossa Literatura.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará: dos tempos Primitivos até 1850**. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 2002.

ARAGÃO, Raimundo Batista. **História do Ceará: período 1831-1889**. v. 3. 2. ed. Fortaleza. Instituto Histórico do Ceará. 1994.

ARIÈS, Philippe. **Historia Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986.

AQUINO, Dolores. **Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará: Resgate Histórico-Criação e Evolução**. 1º Edição. Fortaleza. 2000.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira: Introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 3.ed. Edições Melhoramento. São Paulo. 1958.

BARROSO, José Liberato. **A Instrução Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier. 1867.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). *In*: Bastos, Maria Helena Câmara; Faria Filho, Luciano Mendes de. **A escola elementar no século XIX: o método monitoria/mútuo**. Passo Fundo: Eduif. 1999. p. 95-116.

BERTAUD, Jean-Paul. A virilidade militar. *In*: CORBIN, Alain. COUTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. v. 2, p.74-94.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **Os arsenalistas da marinha na revolução de Setembro (1836)**. *Análise Social*, vol XVIII (65), 1981, 1º, p.29-65. Disponível em: <<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223997291S3wLE0cq2Zn41QX0.pdf>>> ou <<analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223997291S3wLE0cq2Zn41QX0.pdf>> Acesso em 16 jul. 2015.

BORIS FAUSTO. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL. Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>>. Acesso em: 22 agost. 2012.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatísticos da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. (TOMO I – Coleção Biblioteca Básica Cearense - Fasímile da edição Publica em 1864).

BRAUDEL, Fernand. Cátedra de História da Civilização: o ensino de história e suas diretrizes. **Revista de História**. Departamento de História da Universidade de São Paulo. n.146, 1º semestre de 2002. p. 61-68. ISSN 0034-8309.

BRIGIDO, João. **Ceará (Homens e Fatos)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

CAIO PRADO JÚNIOR. **Evolução Política do Brasil: Colônia e Império**. 16ª Edição. Editora Brasiliense. 1987.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da Seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)**. Fortaleza: Museu do Ceará – Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As Províncias do Sul. *In: Sergio Buarque de Holanda; Pedro Moacyr Campos. História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo. 1972. p. 473-505.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ-UCAM, 1998.

CASTELLIANO de Lucena, Luiz. **Um breve Histórico do IME – Instituto Militar de Engenharia (Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho)**. Rio de Janeiro: FHE/POUPEX, 2005. Disponível em: <www.ime.eb.br/arquivos/Noticias/historicoIME.pdf> e <www.ahimtb.org.br/brevehistime.htm> Acesso em 10 jan. 2012.

CASTELO, Plácido Aderaldo. **História do Ceará: História do Ensino no Ceará**. (Monografia N. 22). Plácido Aderaldo Castelo. Coleção Instituto do Ceará. Departamento de Imprensa Oficial. 1970.

CASTILHO, Antonio Feliciano de. **Método Castilho: para o ensino rápido e aprasível do ler impresso, manuscrito e numeração e do escrever**. Segunda Edição. Lisboa. Imprensa Nacional. 1853.

CASTRO, Paulo Pereira. A experiência republicana, 1831-1840. (In: Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos. **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico: dispersão e unidade**. Tomo II, v.2, 3. ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972. p.p. 9-70.

CASTRO, Rozenilda. **Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874 a 1915): história de uma instituição educativa**. – Teresina: EDUFPI, 2008.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional.** Artigo apresentado no Congresso de História da Educação pela Sociedade Brasileira de História da Educação em 2015. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema 4/0429.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2015.

COMTE, Auguste. **Vida e Obra.** Editora Nova Cultura Ltda. Coleção Os Pensadores. 2005 e Ivan Monteiro de Barros Lins. História do Positivismo no Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CORDEIRO, Celeste. et al. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: _____ . **Uma nova história do Ceará.** ... 4 ed. Ver. E atual– Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 135-161.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, v. 1, 1901. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2015.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** 11. ed. - São Paulo: Melhoramentos; [Rio de Janeiro]: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

_____. **A Educação Moral.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DUMAS, Alexandre. **Memórias de José Garibaldi (GIUSEPPE GARIBALDI).** 1907. Oficinas a vapor d'O Intransigente. Cidade do Rio Grande do Estado do Rio Grande do Sul. HARVARD COLLEGE LIBRARY BY EXCHANGE. Disponível em: <http://www.pampalivre.info/livros_recomendados.htm>. Acesso em: 05 Jul. 2015.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história de costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. v.1. 1994.

FONTANA, Josep. **História depois do fim da História.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 36. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FARIA, Alberto de. **Mauá.** 2. ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo – 1933. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/26/Maua>> Acesso em 18 nov. 2015.

FONSECA, Paloma Siqueira. A persiganga e as punições da marinha (1808-1831). Rio de Janeiro: Editora FGV 2004. In: _____. **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004. p. 139-157.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso.** Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959.

_____. **Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano.** 6. ed. - Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Câmara dos

Deputados: Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981. v.1 e v.2.

GASPARIN, João Luiz. **Comênio ou a arte de ensinar tudo a todos**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. 2. ed. Casa José de Alencar – Programa Editorial. - Imprensa Universitária UFC. 1983.

GOLIN, Tau. **A guerra guaranítica**: como o exército de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul. Ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios – 1875-1941**. n/d, p. 9 - PDL – Projeto Democrático da Leitura. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/era_capital.pdf> <www.portaldetonando.com.br> Acesso em 03 agos. 2015.

_____. **A Era do Capital (1848-1875)**. 3.ed. Paz e Terra, RJ, 1979.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. As províncias do Sul. *In*: Holanda, Sérgio Buarque de; Campos, Pedro Moacyr. **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico**: dispersão e unidade. Tomo II, v.2, 3.ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972. p. 415-472.

HUDSON, Octaviano. **Methodo Hudson**: oferecido a infância e ao povo. Rio de Janeiro. Typ. Central de Brown & Evaristo. 1876. v.1. Fundação Biblioteca Nacional.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. *In*: Holanda, Sérgio Buarque de; Campos, Pedro Moacyr. **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico**: dispersão e unidade. Tomo II, v.2, 3.ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972. p. 364-414.

JUSSIEU, Laurent de. **Histórias de Simão de Nantua**. Paris. : J.P. Aillaud, Guillard, 1867. Genral Library System. University of Wisconsin – Madison – 728 State Street, Madison. WI 53706 – 1494 – USA. Disponível em :

<http://books.google.com.br/books?id=Qd3tAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 2 jun. 2014.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**: Travels in Brazil. Companhia Editora Nacional. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre. 1942. Série 5ª. Biblioteca Pedagógica Brasileira – Brasiliana. v. 221. Disponível em: << <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/autores/131/Henry-Koster>>> Acesso em: 10 jun. 2015.

LANCASTER, José. **Systema Britânico de Educação**: sendo hum completo tratado de melhoramento e invenções praticas. Porto. 1823. Lisboa - Portugal. Biblioteca Nacional de Lisboa

LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. *In*: Bastos, Maria Helena Câmara; Faria Filho, Luciano Mendes de. **A escola elementar no século XIX: o método monitoria/mútuo**. Passo Fundo: Eduif. 1999. p. 9 -24.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. **História do Positivismo no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

LOBO, Lilian Ferreira. **Os infames da História: Pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPEZ, Adriana. MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2008.

MACHADO DE ASSIS. **Iaía Garcia**. Obras Seleccionadas. Copyright © - Editora Egéria LTDA. São Paulo. v.1. p. 179-324. 1978.

_____. Analfabetismo. 15 de Agosto de 1876. *In*: **Crônicas Escolhidas**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1994. Disponível em:
<<https://demografiaunicamp.wordpress.com/2013/05/31/analfabetismo-machado-de-assis/>>
Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **História de Quinze Dias (1876-1878)**. Capítulo III. 15 de Abril de 1877. s/paginação. Crônicas de Machado de Assis. Obra Completa [Ilustrado, Notas, Biografia com análise e críticas] – vol IV. LL Library, 1 Edição Junho de 2015. Obra Completa de Machado de Assis, v. 3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=g424CAAQBAJ&pg=PT813&lpg=PT813&dq=m%C3%A9todo+HUDSON&source=bl&ots=iCjEGZHWC6&sig=hp_2Cl2IhaXacaNc7fXYiYitdQo&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiirLX30sHMAhUGG5AKHZ6Oaf4Q6AEIQjAI#v=onepage&q=m%C3%A9todo%20HUDSON&f=false> e disponível em:
<<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/cronica/macr07.pdf>> Acesso em: 01 maio 2016.

MACHADO, Gisele Terezinha. “Escreveu, não leu, o pau comeu”: A Escola de Aprendizes-Marinheiro da Santa Catarina (1889-1930), dissertação de mestrado. – Florianópolis-SC, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga**. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2000.

MITTER, Wolfgang. Educação Comparada na Europa. *In*: Cowen, Robert; Kazamias, Andreas M.; Ulterhalter, Elaine. **Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas; volume um** – Brasília: UNESCO, CAPES. 2012. p. 115-130.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação no Brasil (1823-1853)**. Companhia Editora Nacional. São Paulo - 1936. v.1. Série 5ª Biblioteca Pedagógica Brasileira. Barsiliana. v. 66. Disponível em:
<<<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>>> Acesso em: 02 de jun. 2013.

_____ **A instrução e o Império:** Subsídios para a História da Educação no Brasil (1854-1888). Companhia Editora Nacional. São Paulo – 1937. v.2. Série 5ª Biblioteca Pedagógica Brasileira. Barsiliana. v. 87. Disponível em :
<<<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>>> Acesso em: 02 jul. 2013.

_____ **A instrução e o Império:** Subsídios para a História da Educação no Brasil (1854-1888). Companhia Editora Nacional. São Paulo - Rio de Janeiro – Recife - Porto Alegre – 1938. v.3. Série 5ª Biblioteca Pedagógica Brasileira. Barsiliana. v. 121. Disponível em: <<<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>>> Acesso em: 02 agost. 2013.

_____ **A instrução e as províncias:** Subsídios para a História da Educação no Brasil (1834-1889). Volume. I. Das Amazonas às Alagoas. Companhia Editora Nacional. São Paulo - Rio de Janeiro – Recife - Porto Alegre. – 1939. Série 5ª Biblioteca Pedagógica Brasileira. Barsiliana. v.147. Disponível em:
<<<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>>> Acesso em: 02 set. 2013.

_____ **A instrução e as províncias:** Subsídios para a História da Educação no Brasil (1834-1889). Volume. II. Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Companhia Editora Nacional. São Paulo - Rio de Janeiro – Recife - Porto Alegre. – 1939. Série 5ª Biblioteca Pedagógica Brasileira. Barsiliana. v. 147-A. Disponível em:
<<<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>>> Acesso em: 02 out. 2013.

_____ **A instrução e as províncias:** Subsídios para a História da Educação no Brasil (1834-1889). Volume. III. Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. Companhia Editora Nacional. São Paulo - Rio de Janeiro – Recife - Porto Alegre. – 1940. Série 5ª Biblioteca Pedagógica Brasileira. Barsiliana. v. 147-B. Disponível em: <<<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao>>> Acesso em: 02 nov. 2013.

MORENO, Alessandra Zorzetto. Na roda da vida: os filhos de criação em São Paulo colonial. *In:* Venancio, Renato Pinto. **Uma história social do abandono de crianças em Portugal ao Brasil:** século XVIII-XX, São Paulo: Alameda / Editora PUC Minas, 2010. p. 99-121.

MOURA, Carlos Francisco. **Os caravelões brasileiros.** Serviço de Documentação Geral da Marinha. Separata do “NAVIGATOR”, Subsídios para a História Marítima do Brasil, n. 9, junho de 1974.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças Operárias na Recém-Industrializada São Paulo. *In:* Mary Del Priore. **História das Crianças no Brasil.** 7. ed. 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015. p. 259-288.

MURILO DE CARVALHO, José. **A Construção da Ordem:** a elite imperial & Teatro de Sombras: a política imperial. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2008.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Entre o convés e as ruas: vida de marinheiros e trabalhos na marinha de Guerra (1870-1990). *In:* Castro, Celso; Izecksohn, Vitor; Kraay, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004. p. 314 -342.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. *In*: Souza, Simone; Gonçalves, Adelaide. **Uma nova história do Ceará**. ... [et al]. 4 ed. Ver. E atual– Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 76-102.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A temporalidade da perda. *In*: PESAVENTO, S. J. **Leituras Cruzadas: diálogos com a literatura**. Porto Alegre: Editora da Universidade. UFRGS, 2000.

PINHO, Wanderley. A Bahia, 1808-1856. *In*: Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos. **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico: dispersão e unidade**. Tomo II, v.2, 3. ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972. p.242-314.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**.– 3. ed. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PRADO MAIA, João do. **A Marinha de Guerra no Brasil na Colônia e no Império** (tentativa de reconstituição histórica). Livraria José Olympio Editora. . Rio de Janeiro. 1965.

_____. **Através da História Naval Brasileira**. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1936. Série 5^a – Brasiliana – Vol. 69. Bibliotheca Pedagogica Brasileira – BPB. Disponível em: <<www.brasiliana.com.br/obras/atras-da-historia-naval-brasileira/pagina/22/texto>> Acesso em: 29 maio 2015.

QUINTAS, Amaro. O Nordeste e a Bahia. *In*: Holanda, Sérgio Buarque de; Campos, Pedro Moacyr. **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico: dispersão e unidade**. Tomo II, 2^o v.2, 3. ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972, p. 193-241.

REIS, Arthur César Ferreira. As províncias do Norte e do Oeste. *In*: Holanda, Sérgio Buarque de; Campos, Pedro Moacyr. **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico: dispersão e unidade**. Tomo II, v.2, 3. ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972, p. 71-172.

_____. As Províncias do Centro. *In*: Holanda, Sérgio Buarque de; Campos, Pedro Moacyr. **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico: dispersão e unidade**. Tomo II, v.2, 3. Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972, p. 315-363.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um Histórico da legislação para a infância no Brasil. *In*: Rizzini, Irene; Pilotti, Francisco (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. – 2. ed. Ver. – São Paulo: Cortez, 2009. p. 97-149.

RÔMULO DE CARVALHO. **História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano**. cap.14. 3. ed – Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa – 2001. Ver capítulo XIV.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

_____. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Campinas- SP: Autores Associados, 2009.

SCHWARCZ, Lilian M. Starling, Heloisa M.. **Brasil**: uma biografia – São Paulo: Companhia das letras, 2015.

SILVA, Theotônio Meireles da. **Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira**. Typographia Perseverança. Rio de Janeiro. 1881. v.1. Site da Biblioteca do Senado. Disponível em: <<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227380>>> Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. **Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira**. Typographia Peserverança. Rio de Janeiro. 1882. v.2. Site da Biblioteca do Senado. Disponível em: <<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227380>>> Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. **Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira**. Typographia Peserverança. Rio de Janeiro. 1883. v.3. Site da Biblioteca do Senado. Disponível em: <<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227380>>> Acesso em: 12 jun. 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TEOPHILO, Rodolpho. **Variola e vacinação no Ceará**: Primeiro milheiro. Ed.fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

VIANNA, José Feliciano Lobo. **Guia Militar para o ano de 1898**. Volume 1. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1897. (Abrangendo os anos de 1893, 1894, 1895, 1896, 1897) . José Feliciano Lobo Vianna. Volume 1. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1897. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242977>> Acesso em: 10 jun. 2015.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da Educação no Ceará**: sobre promessas fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

Fontes Documentais:

Leis Provinciais do Ceará – Relatório Instrução Pública, 10 de junho de 1865. Typ. – Brasileira de J. Evangelista, Paiva & C. rua Formosa nº 88 1865. Disponível: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/cear%C3%A1>> Acesso em: 03 Jun. 2016.

Leis Provinciais do Ceará – Relatório Instrução Pública, 6 de maio de 1867. Typ. – Brasileira de J. Evangelista, Paiva & C. rua Formosa nº 88 1865. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u209/000002.html>> Acesso em: 05 Jun. 2016.

Livro Copiadores de Offício (1865-1872) – Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará – Referência 12.707 – Serviço de Documentos da Marinha – Departamento de Arquivo – Divisão de Documentos Escritos.

Livro Copiadores de Offício (1865-1877) – Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará – Referência 12.708 – Serviço de Documentos da Marinha – Departamento de Arquivo – Divisão de Documentos Escritos.

Livro do Ministério dos Negócios da Marinha (1864 a 1867), Relatório do Ministério dos Negócios da Marinha. Livro 97, Referência 728, Arquivo Publico Estado do Ceará – APEC.

Livro do Ministério dos Negócios da Marinha (1871-1873), Relatório do Ministério dos Negócios da Marinha. Livro 98, Referência 726, Arquivo Publico Estado do Ceará – APEC.

Livros do Commandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros ao Inspector. Referência: B1 – XIM43. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha.

Livros do Commandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros ao Inspector. Referência: B1 – XIM44. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha.

Livros do Commandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros ao Inspector. Referência: B1 – XIM62. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha.

Relatorio, Oferecimentos, Mapas e Ofícios Diversos 1826-1888. Referência: B1 – XIM71. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha.

Livros do Commandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros ao Inspector . Referência: B1 – XIM73. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha.

Livros do Commandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros ao Inspector. Referência: B1 – XIM85. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha.

Correspondências do Corpo Eclesiástico da Marinha 1816-1887. Referência: B2 – XM525. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha.

Ofícios sobre as Companhias de Aprendizes Marinheiros. Referência: B2 – XM537. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha.

Ofícios sobre as Companhias de Aprendizes Marinheiros. Referência: B2 – XM550. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha

Ofícios sobre as Companhias de Aprendizes Marinheiros. Referência: B2 – XM554. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha

Livros Copiadores de Ordens e Portarias do Ministro da Marinha: 1824 – Maio à 1841 – Dezembro. Referência: AY – XIIM146. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha

Ordens do Dia: 1864 - Dezembro à 1871 - Março. Referência: AY – XIIM82. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha

Ofícios de Diversas Autoridades 1865 (177). Referencia: AY – XIIM14. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha

Livros Copiadores de Ofícios à Diversas Autoridades: 1865 – Agosto a 1867 - Janeiro. Referencia: AY – XIIM79. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha

Livros Copiadores de Ordens e Portarias do Ministro da Marinha: 1824 – Maio a 1841 - Dezembro. Referencia: AY – XIIM 242. Arquivo Nacional – Documentos da Marinha – Série Marinha

Guerra do Paraguai – Referência: gaveta 1- fichário 19 - Arquivo Nacional.

HERMES. Almirante-de-Esquadra Mário Jorge da Fonseca Hermes. **Revista Marítima Brasileira RMB-nº40**, V.110, nº 1/3, jan-mar 1990. “*Os militares e os políticos durante o Império*”. Consultada na Biblioteca da Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará – Biblioteca Patrão-Mor Aguiar.

PINTO. Capitão-de-Fragata Paulo Lafayette Pinto - **Revista Marítima Brasileira-nº 05**, jul-agos-set, 1980, RMB-05, 1980. “*As Forças Navais Brasileiras*”. Consultada na Biblioteca da Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará – Biblioteca Patrão-Mor Aguiar.

CAMINHA. Vice-Almirante João Carlos Caminha. **História Marítima**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. Consultada na Biblioteca da Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará – Biblioteca Patrão-Mor Aguiar.

VIDIGAL, Contra-Almirante Amando Amorim Ferreira. **Revista Marítima Brasileira – 06**. Ano C. Out., Nov., Dez., de 1980, nº 10, 11 e 12. “*A Indústria Naval Militar no Brasil.*”. Consultada na Biblioteca da Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará – Biblioteca Patrão-Mor Aguiar.

VIDIGAL, Contra-Almirante Amando Amorim Ferreira. **Revista Marítima Brasileira - nº 07**, 1981, Consultada na Biblioteca da Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará – Biblioteca Patrão-Mor Aguiar.

Revista O Aprendiz – Turma Bravo. Marinha do Brasil, 2009, p.9-10.

Revista Centenário da Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará: esforço histórico. Instituto Histórico do Ceará, 1964, p. 338-340.

Revista Marítima Brasileira RMB nº 10 - 14, período de outubro, novembro e dezembro de 1964.

Jornais:

A CONSTITUIÇÃO, Nº __, 1º de Julho de 1865, p. 3.

CEARENSE nº 1746, 20 de novembro de 1864, p.2.

CEARENSE. Nº 1573, 10 de Janeiro de 1865, p.4.

CEARENSE - Nº1.824, de 13 de Maio de 1865, p.3.

CEARENSE – Nº __, 27 de Julho de 1865, p.4

CEARENSE, nº 1077, 16 de Dezembro de 1865, p.1.

CEARENSE – N.48, 7 de Junho de 1877- Fortaleza, p.1.

CEARENSE – N.49, 10 de Junho de 1877- anno XXXI –, p.1.

CEARENSE –N. 42, 15 de Maio de 1885. p.p. 1-2.

O SOL - nº 429, de 10 de Maio de 1865.

O SOL, nº 341, de 21 de Maio de 1865.

PÁTRIA. n. 49, de 8 de Maio de 1856, p. 2 , Nicteroy.

APÊNDICES A – ALISTAMENTO DE MENORES RELATIVO AO ANO DE 1865 NA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ, COMANDANTES DA EAMCE, CAPITÃO DO PORTO DA PROVÍNCIA DO CEARÁ E PRESIDENTE DA PROVINCIA DO CEARÁ ENTRE 1864 E 1889

Tabela 20 - Comandantes da EAMCE¹⁸¹

| PERÍODO | NOME |
|-------------------------|---|
| 26/02/1865 A 25/04/1870 | 1T CARLOS RAMEL |
| 01/06/1870 A 21/12/1873 | CT JOSÉ DA CUNHA MOREIRA |
| 21/12/1873 A 21/05/1874 | CF ACHILLES LACOMBE |
| 21/05/1874 A 21/02/1875 | CT JOÃO JOAQUIM RODRIGUES PINTO |
| 21/02/1875 A 30/06/1875 | 1T PEDRO PINTO DE VEIGA |
| 30/06/1875 A 22/03/1877 | 1T RODRIGO NUNES DA COSTA |
| 22/03/1877 A 24/06/1878 | 1T MANOEL LOURENÇO DE CASTRO ROCHA |
| 24/06/1878 A 21/07/1885 | CT ANTÔNIO SEVERINO NUNES |
| 22/07/1885 A 26/08/1885 | CT MANOEL AUGUSTO DE CASTRO MENEZES |
| 26/08/1885 A 11/07/1886 | 1T CARLOS VIDAL DE OLIVEIRA FREITAS |
| 11/07/1886 A 13/07/1886 | 1T RAIMUNDO FREDERICO CHIAPE DA COSTA RUBIM |
| 13/07/1886 A 14/02/1889 | CT MANOEL PEREIRA PINTO BRAVO |
| 14/02/1889 A 03/06/1889 | CT ALEXANDRINO FARIA D'ALENCAR |
| 03/06/1889 A 25/03/1890 | CT MANOEL PEREIRA PINTO BRAVO |

Tabela 21 - Capitão do Porto no Ceará¹⁸²

| PERÍODO | NOME | |
|------------|------------|---|
| 01-12-1863 | 29-01-1867 | CF JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA |
| 29-01-1867 | 21-03-1874 | CF ACHILLES LACOMBE |
| 21-03-1874 | 26-11-1874 | JOÃO JOAQUIM RODRIGUES PINTO |
| 21-03-1874 | 26-11-1874 | JOÃO JOAQUIM RODRIGUES PINTO |
| 26-11-1874 | 24-05-1876 | CT JOSÉ DA CUNHA MOREIRA |
| 24-05-1876 | 30-06-1876 | 1º TEN RODRIGO NUNES DA COSTA |
| 30-06-1876 | 03-11-1877 | CT MANOEL SOARES PINTO |
| 03-11-1877 | 24-06-1878 | 1º TEN MANOEL LOURENÇO DE CASTRO ROCHA |
| 24-06-1878 | 02-12-1878 | CT ANTONIO POMPEU DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE |
| 02-12-1878 | 20-01-1880 | FRANCISCO FORJAS DE LACERDA |
| 20-01-1880 | 21-07-1885 | CT e CF ANTONIO SEVERIANO NUNES |
| 21-07-1885 | 21-05-1888 | CT MANOEL AUGUSTO DE CASTRO MENEZES |
| 21-05-1888 | 14-02-1889 | CT ALEXANDRINO FARIA D'ALENCAR |
| 14-02-1889 | 12-02-1890 | CT MANOEL PEREIRA PINTO BRAVO |

¹⁸¹ Disponível em < <https://www.mar.mil.br/eamce/comandantes.html>> Acesso em 5 jan 2016.

¹⁸² Disponível em: <https://www.mar.mil.br/cpce/cap_cpce.html> Acesso em 5 jan 2016.

Tabela 22 - Presidente da Província do Ceará¹⁸³

| PERÍODO | NOME |
|-------------------------|--|
| 04/04/1864 a 10/06/1865 | LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA |
| 10/06/1865 a 05/11/1866 | BARÃO HOMEM DE MELO |
| 05/11/1866 a 06/06/1867 | JOÃO DE SOUSA MELO E ALVIM |
| 06/06/1867 a 16/10/1867 | SEBASTIÃO GONÇALVES DA SILVA |
| 16/10/1867 a 15/04/1868 | PEDRO LEÃO VELOSO |
| 15/04/1868 a 31/07/1868 | ANTÔNIO JOAQUIM RODRIGUES JÚNIOR |
| 31/07/1868 a 27/08/1868 | GONÇALO BATISTA VIEIRA |
| 27/08/1868 a 24/04/1869 | DIOGO VELHO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE |
| 24/04/1869 a 26/07/1870 | JOAQUIM DA CUNHA FREIRE |
| 26/07/1870 a 13/12/1870 | JOÃO ANTÔNIO DE ARAÚJO FREITAS HENRIQUES |
| 13/12/1870 a 20/01/1871 | JOAQUIM DA CUNHA FREIRE |
| 20/01/1871 a 29/06/1871 | JOSÉ FERNANDES DA COSTA PEREIRA JÚNIOR |
| 29/06/1871 a 08/01/1872 | JOSÉ ANTÔNIO CALASANS RODRIGUES |
| 08/01/1872 a 12/01/1872 | JOAQUIM DA CUNHA FREIRE |
| 12/01/1872 a 30/10/1872 | JOÃO WILKENS DE MATOS |
| 30/10/1872 a 31/10/1872 | JOAQUIM DA CUNHA FREIRE |
| 31/10/1872 a 04/11/1872 | MANUEL SOARES DA SILVA BEZERRA |
| 04/11/1872 a 07/12/1872 | ESMERINO GOMES PARENTE |
| 07/12/1872 a 11/09/1873 | FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA MACIEL |
| 11/09/1873 a 13/11/1873 | JOAQUIM DA CUNHA FREIRE |
| 13/11/1873 a 02/03/1874 | FRANCISCO TEIXEIRA DE SÁ |
| 02/03/1874 a 23/10/1874 | JOAQUIM DA CUNHA FREIRE |
| 23/10/1874 a 01/03/1875 | HERÁCLITO DE ALENCASTRO PEREIRA DA GRAÇA |
| 01/03/1875 a 22/03/1876 | ESMERINO GOMES PARENTE |
| 22/03/1876 a 10/01/1877 | FRANCISCO DE FARIA LEMOS |
| 10/01/1877 a 24/11/1877 | CAETANO ESTELITA CAVALCANTI PESSOA |
| 24/11/1877 a 21/02/1878 | JOÃO JOSÉ FERREIRA DE AGUIAR |
| 21/02/1878 a 04/03/1878 | PAULINO NOGUEIRA BORGES DA FONSECA |
| 04/03/1878 a 08/03/1878 | ANTÔNIO PINTO NOGUEIRA ACCIOLI |
| 8/03/1878 a 02/07/1880 | JOSÉ JÚLIO DE ALBUQUERQUE BARROS |
| 02/07/1880 a 01/04/1881 | ANDRÉ AUGUSTO DE PÁDUA FLEURY |
| 01/04/1881 a 26/12/1881 | PEDRO LEÃO VELOSO |
| 26/12/1881 a 22/03/1882 | TORQUATO MENDES VIANA |
| 22/03/1882 a 31/10/1882 | SANCHO DE BARROS PIMENTEL |
| 31/10/1882 a 19/12/1882 | ANTÔNIO TEODORICO DA COSTA |
| 19/12/1882 a 17/05/1883 | DOMINGOS ANTÔNIO RAIOL |
| 17/05/1883 a 21/08/1883 | ANTÔNIO TEODORICO DA COSTA |
| 21/08/1883 a 31/05/1884 | SATIRO DE OLIVEIRA DIAS |
| 31/05/1884 a 12/07/1884 | ANTÔNIO PINTO NOGUEIRA ACCIOLI |
| 12/07/1884 a 12/02/1885 | CARLOS HONÓRIO BENEDITO OTTONI |
| 12/02/1885 a 01/10/1885 | SINVAL ODORICO DE MOURA |
| 01/10/1885 a 09/04/1886 | MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA |
| 09/04/1886 a 21/09/1886 | JOAQUIM DA COSTA BARRADAS |
| 21/09/1886 a 21/04/1888 | ENÉAS DE ARAÚJO TORREÃO |
| 21/04/1888 a 25/05/1889 | ANTÔNIO CAIO DA SILVA PRADO |
| 25/05/1889 a 10/07/1889 | AMÉRICO MILITÃO DE FREITAS GUIMARÃES |
| 10/07/1889 a 11/10/1889 | HENRIQUE FRANCISCO D'ÁVILA |
| 11/10/1889 a 16/11/1889 | JERÔNIMO RODRIGUES DE MORAIS JARDIM |

¹⁸³ Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_do_Cear%C3%A1 > Acesso em 5 jan 2016

ANEXOS A - 1865 – LIVROS COPIADORES DE OFFÍCIO DA MARINHA -
 ORGANIZAÇÃO DA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ
 (INÍCIO AS ATIVIDADES EM 4 DE ABRIL DE 1865, NA CIDADE DA FORTALEZA –
 PROVÍNCIA DO CEARÁ)

FONTE - 1: LIVRO COPIADORES DE OFFÍCIO – 1865-1872 – ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ – REFERENCIA 12.707 – SERVIÇO DE DOCUMENTOS DA MARINHA – DEPARTAMENTO DE ARQUIVO – DIVISÃO DE DOCUMENTOS ESCRITOS.

OBS.: palavras que se encontram entre colchetes apresentam dificuldades de compreensão da escrita ou estão ilegíveis.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício - 06 de Abril de 1865
Nº 1

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará. Illmº Sñr. Em cumprimento do ordenado por VSª em officio nº 8 do 4 do corrente, junto devolvo o aviso da 1º[ilegível] da Diretoria Geral da [ilegível] do [ilegível] de 7 de Janeiro passado, sob nº 8 com o outro sciente do Escrivão de 3º Classe Rodrigo Navarro de Andrade, a quem foi apresentado o dito. Assign. Deos Guarde a VSª Illmº Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assign.) Carlos Ramel. 1º Tent-Commº.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício - 6 de Abril de 1865.
Nº 2

Havendo digo: Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará em 6 de Abril de 1865. Illmº Sñr. Havendo duvida no numero de lures que devo mandar municiar diariamente no Quartel da Companhia sob o meo commando, rogo a V.Sª se digne de solver tal duvida, marcando o nº [ilegível] [ilegível] lures, e a qualidade de [alimento], com referênciã ás tabellas em vigor. Deos Guarde a V.Sª Illmº Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assign.) Carlos Ramel 1º Commº.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 11 de Abril de 1865.
Nº 3

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará, na Cidade da Fortaleza em 11 de abril de 1865. Illmº Sñr. Junto remetto a V.Sª um requerimento do 2ª Cirurgião Dr. Manoel Joaquim da Rocha Frota, que actualmente serve na Compª sob meo mando, no qual pede que se manda abonar a importância de duas rações, soldo de creado grumete e velas, informado tenho a dizer a V.Sª que apesar de não me constar que existe aviso ou lei que mande abonar semelhante vantagens ao dito 2º Cirurgião, na commissão em que ora se acha empregado, parece-me a sua pretensão justa, avista do que allega em seo requerimento. Deos Guarde a V.Sª Illmº Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assigº.) Carlos Ramel 1º Tem-Commº.

Fonte livro copiadores de officio – 11 de Abril de 1865

Nº 4

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade da Fortaleza em 11 de Abril de 1865. Illmº Sñr. Junto remetto a V.Sª as informações [ilegível] [ilegível] [ilegível] officiais empregados na Companhia sob meo commando durante o 1º Semestre do corrente anno, para que se digne dar-lhe o destino que julgar conveniente. Deos Guarde a V.Sª Illmº Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assigº) Carlos Ramel 1º Ten. Comm^{te}.

Fonte: Livro Copiadores de Offício – 26 de Abril de 1865.

Nº 5

*Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade da Fortaleza, em 26 de Abril de 1865. Illmº Sñr. Passo as mãos de V.Sª as filiações em 6 vias do Aprendiz [Alan] Gonçalo Ribeiro do Valle, que se **ausentou** d'este Quartel por uma das janellas do mesmo, na madrugada de 22 do corrente mez. Deos Guarde a V.Sª Illmº Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assigº) Carlos Ramel 1º Ten. Comm^{te}.*

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 24 de Maio de 1865.

Nº 6

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade da Fortaleza em 24 de Maio de 1865. Illmº Sñr. Junto passo as mãos de V.Sª. o officio que me dirigio hoje o 2º Cirurgião Dr. Manoel Joaquim da Rocha Frota, que serve na compª. Sob meo commando, relativo ao estado de saúde do Aprendiz Marinheiro Domiciano Marques do Carmo, o qual tendo baixado ao hospital da Santa Casa da Misericordia, em consequência de soffrer de anemia, a [ilegível] do corte, d'elle tivera alta a 20 e por não se achar ainda restabelecido de novo teve baixa a 22, voltando n'este mesmo dia acompanhado da alta que também [ilegível] remetto a V.Sª. dignado-se V.Sª a vista della e do que diz o referido Cirurgião no seo já citado officio ushar o que julgar mais acertado, para que o dito aprendiz entre quanto antes no devido tratamento. Deos Guarde a V.Sª Illmº Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assigº) Carlos Ramel 1º Ten. Comm^{te}.

Fonte: Livro Copiadores de officio – 10 de Junho de 1865

Nº 7

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará, na Cidade da Fortaleza em 10 de Junho de 1865. Illmo Senr. Não havendo quem seja a cadeira de 1ª letras d'esta companhia, peço VSª se servir nomear algum [para] semelhante emprego, e aproveitando a oportunidade rogarei mais a VSª se digne marcar as horas em que devem ter lugar as lições. Deos Guarde a VSª Senr João Baptita de Olivieira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assign.) C. Ramel 1º Ten. Com^{te}.

Fonte: Livro Copiadores de officio – 12 de Junho de 1865.

Nº 8

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade da Fortaleza em 12 de Junho de 1865. Illmº Sñr. Cumpre-me participar a V.Sª que tendo mandado vaccinar todos os Aprendizes, não que ainda não o tenham sido, a vaccina se apresentava a um, e que os que para o mandados no dia quando com certeza para um fim, não forão vaccinados por não haver mais vaccinas, para que V.Sª se digne solver como julgar conveniente a semelhante respeito. Deos Guarde a V.Sª Illmº Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assigº) Carlos Ramel 1º Ten.Comm^{te}.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 1º de Julho de 1865.

Nº 9

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade da Fortaleza em 1º de Julho de 1865. Illmº Sñr. Junto remetto a VSª as informações reservadas dos officiais empregados na Companhia sob meo commando, durante o 2º semestre do corrente anno, para que se digne dar-lhe o destino que julgar conveniente. Deos Guarde a V.Sª Illmº Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assigº) Carlos Ramel 1º Ten.Comm^{te}.

Fonte: Livro Copiadores de ofício – 12 de Julho de 1865.

Nº 9

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade da Fortaleza em 12 de Julho de 1865. Illmº Sñr. Sendo seguido no hospital da Marinha da Côrte que as praças tenham alta nas 4º feiras e sabbados de cada semana, [ilegível] ceia afim de poderem ser municiados para o dia requerente, e só se retirem do hospital acompanhados pelo Inferior que os vai buscar, rogo V.Sª se servir dar suas providencias para este [ilegível] seja seguido no Hospital da Santa Casa de Misericórdia d'esta Província, para com as praças d'esta Companhia, para que se não reproduza o pacto que se deo aqui com o menor digo com o Aprendiz Marinheiro Felismino Marques de Souza (e já se tem dado outros) de se apresentar n'este Quartel só as 10 hs da manhã com uma alta em que diz elle ter sido socorrido até hoje 12 do corrente, o que além de se ser contrario a boa ordem e marcha do serviço pode dar lugar para alguma duvida na conferencia das contas que devem ser remettida do mesmo hospital, referente a despeza feita pelos praças desta Compª, durante o tempo que n'elle se estiverão tratando. Deos Guarde a V.Sª Illmº Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assigº) Carlos Ramel 1º Ten.Comm^{te}.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 14 de Agosto de 1865.

Nº 10

*Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade da Fortaleza em 14 de Agosto de 1865. Illmº Sñr. Passo ás mãos de V.Sª, o requerimento que me endereçou o **Escrivão de 3ª Classe Rodrigo Navarro de Andrade**, que serve na Compª sob meo commando, em que pede a S. M. O. Imperador, a graça de lhe mandar aumentar a **gratificação de 10 mil réis mensaus**, que recebe pelo **ensino, de 1ª letras aos menores Aprendizes d'esta Companhia**. Cumprindo-me informar acerca d'essa petição, acho que o supplicante não tem direito algum no que pede, mas pelo [ilegível] item que allega, em se acha [assim] encarregado de serviço extranho á*

sua profissão, o governo Imperial decidir como entender de justiça. Deos Guarde a V.S^a Illm^o Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assig^o) Carlos Ramel 1^o Ten.Comm^{te}.(grifo nosso)

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 1^o de Outubro DE 1865.

N^o 11

Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará na Cidade da Fortaleza em 1^o de Outubro de 1865. Illm^o Sñr. Junto remetto a V.S^a as informações reservadas dos officiais que servião na Companhia sob meo commando, durante o trimestre ultimamente findo. Deos Guarde a V.S^a Illm^o Sñr. João Baptista de Oliveira Guimarães. Cap. de Fragata e do Porto. (Assig^o) Carlos Ramel 1^o Ten.Comm^{te}.

ANEXO B – MAPA DA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ – 1865

N.24 - Parte do estado actual da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará – Relatório 1865.

| Classes e graduação | | Promptos | Encontra-se no hospital | Destacados | Estado | | | | Qualidade dos Aprendizes | | | Observação |
|-----------------------|------------------------|-------------------|-------------------------|------------|------------|--------|---------|----------|--------------------------|-------------------------|-----------------------------|--|
| | | | | | Effectivos | Faltam | Excedem | Completo | Voluntários | Contratados com Prêmios | Remetidos pelas autoridades | |
| A.N. N. | 1º tenente comandante | 1 | | | 1 | | | 1 | | | | Ausentou-se do quartel no dia 22 de abril o aprendiz contractado Gonçalo Ribeiro Vale, e no dia 14 do corrente o menor João Pereira Passos que foi remetido pelo Juiz de Orphãos da capital em 2 também do corrente, e ainda não tinham praça. |
| | Primeiros tenentes | | | | | 1 | | 1 | | | | |
| | Segundos ditos | | | | | 1 | | 1 | | | | |
| Classes Anexas | Saúde | Segundo cirurgião | 1 | | | | | 1 | 1 | | | |
| | Fazenda | Contadoria | 1 | | | | | 1 | | | | |
| | | Escrivão | 1 | | | | | 1 | | | | |
| Apito | Mestre | | | | | 1 | | 1 | | | | |
| | Contra-mestre | | | | | 1 | | 1 | | | | |
| | Guardião | 1 | | | 1 | 1 | | 2 | | | | |
| Imperiais marinheiros | Marinheiros de classe | 2 | | | 2 | 6 | | 8 | | | | |
| | Aprendizes marinheiros | 48 | 1 | | 49 | 151 | | 200 | 24 | 22 | 3 | |
| Somma | | 55 | 1 | - | 56 | 162 | 1 | 218 | 24 | 22 | 3 | |

- Quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Ceará, na cidade da Fortaleza, em 11 de maio de 1865. – Carlos Ramel. 1º Tenente Comandante. Fonte: Leis da Província do Ceará, 1865. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u207/000081.html> > Acesso em 15 jul 2016.

ANEXO C - 1865 – LIVRO COPIADORES DE OFFÍCIO DA MARINHA -
ALISTAMENTO DE MENORES PARA COMPANHIA DE APRENDIZES
MARINHEIROS DO CEARÁ

FONTE - 2: LIVRO COPIADORES DE OFFÍCIO – 1865-1877 – ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ – **REFERENCIA 12.708** – SERVIÇO DE DOCUMENTOS DA MARINHA – DEPARTAMENTO DE ARQUIVO – DIVISÃO DE DOCUMENTOS ESCRITOS (PESQUISA – 09 A 12.07.2014 - RIO DE JANEIRO – ILHA DAS COBRAS)

OBS.: as palavras que se encontram entre colchetes apresentam dificuldades de compreensão da escrita ou estão ilegíveis.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 19 de Abril de 1865.

O Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, commandante da Companhia d'Aprenizes marinheiros, mande assentar praça na companhia de seo commando aos menores, [ilegível] digo, Raimundo Manoel Vicente e João Francisco, que me foram entregues por seo pae Manoel Freire do Prado, este hoje e aquelle hotem, mediante o premio marcado por lei; para cujo pagamento mande Vm^{ce} organizar as competentes folhas. Os menores foram inspecionados hoje e julgados aptos para servir. João Baptista de Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 22 de Abril de 1865

O Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, commandante da Companhia d'Aprenizes marinheiros, mande assentar praça na companhia de seo commando aos menores, Severiano José da Rocha, Antonio Francisco de Paula, este foi remetido pelo Ex^{mo} Presidente da Província, o que foi communicado pelo Ajudante d'Ordens em officio de hoje, em que diz ter elle se apresentado voluntariamente, e aquelle me foi entregue hotem por sua may Maria Joanna da Conceição, mediante o premio marcado por lei, para cujo pagamento mande Vm^{ce} organizar as competentes folhas. Ambos foram inspecionados hoje e julgados aptos para servir. João Baptista de Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 24 de Abril de 1865

O Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, commandante da Companhia d'Aprenizes marinheiros, mande assentar praça na companhia de seo commando aos menores Theodoro Rodrigues da Costa, que me foi entregue voluntariamente por seu pae João Rodrigues da Silva no dia 22 do corrente; Antonio Francisco Pereira que me foi entregue também voluntariamente por sua mae Francisca Rosa de Freitas a 23; João Domingos Cavalcante Junior; e João Rodrigues Pinto, Domiciano Marques do Carmo, o primeiro que me foi entregue por seu pae João Domingos Cavalcante, mediante o premio marcado por lei, o segundo entregue também hoje por seu pae José Rodrigues Pinto mediante o mesmo premio e o terceiro finalmente que me foi entregue a 23 por seu avô Francisco Marque d'Olinda Cabuçu mediante o mesmo premio. Todos foram inspecionados e julgados aptos para servir. João Baptista de Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 28 de Abril de 1865.

O Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, commandante da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça na companhia de seo commando aos menores constantes da relação, juntos todos foram inspeccionados e julgados aptos para servir.

Voluntários

1-Marcelino da Costa Nogueira,

aprezentou-se nesta companhia a 26 e nesse mesmo dia foi inspeccionado;

2-Manoel Antonio da Silva,

remettido pelo Ex^{mo} Presidente da província, o que me foi communicado pelo Ajudante d’Ordem, em officio de 27 do corrente e inspeccionado [nesse mesmo dia];

3-João Gaspar,

remettido pelo Ex^{mo} Presidente, e communicado pelo Ajudante d’Ordens, em officio de hoje, inspeccionado hoje mesmo;

Mediante Prêmio

4-José Francisco Pereira,

entregue por sua mana, Candida Martha do Espírito Santo, a 26 do corrente e inspeccionado nesse mesmo dia;

5-Francisco Ferreira Lima,

entregue por seo pae João Ferreira Lima, a 24 e inspeccionado nesse mesmo dia;

6-Trajano Freire,

entregue por seo pae, Luís Freire, a 24; inspeccionado a 25;

7-[Justiniano] Francisco do Nascimento,

entregue por seo pae Reinaldo Francisco do Nascimento a 27 e nesse mesmo dia inspeccionado;

8-Antonio Bernardo da Silva,

entregue por seo irmão José Bernardo da Silva, a 27 e inspeccionado nesse mesmo dia;

9-Raimundo Ferreira Gomes,

entregue por sua mãy Delfina Maria da Conceição a 27 e inspeccionado hoje;

10-Sebastião Nunes de Souza,

entregue por seo pae Francisco Nunes de Souza hoje, e hoje mesmo inspeccionado;

Remettido pelo Juiz de Orphãos

11-João Felisberto,

foi communicado pelo Sñr. Juiz d’Orphão em officio de 26 do corrente, inspeccionado hoje;

12-Manoel Christão,

entregue pelo Official de Justiça a 27 e inspeccionado hoje;

13- Sebastião Ribeiro da Motta,

idem, idem;

14-José Francisco Vieira dos Salles,

idem, idem.

Capitania do Porto do Ceará 28 de Abril de 1865. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 28 de Abril de 1865

O Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, commandante da Companhia d'Aprenizes Marinheiros, mande dar baixa ao menor Manoel Antonio da Silva, como ordena o Ex^{mo} Presidente da Provincia, em officio desta data. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 28 de Abril de 1865

O Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, commandante da Companhia d'Aprenizes Marinheiros, mande excuzar do serviço da mesma companhia o aprendiz João Felisberto, segundo ordena o EX^{mo} Presidente em officio desta data. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 1º de Maio de 1865

O Sñr 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia de Aprenizes Marinheiros, mande assentar praça na companhia de seu commando, aos menores Antonio Francisco das Chagas, Joaquim Pedro da Costa, e Manoel Pereira da Silva; o primeiro entregue a 28 do mez passado por sua mãe Rosalina Maria da Conceição e o segundo entregue a 29 por seu pae Manoel Pedro da Costa, mediante o premio marcado, e o terceiro finalmente, entregue a 30 por sua irmã Candida Martha do Espirito Santo, também mediante o premio. Todos foram inspeccionados hoje, e julgados capazes para o serviço. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 1º de Maio de 1865

O menor que foi remettido por esta Capitania á 28 do mez passado para ter praça nessa companhia, foi-me entregue por seu pae Bernardo José da Silva, mediante o premio e não por seu José Bernardo da Silva, como em minha ordem foi, a que communico a Vm^{ce} para sua intelligência. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 3º de Maio de 1865

Mande Vm^{ce} excuzar do serviço da Companhia de Aprenizes Marinheiros ao menor Manoel Christão, que foi remettido pelo Juiz Municipal d'Orphãos, em data de 27 d'Abril findo, como ordena o Sñr o Presidente da Provincia em officio desta data. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 4 de Maio de 1865

Mande Vm^{ce} quanto antes organizar as folhas de pagamento do premio aos Paes e tutores dos menores que nesta conformidade ultimamente assentaram praça nessa Companhia ficando Vm^{ce} certo de que cada um dos Paes ou tutores dos referidos menores deixem metade da gratificação para seus filhos. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 11 de Maio de 1865

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d'Aprenzizes Marinheiros, mande excuzar de serviço dessa Companhia ao menor João de Mattos Ribeiro, que foi remetido pelo Juiz Municipal d'Ophão dessa Capital, como ordena o Sñr Presidente da província em officio desta data. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 13 de Maio de 1865

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d'Aprenzizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando aos menores Honorato do Nascimento, que me apresentou voluntariamente hoje, do que [informou] a sua mãe Alexandrina Maria da Conceição; Francisco Raimundo do Nascimento, que me foi entregue hoje por seu pae Manuel Luiz do Nascimento, mediante o premio e Francisco Felismino d'Almeida que igualmente me foi entregue hoje por seu pae Felismino Francisco d'Almeida, mediante premio, devendo Vm^{ce} mandar organizar as respectivas folhas para o pagamento dos dous últimos. Todos trez forão inspeccionados hoje, e julgados aptos para o serviço. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 23 de Maio de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d'Aprenzizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando ao menor Henrique de Sousa, que me foi entregue horem por sua mãe Rufina Maria de Jesus Cordeiro, mediante o premio marcado, para cujo pagamento Vm^{ce} mande organizar as competentes folhas. O menor foi inspeccionado hoje e julgado apto para servir. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 30 de Maio de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d'Aprenzizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando aos menores Pedro Pereira, que me foi entregue horem por seu pae Manoel Antonio, mediante premio, e Candido Pereira que me foi também entregue por sua may, hoje, Raimunda Maria da Conceição, mediante o premio, e Pedro Raimundo e Hermelino Alves de Souza, que me foram remetidos pelo Juiz Municipal d'Orphão desta Comarca, este horem, e aquele a 27, como o mesmo Juiz me communicou em officio dessas datas que o acompanharam. Os dous primeiros foram inspeccionados hoje, e os dous últimos no mesmo dia dos que foram remetidos, e todos julgados aptos para servir. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 31 de Maio de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d'Aprenzizes Marinheiros, mande com urgência extrahir uma conta circunstanciada de toda a despesa feita com os menores, da Companhia de seo commando, João Francisco de Paula Barros e Antonio Domingos de Paula Barros, esto até a manhã 1º do corrente, incluindo nessa despesa os duzentos mil réis que recebo a may dos ditos menores, na Thezouraria da Fazenda. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 3 de Junho de 1865.

Remetto a Vm^{ce} a copia da relação que acompanhou os objetos vindos do Maranhão para a Companhia de seo comando, a fim de que Vm^{ce} mande fazer cargo d'elles ao receptivo Commissario da Companhia, fazendo notas que a [passa] mencionada na mesma relação não foi recebida nesta Capitania. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 3 de Junho de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d'Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando aos menores Manoel Gonçalves que me foi remettido pelo Juiz d'Orphãos desta Comarca em data de 31 de Maio findo, como o seo officio que o acompanhou, e Ângelo Texeira que me foi entregue hoje por seo pai Antônio Texeira da Silva, mediante o premio, para cujo pagamento, mande Vm^{ce} organizar as competentes folhas. Ambos forão inspeccionados hoje e julgados aptos para o serviço. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 20 de Maio de 1865.

Transmitto ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros, a copia dos conhecimentos dos objectos que em virtude de varias portarias da Intendência de Marinha da Côrte da 1ª, 3ª e 4ª Secção do Almojarifado foram remettidos para [suprimentos] da Companhia sob seo commando os quais já lhe foram entregues, devendo Vm^{ce} mandar carregar ao Commissario Eugenio Pinto de Andrade os objectos constantes dos mesmos conhecimentos, reservado a extração do conhecimento em forma para quando se lhe ordenar. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 5 de Junho de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d'Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando ao menor Marcos Ferreira do Monte, que me foi entregue por sua mãe Antônia Maria da Conceição, mediante premio da lei para cujo pagamento mande Vm^{ce}, com urgência organizar as competentes folhas, foi inspeccionado hoje mesmo e julgado apto para servir. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 7 de Junho de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d'Aprendizes Marinheiros, logo que lhe seja entregue por Eulalia Barroso de Carvalho, a quantia de duzentos mil réis, de gratificação que ela recebera da Thesouraria de Fazenda, pela apresentação de seus filhos Antônio Domingos de Paula Barros e João Antônio de Paula Barros, para terem praça na Companhia de seo comando, assim como todas as despesas feitas com elles desde o dia em que tiveram praça até o em que lhe for entregue as ditas importâncias, excuze-os do serviço da Companhia, cumprido assim com a ordem de Ex^{mo} presidente da província em data de 3 do corrente, devendo depois fazer uma guia da entrega dessas quantias na Thesouraria da fazenda, a qual deve

acompanhar um officio desta Companhia. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 7 de Junho de 1865.

Tendo marcado o dia 20 do corrente para nelle ter lugar a arrematação dos objetos [precizes] para o [ilegível] do Pharolête do Mucuripe no futuro semestre de Julho a Dezembro, convido a Vm^{ce} como membro do Conselho de Compras para comparecer nesta Capitania pelas 11 horas do referido dia para assistir a arrematação. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 10 de Junho de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d'Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando ao menor João da Matta que me foi remettido pelo Juiz d'Orphãos desta Comarca a 6 do corrente, como consta do seo officio de remessa, foi inspecccionado no dia 8 do corrente, julgado apto para servir. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 16 de Junho de 1865.

Em resposta ao seo officio nº 7 a 10 do corrente, no qual pede a nomeação de uma pessoa habilitada para empregar-se no ensino das 1º lettras aos menores da Companhia sob seo commmando, tenho a dizer-lhe que faça entrar no exercicio desse ensino ao escrivão da mesma Companhia, Rodrigo Navarro de Andrade, como assim determina o aviso nº 39 de 15 de Fevereiro de 1864, recebendo a gratificação, marcada pelo art. 17 do Reg. E Decreto nº 1517 de 4 de Janeiro de 1855. Outro sim: o ensino terá lugar uma vez ao dia, das 9 as 12 horas, visto ter o dito escrivão outros affazeres. Deos Guarde a V. Ex^a. (Assig.) 1º Tenente Carlos Ramel Com^a da Comp^a d'Aprendizes Marinheiros. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Oficio – 24 de Junho de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d'Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando aos menores José de Almeida que se me apresentou voluntariamente no dia 23 do corrente, e a Raimundo Felix de Mattos que me foi entregue hoje por seu avô Antonio Texeira da Silva, mediante o premio da lei, mandando Vm^{ce} organizar logo as competentes folhas para o pagamento do mesmo. O 1º foi inspecccionado a 23 e o último hoje, sendo ambos julgados aptos para o serviço. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 10 de Julho de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d'Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando ao menor Justiniano Manoel da Cunha, que me foi entregue hoje por seu cunhado e tutor Carlos Marinho Fagundes, mediante o premio da lei, para cujo pagamento mande Vm^{ce} organizar a competente folha; tendo sido inspecccionado hoje foi julgado apto para servir. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 12 de Julho de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando ao menor João Pereira dos Passos, que me foi remettido no dia 3 de Maio do corrente anno pelo Juiz Municipal d’Ophãos desta Comarca, como consta do offico do mesmo Juiz de 5 do referido mez, o qual tendo se ausentado do Quartel da Companhia no dia 10 de Maio, apresentou-se no dia seguinte na companhia, donde tornou a ausentar-se no mesmo dia, foi no dia 10 do corrente capturado pelo menor da Companhia José Francisco Vieira de Salles. Foi inspeccionado no dia 4 de Maio passado e julgado apto a servir. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 12 de Julho de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando ao menor [Benevenuto] Nery dos Santos, que me foi hoje apresentado por seo pae Manoel Felipe da Conceição para ter praça na Companhia mediante o premio, para cujo pagamento, mande Vm^{ce} organizar a competente folha, hoje mesmo inspeccionado julgado apto para servir. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 20 de Julho de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando ao menor Antonio Pereira da Cunha, que me foi entregue por seo pae Jeronimo Pereira da Cunha, para ter praça, nessa Companhia, mediante o premio, para cujo pagamento mande Vm^{ce} organizar a competente folhas, foi inspeccionado no dia 17, e julgado apto para servir. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 25 de Julho de 1865.

Remetto a Vm^{ce} a participação da Contadoria de Marinha ao 2º Cirurgião dessa Companhia Doutor Manoel Joaquim da Rocha Frota, a qual acompanha a conta corrente da mesma Contadoria, pela qual consta achar-se elle alcançado na quantia de dezoito mil e quinhentos réis (18500\$) afim de que no prazo marcado de 30 dias seja satisfeito essa quantia pelo referido cirurgião. Deus Guarde Vm^{ce} Sñr 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d’Aprendizes Marinheiros. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 27 de Julho de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça ao voluntário Manoel Ferreira do Nascimento, como Grumete addido a companhia de seo commando afim de poder-lhe abonar as rações e fardamento até que chegue o vapor do Norte, no qual deverá seguir para Corte, para o que o tenha Vm^{ce} prompto. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 28 de Julho de 1865.

O Sñr 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, desligue da companhia de seo commando o 2º Cirurgião Doutor Manoel Joaquim da Rocha Frota, que tem que seguir para a Corte no vapor que se espera do Norte, como determina o Ex^{mo} Presidente da Província em officio de hotem, ficando encarregado do tratamento médico dessa Companhia o Doutor José Antonio Lopes, segundo contracto com elle feito para esse fim. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 16 de Agosto de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando ao menor Juvencio Manoel do Nascimento que me foi entregue no dia 14 do corrente por sua mãe Joanna Maria Baptista, mediante o premio da lei para cujo pagamento mande Vm^{ce} organizar a competente folha; o menor foi inspeccionado hotem e julgado apto para o serviço. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 12 de Setembro de 1865.

Ao Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, mande assentar praça na Companhia de seo commando ao menor João Bernardo da Silveira, que hotem se me apresentou voluntariamente para tal fim, o que foi [annuido] por seo pae Bernardo José da Silva; o menor foi inspeccionado hoje e julgado apto para servir. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 19 de Setembro de 1865.

O Sñr. 1º Tenente Carlos Ramel, Commandante da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, mande fazer as competentes notas no assentamento dos menores constantes dos cinco conhecimentos juntos, ficando estes averbados na secretaria da mesma companhia. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 3 de Outubro de 1865.

O Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros assentou praça na mesma companhia ao menor Manoel Felipper de Santiago, que me foi remettido no 1º do corrente pelo Juiz d’Ophãos desta Comarca, o que me foi communicado por seo officio de 29 do mez próximo findo, sendo elle hontem inspeccionado foi julgado apto pra servir. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 7 de Outubro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, assente praça na mesma companhia aos menores José Gomes, Manoel Gomes, Manoel Garcia, que me foram remettidos pela Presidencia para tal fim, como me foi communicado em officio do Ajudante d’Ordem de 6 e 7 do corrente, os dous primeiros me foram remettidos hotem, e o ultimo hoje. Foram inspeccionados todos e julgados aptos para servir. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 12 de Outubro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, assente praça na mesma companhia aos menores Pedro de Lima, José Ferreira e Raimundo Pereira, os quaes me foram hontem verbalmente entregues pela Presidencia mandando-os passar de recrutas d’Armada para a desta companhia por serem menores. Foram todos inspeccionados hoje e julgados aptos para o serviço. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 16 de Outubro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, assente praça na mesma companhia aos menores constantes da relação junta as quaes me foram remetidos pelo Juiz d’Orphão, desta Comarca para tal fim, como do seu officio desta data que a acompanhou. Foram todos inspeccionados e julgados aptos para o serviço. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 18 de Outubro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, assente praça na mesma companhia aos menores orphãos Luís Bandeira de Souza e Joaquim Gomes de Mello, os quaes me foram remetidos pelo Juiz de Orphãos desta Comarca, aquelle á 16 e este a 17 do corrente, como consta os officios que os acompanha do mesmo Juiz. Foram inspeccionados e julgados aptos para o serviço. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 24 de Outubro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, assente praça na mesma companhia aos menores constantes da relação junta, que me forão remetidos pelo Ex^{mo} Presidente e Juiz Municipal e de Orphãos da Província, para tal fim, como consta dos officios de remessa que os acompanham. Foram todos inspeccionados e julgados aptos para o serviço. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 25 de Outubro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, assente praça na mesma companhia ao menor Manoel Baptista da Silva, idade de 12 annos, que me foi entregue por seu pae e sua mãe, João Baptista da Silva e Maria Francisca da Assumpção, para ter praça na mesma companhia mediante o premio da lei, o qual foi inspeccionado e julgado apto para o serviço. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 27 de Outubro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, excuze do serviço da mesma companhia ao menor Luís Antônio Ferreira, como ordena o Presidente da Provincia em officio do Ajudante d’Ordem desta data. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 28 de Outubro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, excuze do serviço da mesma companhia ao menor Francisco de Paiva, como ordena o Presidente da Provincia em officio do Ajudante d’Ordem desta data. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 31 de Outubro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, sente praça na mesma companhia ao menor Francisco Nogueira das Chagas que me foi remettido pelo Ex^{mo} Presidente da Provincia, como consta do officio do Ajudante d’Ordem, de hotem. O menor foi inspeccionado e julgado apto para o serviço. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 7 de Novembro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, organize a competente folha para o pagamento do premio a Alexandrina Maria da Conceição, mãe do menor Manoel [Honorato] do Nascimento que se acha como praça na mesma companhia, como ordena o Ex^{mo} Presidente da Provincia, em officio de 31 do mez findo sob n° 57 devendo fazer a conveniente nota no livro de socorros. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 18 de Novembro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, excuze do serviço dessa companhia ao menor João da Cunha Thomé, segundo ordena o Ex^{mo} Presidente da Provincia em officio do Ajudante d’Ordens desta data. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 22 de Novembro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, excuze do serviço dessa companhia ao menor João da Costa, segundo ordena o Ex^{mo} Presidente da Provincia em officio do Ajudante d’Ordens desta data. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 25 de Novembro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, assente praça na mesma companhia aos menores Salustiano Ferreira de Souza, José Joaquim dos Reis e Lourenço Bento, que me forão remettidos pelo Ex^{mo} Presidente da Provincia, como me foi communicado pelo Ajudante ‘Ordens em officio de 23 do corrente. Os menores forão inspeccionados hoje e julgados aptos para o serviço. João Baptista d’Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 16 de Dezembro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d’Aprendizes Marinheiros, assente praça na mesma companhia aos menores Juvêncio Cabral de Souza e João Ferreira da Silva, que me

foram entregues horem pelo official de Justiça Francisco Feliciano da Costa Catolé, por ordem do respectivo Juiz de Orphãos desta Comarca como por elle me foi communicado em officio desta data. Foram ambos inspeccionados hoje e julgados aptos para o serviço. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 22 de Dezembro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d'Aprendizes Marinheiros, assente praça na mesma companhia ao menor João Francisco Regis, que me foi entregue horem por sua mãe [Donata] Carolina Bezerra, para ter praça na companhia mediante o premio da lei, devendo Vm^{ce} digo organizar a competente folha de pagamento. Foi inspeccionado e julgado apto para o serviço. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 23 de Dezembro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d'Aprendizes Marinheiros, excuze do serviço dessa companhia ao menor Juvêncio Cabral de Souza, como ordena o Ex^{mo} Presidente da Província em officio do Ajudante d'Ordens desta data. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 28 de Dezembro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d'Aprendizes Marinheiros, assente praça na mesma companhia ao menor João Rodrigues do Nascimento que me foi entregue hoje por sua mãe Anna Glória do Nascimento para ter praça na companhia, mediante o premio da lei, devendo Vm^{ce} organizar a competente folha de pagamento. O mesmo foi inspeccionado hoje e julgado apto para o serviço. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 30 de Dezembro de 1865.

O Sñr. Escrivão da Companhia d'Aprendizes Marinheiros, assente praça na mesma companhia ao menor João Baptista Brandão que me foi remettido hoje pelo Juiz d'Orphão desta Comarca como por elle me foi communicado em officio desta data. O menor foi inspeccionado e julgado apto para o serviço. João Baptista d'Oliveira Guimarães. Capitão do Porto.

Fonte: Livro Copiadores de Ofício – 25 de Janeiro de 1867

[...] Relação dos aprendizes marinheiros que tendo seguindo para esta Corte, deixarão na Thesouraria de Fazenda da Província do Ceará, a quantia de cincoenta mil reis cada um, metade do prêmio que receberão seos paes ao assentar para a saber: Raymundo Manoel Vicente, Francisco Pereira Lima, Candido Pereira, Raymundo José das Neves, Manoel Pereira da Silva. Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha em 25 de Janeiro de 1867.

ANEXO D - DECRETOS DE CRIAÇÃO DAS COMPANHIAS DE APRENDIZES
MARINHEIROS NO BRASIL¹⁸⁴

1 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DO **RIO DE JANEIRO**.

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO DE 1836.

Creando, em virtude da resolução da assembleia geral legislativa de 6 do corrente, quatro Companhias fixas de Marinheiros.

O regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II há por bem, na conformidade do § 2.º, art 1º da resolução da assembléa Geral legislativa de 6 deste mez, que se formem successivamente quatro Companhias fixas de Marinheiros, de cem praças cada uma, segundo o plano, que com este baixa, assignado por Salvador José Maciel, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça expedir os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Outubro de mil oitocentos trinta e seis, décimo quinto da Independencia e do Imperio.

Diogo Antonio Feijó.
Salvador José Maciel.

LEI N. 148 - DE 27 DE AGOSTO DE 1840.

Fixando as Forças de Mar para o anno financeiro de 1841 a 1842.

D. Pedro II, por Graça de Deus, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Fazemos saber a todos os Nossos subditos, que á Assembléa Geral Decretou, e nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1º As Forças Navaes em tempo ordinário para o anno financeiro que ha de correr de 1841 a 1842, constarão de 2.500 praças de todas as classes, e dos Navios de Guerra, que o Governo julgar conveniente armar.

Art. 2º Em tempo extraordinario poderá o Governo elevar o número de praças, de que trata o artigo antecedente, a 4.000 praças.

Art. 3º O Corpo de Artilharia da Marinha será elevado ao seu estado completo.

Art. 4º O Corpo de Imperiaes Marinheiros será elevado, logo que seja possível, ao numero de doze Companhias com cento e seis praças cada uma.

Art. 5. Além das Companhias mencionadas no artigo antecedente, haverá outra de Aprendizes Marinheiros, que poderá ser elevada até o numero de duzentos menores do idade de 10 até 17 annos, que ficará addida ao Corpo de Imperiaes Marinheiros.

¹⁸⁴ BRASIL – Leis do Imperio do Brasil. Consultado no site em 2012, 2013, 2014, 2015, 2016. (<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao6.html>)

[...] Mandamos portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e faça cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar, e correr. Palácio do Rio de Janeiro em vinte sete de Agosto de mil oitocentos e quarenta, decimo nono da Independencia e do Imperio.

Imperador com Rubrica e Guarda.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, para regular as Forças Navaes activas no anno financeiro que ha de correr do 1º e de Julho de 1841 até o ultimo de Junho de 1842, na fórma acima declarada.

Para Vossa Magestado Imperial ver.

Luiz Ribeiro Peixoto a fez.

Antonio Paulino Limpo de Abreo.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 3 de Setembro de 1840.

João Carneiro de Campos.

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha foi publicada esta Lei em 4 de Setembro de 1840.

Manoel Carneiro de Campos.

Registrada a folhas 26 verso do Livro 1º de Cartas de Leis. Secretaria de Estado em 5 de Setembro de 1840.

Luiz Ribeiro Peixoto.

2 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DO PARÁ.

DECRETO nº 1.517 – DE 4 DE JANEIRO DE 1855.

Crêa huma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Provincia do Pará, e manda observar o Regulamento respectivo.

Hei por bem, Usando da autorização dada no § 2.º do Art. 4.º da Lei Nº 753 de 15 de julho do anno próximo passado, Crear huma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Provincia do Pará, conforme o Regulamento que com este baixa, assignado por José Maria da Silva Paranhos, do meu Conselho, Ministro e Secretario d'estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Janeiro de mil oitocentos e cincoenta e cinco, trigésimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Maria da Silva Paranhos.

3 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DA **BAHIA**.

DECRETO N.O 1. 543 - DE 27 DE JANEIRO DE 1855.

Crea huma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Provincia da Bahia.

Hei por bem, Usando da autorisação dada no paragrapho segundo do Artigo quarto da Lei numero setecentos e cincoenta e três, de quinze de Julho do anno proximo preterito, Crear huma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Provincia da Bahia, conforme o Regulamento, que baixou com o Decreto número mil quinhentos e dezessete, de quatro do corrente mez, para outra igual Companhia na Provincia do Pará. José Maria da Silva Paranhos, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e cinco, trigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.
José Maria da Silva Paranhos.

4 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO **MATO GROSSO**.

DECRETO Nº 1.987 – DE 7 DE OUTUBRO DE 1857.

Crêa uma Companhia de Aprendizes Marinheiro na Província de Mato Grosso.

Hei por bem, Usando de autorisação dada no artigo terceiro da Lei numero novecentos e quatro, de oito de Agosto último, Crear uma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Provincia de Mato Grosso, conforme o Regulamento, que baixou com o Decreto numero mil quinhentos e dezessete, de quatro de janeiro de mil oitocentos cincoenta e cinco, para outra igual Companhia na província do Pará; devendo, porém, em lugar do escrivão e do encarregado, que designa o artigo primeiro do sobredito Regulamento, haver um Commissario e um Escrivão de terceira classe, em consequência da nova organização do Corpo de Officiaes de Fazenda d'Armada. José Antonio Saraiva, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha, que assim o tenha entendido, e faça executar. O palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.
José Antonio Saraiva.

5 / 6 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DE **PERNAMBUCO E SANTA CATARINA**.

DECRETO Nº 2.003 – DE 24 DE OUTUBRO DE 1857.

Crêa duas Companhias de Aprendizes Marinheiros, uma na Provincia de Santa Catharina, e outra na de Pernambuco.

Hei por bem, usando da autorisação dada no Artigo terceiro da Lei numero novecentos e quatro, de oito de Agosto ultimo, Crear duas Companhias de Aprendizes Marinheiros, sendo

uma na província de Santa Catharina, e outra na de Pernambuco, conforme o Regulamento, que com este baixa, assignado por José Antonio Saraiva, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha, que assim o tenha entendido, e faça executar. O palacio do Rio de Janeiro, em vinte e quatro de Outubro de mil oitocentos cincoenta e sete, trigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.
José Antonio Saraiva.

7 / 8 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DO MARANHÃO E DO RIO GRANDE DO SUL.

DECRETO Nº 2.725 – DE 12 DE JANEIRO DE 1861.

Crêa duas Companhias de Aprendizes Marinheiros, uma na Provincia do Maranhão, e outra na de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Hei por bem, Usando da autorização dada no artigo sexto parágrafo primeiro da lei n.º 1.100, de 18 de Setembro do anno próximo passado, Crêar duas Companhias de Aprendizes Marinheiros, uma na Provincia do Maranhão, e outra na de S. Pedro do Rio Grande do Sul, as quaes serão regidas pelo regulamento mandado observar pelo Decreto n.º 2.003, de 24 de Outubro de 1857, em Companhias idênticas creadas nas províncias de Pernambuco e Santa Catharina. Francisco Xavier Paes Barreto, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Janeiro de mil oitocentos e um, quadragésimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Francisco Xavier Paes Barreto.

9 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DO ESPIRITO SANTO.

DECRETO N. 2.890 – DE 8 DE FEVEREIRO DE 1862

Crêa uma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Provincia do Espirito Santo.

Hei por bem, Usando da autorisação dada no paragrafo primeiro do artigo sexto da Lei numero mil e cem, de dezoito de Setembro de mil oitocentos e sessenta, Crear uma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Provincia do Espirito Santo, conforme o Regulamento, que baixou com o Decreto numero mil quinhentos e dezessete, de quatro de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e cinco, para outra igual Companhia na Provincia do Pará. O Chefe de Esquadra, Joaquim José Ignácio, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Fevereiro de mil oitocentos sessenta e dous, quadragessimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Joaquim José Ignácio.

10 / 11 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DO CEARÁ E DO PARANÁ.

DECRETO N.º 3.347 – DE 26 DE NOVEMBRO DE 1864.

Crêa uma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Província do Ceará, e outra na do Paraná.

Hei por bem, usando da autorização dada no § 6.º da Lei n.º 1.204, de 13 de maio do corrente anno, Criar duas Companhias de Aprendizes Marinheiros, uma na Província do Ceará e outra na do Paraná, conforme o Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 1.517, de 4 de Janeiro de 1855. Francisco Xavier Pinto Lima, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte seis de Novembro de mil oitocentos sessenta e quatro, quadragésimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com Rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Francisco Xavier Pinto Lima.

12 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DE SÃO PAULO.

DECRETO N. 4.112 - DE 29 DE FEVEREIRO DE 1868.

Crêa uma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Cidade do Santos, Província de S. Paulo.

Hei por bem, Usando da autorização conferida pelo art. 2º da Lei nº 1523, de 28 de Setembro do anno passado, crear uma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Cidade de Santos, Província de S. Paulo, conforme o Regulamento que baixou com o Decreto nº 1517, de 4 de Janeiro de 1855. Alfonso Celso de Assis Figueiredo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Pálacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Fevereiro de mil oitocentos sessenta e oito, quadragésimo sétimo da Independencia e do Império.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Affonso Celso de Assis Figueiredo.

13 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DE SERGIPE.

DECRETO N.º 4.142 – DE 5 DE ABRIL DE 1868.

Crêa uma Companhia de Aprendizes Marinheiros em Sergipe.

Hei por bem, usando da autorização conferida pelo art. 2.º da Lei n.º 1.523, de 28 de Setembro do anno passado, crear uma Companhias de Aprendizes Marinheiros na Provincia de Sergipe, conforme o Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 1.517, de 4 de Janeiro de 1855. Affonso Celso de Assis Figueiredo, de Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Abril de mil oitocentos sessenta e oito, quadragésimo setimo da Independencia e do Imperio.

Com Rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Affonso Celso de Assis Figueiredo.

14 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DA **PARAHYBA**.

DECRETO N.º 4.680 – DE 17 DE JANEIRO DE 1871.

Crêa uma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Província da Parahyba.

Hei por bem, Usando da autorização dada pelo art. 3.º da Lei n.º 1.805, de 12 de Agosto do anno próximo findo, Crear uma Companhias de Aprendizes Marinheiros na Provincia da Parahyba, conforme o Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 1.517, de 4 de Janeiro de 1855, para outra igual Companhia na Provincia do Pará. Luiz Antonio Pereira Franco, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezeseite de Janeiro de mil oitocentos setenta e um, quinquagésimo da Independencia e do Imperio.

Com Rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Luiz Antonio Pereira Franco.

15 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DO **AMAZONAS**.

DECRETO N.º 4.681 – DE 17 DE JANEIRO DE 1871.

Crêa uma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Província do Amazonas.

Usando da autorização dada pelo art. 3.º da Lei n.º 1.805, de 12 de Agosto do anno passado, Hei por bem Crear uma Companhias de Aprendizes Marinheiros na Provincia do Amazonas, conforme o Regulamento anexo ao Decreto n.º 1.517, de 4 de Janeiro de 1855, para outra igual Companhia na Provincia do Pará. Luiz Antonio Pereira Franco, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezeseite de Janeiro de mil oitocentos setenta e um, quinquagésimo da Independencia e do Imperio.

Com Rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Luiz Antonio Pereira Franco.

16 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DO **RIO GRANDE DO NORTE**.

DECRETO N. 5181 – DE 16 DE DEZEMBRO DE 1872.

Crea huma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Província do Rio Grande do Norte.

Usando da autorização a que se refere o § 2º do art.4º da Lei nº 1997 de Agosto do anno proximo preterito, Hei por bem Crear na Província do Rio Grande do Norte uma Companhia de Aprendizes Marinheiros, sendo o respectivo serviço regulado pelas disposições do Decreto

nº 1517 de 4 de janeiro de 1855, actualmente em vigor para igual companhia na Província do Pará. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Dezembro de mil oitocentos setenta e dous, quinquagésimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.

17 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DO **PIAÚÍ**.

DECRETO N. 5309 - DE 18 DE JUNHO DE 1873.

Crea uma Companhia do Aprendizes Marinheiros na Cidade da Parahyba, Provincia do Piauhy.

Usando da autorização a que se refere o § 2º do Art. 4º da Lei nº 1997 de 19 de Agosto de 1871, Hei por bem Crear na Cidade da Parahyba, Província do Piauhy, uma Companhia de Aprendizes Marinheiros, sendo o respectivo serviço regulado pelas disposições do Decreto nº 1517 de 4 de Janeiro de 1855. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Junho de mil oitocentos setenta e tres, quinquagesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.

18 - COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DE **ALAGOAS**.

DECRETO N.º 5.847 – DE 2 DE JANEIRO DE 1875.

Crêa uma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Cidade de Maceió, Província das Alagoas.

Usando da autorização concedida no art. 3.º da Lei n.º 2.534, de 9 de Setembro do corrente anno, Hei por bem Crear na Cidade de Maceió, Provincia das Alagoas, uma Companhias de Aprendizes Marinheiros, sendo o respectivo serviço regulado pelas disposições do Decreto n.º 1.517, de 4 de Janeiro de 1855. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Janeiro de mil oitocentos setenta e cinco, quinquagésimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com Rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.

19- ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIRO DE **MINAS GERAIS** - (SEDE – VILLA DE PIRAPORA, NO RIO S. FRANCISCO)

Creada pelo Cong. Nacional, *ex-vi* do art. 2.º do n. VI do rpoj. De lei n. 297, de 13 de nov. de 1908, mediante proposta do Ministério da Marinha ao Gov. da República.

Construídos os edificios necessários, no periodo de Jan. de 1910 a Junho de 1911 e instalada a Escola em 24 de fev. de 1913.

A Escola Primária de Aprendizes Marinheiros, em Pirapora, tem 1 comandante, e immediato, officiaes instructores, cirurgião, commissarios, escreventes, enfermeiros, fieis, professores, auxiliares de ensino, sargentos das companhias, dispenseiros, cosinheiros, creados e um contingente de marinheiros de 1ª classe, além de 100 aprendizes, banda de música, cornetas e tambores e pequeno material flutuante para exercicios de navegação fluvial-militar, no Rio S. Francisco.

(Vide o histórico da criação desta Escola, no vol. III, pag. 938 a 943 e vol. IV, pag. 86 deste Anuario, edições de 1909 e 1911).

O 1º Commandante foi o sr. Capm. de Corveta Arthur de Barros Cobra, nat. do sul de Minas (Caldas) e nom. em julho de 1911 para o cargo.

Immediato, Capitão-tenente Tancredo de Alcantara Gomes, nom. em 16 de ag. De 1911. Tendo, porém, sido exonerado o 1º Commndante Barros Cobra, foi em 10 de jan. 1913 nom. Commandante da Escola o sr. Cap. -Ten. Tancredo de Alcantara Gomes.

Vice-diretor – Cap.-ten. Frederico de Gouvêa Coutinho (nom. em março de 1913).

Médico – 1º tenente dr. Augusto Toscano de Brito (nom. em fev. 1913).

Professores – Sr(s) Lycurgo Pereira leite, Raul de Aguiar e Octaviano Carneiro da Silva (nom. em fev. de 1913).

Official instructor – 1º Ten. Octaviano Guerra (nom. em 27 de Julho 1913).

Intendente – 2º Ten. Commissario Luiz Francisco da Silva.

4. No site abaixo temos também referencia a Escola de Aprendizes Marinheiro de Minas Gerais:

<< <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2147/000265.html>>>.

Pirapora, Minas Geraes.

Esta escola, cujo edificio e mais dependências foram mandados construir por este Ministério, foi inaugurado em 21 de Abril de 1913, com effectivo de 20 aprendizes; effectivo este que foi gradualmente aumentando até 82 alumnos.

O ensino já foi ministrado pelos novos professores normalistas, apresentando os aprendizes grande aproveitamento.

Seu estado sanitário foi bom. O movimento geral durante o ano foi o seguinte:

| | |
|--|----|
| Alistamento durante o ano de 1913 | 82 |
| Foram desligados | 3 |
| Ausentou-se | 1 |
| Falleceu | 1 |
| Remettidos para o Corpo de Marinheiros Nacionaes | 10 |
| Somma | 15 |
| Existente em 1 de janeiro de 1914 | 67 |

Para Companhia de Goiás não consta registro de acordo com e-mail 14 de abril de 2016, 14:16. “Não foi localizado nos arquivos dessa Diretoria, dados ou material referente a essa Escola de Aprendizes. Respeitosamente; SO-RM1 Sousa Lima.”

FONTE:

BRASIL. MINISTERIO DA MARINHA MINISTRO (ALEXANDRINO FARIA DE ALENCAR). RELATORIO I DO ANO DE 1913 - I - APRESENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. EM ABRIL DE 1914. PUBLICADO EM 1914. INCLUI ANEXOS E “CONSOLIDAÇÃO DE LEIS E DECRETOS E DECISÕES SOBRE O VENCIMENTOS E OUTRAS VANTAGENS QUE COMPETEM AOS OFFICIAES, SUB-OFFICIAES E PRAÇAS DE [PRET] DAS CORPORACÕES DA ARMADA.”

Observação: PARA AS ESCOLAS DE APRENDIZES MARINHEIROS DE MINAS GERAIS (PIRAPORA) E DE GOIÁS, A MARINHA REPASSOU OS SEGUINTES INFORMES: correspondência via e-mail, como vimoa acima.

ARQUIVO DA MARINHA

Atendimento: 3a a 6a feira, das 8h30 às 11h45 e das 13h15 às 16h
Praça Barão de Ladário s/nº, Ilha das Cobras, Centro, Rio de Janeiro. RJ
Telefones: (21) 2104-5487/ 2104-5488 / 2104-6713/ 2104-6994
“Marinha do Brasil, protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente”.

=====

Visite a página da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) na internet - www.dphdm.mar.mil.br onde poderão ser conhecidas as atividades culturais e demais informações.

Em resposta a sua solicitação, observar os seguinte itens:

1. LEI nº 2.050 de 31/12/1908, Art 9 inciso VI;
2. Decreto nº 2747 de 8/1/1913 (L.B 1913 p. 171 v.1);
- 3.<<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=212679&pesq=Escola%20de%20>

aprendizes%20marinheiros&pasta=ano%20191>>; e
4.<< <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2147/000265.html>>>.

Atenciosamente;
SO-RM1 Sousa Lima

3. Anuario de Minas Geraes – 1906 a 1913 – PR_SOR_06097_212679

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=212679&pesq=Escola%20de%20aprendizes%20marinheiros&pasta=ano%20191>

20 - COMPANHIA DE APRENDIZES MAREINHEIROS DE **GOIÁS**: os arquivos não nos apresentaram nenhuma documentação sobre sua existência.

ANEXO E - JORNAL CEARENSE E JORNAL O SOL – 1865: EMBATE DO
ALISTAMENTO MILITAR DO APRENDIZ DE MARINHEIRO ANTONIO FRANCISCO
DE PAULA

Fonte 1 - CEARENSE, 13 de maio de 1865. Página 3.

COMMUNICADO.

O ‘Sol’ e a Companhia de Aprendizes Marinheiros.

Já tardava. Os raios do Sol não podiam deixar penetrar no quartel da companhia de aprendizes. Isto era já de prever. Pois bem: elle não se faz esperar mais e em seu nº 429 de 10 do corrente, depois de entoar alguns palmos laudativos a instituição da companhia, volta seus raios contra o Sr. Capitão do porto, dizendo que S.S. no empenho (empenho assáz louvável) de completar o mais breve possível o numero de menores fixados pelo decreto nº 3.347, não quer saber se o menino que aspira a camisa de gola azul fugio ou não da casa de seu pai ou tutor. Aqui está toda a malignidade do Sol. O Sol se se tivesse melhormente informado, por certo, não avançaria tanto. O Sr. Capitão do porto tem sido o mais escrupuloso possível na recepção de menores. Aquelles que a elle se apresentam sem irem acompanhados de seus pais ou tutores, S.S mando-os ao ajudante de ordens da presidencia para examinal-os e fazer as necessárias indagações e a avista d’ellas remettel-os para terem praça na companhia, precedidos de ordem da presidencia. Ora já se vê que o Sr. Capitão do porto não está usurpando os direitos dos pais e tutores nem tão pouco levantando essa crusada contra o poder paterno, como avançou o Sol. O motivo que deu lugar as lamurias do Sol sabemos nós, porque tivemos o cuidado de indagar, e para que tambem o saibam os leitores a desvançam-se d’essa horrorosa impressão que lhes caisou, sem duvida, a leitura do artigo do Sol, estampamol-o aqui. Ao Sr. Capitão do porto apresentou-se um menor que vivia na companhia de uma sua tia, nem tutora era, que muito o maltratava, fazendo-o de creado, como muitos d’esses infelizes que são entregues á soldada a muitos meus senhores da terra, os quaes d’elles fazem seus – escovas-botas – sem cuidarem se sua educação, sendo emfim meros escravos: o Sr. Capitão do porto não quil-o receber e mandou-o que fosse se ter com o Sr. ajudante d’ordens, que, procedidos as necessárias averiguações, remetteu-o para ter praça na companhia de aprendizes, o que se effectuou depois de inspeccionado e julgado capaz para servir. A tia do menor, por intermédio do Sol, requereu ao Exm. presidente a escusa do menor: foi o requerimento a informar ao Sr. Capitão do porto, que segundo consta-nos, deu a devida informação, constando-nos mais que mandara vir a sua presença o referido menor interrogar-lhe em presença de varias pessoas, se queria voltar á companhia de sua tia e elle formalmente respondera-lhe que nem arrastado lá voltaria, que se achava muito satisfeito na companhia de aprendizes. Onde, pois, o abuso do Sr. Capitão do porto? Responda-nos, em bôa consciência, o Sol. É mal de nossa terra: em lugar de ajudarmos a que as nossas instituições vigorem e frutifiquem, tratamos de desconceitual-as e pôr embaraços ao seu completo desenvolvimento. Esse mal é velho; quando se instituiu o collegio de educandos appareceram apóstolos pregando doutrinas subversivas da ordem e do fim d’aquelle pio estabelecimento; appareceram tambem Jeremias fazendo lamentações eguaes ás do Sol, e hoje estam convencidos do contrario. Por isso não receio o Sol que os direitos dos pais sejam usurpados, esse pânico é todo extemporâneo. A companhia de aprendizes não se apartará um ápice das linhas traçadas pelo regulamento que a rege: ella muito promettemos auspectos do zeloso capitão do porto e do seu digno commando do Sr. 1º Tenente Carlos Ramel, emporfia, esmeram-se em dar-lhe todo impulso e credito. A quarenta e trez dias que foi Ella inaugurada

e já conta 52 menores; isto já é muito para seu principio. Os menores alli são muito bem tratados e se acham satisfeitos, e essa satisfação pinta-se em suas phisionomias; como poderá ver o Sol se se dêr ao trabalho de chegar até lá. Não procede, por tanto, a censura do Sol, que pensando melhor, disto estamos convencidissimo, fará mais justiça aos sentimentos do Sr. Capitão do porto. Fortaleza, 13 de maio de 1865. *Justus*.

Fonte 2 - CEARENSE, 27 de maio de 1865. Página 3.

COMMUNICADO.

Ainda o ‘Sol’ e a Companhia de Aprendizes Marinheiros.

Ao nosso pequeno communicado inserto em o numero 1824 d’este jornal respondeu o Sol com uma lirada de 343 linhas. Privou os seus assignantes da leitura dos espirituosos alforges para fazer-nos a honra de uma resposta de legoa e meia; não merecíamos tão grande honra, mas uma vez que nol-a quis fazer, agradecemos-lhe; só sentimos que o terreno em que pisa o Sol seja tão escorreadio que não possa competir connosco. Quando lançamos a vista sobre o Sol, supuzemos logo que *Jupiter* nos tivesse fuminado com ardor dos seus raios, mas depois que vimos as provas que ao publico offereceu creámos alma nova; elle nada disse; nenhum dos nosso argumentos elle não destruiu. E nem o podia, porque contra a logica dos factos não prevalece a dos sophismas. Disse que não éramos digno do nome com que nos acobertamos é porque a luz da verdade e da razão é mais fina e mais transparente que a do Sol, que d’esta vez foi offuscado por Ella. Si com calma o Sol tivesse lido o nosso communicado, pesado bem nossas palavras, por certo que não replicaria. Deixemos isto e vamos aos factos. O Sol para justificar a sem rasão da causa que advoga, apresenta seis documentos que nada produzem e nem produsirão: o 1º é o requerimento da tia do menor em questão, pedindo ao Exm. Presidente a escusa d’elle da Companhia de Aprendizes, onde já está com praça; o 2º é um requerimento pedido por certidão a informação dada pelo Sr. capitão do porto sobre aquelle requerimento; 3º é essa informação, 4º e 5º são dous attestados, um do professor primário e outro do Sr. Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães; 6º finalmente, é uma carta do mesmo Sr. Dr. Pedro ao Sr. ajudante d’ordens pedindo-lhe que certifique se o referido menor foi ou não conduzido a sua presença por um marinheiro da capitania, e a respectiva resposta do Sr. ajudante. Esses documentos longe de ampararem a causa do Sol cada vez mais a complicam; nada provam; d’elles apenas se depreheende que grande é a falta de rasão em que se acha o Sol. Para avaliar-se da sem rasão do Sol e da inconherencia, basta ter-se os seis primeiros períodos da sua catilínia. Diz elle que o Sr. capitão do porto abusou e abusou dando uma informação fa[lsa] ao Exm. presidente, ao passo que mais adiante confessa que - é possível - que o menino lavasse louça no quartel; transcrevemos textualmente as palavras do Sol: “Não duvidamos que o menino lavasse louça no quartel; porque sendo elle o portador do comer para seu primo, o furiel Manoel Rodrigues da Silva que se achava preso, o que fazia em dous pratos cobertos com lenço ou guardanapo - é possível - que depois lavasse os pratos” Está o Sol confessando, concedendo a possibilidade do menino lavar a louça, e ainda mais adiante brada e clama que o Sr. capitão do porto foi beber de fonte impura a informação que deu do menor lavar a louça no quartel. Que incoherencia, Santo Deus! Diz o Sol que não era deshonoroso a quem não tem escravo (consta-nos que a tia do menor tem logo duas escravas) ír ou mandar seu filho ou sobrinho deixar a comida a um seu parente preso. E quem disse o contrario? Isto não vem ao caso, o que se quer saber é se com effeito o menor lavava louça no quartel, ora isto o Sol ingenuamente confessa, ergo o Sr. capitão do porto não informou uma falsidade. Apresenta o Sol uma carta do Sr. major ajudante para provar que o menor foi á sua presença acompanhado de um marinheiro da capitania. *Quid inde?* Quem

negou isto? O menor foi ter a capitania como já explicámos em nosso primeiro communicado, o Sr. capitão do porto mandou-o com um marinheiro á palácio para de lá vir a ordem para se lhe assentar praça e o que se segue d'ahi? O Sr. capitão do porto tem faculdade para receber todos os menores que bem lhe parecer independente de ordem da presidência, mas para tirar de sobre si toda responsabilidade áquelles menores sobre quem elle tem suas duvidas, mandamos á palácio para de lá virem com a ordem da presidencia. Ora, se o Sr. capitão do porto tem essa autoridade, para que mandar os menores á palácio? É obvio que é para prevenir reclamações. O Sr. capitão do porto, já o dissemos e ainda repetimos não lança mão assim dos menores a companhia, se o fizesse já podia contar uns 500, como disse o Sol. Elle primeiramente especula e indaga, e se assim não fora outro dia teria assentado praça um moleque do Sr. José de Paiva o qual fora se lhe apresentar dizendo que morava com uma sua prima. O Sr. capitão do porto mandou um marinheiro com elle a casa d'essa sua prima, isto deu-se á tarde, foram, andaram, por todo oiteiro sem descobrirem - a casa da prima - até que uma pessoa que o conhecia, disse que elle era captivo do Sr. Paiva. Eis como se passam as cousas pela capitania, segundo nos informa, e como pois encrepar-se ao Sr. capitão do porto de abusador? Alguém viu nisso um plano ou um cipoal em que quizeram metter o Sr. capitão do porto, como se fosse uma causa extraordinaria, um phenomeno raro, como se ainda não tivesse visto um escravo assentar praça, conseguindo illudir as autoridades, mas nós que não somos tão fácil em dar credito a quanto maranhão ou conard por ahi apparece, não podemos crer que houvesse corações tão máos. Diz o Sol que os menores carregavam agua para a companhia. O Sol quis fazer-se de esquerdo, porque não é possivel que ignore que esse serviço lhes compete, na qualidade de marinheiros. Acrescenta o Sol que talvez os meninos carreguem agua para os banhos do Sr. capitão do porto: isto é uma falsidade tão grosseira que não merece que refutemol-a. Ressentia-se o Sol que disséssemos, que era mal velho em nossa terra o preocupar-se desacreditar as nossas instituições; não nos referimos ao Sol que julgou-se ferido em seu amor proprio de patriota. Não negamos os serviços prestados ao paiz e a causa publica pelo Sol, pelo contrario somos o primeiro a reconhecel-os, mas tambem o Sol deve reconhecer os prestados pelo velho marinheiro, encanecido no serviço do Estado; não sejamos egoístas, concedamos tambem aos outros o que para nós desejamos. Temos cumprido nossa missão esclarecendo ao publico uma cousa, já por si esclarecida, e complimentando ao Sol que se dignou entrar comnosco em discussão, recolhemo-nos aos bastidores. Fortaleza, 24 de maio de 1865. *Justus*.

Fonte 3 - O SOL. Jornal Literário, Político, e Critico. ANNO VIII. CEARÁ – Domingo 21 de Maio de 1865. Nº 341.

O SOL - BUSCAR LÃ, E SAHIR TOSQUEADO.

Seria mais prudente, que o *Justus* communicante do *Cearense* nº 1824 de 13 deste mez, não buscasse o prelo para desculpar o seo afilhado do pouco, que o Sol nº 429, publicou sobre o modo de aprendizagem da Marinha, instituído nesta capital em virtude do decreto nº 3347 do que vir a imprensa baldear o cazo e sahir peor, isto é, pondo cada vez mais em relevo o seo abuzivo proceder na questão do menor Antonio Francisco de Paula, que então fizemos, sob a epigraphie – *aprendizes marinheiros*. Referimos o cazo, como elle se deo, e isto bastará, para que o publico ajuíze se o Sol pode ser taxado pelo *Justus* defensor do Sr. Capitão do Porto de maligno e dezarrazoado. Em 18 de abril auzentou-se da caza de sua tia e mãe de criação desde o berço o menor Antonio Francisco de Paula: sabido onde tinha ido parar, delegenciou a tia a volta do menino para caza, mas negou-se a lho entregar o Sr. Capitão do Porto, porque já

tinha o pequeno praça assente na companhia; fez então a S. Exc. o Sr. Presidente o requerimento que segue:

“Illm. Exm. Sr. Presidente – Diz Maria Francisca da Conceição, vossa moradora nesta cidade, que ella supplicante creara desde o berço seo sobrinho Antonio, que hoje conta 12 annos incompletos, filho de seo irmão Antonio Francisco de Paula já fallecido, e segundo suas posses lhe dava educação na escola publica de primeiras letras, como o attestado junto, mas este pequeno influído por outros, e para se escapar do castigo em um dia da semana passada, saindo a rua, não voltou mais a caza, e se foi offerecer como aprendiz marinheiro, contra a vontade da supplicante, que não tendo outros filhos, aquelle que o creava como tal, e mais lhe serviria na direcção doméstica, faltando-lhe agora, lhe cauza grande vexame; depois disto a supplicante não o tinha como creado, mas buscava dar-lhe uma educação coveniente, que podesse no futuro torna-lo um cidadão proveitozo nas artes; por tanto, como não seja filho dezamparado como muitas há, requiere a V. Exc. Se digne manda-lo entregar a supplicante e pelo deferimento.

R. M.”

Fortaleza, 23 de abril de 1865.

A rogo da supplicante,

Pedro Pereira da Silva Guimarães.

Ao Sr. capitão do porto para informar.

Palacio do Governo do Ceará em 27 de abril de 1865.

Rodrigues Pereira.

Este requerimento teve o seguinte despacho a final:

A’ vista da informação do capitão do porto, não tem logar o que requer a supplicante.

Palacio do governo do Ceará, 5 de Maio de 1865.

Rodrigues Pereira.

“Illm. Exm. Sr. presidente da província. – Diz Maria Francisca da Conceição, que para documento seo precisa, que V. Exc. lhe mande dar por certidão ao pé deste e theor da informação do capitão do porto, dada em requerimento da supplicante ao qual pedia ser exonerado da praça de aprendis de marinheiro um menor seo sobrinho de nome Antonio Francisco de Paula, por tanto.

P. a V. Exc. lhe defira na forma requerida.

E. R. M.”

Fortaleza, 15 de maio de 1865.

A rogo da supplicante.

Pedro Pereira da Silva Guimarães.

Dê-se
 Palacio do governo do Ceará, 13 de maio de 1865.
 Rodrigues Pereira.

 A informação do Sr. Capitão do porto diz assim:
 Certifico em cumprimento do despacho supra, que a informação a que se refere a supplicante do theor seguinte:

“N.- 69. – Capitania do porto do Ceará em 28 de abril de 1865. – Illm. Exm. Sr. – Em cumprimento ao despacho de V. Exc. [ilegível] na petição de Maria Francisca da Conceição, que junto [ilegível] tenho a informar a V. Exc., que o menor de que trata [ilegível] sua petição me foi remmetido por ordem de V. Exc., o que me foi communicado pelo Ajudante de Ordem dessa presidência, em officio de 22 do corrente , o qual no mesmo dia assentou praça na companhia de aprendizes marinheiros, depois de julgado apto pelo inspecto medico, para servir na mesma companhia. Tenho mais a informar a V. Exc., que ainda mesmo que seja possível dar-lhe baixa , o menor recuzava voltar para a companhia da peticionaria, como formalmente acaba de declarar nessa capitania. Quanto ao dizer a peticionaria, que o referido menor não lhe servia de creado, tenho sido informado do contrario e creio que posso mesmo assegurar a V. Exc., que ele não servia de outa couza, pois muitas vezes foi encontrado no quartel do corpo de guarnição lavando louça. É o quanto tenho a informar a V. Exc. Deos guarde a V. Exc. – Illm. Exm. Sr. Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, presidente da província. – João Baptista de Oliveira Guimarães. Capitão do porto.”

Secretaria do governo do Ceará, 16 de maio de 1865.
 O official maior.
 [Felix Jose´de Sousa Juslor.]

 Ora a petição da tia do aprendis marinheiro se achava [instruido] com os dous attestados [infra].

 Joaquim Alves de Carvalho, professor primário nesta capital. – Attesta, que Antonio Francisco de Paula é [seo] alumno desde 1863; que tem sido freqüente, apresentando boa conduta e bom aproveitamento.
 Fortaleza, 21 de abril de 1865.
 Joaquim Alves de Carvalho.

 O bacharel Pedro Pereira da Silva Guimarães, advogado na cidade da Fortaleza, lente do lyceo [& c.] – Attesta, que o menor Antonio Francisco de Paula é sobrinho de Maria Francisca da Conceição, que o cria desde o berço, que ficou orphão, que é bem conduzido, e sua tia o trata vestido e calçado, conforme suas posses; e isto attesto porque essa viúva é minha vizinha, e foi cazada com um meo segundo primo, e honestamente vive de seo trabalho.

Fortaleza, 21 de abril de 1865.
 Pedro Pereira da Silva Guimarães.

Dizia-nos agora o *Justus* do Cearense que veio tomando as dores pelo Sr. Capitão do porto, se o [menor] de que se trata, frequentando a escola durante três com aproveitamento, so servia de lavar pratos no quartel do corpo da guarnição! Quem foi esse informante de tanto credito para S. S^a. que o levou a dizer a S. Exc. o Sr. presidente – e crea que posso mesmo affirmar a V. Exc., que elle não servia de outra cousa: pois muitas vezes foi encontrado ao quartel do corpo de guarnição, lavando louça... Não duvidamos que o menino lavasse louça no quartel; porque sendo elle o portador do comer para seo primo o furriel Manoel Rodrigues da Silva, que se achava prezo, o que fazia em dous pratos coberto de um lenço ou gaudanapo, é possível, que depois lavasse os pratos. Mas então porque o menor sahindo da escola as 11 e ½ hora da manhã e antes de ir para a escola a tarde, levasse o comer a seo parente, é viver de crea-lo, é ser [ilegível] ? Será alguma deshonna, algum acto de objecção ou de iguonomia para os que não são escravos, ou creados ir ou mandar [ilegível] ou sobrinho levar a comida seo [ilegível] parente prezo! Será couza vergonhoza ou abjecta que alguém que não [ilegível] os marinheiros, que o Sr. capitão do porto tem as suas ordens. Ir ou mandar seo filho, tutela-lo ao mercado comprar o alimento diário, e leva-lo para sua casa! Se é infamante levar um menor a comida a seo primo prezo ao quartel, e lavar La os pratos, mas infamante é fazerl-os o Sr. capitão do porto carregar água para a companhia, e quiça para algum banho de S.S^a. O menor que o S.S^a achou, que devia ser aprendiz marinheiro, porque lavava a louça, em que La o comer do seo parente, se só servisse para isso, não estaria na escola de primeiras letras com aproveitamento, nem S.S^a nem as informações, que bebeo da fonte impura, pode merecer mais credito, que o professor, que attestou a freqüência do ensino primário com aproveitamento, nem também é mais digno de credito sua informação, de que a do Sr. Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães, por quanto, posta que não se a um attestado official, é seo advogado, e pessoa qualificada e incapaz de faltar a verdade. Ainda pelo documento infra transcripto verá o *Justus*, que o menor foi mandado pelo Sr. major ajudante de ordens assentar praça por ser o mesmo menor levado a sua presença por um marinheiro da capitania, para voltar com a ordem para o assentamento de praça. A iniciativa pois de assentamento da praça ao menino, teve o sr. capitão do porto, porque o pequeno de engodo e contra a vontade da tia, que o creara desde o berço, preferia a camisa de colarinho [ilegível] , e a [ilegível], aos cuidados que a sua mai de criação tinha pela sua educação. E se esse menino era maltratado, para que ainda no domingo 14 do corrente, foi a caza de sua tia, e de lá levou para a companhia uma calça branca engomada, e um par de meias novas, que a tia esquecida do seo dezamor lhe dera? *Sr. Justus do Cearense*. Vossa mercê não parece digno do nome, que tomou para sob elle defender ao seo amigo ou cliente, epitetando a redação do Sol de maligna, e que mais é de pouco zelozo, ou farizaicamente zelozas das instituições do paiz. Fique certo o *Sr. Justus*, que o redator do Sol, não cede a palma ao seo afilhado nos bons dezejos de servir o paiz, e fazer com que nelle medrem e prosperem as instituições creadas; saiba também que o Sr. Capitão do porto com ser capitão de fragata, talvez não conte os annos de serviço a Nação como conta o mesmo redactor do Sol; e assim não queira monopolizar para elle só o amor da pátria. Deixe esse desavanecimento que é impróprio do homem de boa razão. O Sr. disse e repete que se para aprendiz marinheiros se lança mão de todo menor contra a vontade de seus pais, tutores, ou curadores, essa pesca é um recrutamento forçado, e não são elles do numero dos voluntários, de que nota o decreto n^o 3317. O menor foi ter na capitania, e de lá foi mandado para o ajudante de ordens, acompanhado, lêa o *Justus* o que segue:

“*Illm. Sr. Major Luis Xavier Torres* – Sirva-se V. S.^a em obsequio a verdade de declarar ao pé desta se quando V. S.^a de ordem de S. Exc. o Sr. Presidente mandou sentar praça de aprendiz marinho ao menor Antonio Francisco de Paula, este lhe fora apresentado como enviado pelo Sr. Capitão do Porto, e de sua resposta permita-me fazer o uso que me convier.

Sou. *de V. S.^o M.^o Att. sirvo*
Pedro Pereira da Silva Guimarães
S. Caza, 18 de maio de 1865”

“*Illm. Sr. Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães* – Satisfazendo ao pedido de V. S.^a. Declaro-lhe, que o menor de que falla foi-me apresentado por um marinho mandado pelo Sr. Capitão do Porto. Pôde fazer o uso que lhe convier desta minha resposta.

Sou de V. S.^a V.^{da} e Cr.^{do}.
Luiz Xavier Torres
18 de maio de 1865”

E não venha contando escrúpulos do Sr. capitão de fragata e capitão do porto na admissão de meninos, que lhe apresentão sem serem accompanhados de seos pais ou tutores, porque S. S.^a dissera a tia, ou quem lhe foi primeiro fallar, antes de requerer ao Sr. presidente, que a culpa era do Sr. major ajudante de ordens. Se o Sr. capitão do porto fosse tão estremecido para commetter abuzos, como afirma o *Justus*, quando se lhe apresentou o menor deveria em vez de o enviar ao ajudante de ordens da presidencia, envia-lo a tia para saber de sua intenção, visto que o pequeno era voluntário e não recruta. Nem admira, que conte já a companhia com 52 aprendizes, por quanto por este e outros modos, podião la estar uns 500, que frequentão as 4 escolas primarias da capital, assim elles se despozessem a ir ter a capitania para vestirem-se a maruja; porque para logo se serião enviados por marinheiros da capitania para o Sr. ajudante de ordens mandar-lhes assentar praça.

Sr. Justus o que vossa mercê devia ter escrito para o Cearense, era dizer, que na questão do assentamento de praça do menor, de que se trata, o Sr. capitão do porto abuzou, e abuzou informando mal para a presidencia, e que seria bom não abuzar mais, e não vir vossa mercê buscar lã, para sahir tosqueado. Ceará – Typ Americana – Impresso por Theodoro Esteves de Almeida.

ANEXO F - FOTOS DA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ ENTRE 1886 e 1917

Foto 1 - Prédio da Escola em 1886.



Figura 1 - Foto Fortaleza Nobre.

Em 1865, a companhia esteve instalada na Rua da Praia (Pessoa Anta) em casas pertencentes ao Barão de Ibiapaba – Joaquim da Cunha Freire. Em 1870, foi instalada em casas pertencentes ao Sr. José Joaquim Carneiro. Entre 1886 e 1908, durante a reforma das escolas de aprendizes marinheiros, a companhia de aprendizes marinheiros do Ceará passou a ser denominada escola de aprendizes marinheiros do Ceará, sendo instalada em casas pertencentes ao Sr. José Maria da Silva, na Avenida Alberto Nepomuceno, onde seria erguido o Prédio da Secretaria da Fazenda. A partir de 1908, a companhia foi para o bairro Jacarecanga, na Avenida Filomeno Gomes nº 30, na antiga Fábrica de Curtume.

Foto 2 - Predio principal – fachada da Escola em 1917



Figura 2 - Foto Museu da Imagem e do Som – Nirez

A Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará instalou-se no dia 1º de outubro de 1908, em prédio no bairro Jacarecanga, ocupado anteriormente pela Fábrica de Cortumes do agropecuatrista Francisco Lorda, na Avenida Coronel Philomeno Gomes, nº 30. Na foto, os aprendizes marinheiros aparecem perfilados em frente ao prédio, aproximadamente, 30 aprendizes marinheiros.

Foto 3 - Escola em 1917 – Vista Panorâmica



Figura 3 – Foto da panorâmica da escola de aprendizes marinho do Ceará - 1917
Fonte : Fortaleza Nobre e Arquivo do Nirez

O prédio principal da escola apresenta, ainda em nossos dias, a fachada, que preserva as características do prédio de 1908. Entre 1931 a 1940, a escola foi fechada, tendo em 1932, suas dependências ocupadas pela Escola de Artífices. Em 1941, em plena 2ª Guerra Mundial, a escola reabre as portas novamente como Escola de Aprendizes Marinheiro do Ceará.

ANEXO G - FOTOS ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ A
PARTIR DE 1917¹⁸⁵

Foto 4 - Arte do Marinheiro



Foto cedida pela Marinha.

Os aprendizes aprenderiam o manejo das armas brancas, teriam lições com mestre-aparelho, mestre-velas e mestre-armas, para conhecer mastros, mastarões, vergas, leme, assim como as peças que compõe bombas, o mestre de vela ensinará a cortar, coser e entalhar e tudo relacionado à confecção das velas, considerado a *arte do marinheiro*.

¹⁸⁵FONTE: DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA – RIO DE JANEIRO.

Foto 5 - Sala Maestro Francisco Braga – Banda de Música



Foto 6 - BANDA MARCIAL – Pífano e Tambor



A primeira banda de música foi organizada em 21 de maio de 1888, na gestão do Capitão-Tenente Alexandre Faria de Alencar

PRÁTICAS EDUCATIVAS - EXERCÍCIOS DE ARMAS

Foto 7 - Esgrima



Foto 8 - Esgrima de Bayonetas

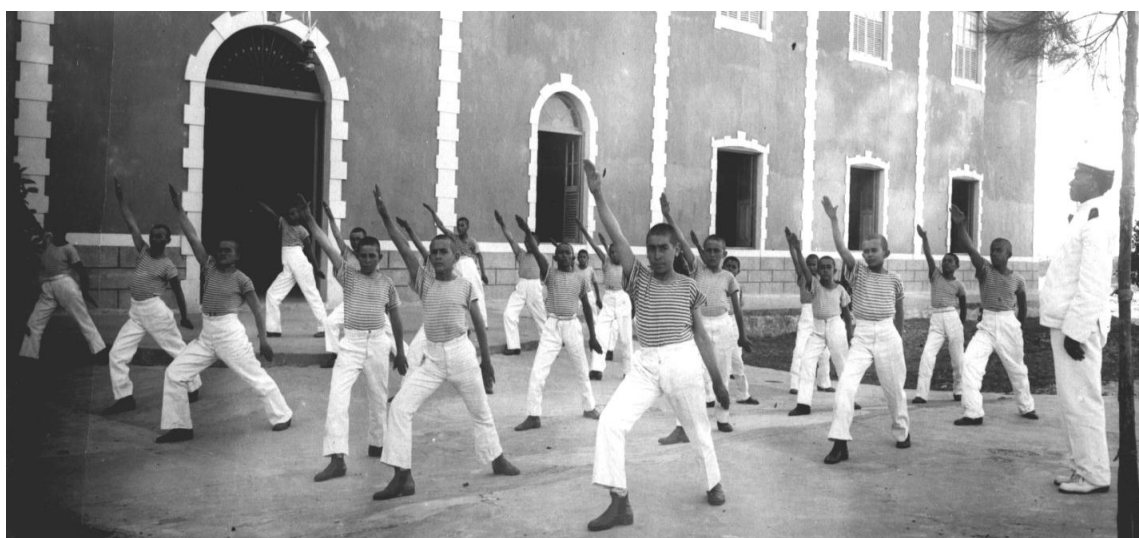


PRÁTICAS EDUCATIVAS - EXERCÍCIOS FÍSICOS

Foto 9 - Educação Phisica – Exercícios Diversos



Foto 10 - Ginástica Sueca



AULAS - ENSINO PRIMÁRIO – salas de aulas

Foto 11 - Salão Riachuelo

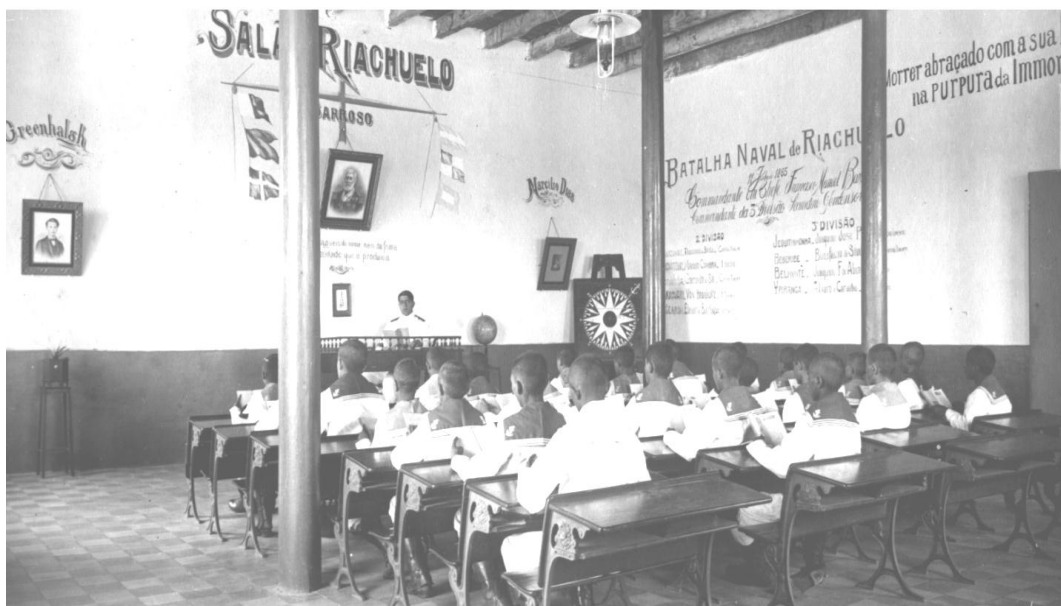


Foto 12 - Salão TUYUTY



SAÚDE - ATENDIMENTO MÉDICO

Foto 13 - Enfermaria Pereira Guimarães (farmácia – consultório)

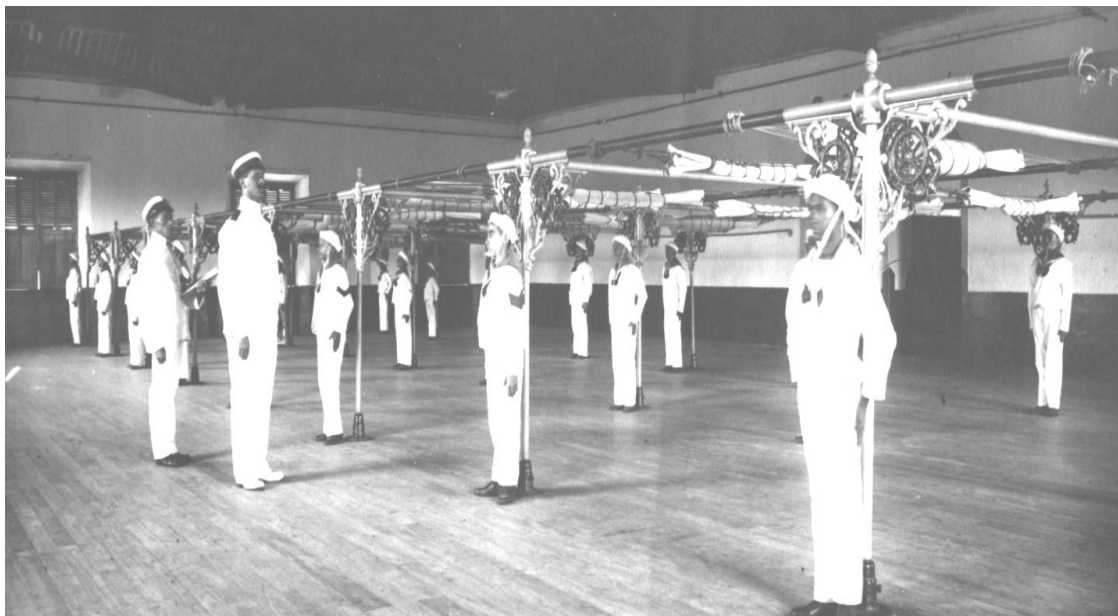


Foto 14 - Enfermaria Pereira Guimarães (leitos)



SISTEMA DE INTERNATO

Foto 15 - Dormitório dos Menores – armação das macas

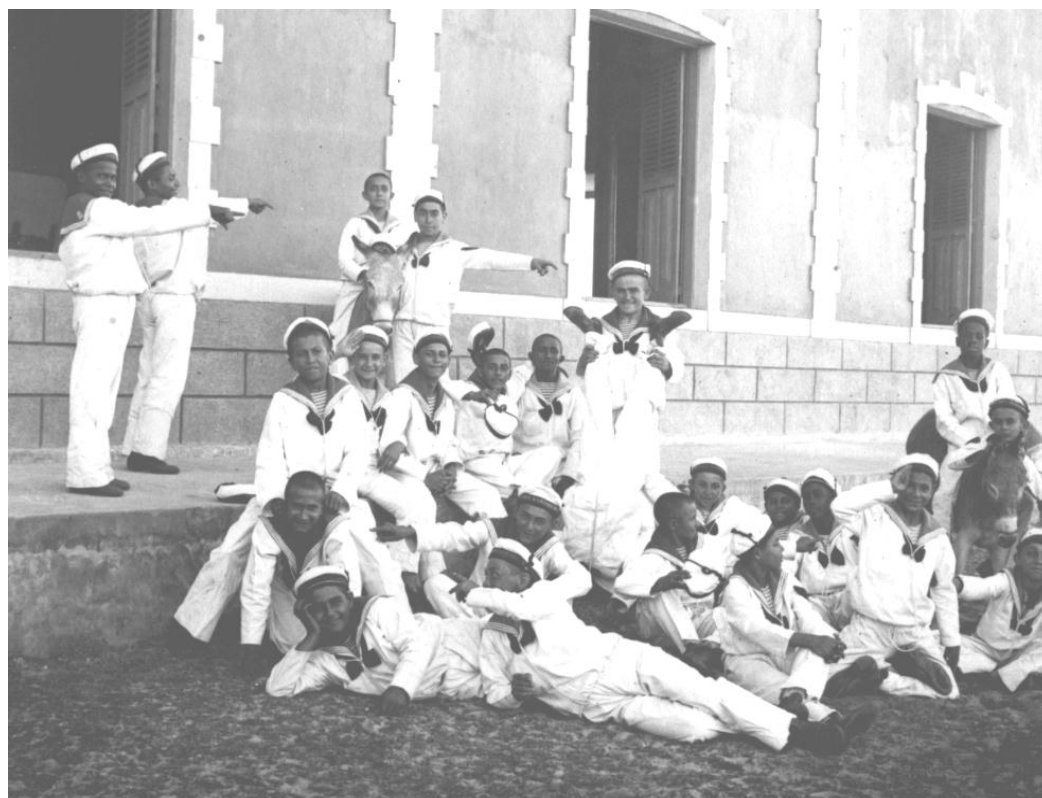


ALIMENTAÇÃO

Foto 16 - REFEITÓRIO – Salão Alte. Baptista das Neves



Foto 17 - Momento de descontração: coisa de jovens (grifo nosso)

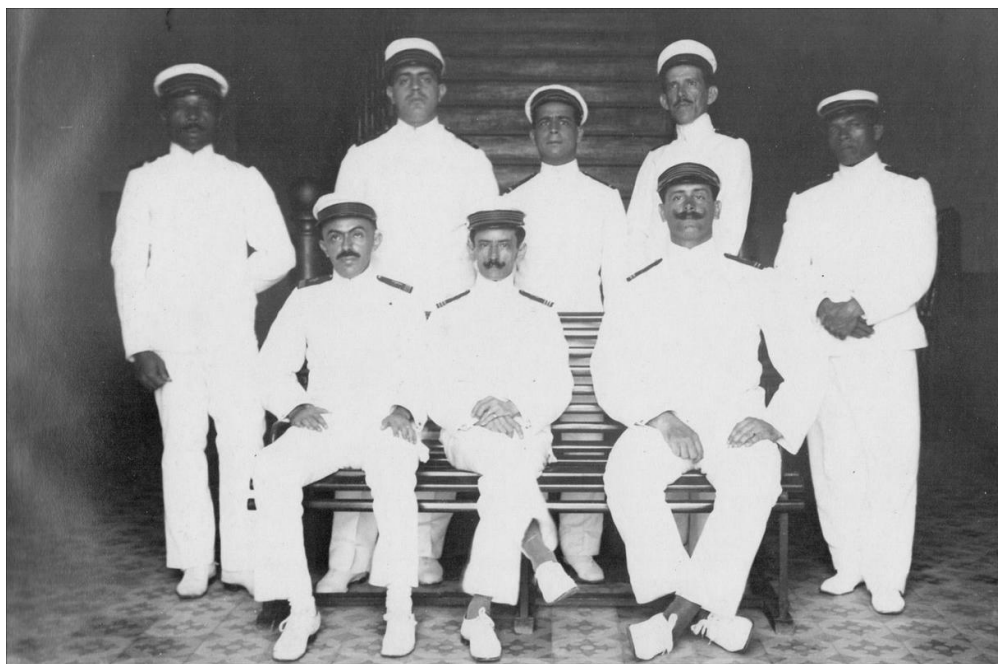


ANEXO H - FOTOS DA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ A PARTIR DE 1917¹⁸⁶

Foto 18 - Sala Alexandrino de Alencar



Foto 19 - Oficialidade da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará



¹⁸⁶Consultado no Site: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/visualizar-grupo-trabalho/84> em 10-06-2016 / 19:26.

Foto 20 - Automóvel na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará



Foto 21 - Aula de Signaes na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará

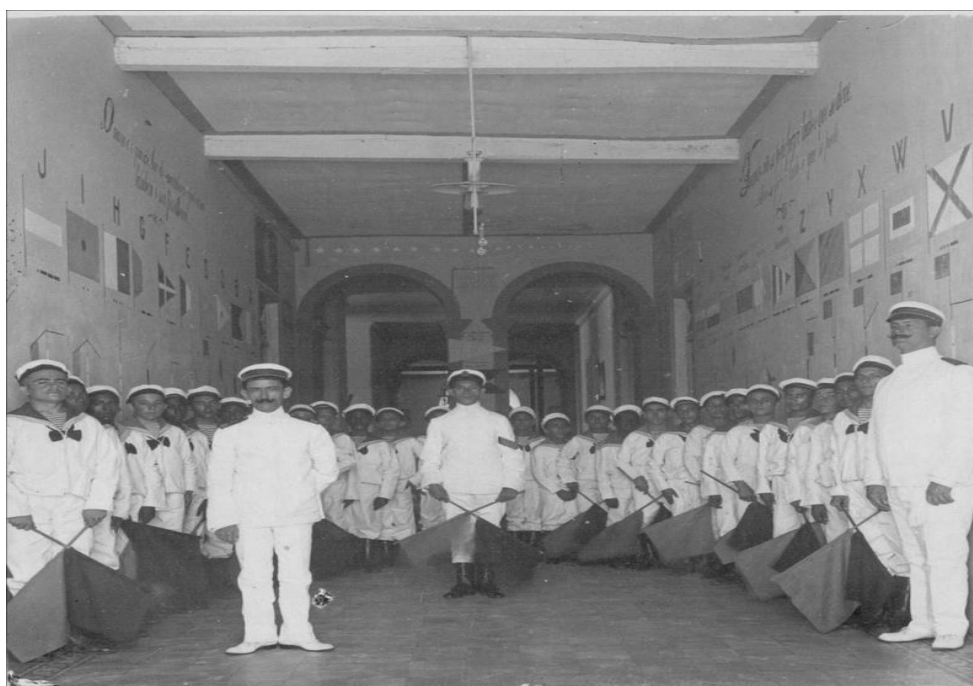


Foto 22 - A Horta da Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado Ceará

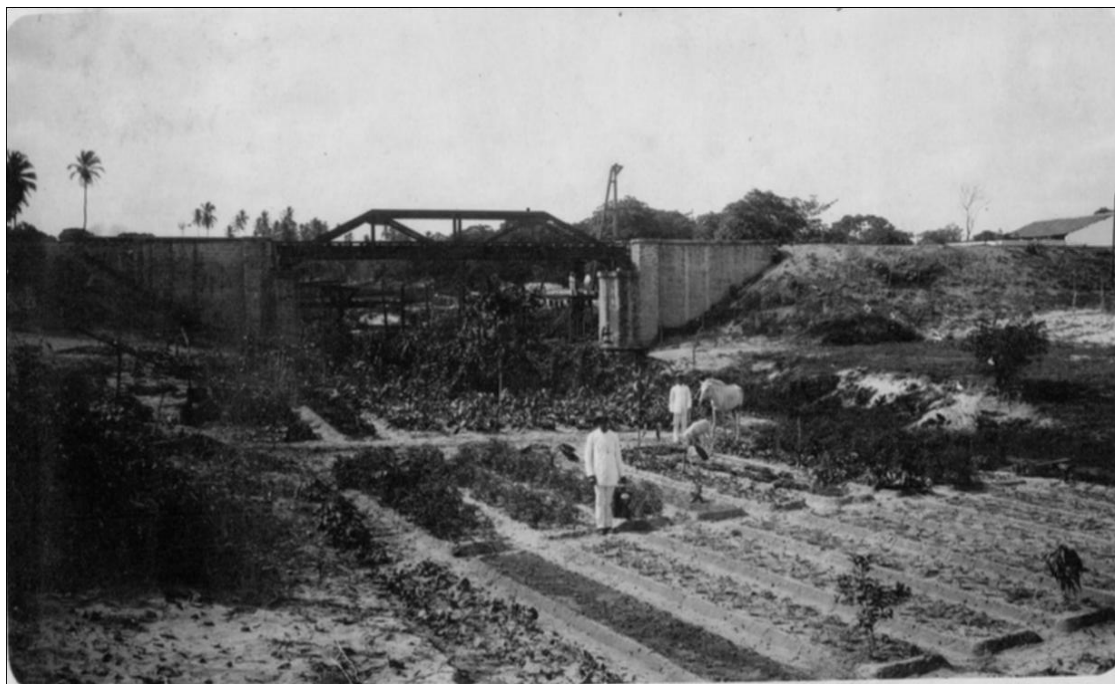


Foto 23 - Licenciados no Bonde da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará



Foto 24 - O FOOT-BALL na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará



Foto 25 - Recebimento da Bandeira na Escola



Foto 26 - O Içar da Bandeira na Escola

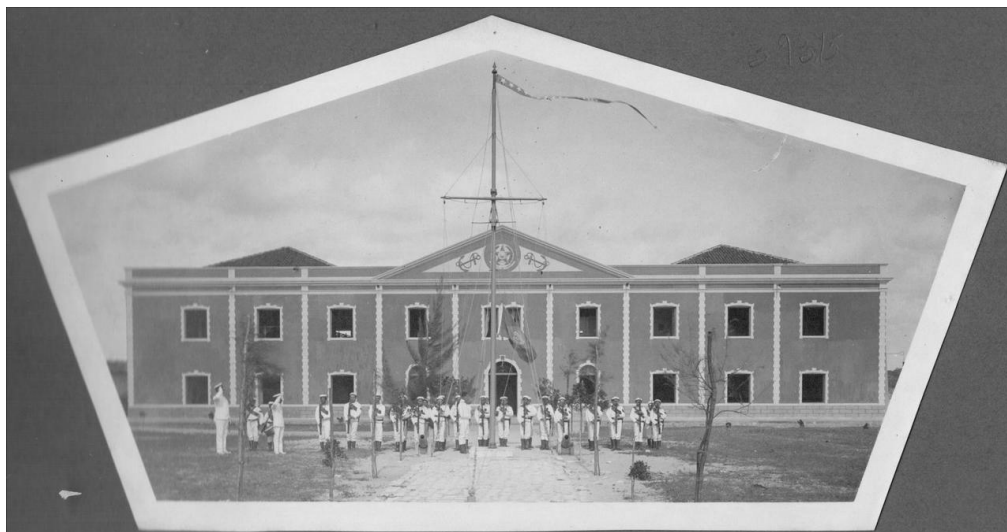


Foto 27 - O Catavento da Escola

